



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Marília

JOYCE APARECIDA PIRES

**“Nunca é feminista o suficiente”: mulheres e feminismos na Igreja
Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**

Marília

2023

JOYCE APARECIDA PIRES

**“Nunca é feminista o suficiente”: mulheres e feminismos na Igreja
Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Antônio Mendes da Costa Braga

**Marília
2023**

P667" Pires, Joyce Aparecida
"Nunca é feminista o suficiente": mulheres e feminismos na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil / Joyce Aparecida Pires. -- Marília, 2023
239 p. : il., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Antônio Mendes da Costa Braga

1. Feminismo. 2. Igreja luterana. 3. Mulheres. 4. Religião. 5. Teologia feminista. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Joyce Aparecida Pires

**“Nunca é feminista o suficiente”: mulheres e feminismos na
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como
requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais

Área de concentração: Ciências Sociais.
Linha de pesquisa: Cultura, identidade e
memória.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Profª. Drª. Lidia Maria Vianna Possas
UNESP – Câmpus de Marília

Profª. Drª. Rosangela de Lima Vieira
UNESP – Câmpus de Marília

Profª. Drª. Nina Gabriela Moreira Braga Rosas de Castro
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Profª. Drª. Marcia Blasi
Faculdades EST

Marília, 12 de abril de 2023.

À minha mãe, Maria Aparecida Inacio Pires

Ao meu pai, José Waldir Pires.

E ao meu irmão Homero.

AGRADECIMENTOS

Realizar um doutoramento é também amadurecer. Foram quatro anos de resistências, preocupações, decisões, coragem e muitas renúncias. O maior desafio da minha vida, até o momento. Antes, durante e depois do grande surto pandêmico do SARS-CoV-2 (COVID-19) eu estive aqui, tentando e querendo continuar um sonho. Assim como ordenar-se pastora na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), defender uma tese em Ciências Sociais exigiu-me engajamento e controle das minhas expectativas; regras para seguir, controle emocional, exercícios físicos e mentais. Tal como na preparação de uma prédica religiosa, escrever um texto de coragem e solitude pressupõe fazer dos momentos tão ligeiros da vida, uma profunda cotidianidade.

Em primeiro lugar, preciso agradecer às minhas interlocutoras e aos interlocutores dessa tese que, generosamente, ofereceram-me momentos em suas casas, igrejas, salas de aula, congressos, cozinhas, reuniões e passeios. Em um mundo diferente do meu, muitas pessoas deixaram que eu entrasse para apenas saber como é a vida nele. Também a possibilidade de acompanhar momentos tão excepcionais, vidas delicadas, vidas fortes, assim como a minha; eu aprendi o que é ser vulnerável. Aqui, deixo explícitos os meus agradecimentos pelas tantas vezes que tentei me aproximar das minhas interlocutoras e fui bem-vinda, em tantos lugares diferentes e às vezes, como é do meu costume, às vezes eu chegava até sem avisar!

Assim como uma aluna de Teologia, eu aprendi o desejo de justiça e a necessidade do cuidar e ser cuidada. Erros foram cometidos pelo caminho. Nesta tese, eles ainda poderão resistir e a responsabilidade é cabalmente minha. Mas, espero que as criações textuais possam ser tão agradáveis como encorajadoras, como assim foi conhecer o que fazem e desejam as feministas luteranas.

Tenho aqui um sonho, e ele só foi possível de ser realizado com pedidos de muita ajuda. Agradeço à FAPESP pela concessão da bolsa de pesquisa, sob o processo nº 2019/17544-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Um sincero agradecimento ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Mendes da Costa Braga, que me acompanhou desde a graduação em Ciências Sociais. Também agradeço aos professores e professoras com os quais pude aprender e estudar. Agradeço ao Prof. Dr. Andreas Höfbauer (UNESP) com quem

estudamos sobre racismo e antirracismo, ao Prof. Dr. José Geraldo Poker (UNESP), com quem aprendemos sobre elaboração e avaliação de políticas públicas, ao Prof. Dr. Leandro de Oliveira (UFMG), por me instigar a pensar sobre as mudanças no feminismo depois de ter sido incluído na religião. Agradeço à Prof. Dra. Marlise Mattos, uma feminista que me inspirou e me ensinou que lugar de mulher é fazendo política e à professora que nos ensinava sorrindo a dura sociologia, Dra. Cristina Castro.

Também aqui agradeço aos professores e professoras que estiveram na avaliação durante a qualificação e defesa da tese, agradeço a Prof. Dra. Lidia Maria Vianna Possas, por sua participação direta na minha formação feminista, à historiadora Prof. Dra. Rosangela de Lima Vieira, à Prof. Dra. Nina Gabriela Moreira Braga Rosas de Castro, especialista em religião e à teóloga Prof. Dra. Marcia Blasi. Agradeço por todas as críticas que me ajudaram a melhorar meu trabalho e contribuíram mais uma vez para a minha formação. Obrigada.

Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP, campus de Marília, e ao Escritório de internacionalização que me ofereceu apoio nas questões administrativas. Um agradecimento carinhoso às estudantes do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG) da UNESP de Marília, coordenado pela Prof. Dra. Lúcia Maria Vianna Possas. Um espaço especial e decisivo na minha formação.

Além da UNESP, este trabalho também foi realizado com o apoio da Faculdade Escola Superior de Teologia (Faculdades EST)¹. Em São Leopoldo, convivi com as teólogas feministas e alçamos sonhos. No Sul do Brasil, conheci mais sobre o luteranismo e, na região metropolitana do Rio Grande do Sul, os seus cultos, pastoras e pastores, em almoços e momentos religiosos com as comunidades locais. Agradeço especialmente a Paula Trein, primeira pastora luterana que conheci pessoalmente em 2018 e me apoiou na pesquisa, sou grata ao carinho e por ter conhecido a partir dela, tantas outras pessoas especiais como ela. Em São Leopoldo, tive acesso à maneira feminista luterana de fazer teologia, dentro e fora do Morro do Espelho. Aqui, eu agradeço aos apoios institucionais que também vieram da Prof. Dra. Marcia Blasi, Dra. Marli Brun e da Mestra teóloga

¹ O projeto da pesquisa passou pela avaliação dos Comitês de Ética em Pesquisa da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e cultura (CAAEE: 35227420.2.3001.5314) e da UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília (CAAEE: 35227420.2.0000.5406).

Sabrina Senger, mulheres que me inspiraram e que me fizeram olhar para uma outra forma feminista na vida.

Eu agradeço também a tantos outros cientistas sociais, antropólogos e sociólogos que me acompanharam até aqui, especialmente, ao meu amigo antropólogo, Dr. Carlos Eduardo Machado e a Prof. Dra. Brenda Carranza.

Existe um sentimento de gratidão por aqueles e aquelas que ficaram comigo, desde muito tempo. Agradeço a sua coragem, sua preocupação e amor, minha querida amiga socióloga Mestra Juliana Zasciurinski, e a sua família pelo aconchego, a escuta e as curas.

Agradeço a Rosângela Maria de Oliveira Cecconi, pelo apoio e a escuta tão vitais nestes últimos anos para mim.

Um agradecimento festivo aos meus amigos e amigas de pé vermelho Felipe Castilho, Gabriel Vergilato, Dra. Lara Isys Dias e Nicole Bilheri Camolezi. Pelos caminhos da pesquisa, também fiz amizades pelo mundo, agradeço aos amigos que estão distantes: Alla, Estefanía, Hugo e Marten.

Com muito carinho, agradeço a minha mãe, Maria, a pessoa que tudo me ofereceu. Ao meu pai, José Waldir, sempre presente, e ao meu querido irmão, Homero. Eu agradeço pela paciência que precisaram ter em tantos momentos comigo e pelo apoio.

Conduzindo e sendo conduzida com mais coragem, a cada pessoa que passou por mim, em cada lugar de encontro, muito obrigada.

Porque sei que tempo é sempre tempo
E lugar é sempre lugar
E o que é atual é atual só por um tempo
E apenas para um lugar
Alegro-me por serem as coisas como são e
Renuncio a santa face
E renuncio à voz
Porque não posso esperar voltar
Consequentemente me alegro, tendo de construir algo
Pelo o que me alegrar

Quarta-Feira de Cinzas, Thomas Stearns Eliot
A escada espiral: memórias. Karen Armstrong, 2005. p. 22 e 24.

RESUMO

Considerando o período de 40 anos de abertura para a participação das mulheres na estrutura eclesiástica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), esta pesquisa pautou-se no estudo da dinâmica dos processos históricos e sociais que reconfiguram as experiências religiosas e ressignificam as práticas das mulheres cristãs de confissão luterana como autoridades eclesiásticas. Fundada como Igreja evangélica no Brasil pelos imigrantes europeus protestantes, tem se desenvolvido como uma Igreja “atuante” no Brasil. Utilizou-se a produção de depoimentos escritos, fontes orais e a etnografia multissituada, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Existe um impacto dos feminismos nas subjetividades das mulheres envolvidas na elaboração e difusão de um ideário feminista espiritualista com incidência nos contextos político, religioso e de ensino no Brasil. Conclui-se que o ideário feminista, por meio da teologia feminista, no contexto da confessionalidade luterana, atende melhor as mulheres neste mundo religioso.

Palavras-chave. Feminismo. Igreja luterana. Mulheres. Religião. Teologia feminista.

ABSTRACT

Considering the 40 years of openness to female participation in the ecclesiastical structure of the Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil (IECLB), this research started from the study of the dynamics of historical and social processes that reconfigure religious experiences and reframe the practices of Christian women of confession Lutheran as ecclesiastical authorities. Founded as an evangelical church in Brazil by Protestant European immigrants, it has become an “active” church in Brazil. The production of written testimonies, oral sources and multi-sited ethnography in São Paulo and Rio Grande do Sul were used. There is an impact of feminism on the subjectivities of the women involved in the elaboration and dissemination of a spiritist feminist ideology with an impact on the political, religious and pedagogical contexts in Brazil. It is concluded that feminist ideology, through feminist theology, in the context of Lutheran confessionality, better serves women in this religious world.

Keywords: Feminism; evangelical church; Women; Religion; Feminist theology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT - Action by Churches Together
ABB - Aliança de Batistas do Brasil
CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEP - Conselho de Ética em Pesquisa
CMI - Conselho Mundial de Igrejas
CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
COMIN - Conselho de Missão entre Povos Indígenas
CPDD - Católicas Pelo Direito de Decidir
CTG - Centro de Tradições Gaúchas
EST – Faculdades EST
FACTEOL - Faculdade de Teologia
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FLD - Fundação Luterana de Diaconia
FLM - Federação Luterana Mundial
FRML - Fórum de Reflexão da Mulher Luterana
ICAR - Igreja Católica Apostólica Romana
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IELB - Igreja Evangélica Luterana do Brasil
IPT - Instituto Pré-Teológico
LIEG - Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero
MEC - Ministério da Educação
MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho
NPG - Núcleo de Pesquisa de Gênero e Religião
OASE - Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
PGR - Programa Gênero e Religião
PPL - Pastoral Popular Luterana
UNESP - Universidade Estadual Paulista

LISTA DE FIGURAS²

Figura 1 - Quadros confeccionados para a comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante Luterana, expostos na IECLB em Marília, São Paulo.....	229
Figura 2 - Fachada da igreja em Marília, São Paulo.....	230
Figura 3 - Propaganda de culto.....	230
Figura 4 - Altar preparado para a comemoração e realização do culto do Dia da Igreja em Maringá, Paraná, Brasil.....	230
Figura 5 - Bordados realizados pelas mulheres das OASEs do Sínodo Paranapanema.....	231
Figura 6 - Pôster da OASE da Colônia Rio Grande do Sul.....	232
Figura 7 - Porta da igreja onde Lutero protestou com as suas 95 Teses, em Wittenberg, Alemanha.....	232
Figura 8 - Mulheres evangélicas luteranas presentes ao “Encontro Nacional da OASE: celebrai com júbilo”, em comemoração aos 120 anos da organização de mulheres na Igreja.....	233
Figura 9 - Monumento de Catarina de Bora na Faculdades EST, em São Leopoldo, no Brasil.....	233
Figura 10 - Monumento de Catarina de Bora em Wittenberg, na Alemanha.....	234
Figura 11 - Preparativos para a comemoração do aniversário de cinco anos do monumento de Catarina de Bora no Brasil.....	234
Figura 12 - Distribuição dos sínodos da IECLB no território brasileiro.....	235
Figura 13 - Fotografia aérea da IECLB e o cemitério da colônia Riograndense ao lado da igreja.....	236
Figura 14 - Cartaz que comunica a comemoração dos 100 anos da migração gaúcha na Colônia Riograndense.....	239
Figura 15 - Distribuição da população brasileira por grupos religiosos.....	237

² As figuras 1 a 15 estão organizadas em ANEXOS, a partir da página 229-237. A maioria delas são fotografias produzidas por mim, durante o trabalho de campo, outras são imagens produzidas pelas interlocutoras da pesquisa e publicadas em *websites* e redes sociais virtuais.

SUMÁRIO

Introdução	11
- Recursos metodológicos.....	19
- Os capítulos.....	26

1º Desenho [quebrando as peças, formando as tesselas]

Capítulo 1 - Empoderamento de mulheres no luteranismo brasileiro

1.1 - Martinho Lutero e a Reforma Protestante.....	27
1.2 - Empoderadas da Reforma: práticas religiosas e ordenação.....	36
1.3 - “Parece que nunca é feminista o suficiente”: viver uma vida feminista na religião.....	43

Capítulo 2 - Passado e presente: feministas em ação

2.1 - Mulheres atualizando o perfil da Igreja.....	64
2.2 - Uma vertente feminista com religião: o corpo no Sul.....	74
2.3 - Catarina de Bora entre as mulheres.....	96
2.4 - Movimentos sociais e a teologia feminista na América Latina.....	107

Capítulo 3 - Cuidar para agir

3.1 - Mulheres pela diferença na multidão de diferenças.....	117
3.2 - Tendências e recursos feministas no luteranismo.....	125

2º Desenho [reunindo as peças]

Capítulo 4 - Mulheres em mutirão

4.1 - O processo de imigração no Sul e a formação da IECLB.....	137
4.2 - Observando os sinais da Reforma: alguns apontamentos.....	147

Capítulo 5 - As dádivas das prendas

5.1 - Gauchismo, religião, etnia e o feminino luterano.....	156
5.2 - Origens e processos do tradicionalismo gaúcho no Brasil.....	160
5.3 - Regionalismos como projeto de nação para o Brasil.....	165
5.4 - Os usos da feminilidade na cultura gauchesca luterana.....	167

Capítulo 6 - Mutirão de feministas

6.1 - Teologia feminista e as ciências sociais.....	174
6.2 - E então, o que muda no feminismo?.....	193

O rejunte: acabamentos	206
-------------------------------------	-----

Referências	213
--------------------------	-----

ANEXOS	229
---------------------	-----

Apêndice	238
-----------------------	-----

Introdução

“Mudar a narrativa da sociedade geralmente requer que olhemos para o nosso mosaico histórico; admitir que erramos; reconhecer quem foram as pessoas silenciadas, marginalizadas ou que não fizeram parte do “retrato”; e depois reorganizar e reescrever, oferecendo uma abordagem inclusiva e justa para com a realidade presente.”

(“E assim entramos na roda!” – Maristela Livia Freiberg, 2019, p. 13).

Este trabalho apresenta uma discussão no campo das Ciências Sociais e da cultura que envolve os processos históricos e sociais, desde a segunda metade do século XX, sobre a participação eclesial de religiosas feministas na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)³. O alcance da ordenação de mulheres, particularmente nesta Igreja, teve como ponto de partida a entrada das estudantes no curso de graduação em Teologia vinculadas à Igreja no estado do Rio Grande do Sul⁴.

A formação superior em Teologia é um requisito necessário para o exercício do sacerdócio na IECLB. Buscamos registros que apontassem quando se deram os primeiros ingressos de mulheres em curso de formação teológica ligados à essa Igreja e sua história. Os registros identificados apontam que a primeira mulher a ingressar no curso de Teologia oferecido por uma instituição luterana no Brasil ocorreu em 1952⁵. Neste caso, a aluna não tinha a intenção de terminar o curso, era uma complementação dos estudos com duração de um ano, realizada no chamado Instituto Pré-Teológico, com objetivo de reconhecimento de formação secundária. A Faculdade de Teologia (FACTEOL), localizada em São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul, era onde, naquele momento, acontecia a formação teológica dentro

³ A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil será mencionada em todo o texto com as suas siglas iniciais IECLB. Vale ressaltar que é comum o público desta Igreja e as pessoas ministras se referirem a ela com as iniciais do seu nome ou menos comum, apenas como Igreja luterana.

⁴ A dicotomia assimétrica de gênero nas primeiras Igrejas cristãs foi naturalizada nas sociedades com processo de colonização. Outras denominações mais novas na história, como as igrejas pentecostais e neopentecostais, continuam fundamentando esta hierarquia nos espaços políticos-religiosos. Tem-se o exemplo da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), Igreja protestante de missionários descendentes de alemães que vieram dos Estados Unidos, especificamente de Missouri, para o Brasil em 1900, mas não permitem a ordenação de mulheres.

⁵ A primeira mulher a se matricular na FACTEOL foi Eve Wysk. Outras duas matrículas ocorreram em 1957 e 1962, respectivamente de Sybille Raspe e Ursula Kleine. De acordo com Maristela Freiberg (2019), as três mulheres estudaram juntas em um período de um ano. Isso indica que tanto Eve Wysk, como a segunda estudante matriculada, Sybille Raspe, aguardam a terceira aluna, Ursula Kleine, para poderem estudar juntas.

da tradição eclesial e que, em 1968, passou a ser conhecida como IECLB.

Entre o ingresso desta primeira mulher no curso de graduação em Teologia do Instituto Pré-Teológico e a ordenação de uma mulher como pastora na IECLB em 1982, decorrem cerca de 30 anos. É, contudo, importante observar que, no decorrer desses trinta anos, e nos anos subsequentes, outras mulheres se dedicaram à formação teológica no contexto da IECLB. Os percursos dessas mulheres foram marcados por lutas por espaço, por busca de condições para concluir os estudos, dentre outros esforços em contornar ou superar obstáculos que decorriam de suas condições de mulheres. Esses percursos e a forma como elas buscaram construí-los favoreceu também iniciativas de cunho político da parte dessas mulheres no sentido de reivindicarem seus lugares e estabelecerem seus direitos, seja na IECLB em si, seja nas instituições acadêmicas vinculadas à essa Igreja. Iniciativas essas que tinham como alguns dos seus objetivos a participação, a busca de condições econômicas igualitárias no que se refere ao trabalho no ministério com ordenação e no que se refere às condições para concluir os estudos teológicos.

Na forma como essas mulheres foram construindo esses seus percursos destacam-se as motivações e buscas por justiça social e de gênero, nisto que pode ser lido como um processo histórico de conquistas de direitos para as mulheres no contexto religioso luterano brasileiro. E, quando me refiro ao contexto luterano brasileiro, destaco que essa vertente do protestantismo chega ao Brasil a partir de 1822, com as famílias de imigrantes europeias trazendo suas diferentes tradições religiosas, principalmente, alemães, suíços, holandeses, dinamarqueses e pomeranos (BEULKE, 1994).

E que só ao final daquele século, com o fim do Padroado e a maior liberdade religiosa que isso gera, esses imigrantes encontram o espaço necessário para se organizarem e investirem na sua estruturação e formação como uma Igreja.

Uma Igreja, portanto, de origem germânica, de tradição reformada e protestante que, sem desligar-se das suas origens e, na medida das possibilidades, mantendo alguma forma de vínculo com pastores ou Igrejas luteranas europeias, desde a região Sul do Brasil foi se estabelecendo e ganhando sua identidade no que pode ser visto como um processo particular de abasileiramento da Igreja luterana no Brasil, hoje denominada, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Sendo importante não perder de vista que isso se deu desde as suas comunidades de origem imigratória europeia em território brasileiro, com parte

significativa da população, localizada na região Sul.

Outro ponto que destaco é o fato de que este é um trabalho que trata de mulheres dentro do cristianismo. E dito isso, ressalto que as condições de subalternidade das mulheres é algo que se confunde com a própria história do cristianismo e sua difusão. Como mostra Joyce Salisbury (1993), a visão de inferioridade da mulher já estava presente nos escritos dos chamados Pais da Igreja, portanto na Patrística, que fora formulada entre os séculos II e VII. A luta presente, de tantas mulheres, por espaços e direitos em Igrejas cristãs na atualidade, demonstra que essa visão de inferioridade não foi ainda superada. As Igrejas cristãs, na sua generalidade, ainda reproduzem dicotomias que são produtoras de diferenças sociais e desigualdades econômicas e sociais entre homens e mulheres. Essas são questões já levantadas pelos movimentos históricos de mulheres que atuam nas Igrejas cristãs, mas ainda continuam sendo problematizadas por diferentes movimentos feministas históricos e contemporâneos e, mais recentemente, pelos estudos de gênero (ROHDEN, 1995; SCAVONE, 2008; NUNES, 2001).

Dentro deste trabalho, para melhor compreensão dos temas e questões levantadas, é fundamental considerar o processo histórico de mudanças dos parâmetros morais configurados na sociedade brasileira⁶ e que estão presentes, em alguns aspectos, nas ações das mulheres de confissão luterana. E, simultaneamente, as mulheres seguem desempenhando um trabalho social que, no passado, foi importante para a conservação da tradição luterana em suas comunidades, seja no processo migratório para o Brasil, seja da região Sul do país para outras regiões do território nacional. Como este trabalho demonstra, muitas mulheres continuam a desempenhar um papel significativo na conservação da cultura protestante luterana com elementos da cultura alemã praticados no Brasil e, ainda, esses fatores continuam sendo um crivo norteador para a diferenciação religiosa evangélica e a conservação das suas tradições no país. Portanto, este

⁶ Existe na conjuntura política e religiosa atual do Brasil a tendência de uma atualização do conservadorismo religioso e o fortalecimento da extrema direita política, não apenas nacional e da qual as teólogas feministas luteranas não coadunam. Segundo Maria das Dores Campos Machado, Juan Marco Vaggione e Flávia Biroli (2020) esse fenômeno é um movimento reativo às transformações na ética e na legalidade sexual, marcado pelos processos de avanço dos direitos reprodutivos e sexuais e pelo declínio do catolicismo e a expansão do pentecostalismo no país. Além da recuperação por alguns setores da sociedade da chamada ideologia de gênero como um termo sintetizador das disputas sobre a produção de corpos legítimos, esse contexto configura a ofensiva anti-gênero como política de Estado (CORRÊA; KALIL, 2020).

trabalho também procura contribuir para a compreensão dos significados da permanência das comunidades teuto-brasileiras no Brasil e suas tradições.

Nesse trabalho, também considero que os parâmetros morais e religiosos advindos com a Reforma religiosa, a partir de Martinho Lutero (Martin Luther), ajuda a compreender a confessionalidade luterana como uma vida religiosa e ética de incidência pública na atualidade, no sentido de uma edificação da oferta de vida política na sociedade.

Realizei algumas escolhas para tornar o texto fluido e coerente. O fato de ter feito essas escolhas não significa que desconsidero a complexidade do contexto social, cultural e histórico que estamos vivendo, e as mudanças em curso, que também dizem respeito à questão da mulher e dos feminismos. Neste ponto me refiro, por exemplo, ao fato de que na história recente estão em curso uma sucessão de processos referentes à secularização, o aparecimento e propagação de novas concepções do feminismo em escala global e a sua disseminação na sociedade brasileira de forma “explosiva” e intensa na internet (HOLLANDA, 2019). São os casos das disputas por novos parâmetros morais e sexuais para as mulheres que afetam a manutenção da concorrência das Igrejas no campo religioso brasileiro e da própria definição e significado(s) do feminismo(s).

Há um pano de fundo mais complexo onde se dão muitas das questões que elaborei neste trabalho. Ainda que, no decorrer do texto, não sejam discutidos em profundidade vários dos aspectos que compõem esse pano de fundo, tenho ciência de que eles operam nas mudanças em curso vivenciadas e provocadas pelas mulheres que são os sujeitos centrais desta tese e das mudanças que ocorrem na IECLB. A esses aspectos refiro-me, por exemplo, à crescente representação por diferentes agentes e instituições nas ações de denúncia da discriminação por gênero e sexo no campo político e religioso, algo que configura uma conjuntura similar, na qual Igrejas evangélicas, de forma ampla, vêm tendo de reelaborar e rerepresentar suas ideologias sobre o feminino e as mulheres no Brasil. Neste trabalho, discutirei esta questão tratando, especificamente, da conjuntura atual e das condições das mulheres da IECLB, mais especificamente, das mulheres que se autodeclaram feministas no luteranismo.

Considerando este primeiro enquadramento, as falas e depoimentos de

mulheres ordenadas⁷, teólogas e lideranças da IECLB, ouvidas, observadas em trabalho de campo e lidas, verifiquei com o trabalho empírico o entendimento das mulheres sobre a importância da ideia de justiça de gênero e a necessidade de sua implementação em diferentes âmbitos da Igreja e nos espaços de formação religiosa e teológica⁸. Também foram observados incômodos com os privilégios de uma hierarquia ainda patriarcal e androcêntrica no campo teológico e eclesiástico⁹. As mulheres luteranas estão agindo dentro de uma tradição masculina histórica nas Igrejas cristãs. Muitas das mulheres luteranas que apresento neste trabalho reconhecem este reflexo em outras esferas da sociedade em geral e se opõem a esta permanência¹⁰.

Outro aspecto indispensável na compreensão do luteranismo brasileiro, constatado na pesquisa, é o fato de que ele estabelece uma relação e apropriação cultural, efetivamente fundada por uma cultura particular sulista¹¹, presente no mosaico cultural riograndense, no qual o chamado Movimento Tradicionalista Gaúcho guarda alguns aspectos na sua fundação¹². Existem implicações entre essa

⁷ Segundo as informações estatísticas recebidas da secretaria geral da Igreja, pela teóloga Cristina Scherer (2022), em 2022 havia 404 mulheres atuando no ministério com ordenação na IECLB, 5 pastoras sinodais e 1 pastora na presidência da IECLB.

⁸ Após a leitura do texto, as próprias interlocutoras solicitaram-me o uso dos nomes originais mencionados nesse trabalho. Essa escolha foi realizada em diálogo com as teólogas que atuam na Faculdades EST e da autorização obtida por todas as interlocutoras. Concluímos que as ministras da IECLB constituem um grupo considerado pequeno em comparação as outras Igrejas no Brasil. Portanto, atribuir nomes fictícios para manter o sigilo das interlocutoras não resolveria o anonimato, uma vez que as identidades presentes no texto são auto reconhecíveis no âmbito teológico e ministerial da IECLB e o uso dos nomes originais lhes confere mais protagonismo na pesquisa.

⁹ O sistema patriarcal é um regime social complexo de estrutura piramidal dominado pela figura masculina (um senhor/ pai/ marido), que subjuga as mulheres e pessoas de outros povos e etnias. O androcentrismo, por sua vez, é uma visão de mundo euro-centrada no homem heterossexual e masculino; expressado na linguagem, mentalidade e ideologia que legitima o senhorialismo. Sobre as críticas advindas das mulheres religiosas e das ciências sociais, ver: Maristela Freiberg (2019, p. 46-47), Neiva Furlin (2014), Brenda Carranza e Maria José F. Rosado Nunes (2019).

¹⁰ As ideias e as ações que buscavam implementar uma política de justiça de gênero no âmbito religioso chegaram na IECLB por meio da sua inserção no Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e nos processos de elaboração e discussão teológica feminista no Brasil em parceria com a Federação Luterana Mundial (FLM), que também reúne religiosas feministas na construção e implementação de diretrizes e programas para sua implementação nas Igrejas vinculadas.

¹¹ Existe um problema de ordem ideológica no movimento sulista brasileiro de caráter fascista, mais bem demonstrado no capítulo 5 da tese. Além disso, Suelly Aldir Messeder (2019), adverte-nos em seu estudo que existe uma hierarquia na recepção e valimento dos conhecimentos produzidos entre o Norte e o Sul do Brasil. Esta hierarquia, segundo a autora, é percebida como fonte de conhecimentos privilegiados e demarcam regiões, lugares sociais e institucionais que adquirem, por consequência, mais recursos e apoios. A autora, ainda afirma que esta realidade é continuamente negligenciada pelo Sul e Sudeste, tornando a produção de conhecimento das outras regiões brasileiras menos destacada e estimada.

¹² Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) é considerado um órgão cultural que cria a cultura gauchesca. Ele tem a vantagem de caracterizar e distinguir os elementos gaúchos, integrando-os na cultura regional e de Estado. Esta organização também empreende relações com entidades e

Igreja e as práticas culturais do tradicionalismo gaúcho, de tal forma que é possível perceber a presença de sentidos e discursos deste contexto cultural gauchesco no luteranismo brasileiro e do qual as teólogas feministas tentam se distanciar. O gauchismo está, muitas vezes, ancorado no processo de organização e difusão da religião luterana e do luteranismo no Brasil. Este é um ponto que será explorado mais detalhadamente no trabalho, pois entendo que é um aspecto importante para compreendermos certas especificidades do luteranismo no Brasil, presentes na IECLB.

Outro ponto importante, que quero destacar, é o de distinguir o fazer teológico na IECLB. Refiro-me à presença persistente de mulheres no cenário estudantil da FACTEROL, antiga faculdade de Teologia associada a IECLB, em São Leopoldo, às alunas de Teologia que criaram o Grupo de Mulheres, que serviu, segundo a teóloga luterana Maristela Livia Freiberg (2019, p. 88), como “[...] fórum de diálogo e encaminhamento de uma série de questões ligadas à presença das mulheres no estudo de Teologia e sua entrada no ministério pastoral [...]”, outro favorecimento foi em relação às iniciativas de aproximação desta instituição de ensino com as questões sociais vigentes no Brasil¹³.

Seja estudando Teologia, seja realizando seminários acadêmicos de Teologia Feminista, as mulheres se movimentaram para a criação, em 1990, da cátedra de Teologia Feminista na Faculdades EST e, em 2008, para a criação do Programa Gênero e Religião nessa instituição (MUSSKOPF, 2015). Dessa maneira, as

aspectos folcloristas na Argentina e no Uruguai que também atuam de maneira similar ao MTG no Brasil e estão vinculadas na Confederação Internacional da Tradição Gaúcha. No Estatuto do MTG encontramos a seguinte definição: “Art. 1º - O MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, identificado também pela sigla MTG e inscrito no Cartório de Títulos e Documentos em 27 de novembro de 1967, às folhas 12 verso, sob o número de ordem 4.436, Livro A, nº 8, é uma associação civil, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com circunscrição em todo o território nacional, com número ilimitado de associados indicados sob a denominação de filiados, e com duração indeterminada, com sede e foro jurídico, na Rua Guilherme Schell nº. 60, no Bairro Santo Antônio, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, constituindo-se na Federação dos Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins [...]”. No que tange aos objetivos do MTG, podemos destacar os seguintes: “[...] II - Cultuar e difundir nossa História, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa Tradição, como substância basilar da nacionalidade. III - Promover, no meio do nosso povo, uma retomada de consciência dos valores morais do gaúcho. [...] VIII - Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus descendentes. [...]”. Disponível em: <https://www.mtg.org.br/wp-content/uploads/2021/11/ESTATUTO-REFORMADO-69o-CONGRESSO-2021.pdf>. Acesso em: fev. 2023.

¹³ O Grupo de Mulheres foi reivindicado e criado pelas estudantes de teologia em um momento que acontecia uma considerável mobilização por parte das mulheres de diferentes segmentos sociais no Brasil (FREIBERG, 2019). Albertina Costa (1994), reitera que o aumento do nível de educação para mulheres contribuiu para que realizassem mobilizações feministas neste contexto histórico, assim como as qualificaram para a produção acadêmica nas ciências humanas, em que, inicialmente, foi inserido o chamado estudos da mulher.

mulheres que atuam como pastoras na confissão luterana e formadas em Teologia nesta instituição podem ser consideradas pioneiras e expoentes de dois problemas principais nas religiões cristãs no Brasil: a estrutura patriarcal nas Igrejas e a representação¹⁴ das mulheres.

O percurso da pesquisa possibilitou a aproximação com muitas dessas mulheres, principalmente aquelas envolvidas com esse processo de conquistas que tem na mobilização feminista a sua estratégia. Essas mulheres se tornaram as principais interlocutoras desta pesquisa, por meio da minha participação em cultos, atividades de paróquias nas quais as ministras luteranas estão inseridas, festas organizadas pelas comunidades religiosas, encontros de estudos acadêmicos organizados pelo Núcleo de Gênero e Religião da Faculdades EST, acompanhando a disciplina Teologia Feminista (ministrada por uma teóloga feminista) no curso de graduação em Teologia, tudo isso realizado através da etnografia multissituada na região Sudeste e Sul do Brasil, e também no exterior, na Alemanha e Suíça,

Durante todo o período da pandemia, associado ao distanciamento social, procurei participar de encontros online com as interlocutoras da pesquisa e por este caminho procurei manter o contato com essas mulheres¹⁵. O recurso metodológico foi, portanto, o etnográfico, pelo qual procurei realizar perguntas sobre suas ocupações e vivenciar junto delas a maneira como atuam nas tradições, questionam noções e práticas de homens e mulheres no cristianismo e como alimentam os seus desejos de mudanças estruturais da sociedade brasileira e da Igreja¹⁶. Outro recurso utilizado como complementação da coleta de dados, foi a construção de um formulário eletrônico, elaborado no *Google Forms*, no qual reuni perguntas sobre

¹⁴ Recorro ao conceito de representação porque define os elementos que compõem o imaginário social e está ligada à dimensão política da justiça que é construída pela jurisdição do Estado. Como será demonstrado nesse estudo, as representações podem conferir margem às injustiças, pois elas estão prescritas pelo Estado que incide nas ausências de arenas democráticas (MATOS; CYPRIANO, 2008).

¹⁵ As interlocutoras da pesquisa possuem um perfil altamente escolarizado, isso porque o primeiro requisito é o título de bacharel em Teologia e, de forma geral, durante a graduação, realizam formações nos estudos relacionados com a epistemologia feminista e a Teologia Feminista.

¹⁶ Foram realizadas algumas entrevistas presenciais e não-presenciais – com o uso do aplicativo *WhatsApp* durante o período da pandemia do SARS-CoV-2 (COVID-19), no contexto das medidas de distanciamento social e isolamento social para evitar a propagação do vírus –, também realizei várias conversas informais e formulários escritos no *Google Forms* com quinze pastoras e três pastores; entretanto, não utilizei todas as fontes, foram escolhidas nove interlocutoras para compor a análise e privilegiamos os depoimentos escritos, a fim de captar os principais momentos em que as evangélicas vinculam religião e mulher na elaboração de sínteses escritas. No que tange ao instrumento de fontes orais, consideramos que eles fornecem, para as análises das histórias de vida, uma “[...] documentação para reconstruir o passado recente [...]” que não estão registrados em documentos e na literatura disponível (FREITAS, 2006, p. 46).

trajetória de vida e a relação com o feminismo, religião e Igreja¹⁷, além do uso do aplicativo *WhatsApp* com mensagens escritas e gravação de voz, durante o período de pandemia e distanciamento social.

O resultado das ações dessas mulheres é uma produção intelectual e um reconhecimento institucional que vem, cada vez mais, garantido às mulheres no ministério com ordenação uma posição representativa e reconhecida pelas pessoas da Igreja. Esse reconhecimento e conquistas se dão a partir de linhas definidoras do pensamento que é elaborado na produção deste campo teológico específico, e que inserem questões como a diferença, a igualdade, a justiça de gênero e o ecofeminismo, considerando como pano de fundo o debate em que também se encontram controvérsias.

Diante dessas questões, que também têm conexões com as novas configurações dinâmicas religiosas que se desenham no século XXI, outras perguntas sobre as adaptações e construções de concepções religiosas e feministas que as mulheres cristãs estão realizando na academia e nas Igrejas precisam ser realizadas. Torna-se relevante compreender como criam possibilidades de sociabilidades novas, espaços novos e se eles estão transformando os espaços existentes ou se estão abandonando os espaços e posições tradicionais das relações de gênero. Ou ainda, se estão usando os espaços existentes e difundindo novas posições de agências dos feminismos e das mulheres, como possibilidade de expressões de liberdade, cuidado, empoderamento, sociabilidade e, simultaneamente, mantendo e refletindo sobre os seus vínculos calcados em submissão, obediência e conformidade, como identificou a teóloga e psicóloga feminista luterana Anete Roesse (2016), em estudo.

Esta vertente no Brasil, no que tange às questões das mulheres na Igreja, está alinhada com as expressões mais fortes de militância e articulação social contra a violência de gênero. Por isso, merece destaque a importância que elas dão ao seu comprometimento com a prática do cuidado, com a ressignificação histórica do protestantismo e empoderamento das mulheres através de uma evangelização de vertente luterana, socialmente progressista¹⁸. Essas feministas cristãs

¹⁷ Esse método de realização de perguntas sobre as trajetórias de vida e as concepções sobre os assuntos abordados foi escolhido como estratégia de aproximação com as (os) interlocutoras (res) durante a eclosão do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) no Brasil.

¹⁸ É relevante considerar que não define o progressismo as concepções e ideologias da esquerda política e que o pensamento liberal é capaz de assumir aspectos progressistas. O progressismo

enquadram e positivam suas práticas religiosas como mulheres críticas às relações sociais de gênero naturalizadas e produzem uma hermenêutica bíblica da “suspeita”. Esses elementos de agenciamentos justificam, para elas, a busca por igualdade e justiça de gênero entre as pessoas da Igreja.

- Recursos metodológicos

Dentro do meu viés nas ciências sociais, entendo que não sou neutra. Importa é deixar claro quais são meus pontos de partida. As perspectivas ideológicas de quem pesquisa são, às vezes, acrescentadas de preconceitos, limitações ou perspectivas distintas das pessoas pesquisadas ou do grupo. Por isso, quero me colocar em meio ao conjunto de tesselas do mosaico, uma peça posicionada no desenho total e descentralizada.

O exercício sociológico, antropológico e pessoal foi sendo construído com as visitas às comunidades paroquiais luteranas, participação nos cultos, nas festas, e também tomando apreensão da minha posição interseccional. Havia um distanciamento das minhas concepções em relação à vivência da religiosidade das interlocutoras e, por vezes, uma aproximação quanto às aspirações feministas. No que se refere a esse distanciamento, refiro-me ao fato de que venho de uma família católica e que a formação e a visão de mundo a que tive acesso ao longo da minha vida foi a do contexto católico, num ambiente paroquial de uma cidade interiorana do estado de São Paulo. Por outro lado, desde meu ingresso na Universidade em um curso de Ciências Sociais, fui me identificando com a temática de gênero e com as aspirações feministas. Aspecto esse que é um ponto de convergência entre essas mulheres luteranas que eu pesquisei e eu mesma, enquanto mulher e pesquisadora no campo das ciências sociais.

Esse fato se refletiu, por exemplo, na minha relação com situações presentes na pesquisa de campo, ao assistir pastoras luteranas celebrarem um ritual religioso vestidas com o talar¹⁹, dirigindo paróquias e falando a partir da condição das

geralmente está associado ao enfrentamento dos movimentos sociais pelos direitos das minorias, por exemplo, o movimento das mulheres, indígenas, movimentos relacionados a orientação sexual e de gênero, o ambientalismo, entre outros. A ideia de progressismo pode ser entendida como aperfeiçoamento e desenvolvimento na melhoria da condição humana por meio da ciência, tecnologia e economia.

¹⁹ A veste litúrgica talar (do latim *talus*) tem origem com os sacerdotes da Roma antiga. É uma indumentária semelhante a uma túnica, com mangas compridas e pendente dos ombros até a altura

mulheres. Partindo da minha própria experiência, pude perceber que havia ali uma distância entre os exercícios de cidadania e liberdade clerical/religiosa das mulheres luteranas que contrasta com a forma como a hierocracia eclesiástica comumente opera dentro da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR). Fato é que, em alguns momentos, deparei-me impressionada, dada a minha formação dentro do catolicismo.

A questão central da investigação recai sobre a incidência do feminismo nas subjetividades e ações das mulheres envolvidas na elaboração e difusão de um ideário feminista na esfera religiosa²⁰. O objetivo principal é adentrar e me aproximar do contexto luterano, discutir como as mulheres produzem e apresentam um ideário feminista na religião. Primordialmente, a hipótese que permeia este trabalho é que essas mulheres elaboram um feminismo dentro da Igreja, por meio da produção teológica para atualizar a representação das mulheres no cristianismo e viabilizar a construção de condições e relações de gênero mais justas. Neste sentido, a tese que procuro defender neste trabalho, é que as mulheres cristãs de confessionalidade luterana se diferenciam, no aspecto contemporâneo de atuação das mulheres católicas e de outras denominações evangélicas no Brasil; isso se realiza com a possibilidade de atuação no ministério com ordenação na IECLB e com a proposta que as mulheres efetuem na produção da teologia feminista luterana.

Para essa finalidade, este estudo foi realizado com a proposta de uma abordagem metodológica com a qual fosse possível elaborar uma compreensão dos sentidos atribuídos pelas mulheres que participam da produção teológica feminista na tradição protestante-evangélica luterana no Brasil e das práticas que legitimam uma autoridade religiosa em contextos mais amplos do público de pessoas crentes. Mulheres essas que participam da construção historicamente recente de representação e reconhecimento que emergem através das suas práticas na Igreja.

Na realização da pesquisa busquei dialogar com os estudos de algumas teólogas luteranas. As tomo como interlocutoras importantes da pesquisa. É o caso dos estudos de Maristela Livia Freiberg (2019), cujo estudo deu enfoque ao grupo

do calcanhar, utilizada para a diferenciação das pessoas ministras ordenadas na IECLB na realização de cultos. O padrão da cor do talar é o preto com detalhe em tecido branco chamado peitinhos, sobreposto na região do pescoço.

²⁰ Utilizo o termo ideário feminista para me referir ao conjunto diverso de ideias e vertentes que formam as concepções das mulheres luteranas e que convergem com o pensamento e, em alguns casos, com a epistemologia feminista.

social de mulheres que ingressou na Faculdade de Teologia (FACTEOL) de 1966 a 1986. Freiberg, pesquisando fontes documentais, traz a perspectiva das próprias mulheres que iniciaram a ordenação de mulheres na IECLB. No seu texto, chama atenção o desenvolvimento das suas análises e argumentos utilizando – de forma narrativa-comparativa-analítica – a imagem da vestidura feminina e do corpo numa relação comparativa correspondente ao ato de se despir e se vestir, como se as mulheres luteranas que ela pesquisa estivessem despindo-se de uma antiga vestidura e adotando uma nova. A teóloga utiliza o despir e o vestir como metáforas ao processo pelo qual aquelas mulheres luteranas estudaram Teologia, conquistaram a ordenação e persistiram nos seus enfrentamentos no trabalho religioso.

Para oferecer uma perspectiva de compreensão dos sentidos feministas do grupo de lideranças luteranas, os estudos sobre gênero/corpo entram neste trabalho com a proposta de refletir sobre “[...] as complexidades da consciência mesmo em face das formações culturais mais dominantes” (ORTNER, 2007a, p, 399) e como uma forma de “[...] examinar a maneira como as histórias reais, como durações e acontecimentos, são plasmadas por práticas que se situam dentro e contra a “estrutura” existente [...]” (ORTNER, 2007b, p. 29).

A perspectiva teórica de Sherry Ortner (2011[1984]) é explorada também nos métodos propostos para a pesquisa com o objetivo de problematizar essa dinâmica que envolve indivíduos e sociedade, agentes e instituições, projetos e poderes. O uso desta perspectiva teórica proposta por Ortner (2007a; 2007b) contribui para pensar como essas mulheres luteranas, situadas na conjuntura das novas demandas e lutas sociais, relacionam-se e agem em relação à IECLB e às disposições no sistema de poder androcêntrico presente no contexto religioso, levando em conta suas tensões, negociações e interesses, entre outros aspectos.

Discutindo essas questões por meio da abordagem teórico-metodológica escolhida, busquei apreender a dinâmica social, em face do sexismo hegemônico (MOORE, 1988; ORTNER, 1997). Quanto à discussão sobre religião, esta foi desenvolvida a partir da participação e identificação na produção dos discursos e representações das mulheres, envolvendo empenhos de autoridade teológica e seus processos de subjetivação.

Neste trabalho, a concepção de enquadramentos de Judith Butler (2018) contribui para a análise dos corpos nos espaços político-religiosos e os modos de

inteligibilidades e reconhecimento que constituem os exercícios de poder no âmbito da religião, e que facilitam o funcionamento do Estado, como os efeitos da metodologia presente na teologia feminista luterana que expõem as vulnerabilidades das mulheres e suas possíveis representatividades, porque também busca entender as vidas precárias na sociedade. Dessa maneira, parti de uma pressuposição da precariedade generalizada presente na vida das mulheres, sobretudo nas religiões de tradições patriarcais cristãs e encontrei em Butler (2018) as premissas para a compreensão da condição das mulheres e seus enquadramentos ativos na religião, porque na condição de teólogas feministas, elas estão agindo dentro de um sistema patriarcal buscando superar as desigualdades de gênero presentes no âmbito institucional religioso. Para Butler (2018),

[...] Não basta dizer que, como a vida é precária, ela deve ser preservada. O que está em jogo são as condições que tornam a vida sustentável, e, portanto, as dissensões morais centram-se invariavelmente em como ou se essas condições de vida podem ser melhores e as condições precárias, amenizadas [...] (BUTLER, 2018, p. 57).

A concepção de vida precária trazida por Butler (2018), também busca contribuir para o entendimento da formação do gênero, das “denúncias” teológicas feministas pela libertação das mulheres, pela diversidade sexual e suas expressões como um direito (BUTLER, 2003; 2018). Nesse sentido, busco tensionar e compreender o sujeito/agente do feminismo no contexto da confissão luterana no Brasil. Dessa forma, a religião é compreendida, nesta análise, como um elemento que existe e está envolvido na história ocidental onde os processos políticos e religiosos são dois movimentos que atuam articulados (ASAD, 2010). E, como propõe Butler (2018, p. 178), a religião também é “[...] uma matriz para a formação do sujeito cuja forma final não é determinada de antemão, uma matriz discursiva para a articulação e a confrontação de valores, e um campo de contestação [...]”.

O processo seguiu em busca da reconstrução histórica do contexto em que foram constituídos e autorizados os símbolos religiosos, seus sentidos no luteranismo e seu projeto de Igreja luterana no Brasil. Discuti um dos caminhos pelos quais a condição das mulheres na religião é problematizada e ressignificada

pela teologia feminista na conjuntura atual²¹ e nas relações tradicionais de gênero da sociedade brasileira, neste caso, dentro do luteranismo.

Uma importante contribuição e legado das abordagens feministas quando tratam da questão das mulheres nas religiões foi e é o de colocar em evidência o patriarcado. É como se esses estudos colocassem em relevo e confrontassem as religiões com a seguinte questão: - Essa dada religião é boa, liberta as mulheres ou as mantém submissas à lógica da dominação patriarcal?

Conforme fui desenvolvendo a pesquisa, meu viés metodológico foi se direcionando no sentido de encaminhar a análise em termos da participação das religiosas em relação à facilidade da religião luterana em munir um espaço social para as mulheres, como algo que não ocorre em outras Igrejas cristãs no Brasil. Adianto que o luteranismo tem a tradição de valorizar a educação das mulheres e das crianças²². Este aspecto está colocado nos escritos do reformador Lutero e foi constituído, desde o século XIX no Brasil, como necessidade na organização religiosa dos imigrantes, sobretudo, alemães e suíços. Isso oferece, ainda hoje, às mulheres um poder e uma permissão junto à esfera religiosa entre as pessoas luteranas, que contrasta com a realidade presente em outras Igrejas cristãs no Brasil, seja a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), sejam outras Igrejas evangélicas.

De acordo com Linda Woodhead (2002), a valorização da educação das mulheres nos espaços religiosos permite que elas tomem providências a partir de um capital cultural e social, oferecendo formas particulares de permissão e articulação dos seus medos, esperanças e convicções morais. Partindo dessa perspectiva oferecida por Woodhead (2002), compreendo essas mulheres que eu pesquisei como agentes racionais na elaboração e difusão de uma visão religiosa

²¹ A pesquisa de doutorado foi desenvolvida no mesmo período de mandato do governo presidencial de Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) – posteriormente, vinculou-se ao Partido Liberal (PL) – e recebeu intenso apoio da chamada “bancada evangélica”. É de se considerar que uma pastora pentecostal e advogada recebeu a direção do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, criado em seu governo. Em diversos momentos, Damares Regina Alves atuou no controle de políticas públicas com base em sua crença religiosa, particularmente, arrefecendo os avanços dos direitos das mulheres no país (LADEIRA, 2022). Recentemente, em janeiro de 2023 este ministério foi recriado pelo atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), na nomenclatura de Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e recebeu Silvio Luiz de Almeida, professor universitário, advogado e filósofo como titular do cargo. O Ministério das Mulheres, foi recriado no mesmo período, tendo como titular do cargo a publicitária e feminista Cida Gonçalves.

²² Assim como outras Igrejas históricas no Brasil foram Igrejas que também atendiam as elites e que fundaram universidades no país, as pessoas luteranas participaram ativamente de uma cultura de alfabetização e letramento no Sul do Brasil (DREHER, 2008).

específica e como promotoras da constante atualização da religião que é influenciada significativamente pelas diferenciações dos espaços sociais disponíveis, nacional e internacionalmente.

Neste meu texto, os conceitos de gênero/corpo, religião e poder produzidos na literatura feminista de gênero são operacionalizados e problematizados com a observação das práticas das mulheres luteranas e suas produções no campo de saber teológico masculino. Por isso, como um estudo das formas distintas da construção dos parâmetros da participação das mulheres nas religiões cristãs, o presente trabalho científico procurou, portanto, apresentar uma discussão comprometida em alargar a compreensão sobre a hierarquização de seres humanos dentro de um sistema de poder religioso que, neste caso, é o de uma Igreja luterana.

Na categoria de análise gênero está intrínseca a dimensão relacional e a utilizo forçando as interseccionalidades existentes na história e ações das mulheres pesquisadas para tentar dar conta das diferenças de classe, raça e geração presentes no conjunto das religiosas investigadas. Além dessas interseccionalidades, a categoria gênero me permitiu também delimitar com maior clareza e precisão como a diferença adquire a dimensão de desigualdade no campo das relações afetivas, de parentesco, na distribuição assimétrica de tarefas, no campo simbólico e, especialmente, nas estruturas de prestígio em relação à sociedade mais ampla. A hierarquia eclesiástica, neste sentido, é onde surge a subordinação religiosa histórica das mulheres, e é a partir dela que delineei os arranjos, estratégias e viabilidades dos trabalhos das mulheres na IECLB.

A pesquisa também aborda a percepção social do corpo das mulheres numa estrutura eclesiástica, no fazer teológico feminista luterano e nos processos das políticas de gênero que são elaboradas em um campo político e religioso. Tratei de compreender o que elas entendem sobre a concepção de ministério com ordenação que tem gênero (mulheres e homens) e corpo; em termos êmicos, como colocam minhas interlocutoras, no qual “não existe uma hierarquia de poder de gênero e nem é neutro, mas composto por homens e mulheres”.

Adotei o enfoque etnográfico para analisar e compreender, o contexto político-religioso no qual estão atuando as lideranças oficiais da IECLB e, em particular, as teólogas que se declaram feministas, privilegiando a realização da

etnografia nas regiões Sudeste e Sul do Brasil²³. Dentro da investigação, busquei situar as discussões, os usos e apropriações dos conceitos de mulher, gênero e religião, e compreender como usados e negociados em interface com a formação e atuação teológica no ministério com ordenação de mulheres.

Aqui, saliento novamente que o percurso etnográfico primordial precisou ser atualizado devido às impossibilidades que as condições da pandemia desencadeada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) implicou em quase dois anos no desenvolvimento da pesquisa. No período relacionado à pandemia, não tive possibilidade de me deslocar e acompanhar presencialmente as atividades das mulheres nas igrejas, em reuniões, eventos e instituições acadêmicas. As reuniões precisaram ser deslocadas para a internet. À vista disso, minha etnografia foi transferida para a sala de aula virtual. Em outras ocasiões, participei de forma remota nas reuniões mensais do Programa Gênero e Religião da Faculdades EST, em cursos e grupos de *WhatsApp* da paróquia luterana de Assis, SP e na Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASEs) nos estados de São Paulo e Paraná, no Brasil.

A revisão bibliográfica, principalmente a literatura relacionada aos estudos de gênero e à perspectiva etnográfica, contribuiu para a investigação sobre como as interlocutoras da pesquisa vivenciam as etapas de formação teológica-religiosa e, posteriormente, são ordenadas pastoras numa religião cristã no Brasil. Parte do processo da pesquisa deu enfoque à contextualização do avanço da cidadania clerical, a situações de positividade da subjetivação feminista como resistência no contexto pesquisado, à singularidade da posição de poder das mulheres no ministério e suas articulações no que tange ao tratamento e ao debate sobre as dissidências de gênero na Igreja.

Numa abordagem que privilegia o cotidiano e as subjetividades dessas mulheres, busquei compreender como vão se constituindo as consciências culturalmente produzidas pelo luteranismo, as motivações, projetos, ações, estratégias e capacidades políticas de agir dessas mulheres, a partir da experiência que realizam no ministério com ordenação e nos grupos de mulheres luteranas

²³ A tradição antropológica com a introdução do chamado trabalho de campo e a viabilidade da construção textual a partir do ponto de vista dos sujeitos da pesquisa, foi fundamentada pelo antropólogo polaco Bronisław Kasper Malinowski (1884-1942). Dessa maneira, refletir sobre a percepção das interlocutoras quanto à condição das mulheres feministas de confessionalidade luterana como objeto e sujeitos/agentes da pesquisa compactua com a lógica interna do campo da ciência social antropológica.

contra a hegemonia sexista, engajadas com o ideário feminista.

- Os capítulos

Escolhi dividir a tese em duas partes. Na primeira parte, busco contextualizar o exercício de ordenação de mulheres na IECLB e, na segunda, reconstruir os processos históricos desta Igreja no Brasil e a questão feminista na religião.

A primeira parte vai do capítulo Um ao Três. No primeiro capítulo, proponho uma discussão das práticas das mulheres ordenadas e algumas dificuldades encontradas nesse exercício específico na IECLB, partindo de uma reconstituição histórica da Reforma Protestante liderada por Lutero na Alemanha.

O segundo capítulo foi construído no esforço de identificar as mudanças significativas no processo de reconhecimento da autoridade das mulheres no exercício do pastorado pelas teólogas feministas. No terceiro capítulo, procurei discutir a diversidade que demanda o movimento feminista e suas tendências para atender às lutas das mulheres no contexto religioso brasileiro. E, adentrando na segunda parte da tese, no quarto capítulo, busco identificar o processo de reforma na IECLB e a constituição dessa Igreja protestante como evangélica no Brasil, destacando a participação das mulheres nessa esfera.

No quinto capítulo, busco apresentar uma particularidade presente no luteranismo da IECLB, que é a sua articulação com o regionalismo sulista brasileiro, com implicações para a condição da mulher e o entendimento e visão sobre o feminino nesse contexto. E, por fim, o sexto capítulo apresenta a discussão sobre as articulações entre religião e feminismo e as ciências sociais, estendendo-se à provocativa pergunta: - E então, o que muda no feminismo?

Capítulo 1

Empoderamento de mulheres no luteranismo brasileiro

*“Ser uma parte do que Você é
Ver uma parte do que Você vê
Como um tecelão, que faz do fio um pedaço
Como um bordador, que faz a arte pelos traços
Ser um tipo de você em mim
Ser um pouco do que sou em Ti
Um mosaico do amor de Cristo
Costurados no amor de Deus
Os detalhes viram um cobertor
Graça nem sei explicar”*

**(Música: “Mosaico” – Kleber Lucas, 2019.
Pastor e doutor em História)**

1.1 Martinho Lutero e a Reforma protestante

O mosaico é reconhecido como uma arte decorativa. Pequenas peças de diferentes cores são reunidas para formar uma figura maior. O termo mosaico, do grego (*mouseîn*) é relativo às inspirações das chamadas musas gregas. A essas entidades, na mitologia grega, era atribuída a potência de inspiração na criação no que se refere à arte ou à ciência.

O fazer da mosaicista ocorre na colagem próxima de pequenas peças – elas podem ser feitas com diversos tipos de materiais, em formatos distintos, pedaços de vidro, espelho, porcelana, grãos, moedas, conchas, azulejos, dentre outras variedades –, formando um efeito visual semelhante ao resultado impressionista nas artes.

O uso da metáfora do mosaico remete-se, num sentido maior, a um exercício de “quebrar” as visões mais comuns, mais difundidas e aceitas, sobre o lugar das mulheres nas Igrejas, particularmente cristãs – e, num sentido mais particular, aos meus próprios entendimentos sobre o lugar das mulheres nas Igrejas que, no meu caso, como já sinalizado, tem relação com minha origem dentro do catolicismo. Logo, quando nos referimos a “quebrar as peças”, estamos também buscando compreender como e até que ponto a Reforma luterana e sua história subsequente implicam num reposicionamento das mulheres dentro da Igreja e na religião. Neste

caso, a Igreja Reformada Luterana e o luteranismo.

Esse “quebrar as peças” começou logo ao nosso primeiro contato com uma pastora luterana, ocorrido antes do ingresso no doutorado, em meados de 2018. Em Marília, uma cidade localizada no interior do estado de São Paulo, procuramos participar do culto da pastora Paula Trein na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) da cidade de Marília. Depois desse encontro, os percursos de pesquisa de campo ocorreram em contato com as relações e entre as relações das mulheres de diferentes localidades do Brasil e de diferentes faixas etárias.

Mulheres teólogas e líderes luteranas em diferentes partes do mundo, revisitaram, nos últimos anos, próximo da comemoração dos 500 anos da Reforma, a contribuição histórica das mulheres no contexto das mudanças teológicas, políticas e religiosas na Europa do século XVI. No Brasil, o trabalho dos diversos grupos de mulheres luteranas, à sua maneira de organização, realizado em “mutirão”²⁴ – categoria êmica do grupo -, repercute um passado de trabalho feminino nas primeiras comunidades luteranas e é contínua a força da união das mulheres na história do luteranismo de imigração alemã no país. Tem ainda, no bojo das capacitações teológicas e dos grupos de mulheres, o contexto reformador religioso pelo prisma das ações das mulheres protestantes históricas, especialmente de Catarina de Bora (Katharina von Bora), esposa de Martinho Lutero, uma representação significativa do empoderamento, da coragem e rebeldia, propagada pelas teólogas vinculadas à IECLB (ULRICH; DALFERTH, 2017).

Para o historiador Keith Randell (1995) a Reforma Protestante iniciada no século XVI na Europa, constituiu-se em um processo de alterações no modo de crer e praticar a fé cristã, inicialmente na região da Europa ocidental e depois em outras regiões do mundo. O termo Reforma engloba os fatos e os processos históricos, políticos, sociais e religiosos que marcaram o século XVI, período no qual, as primeiras novas igrejas e agremiações protestantes foram criadas (RANDELL, 1995). A profunda mudança de pensamento cristão está conectada ao contexto social e político do período medieval europeu, fomentado pelos ideais humanistas e renascentistas de até dois séculos anteriores (RANDELL, 1995).

²⁴ Flávia Renata da Silva (2010), também identificou no discurso das pessoas luteranas da Colônia Riograndense, no estado de São Paulo, o uso da categoria “mutirão”, quando relatavam sobre o envolvimento das pessoas luteranas na construção da Escola Alemã local e da igreja luterana.

As relações de poder principiadas pela fé cristã reformada e sua base teológica é o objeto do presente capítulo, compreendendo os aspectos sociais, políticos e religiosos do período da Reforma. Os desdobramentos do processo histórico desencadeado pelas reformas pretendidas por Martinho Lutero é o fio norteador da discussão dos capítulos seguintes²⁵. O fortalecimento de uma concepção de sacerdócio geral de todas as pessoas crentes e o sentido de autoexame conferem o sustentáculo da conduta de evangélicos de confissão luterana e é o que promove o sentido religioso e teológico de liberdade e justiça para a atuação no ministério com ordenação de mulheres na IECLB.

Na Europa, segundo Randell (1995), a Reforma Protestante fez parte do processo que caracteriza o período final da idade média que integrou o conjunto de transformações que moldaram a modernidade. O poder civil era constituído pelo monarca e o poder eclesiástico pela Igreja, representada no topo da hierocracia eclesiástica pelo papa em Roma e, na sua base, na parte inferior desta hierarquia, o clero católico estava mais próximo da população. Nessa ordem medieval política/religiosa, normalmente as pessoas não se dirigiam diretamente a Deus, pois se acreditava que Deus era inacessível aos sujeitos comuns (RANDELL, 1995).

De acordo com Silvia Federici (2017), para as pessoas comuns, a aproximação com Deus deveria ser feita através de um representante de Deus no mundo, nesse caso, os homens pertencentes ao clero católico. E em torno disso existia toda uma cosmologia mediadora, na forma de representações iconográficas, como santos e anjos, situados no chamado céu, lugar celestial onde haveria a vida eterna. Também havia a produção de conhecimentos espirituais elaborados pelo clero da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) em conjunção com as produções filosóficas e políticas, assim como havia a produção de um saber sobre os demônios, chamados de demonólogos, homens que buscavam compreender este outro lugar, o chamado inferno que também agia sobre os homens da Terra (FEDERICI, 2017).

²⁵ Martinho Lutero (1483-1546), era de origem germânica, foi monge católico de formação agostiniana, teólogo e professor. Considerado como um pai espiritual para as pessoas luteranas, segundo Fernando Jorge (1992, p. 19), “A carreira de Lutero como pregador público foi iniciada em Wittenberg, na Capela da ordem dos Agostinianos. Os seus sermões atraíram numerosa assistência e ele tinha, além do magnetismo pessoal, uma voz sonora, agradável, límpida, bem timbrada.”. É reconhecido pelos cristãos e historiadores como uma das figuras centrais da Reforma Protestante. Lutero também foi quem primeiro escreveu a tradução da Bíblia para a língua alemã, em 1453, divulgada amplamente na imprensa, fato que inclusive colaborou para a unificação e difusão de uma língua alemã.

Segundo Federici (2017), além de uma concepção dualista religiosa marcada pela oposição entre “céu” e “inferno”, neste período havia uma crença quase universal de que se poderia comprar a salvação da alma, fazendo diversos tipos do que se chamava de boas ações. Uma delas era a compra de indulgências que equivalia a remissão dos pecados com a diminuição de tempo no purgatório.

Dentro desse complexo de crenças, a conjuntura das reformas religiosas no século XVI, expressa os anseios políticos, econômicos e religiosos que levaram alemães, suíços, escandinavos, holandeses e ingleses a contestar a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) e a tornarem-se pessoas membras de Igrejas protestantes. Sob a perspectiva do impacto nos modos de ser e estar no mundo, o movimento religioso da reforma possibilitou o surgimento de novas concepções de sentidos éticos, estéticos, políticos e econômicos. As novas concepções teológicas protestantes tiveram maior destaque e difusão a partir de Lutero e João Calvino (Jean Cauvin)²⁶, que colocaram em novos parâmetros as relações até então concebidas entre liberdade e obediência entre os homens e desses para com o seu Deus (WEBER, 2004 [1905]). Consciência, predestinação, vocação, graça e fé desdobraram-se em novas concepções teológicas e de racionalização da vida, no pensamento e na conduta dos europeus (WEBER, 2004 [1905]).

Max Weber (2004 [1905]), compreendeu a Reforma, a partir do seu conceito de racionalização da vida. O contexto de transformações do período da Reforma Protestante trouxe uma nova configuração na determinação cultural e religiosa no ocidente em seus aspectos econômicos, sociais e culturais que constituiu uma nova diferenciação na conduta dos indivíduos. Weber (2004 [1905]) já dizia que a vocação para o trabalho, como conceito moderno, surgiu na Reforma protestante, extrapolando a vida religiosa monástica – a “vida para a regra”²⁷, segundo Giorgio Agamben (2014) – e inserindo-a na vida secular. “[...] Lutero considerou o labor diário num emprego secular como vocação divina, e aboliu a vida monástica. Assim

²⁶ Considerado o pai do calvinismo (uma vertente do movimento da Reforma Protestante mais conservadora e puritana), João Calvino (1509-1564) teve contato com os escritos de Lutero em Paris, mas foi em Genebra o lugar onde mais atuou, transformando-a, naquele período, no centro mais importante de difusão do protestantismo na Europa.

²⁷ Agamben (2014) chama de “vida para a regra”, o modo de vida instituído pelo cenóbio (convento/monastério), local onde existe uma forma de vida comum entre as pessoas e que é própria de um saber histórico de caráter religioso e de uma epistemologia da vida ordinária. “[O cenóbio é, nesse sentido, sobretudo uma escansão horária integral da existência, em que a cada momento corresponde seu ofício, tanto de oração e leitura quanto de trabalho manual. [...] ele transforma, pela escansão temporal, a vida inteira em ofício. (AGAMBEN, 2014, p. 32-33).

toda energia religiosa dessa vocação foi desviada para dentro do trabalho.”, afirma Paul Freston (1989, p. 82).

Essas transformações nas condutas dos indivíduos com as reformas criadas com o protestantismo, moldaram as subjetividades e as relações sociais capitalistas. Nesse sentido, consideramos que o protestantismo é um aspecto cultural dos movimentos da Reforma religiosa (ORTNER, 2007b; WEBER, 2004 [1905]). De acordo com Ortner (2007b), o movimento do protestantismo “[...] remodelou tanto as práticas como as subjetividades [...] (p. 32)” no ocidente. Segundo Weber (2004 [1905]), a ação de retirar-se do mundo, que ocorria na vida nos mosteiros, foi rejeitada a partir do movimento da Reforma Protestante, como no caso do ex-monge agostiniano Lutero. Gradativamente acontecia um avanço da vida laica conduzida pela metódica ascese racional cristã na vida profissional das pessoas:

[...] Diante dessa minha afirmação expressa da continuidade intrínseca entre a ascese monástica extramundana e a ascese profissional intramundana [...] justamente essa continuidade, como todos podem ver, é que é um pressuposto fundamental de todo o meu ensaio: a Reforma conduziu a ascese racional cristã e a metódica de vida para fora dos mosteiros e as introduziu na vida profissional mundana [...] (WEBER, 2004 [1905], p. 221).

No calendário protestante, o dia 31 de outubro é uma data em destaque para os seguimentos protestantes e evangélicos, pois se trata de uma data comemorativa da Reforma. É particularmente conveniente às pessoas luteranas, por representar o marco histórico inicial, ocorrido em 1517, compreendida como a data de início de um processo de mudanças no âmbito eclesiástico da Igreja e das suas concepções teológicas. Para os reformados europeus, o marco do fim deste processo é a data de 1555, quando da Paz de Augsburgo. Para pessoas brasileiras de confessionalidade luterana da IECLB, contudo, esse processo não se finda em 1555, a reforma religiosa é compreendida e lembrada como um processo contínuo que ainda não terminou²⁸.

Como é de amplo conhecimento, o início da Reforma para os evangélicos de confessionalidade luterana foi iniciado a partir da ação iniciada por um dos membros da hierarquia eclesiástica da Igreja católica Apostólica Romana (ICAR), o clérigo

²⁸ A Paz de Augsburgo foi um tratado pela tolerância das pessoas alinhadas ao luteranismo no Sacro Império Romano-Germânico, estabelecido oficialmente em 1555, por Carlos V e as forças da Liga de Esmalcalda na cidade de Augsburgo, atual Alemanha.

dominicano Martinho Lutero, quando em 1517 protestou publicamente o que ele considerava as falhas da Igreja, publicando a sua lista chamada de “95 Teses”, fixada na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg (BLASI, 2017). Lutero também enviou ao arcebispo de Mogúncia, o frade alemão dominicano Johann Tetzel, protestando contra a maneira como os católicos geriam a Igreja. Segundo Keith Randell (1995) este protesto formal feito por Lutero continua ainda hoje sendo lembrado e comemorado tanto por seguidores do luteranismo, quanto por historiadores simpáticos ao luteranismo.

Soma-se a isso o fato de que Lutero e o seu movimento reformador representam o poder da contestação de um indivíduo. É o indivíduo rompendo, ousando e suspeitando das condutas religiosas hegemônicas já estabelecidas naquele contexto histórico. Um indivíduo propondo uma outra maneira de professar a religião e a fé cristã. Apesar das pessoas luteranas conferirem o crédito a Lutero, ele não tinha sido o primeiro. John Wycliffe e Jan Huss, por exemplo, estudaram as possibilidades de realizarem mudanças no interior da ICAR e foram perseguidos como heréticos²⁹. Essas críticas, contudo, vieram a ter maior repercussão a partir da teologia de Lutero que, por sua vez, não trabalhou sozinho, mas contou com colaboradores no processo reformatório na Alemanha, como seus colegas da Universidade de Wittenberg, entre os quais Filipe Melanchton (1497-1560) (RANDELL, 1995).

A Reforma reverbera na contemporaneidade os seus fundamentos quando os cristãos afirmam ser a fé em Cristo o suficiente para a chamada salvação. Mas, do ponto de vista dos reformadores, a cisão entre a ICAR e as Igrejas protestantes não era o objetivo inicial do movimento da Reforma. Esta foi uma consequência política, de certa forma indesejada, segundo Wanda Deifelt (2016), em entrevista para Ricardo Machado³⁰. Deifelt, afirma que Lutero tornou pública as suas “95 Teses”

²⁹ John Wycliffe (1320-1384), foi um teólogo inglês que participou nos processos da Reforma religiosa e considerado um dos precursores das reformas que agitaram o contexto europeu nos séculos XV e XVI; também traduziu a Bíblia para o idioma inglês, ficando conhecida como a Bíblia de Wycliffe. Baseado em suas ideias, Jan Huss (1369-1415) iniciou um movimento religioso e seus seguidores ficaram conhecidos como os Hussitas. Huss sofreu a excomunhão da Igreja e foi condenado pelo Concílio de Constança a ser queimado vivo. Acesso em: jan. 2020.

³⁰ A teóloga feminista luterana e professora acadêmica Wanda Deifelt, foi a primeira mulher a ocupar a cátedra de Teologia Feminista na Faculdade EST, em 1991. Atuou em outras instituições de ensino no Brasil e atualmente é docente no Luther College, nos Estados Unidos. A entrevista produzida por Ricardo Machado (2016), está disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/561775-um-olhar-feminino-sobre-a-reforma-protestante-entrevista-especial-com-wanda-deifelt>. Acesso em: jan. 2020.

com intenção de chamar a hierarquia da Igreja para um debate sobre a autoridade papal, sobre o êxito da venda das indulgências e a consequente banalização do arrependimento que as indulgências provocavam.

Três anos após seu protesto, em 1520, Lutero publicou seus estamentos mais importantes, considerados como o programa da Reforma: “Do cativoiro babilônico da Igreja”, “À nobreza cristã da nação alemã” e “Da liberdade do cristão” (ALTMAN, 1994). Nesse último tratado, o teólogo estabeleceu as novas bases e postulados teológicos que fundamentaram a constituição de uma nova estrutura e ordenamento eclesiástico, ficando a unidade da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) irreversivelmente afetada. Além disso, no mesmo ano, o papa Leão X enviou à Lutero a chamada bula da excomunhão (ALTMAN, 1994). Como um ato de desagravo e protesto, queimou a bula da excomunhão publicamente (RANDELL, 1995).

Muitos teólogos reformadores, semelhante a Lutero, aspiravam por um Deus menos cruel e uma Igreja mais simples, menos sacramentada, sem indulgências, onde pudessem ter mais liberdade e um sacerdócio geral aos cristãos (RANDELL, 1995). É significativo que, no período de 1500, existiam pessoas definitivamente interessadas em uma reforma da grande instituição cristã eclesiástica romana, ou mesmo insatisfações, afirma Randell (1995). A grande parte da população europeia não sabia ler, mas, na Alemanha, havia queixas, e a principal delas era contra os privilégios hierárquicos da hierarquia eclesiástica e a sua autoridade, como estrangeiros. As partes constituintes da Alemanha eram governadas por príncipes seculares ou eclesiásticos que reconheciam apenas uma lealdade limitada ao chefe do Sacro Império Romano. Este Sacro Império estava, nesta perspectiva, muito mais próximo de uma ICAR controlada por cardeais e papas italianos.

Conforme o tempo foi passando, Lutero foi encontrando as bases para criar uma doutrina chamada de “sacerdócio universal” – também chamada entre as pessoas luteranas de sacerdócio geral de todas as pessoas crentes –, associada à justificação pela fé (LE MOS; ALVES, 2013; ULRICK, 2016). Uma das consequências disso foi a remoção dos obstáculos dos Estados dominados por Roma e isso abriu a possibilidade de o rei poder, com maior liberdade, consultar diretamente a Deus e a si mesmo (LE MOS; ALVES, 2013). Não mais estava, portanto, limitado pelas decisões e interpretações da ICAR ou do papa. Já no plano do indivíduo, essa concepção e prática religiosa o libera das autoridades

eclesiásticas e, aos poucos, Lutero desenvolveu o princípio da *sola scriptura* (só a escritura liberta) (LEMOS; ALVES, 2013).

Nesse sentido, Lutero contribuiu para as novas interpretações bíblicas desde o contexto da Reforma, quando traduziu a Bíblia do latim para o alemão, no período em que, na Alemanha, os cristãos começaram a colocar em práticas novas concepções distintas do cristianismo difundido pela ICAR. Portanto, a interpretação individual da Bíblia, sem a necessidade de uma mediação sacerdotal, refletia os objetivos de Lutero.

O impacto de Lutero na Reforma Protestante é tão significativo na sociedade alemã e europeia, que tanto Friedrich Engels, quanto Karl Marx remeteram-se ao teólogo para demonstrar o processo histórico de transformação da sociedade camponesa alemã e da religião como um fenômeno socialmente construído e imbuído na luta de classes. Desta forma, a Reforma Protestante foi compreendida por esses pensadores como uma força revolucionária que teria ficado presa ao campo teórico-teológico formulado pelos reformadores burgueses moderados:

[...] Mesmo historicamente, a emancipação teórica possui uma importância especificamente prática para a Alemanha. O passado revolucionário da Alemanha é teórico – é a Reforma. Assim como outrora a revolução começou no cérebro de um monge, agora ela começa no cérebro do filósofo. [...]. (MARX, 2010 [1843], p. 152).

Karl Marx (2010 [1843]) também atribuiu à Reforma uma significativa transformação na vida dos indivíduos. A relação dos fiéis com as autoridades religiosas foi rompida com a Reforma Protestante que possibilitou mais liberdade das pessoas diante das suas angústias, do pecado e suas obrigações religiosas. Lutero, por sua vez, foi de fato um sujeito que conseguiu romper com as amarras de uma Igreja medieval, revigorizando as mentalidades das pessoas crentes e as suas convicções religiosas.

[...] Sem dúvida, Lutero venceu a servidão por devoção porque pôs no seu lugar a servidão por convicção. Quebrou a fé na autoridade porque restaurou a autoridade da fé. Transformou os padres em leigos, transformando os leigos em padres. Libertou o homem da religiosidade exterior, fazendo da religiosidade o homem interior. Libertou o corpo dos grilhões, prendendo com grilhões o coração [...]. (MARX, 2010 [1843], p. 152).

Para Marx (2010 [1843], p. 152) o protestantismo foi a “[...] maneira correta de colocar o problema [...]” religioso das pessoas crentes para com as autoridades clericais, mas não foi a solução para os antagonismos sociais. Ainda que na forma da crítica, Marx aponta para o grande impacto da Reforma encaminhada por Lutero. Diante disso, veremos que a religião também pode influir na vida das mulheres em geral. Como procuramos demonstrar neste estudo, isso foi se desenvolvendo no Sul do Brasil pela IECLB, notadamente em comunidades luteranas fundadas por imigrantes teuto-brasileiros que se caracterizavam por organizar e buscar suprir as necessidades das comunidades e das pessoas de religiosidade protestante. Nesse sentido, encontramos nos parâmetros da confessionalidade luterana, o elemento fundamental da expressão e a busca pela liberdade cristã e criticidade teológica no caso das mulheres religiosas feministas que estudamos.

É preciso não perder de vista que a Reforma Protestante tem em si diversas causas interrelacionadas. O fato é que, quando Lutero escreveu as 95 Teses, ele não estava contra a força da religião, mas contra a hierarquia católica que, para ele, se afastava dos princípios do cristianismo. A inflexão de Lutero foi concretizada no processo social que permitiu outro exercício e concepção de fé religiosa dentro do cristianismo por direito a todas as pessoas. Essa primeira quebra do monopólio da dominação de pessoas e territórios foi fundada com o movimento protestante da reforma e a quebra do poder da ICAR.

Consideramos que a Reforma religiosa é o melhor símbolo do processo de mudanças culturais na sociedade ocidental cristã daquele período e das subjetividades, atingindo os processos de conquistas territoriais, disputas colonialistas e a emergência da diversidade religiosa dentro do próprio cristianismo para além da Europa (ORTNER, 2007b; WEBER, 2004 [1905]). Portanto, o paradigma medieval do vínculo entre política e religião foi rompido com as transformações que a Reforma Protestante trouxe e a confessionalidade protestante foi ganhando cada vez mais espaço em diferentes países. Isso significa um mundo não homogeneizado pela mesma crença cristã e como um desdobramento, também o não crer se constituiu em direito, cinco séculos depois da Reforma Protestante.

No próximo tópico, será discutido os vieses de secularização da IECLB, a maneira que se realiza a apropriação desse cristianismo pelas pessoas protestantes evangélicas no Sul do Brasil e como as mulheres se realizam como pertencentes a esta comunidade.

1.2 Empoderadas da Reforma: práticas religiosas e ordenação

O fim da medida do isolamento e distanciamento social para a redução do contágio pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) permitiu-nos a retomada da pesquisa de campo *in loco*. Foi quando viemos a conhecer a sede da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), localizada em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, em 2021. A partir de então, pudemos visitar várias vezes o bairro rural Colônia Riograndense, situado em um município do interior de São Paulo, fundado por descendentes de alemães, migrando desde o Rio Grande do Sul. Muitas cidades compõem meu campo de pesquisa: Assis e Marília (SP), Blumenau e Pomerode (SC), Maringá (PR), Porto Alegre, Novo Hamburgo e São Leopoldo (RS) e Belo Horizonte (MG) e foram alguns dos lugares onde busquei conhecer a realidade, *in loco*, de grupos de pessoas luteranas vinculadas a paróquias luteranas. Frequentei eventos em território brasileiro (RS, SC, PR e SP) e em dois países relevantes na história do movimento da Reforma e diretamente ligados ao tema desse estudo. Em Genebra (Suíça) tivemos a possibilidade de conhecer os espaços e as relações entre as pessoas membras de Igrejas vinculadas à Federação Luterana Mundial (FLM) presentes, assim como os locais históricos marcados pela Reforma Protestante e luterana, em Berlin e Wittenberg (Alemanha)³¹. No seu conjunto, esses foram momentos importantes da pesquisa de campo que contribuíram para esse nosso esforço em juntar, agregar e agrupar as “peças”, histórias de mulheres religiosas que, por diversas vezes, organizadas em mutirão, ou sozinhas, estão vivendo o luteranismo, revivendo memórias e construindo novos horizontes.

É comum as pessoas protestantes e evangélicas valorizarem uma história tradicional e a memória dos eventos e personagens masculinos dos movimentos cristãos reformadores protestantes (por exemplo, Martinho Lutero, João Calvino,

³¹ Em outubro de 2022, acompanhamos as interlocutoras Marcia e Sabrina em um curso internacional intitulado “Capacitação sobre incidência a favor dos direitos humanos das mulheres”. O treinamento ocorreu no prédio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e foi organizado pela Federação Luterana Mundial (FLM), Finn Church Aid (FCA) e pela Norwegian Church Aid (NCA). O curso de capacitação teve como objetivo permitir e aumentar a efetividade dos trabalhos das pessoas participantes ao explorar plataformas e estratégias de incidência eficazes a nível local e mundial e familiarizarem-se com mecanismos da Organização das Nações Unidas (ONU) que pretende promover a justiça de gênero a nível local e regional. Este treinamento teve duração de cinco dias e estavam presentes cerca de 70 mulheres e 1 homem. As pessoas participantes atuavam nas Igrejas luteranas de diferentes regiões do mundo, dentre elas, como pastoras, teólogas e ministras.

Filipe Melanchthon). Nos cultos, celebrações e prédicas, normalmente, destacam-se biografias gendradas, ou seja, com a produção e expressão das regularidades que moldam o gênero pela heteronormatividade. Isso tende a ocorrer nos discursos dos homens envolvidos com o poder nas Igrejas e com os espaços de saber teológico. Os esquecimentos e lembranças evocadas sobre o período das transformações do século XVI e XVII na Europa sustentam a perspectiva de que a religião foi experienciada, desenvolvida e constituída por homens altamente letrados e religiosos. Tal prática colabora para que as mulheres continuem escondidas ou silenciadas por detrás da figura ou pensamento masculinista e androcêntrico. No campo teológico e dos espaços de incidência pública ou política nas religiões cristãs, isto também tende a ocorrer ainda hoje. Mas também existe a sua contestação e isso é verificado neste trabalho.

A contemporaneidade, este mundo em que vivemos, é caracterizado por grandes transformações tecnológicas, mudanças na linguagem, surgimento de novas mídias. Contudo, mesmo sendo esse um mundo em transformação, ainda predominam representações de gênero que continuam desfavorecendo as mulheres, ocultando-as e excluindo-as de certos espaços. Um dos efeitos mais diretos dessa invisibilidade e exclusão é a ausência de corpos, rostos, pensamentos, conhecimentos e práticas de mulheres nas narrativas históricas. Confrontar e transformar essa realidade é parte dos motivos que levam muitas mulheres luteranas no Brasil a questionar e reconfigurar os lugares das mulheres na história e suas condições na Igreja. Uma dessas condições é a questão da ordenação de mulheres.

No final do século XIX, segundo Gerdi Nuetzel (1996), os movimentos de mulheres lutaram para melhorar as condições de formação educacional, possibilitando melhor acesso às universidades e às formações teológicas. As primeiras discussões sobre o tipo de trabalho e a posição que as mulheres poderiam ocupar na hierarquia eclesial nas Igrejas protestantes surgiram depois que as primeiras mulheres se formaram em Teologia (NUETZEL, 1996). O exemplo das Igrejas protestantes da Alemanha indica que os trabalhos das mulheres na teologia tiveram início na década anterior à eclosão da Segunda Guerra Mundial, elas auxiliavam os pastores nas comunidades e trabalharam no ensino religioso direcionado às meninas em escolas públicas (NUETZEL, 1996).

As lideranças das Igrejas protestantes e os professores de Teologia nas

universidades acreditavam em uma natureza feminina e reconheciam nas pastoras uma especial aptidão para o trabalho reprodutivo da educação com crianças, jovens e mulheres e assistenciais, principalmente aos doentes e idosos. A hierarquia masculina eclesiástica não permitiu, neste primeiro momento, às teólogas, fazerem sermões na frente de homens, no culto (NUETZEL, 1996). Justificavam-se argumentando que o apóstolo Paulo teria ordenado às mulheres a ficarem em silêncio no culto. No caso da Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial, as teólogas, em diversas Igrejas, substituíram os pastores que serviram como militares. Entretanto, elas foram retiradas da condição de pastoras e proibidas de exercerem essa atividade na hierarquia eclesiástica após o fim da guerra. Nuetzel (1996) afirma que, em Igrejas protestantes, disputas sobre onde inserir as mulheres teólogas duraram muitos anos e as Igrejas tentaram elaborar novas leis para criar um ministério “feminino” direcionado às mulheres.

A vista disso, as teólogas se reuniam e refletiam sobre a possibilidade da criação de um ministério *sui generis*, para transformar o ministério pastoral tradicional dentro do qual o pastor, homem, figura masculina, é o chefe único da comunidade (NUETZEL, 1996). No entanto, perceberam que, com a opção de um ministério *sui generis*, elas ficavam sempre em segundo lugar em relação aos pastores, sem acesso à administração dos sacramentos. O que essas teólogas reivindicaram, contudo, era uma igualdade no ministério pastoral em todos os aspectos. Essa, que fora uma questão presente após a Segunda Guerra, veio ganhando força nas últimas décadas num movimento de busca de maior contribuição e participação das mulheres nas estruturas eclesiásticas (NUETZEL, 1996). Desse modo, estratégias para a transformação dessas estruturas têm se destacado e voltaram a ser discutidas, principalmente por pastoras (NUETZEL, 1996).

Na IECLB, a ordenação tem a marcação de gênero dicotômica, não é neutra, é formada por homens e mulheres. No século XVI, não existiam circunstâncias de visibilidade da mulher, do aparecimento do seu corpo no poder e a posituação da autonomia feminina ou do nome das mulheres nos assuntos políticos decisivos. O que ocorria, além de outras condições de submissão alocadas ao feminino e às mulheres, era a ocultação delas nas narrativas que iam sendo produzidas e reproduzidas de forma impressa, como os livros, pois cabia a espaços como esse, considerados produtores de razão, a reprodução do modelo de representação

heteronormativa patriarcal.

Os homens geralmente mais conhecidos que participaram dos processos iniciais da Reforma Protestante, como Martinho Lutero, Filipe Melanchton, Lucas Cranach, João Calvino, João Knox, Ulrico Zwínglio e Matheus Zell, entre outros, são nomes mais identificados dentro ou fora das instituições religiosas quando o assunto é a Reforma religiosa. Raramente um nome de mulher é citado. Reconhecendo o significado desses processos históricos, as mulheres criaram um movimento contemporâneo na IECLB, a partir da recuperação da figura de Catarina de Bora (1499-1550) com resgate de sua biografia e tendo sua representação atualizada. Nesse movimento, sua história e de outras mulheres participantes do movimento da Reforma são compartilhadas e experienciadas por metodologias criadas em diálogo com a Federação Luterana Mundial, a Faculdade EST, mediante as ações do Programa Gênero e Religião (PGR) e em comunidades acadêmicas e religiosas. Isso motivou a busca por maior conhecimento e contato com a vida e biografia de Catarina de Bora, seja por parte das teólogas luteranas da EST, de mulheres das OASEs, ou do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana (FRML).

Esse movimento foi impulsionado pelas atividades realizadas no contexto de comemoração dos 500 anos da Reforma luterana, em 2017. Naquele ano, 2017, foi inaugurado o monumento de corpo inteiro na Faculdades EST, no qual Catarina segura um livro e expressa movimento, como se estivesse caminhando. Além da intenção em transmitir a ideia de “mulheres em movimento”, a roupa de Catarina possui uma composição gradativa das cores roxo e azul entre flores vermelhas, especificamente na superfície da saia, confeccionada em mosaico.

Simultaneamente, esse movimento que busca transformar a estrutura patriarcal contribui com as tradições populares das mulheres, suas “mulheridades”, ou seja, formas de serem e existirem como mulheres e, na organização coletiva, mesmo que se encontrem ramificadas e até separadas – na maioria dos casos – entre as esferas religiosa e política. No caso da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a instituição vem acompanhando as mudanças dos processos de secularização da sociedade e as revisões teológicas feministas feitas por mulheres a partir de suas experiências. Nos últimos anos, a vida de Catarina de Bora é evocada e a relevância da sua participação no movimento da Reforma Protestante é discutida. Essa figura histórica tornou-se referência especial e delineadora da representação de gênero que, atualmente, vem sendo construída

pelas e pelos luteranos da IECLB. As qualidades revistas em Catarina de Bora, difundida no tempo presente pelas pessoas luteranas, são coragem, ousadia e empoderamento³² da Reforma luterana, que servem como inspiração para as mulheres da contemporaneidade (ULRICH; DALFERTH, 2017).

As mulheres que atuaram na Reforma Protestante são, geralmente, esquecidas nas Igrejas. Entre outros nomes, Catarina Schultz Zell (1497-1562) e Susana Wesley (1669-1742) são referências de mulheres que participaram da Reforma que as luteranas brasileiras estão recuperando³³. Nas tradições religiosas que nascem com o protestantismo, o sacerdócio geral de todos as pessoas crentes, foi, na época da Reforma, um tema significativo e vastamente propalado. Ainda assim, no período, não garantiu o direito às mulheres de guiarem uma comunidade religiosa.

Enquanto na Idade Média o ideal religioso direcionado às mulheres e ao feminino era o de reclusão em conventos e a consagração da vida religiosa como monja ou freira – modelo de vida que ainda pode ser encontrado em algumas regiões do Brasil (PIRES, 2015; 2018) –, na época da Reforma Protestante, não era muito diferente da condição das mulheres religiosas no Brasil colônia, existia um ideal de representação feminina, ser esposa e mãe ou monja (ALGRANTI, 1993). A dignidade das mulheres dependia da sua fidelidade à representação feminina submissa a um homem, seja ele um pai ou marido e a maior realização das mulheres era com a maternidade. Essas representações ainda são reproduzidas no Brasil e continuam manipulando e estimulando o aparecimento de corpos e subjetividades que encontram, nesses espaços, as condições de realização na fé como mulheres.

Lutero considerava como inexistente a vontade divina para que mulheres exercessem qualquer liderança. Até mesmo mulheres em posições relativas de poder, como rainhas precisavam, segundo ele, da figura masculina para as

³² O termo empoderamento tem sua origem no inglês *empowerment*, e foi traduzido para o contexto latino-americano pelo pedagogo humanista Paulo Freire na obra “Medo e Ousadia: o cotidiano do professor”, escrito em 1986. Em diálogo com Ira Shor, Paulo Freire amplia o conceito, saindo de uma perspectiva individualista, apontando para a transformação social que envolve o conceito de liberdade, tão caro para o movimento da Reforma. Um dos primeiros textos de Lutero que tocou na questão da liberdade, foi “Da Liberdade Cristã”, de 1520, o qual chamou pela primeira vez a atenção para Catarina de Bora.

³³ A plataforma virtual “500 Jahre Reformation: von Frauen Gestaltet”, criada por ocasião da comemoração dos 500 anos do Movimento da Reforma publica histórias de mulheres do Movimento da Reforma. Disponível em: <http://www.frauen-und-reformation.de/>. Acesso em: fev. 2023.

aconselharem e exercerem autoridade (LUTERO, 1995). Essa noção patriarcal legitimava ao masculino o direito de sujeito de autoridade e de razão. Para o reformador, o papel de ajudantes e companheiras era apropriado às mulheres e, nesse sentido, as relações tradicionais de gênero permaneciam sujeitas as vontades dos maridos, porque nada se alterava na condição de esposa e mãe (LUTERO, 1995).

Outros reformadores foram ainda mais sexistas e radicais no assunto, publicando tratados contra qualquer tipo de autoridade na direção de governos por mulheres, como é o caso do escocês patriarca presbiteriano João Knox (1514-1572). Knox produziu justificações sexistas baseadas no sexo biológico e na escritura sagrada. Mesmo reconhecendo como vontade de Deus mulheres notáveis em posições administrativas, ele afirma que as mulheres em posições de comando eram usurpadoras da autoridade masculina.

Knox sentia extremo ódio pela soberania das mulheres, em 1558, dentre tantos escritos contra a participação das mulheres na política, publicou o "Primeiro Clarim Contra o Monstruoso Governo de Mulheres", dirigindo-se a Maria Tudor³⁴. Nessa obra, ele dizia ser contra uma mulher governar e teve de se desculpar com Elizabeth I, Rainha da Inglaterra (a meia-irmã de Maria Tudor), que nunca o perdoou (LUZ, 2001). Embora os posicionamentos das lideranças masculinas da Reforma fossem patriarcais, algumas mulheres, sobretudo, em Genebra, na Suíça, buscaram ocupar espaços; escreviam cartas às autoridades eclesiais, livros, escritos direcionados às mulheres e algumas tornaram-se pregadoras, como é o caso de algumas mulheres da tradição calvinista, Marie Dentièrre na Suíça e Rachel Speght, na Inglaterra (DEIFELT, 2001)³⁵.

No contexto atual da IECLB, existe, em diferentes grupos de mulheres, a identificação com ideários feministas. Isso se dá, principalmente, entre pastoras e teólogas que atuam contra a violência e discriminação das mulheres e de gênero. Essa atuação é acompanhada da produção acadêmica sobre mulheres. O trabalho exercido pelas mulheres a partir da cátedra de Teologia Feminista na Faculdades EST e no Programa de Gênero e Religião (PGR) realiza uma apropriação e uma

³⁴ Maria I ou Maria Tudor (1516-1558) nasceu em Greenwich, na Inglaterra e foi a primeira rainha da Inglaterra e Irlanda tendo em seu reinado perseguido centenas de protestantes para restaurar o catolicismo, ficou conhecida como Boody Mary (Maria sanguinária).

³⁵ Depois de Lutero na Alemanha, o movimento da reforma religiosa se estabeleceu na Suíça – Genebra, por muitos anos, foi um local de refúgio para os protestantes europeus perseguidos no período das guerras religiosas –, com a vertente calvinista e foi difundida para outros países.

ressignificação de noções e conceitos das Ciências Humanas e Sociais, o que permite maior qualificação para o trabalho teológico, de assessoramento e filantropia, além de reconhecimento acadêmico (no que se inclui os títulos) (ANJOS, 2009).

Dessa forma, existe uma situação similar à militância – configurada muitas vezes no que elas chamam de denúncia –, a favor das mulheres em diferentes ramificações da Igreja, contra o patriarcalismo na religião, mas também na procura de inserção mais ativa e pública, além da formação universitária e constituição de saberes no campo da teologia, nestes espaços. Esse campo de saber e, particularmente, o feminismo na teologia é constituído em contato com as áreas do conhecimento das Ciências Sociais, sobretudo com a Filosofia, Sociologia, História, Antropologia e a Psicologia. Neste diálogo interdisciplinar, buscam denunciar elementos do sistema patriarcal e androcêntricos que discriminam e violam as mulheres nas tradições religiosas, na sociedade, na maneira de interpretar a Bíblia e na própria formação teológica.

Esse processo formativo concilia formação e participação com uma agência militante de contestação e ação para a melhoria das condições de trabalho religioso e profissional das mulheres, o que inclui a prestação de serviços fora do espaço religioso³⁶. Um “jogo simultâneo”, como propõe Johanna Siméant (2002), e utilizado no estudo de Gabriele dos Anjos (2009), ajudou-nos a compreender a teologia elaborada pelas feministas luterana como uma estratégia na produção intelectual que, simultaneamente, denuncia e faz a evangelização, tanto na igreja como em espaços diversos em que elas vão se inserindo.

O historiador e pastor luterano Martin Dreher (2005) e Anjos (2009) argumentam que tanto as reivindicações relativas aos problemas das mulheres que

³⁶ No *website* da Faculdades EST, podemos encontrar as diretrizes que organizam a equipe de professores e estudantes com as questões de gênero no ensino, na pesquisa, assessoria e outras atividades gerenciadas pelo Núcleo de Pesquisa de Gênero (NPG) (<http://www.est.edu.br/conheca-a-est/programa-de-genero-e-religiao/apresentacao>). Ligado ao NPG, o Programa de Pós-graduação em Gênero e Religião (PGR) tem realizado reuniões mensais no formato remoto que viabiliza o diálogo entre as pesquisas coletivas e individuais desenvolvidas pelos estudantes e pesquisadores vinculados. O NPG é cadastrado no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPq desde 1999 e é responsável pela organização do “Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião”, evento acadêmico bianual na Faculdades EST. Este congresso, que ocorre desde 2004, reúne pesquisadores e estudantes de diferentes regiões do Brasil e de outros países e, além de propiciar momentos de espiritualidade, reúne teólogas feministas e pessoas membras de diferentes Igrejas. O NPG gerencia e publica os Anais dos trabalhos apresentados nos congressos e outras publicações do PGR, por exemplo, a *Revista Coisas do Gênero: revista de estudos feministas em teologia e religião* (online - ISSN 2447-2654: <http://revistas.est.edu.br/index.php/genero>).

trabalham em diferentes instâncias da Igreja, quanto da mobilização em torno da perspectiva feminista nos estudos de gênero é algo que foi iniciado no Brasil e continua existindo a partir de mulheres das Faculdades EST.

As ações produzidas por este “jogo simultâneo” de engajamento na religião e nos estudos fundamentam e estruturam o pensamento feminista luterano e fortalecem as mulheres diante dos desafios da vida. Em trabalho de campo, conheci, Tania Sansone, uma mulher negra de 54 anos de idade, estudante do bacharelado em Teologia e bolsista junto ao Programa de Gênero e Religião (PGR) na Faculdades EST. Sua graduação é realizada na modalidade à distância e foi por ela reconhecida como transformadora na sua vida, porque, antes, o contato com a religião era realizado nas igrejas onde não havia uma leitura feminista da Bíblia. Encontrou dificuldades durante o divórcio, principalmente na falta de amparo que ela não teve na sua igreja, onde era um pastor que dirigia. Tania disse, durante um momento de reflexão teológica com o PGR, ter reconhecido há pouco tempo o machismo presente nas pregações e nos tipos de leituras da Bíblia que até então ela conhecia.

Essa falta de apoio no contexto religioso tornou o processo de divórcio muito difícil para ela, a ponto do seu marido recorrer a violências patrimoniais. E ela não tinha subsídios e consentimentos na sua igreja em reconhecer, naquele contexto, a violência que sofria, diante de Deus e seu marido, segundo a estudante. Contudo, estudando e, atualmente, produzindo teologia feminista, a partir de uma outra Igreja, a IECLB, e acompanhada por suas professoras, ela agora se sentia capaz de realizar uma leitura da Bíblia mais reflexiva e crítica, também capaz de aplicar em sua própria vida, o empoderamento que, segundo as luteranas, a Reforma proporciona, quando compreendido em termos feministas. No próximo tópico, será discutido outro aspecto da condição das mulheres que fazem teologia: as dificuldades e os conflitos internos dessas mulheres na experiência de tentar conciliar, fazer e trabalhar com feminismo na religião.

1.3 “Parece que nunca é feminista o suficiente”: viver uma vida feminista na religião

O avanço da secularização da sociedade e a propagação de novas concepções do feminismo, à semelhança do crescimento e incorporação por

diferentes segmentos sociais dos discursos feministas, da denúncia da discriminação por sexo e violência doméstica, configuram um quadro no qual algumas Igrejas se propuseram a atualizar e restituir ao público as suas ideologias sobre a representação do feminino. O início da década de 1970, que traz a entrada progressiva das mulheres no contexto do mercado de trabalho e nas universidades, também provocou a criação de novos parâmetros morais e sexuais nas Igrejas que visam, por este caminho, a permanência de sua concorrência no campo religioso brasileiro.

As mudanças mais significativas no que tange ao status, representação e poder das mulheres na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) demandaram reconfigurações e diversificação nos ministérios. Uma Igreja constituída no Brasil com pretensões de contínuas alterações institucionais, como é o caso da IECLB, permanece realizando uma reforma no tempo histórico e interna (implicada nos costumes), o que é significativo na composição e nas condições e status das mulheres em suas comunidades. Nessa Igreja, isso é algo que podemos encontrar nas mudanças do seu eixo de ensino, a Faculdade de Teologia (FACTEOL), agora denominada de Faculdades EST (Escola Superior de Teologia). Algo que, nas últimas décadas, tem influenciado a forma de experimentar e viver a espiritualidade de confissão luterana nos seus rituais religiosos.

Desde as suas primeiras aglutinações de comunidades no Brasil, essa Igreja viabilizava delimitados espaços para o trabalho das mulheres. A OASE e a Ordem das Diaconisas, são algumas das principais organizações ou espaços dirigidos e constituídos por mulheres (ANJOS, 2009). Na IECLB, todos os cargos atribuem funções que podem ser desempenhadas por homens e mulheres. Segundo o “Estatuto do Ministério com Ordenação da IECLB”,

Art. 2º. O ministério com ordenação se desdobra em quatro ministérios específicos, que são: o pastoral, o catequético, o diaconal e o missionário, com incumbências comuns e peculiares, nos termos deste estatuto, estando autorizado, para o respectivo exercício, a ministra ou o ministro que tenha sido, previamente, habilitado e ordenado pela IECLB. (IECLB, 2015, p. 2)³⁷.

³⁷ O “Estatuto do Ministério com Ordenação da IECLB”, está disponível no “Portal Luteranos” – website oficial da IECLB. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/conteudo/estatuto-do-ministerio-com-ordenacao-da-ieclb>. Acesso em: jan. 2020.

Entretanto, atuar nos mesmos lugares que os homens, diretamente, não significa igualdade nas condições. Marcia Blasi (doutora em Teologia pela Faculdades EST, professora de Teologia Feminista na Faculdades EST e atual executiva no Programa de Justiça de Gênero e Empoderamento da Mulher na Federação Luterana Mundial) e outras mulheres vinculadas ao PGR da Faculdades EST, expuseram dificuldades nos últimos cinco anos para vivenciar o trabalho, a religião e o feminismo no Brasil.

Freiberg (2019) encontra empecilhos nos discursos das pastoras luteranas que não são nomeados claramente por elas, mas afirma que neles transparecem sofrimentos e obstáculos como parte da vivência fragmentada de ser pastora, esposa e mulher. Em outros momentos, nos depoimentos estudados por Freiberg (2019), aparecem dificuldades específicas como o excesso de atividades pastorais, cobranças externas e internas que muitas vezes desencadeiam frustrações e o sentimento de culpa. Em pesquisa de campo, observamos em reuniões, congressos e conversas informais as insatisfações apresentadas pelas mulheres com as condições de cansaço e desapontamento do predomínio masculino na estrutura da própria instituição de formação teológica.

“Parece que nunca é feminista o **suficiente**”, declarou a teóloga Sabrina Senger, após nossa primeira comunicação presencial, sobre o desenvolvimento da pesquisa às interlocutoras do PGR, em São Leopoldo, realizada no dia 24 de maio de 2022. O feminismo elaborado na academia, sobretudo, no campo da teologia e da religião, segundo esta teóloga, ainda é pouco reconhecido e legitimado. A concepção tradicional de neutralidade científica, alinhada ao cristianismo patriarcal e androcêntrico ainda é hegemônica no campo de saber teológico e nas instituições. O tema “mulheres”, em alguns contextos, é tratado com indiferença, não parece relevante ou urgente. A sensação que fica, segundo Sabrina é de uma insuficiência das mulheres feministas que são também religiosas ou até reconhecidas como menos feministas por serem religiosas e, por isso, “Parece que nunca é feminista o suficiente”. No âmbito subjetivo das experiências das mulheres, para a teóloga Marcia, ser feminista e estar na religião, é outro conflito constante:

[...] Como foi difícil ser feminista e ainda pastora no Brasil nos últimos cinco anos. É um conflito constante ser feminista e pastora, mas a gente lê, a gente discute e a gente faz uma teologia feminista. A gente vai tentando navegar neste tempo e descobrir que sim,

temos muitas coisas libertadoras para a gente. Mas a instituição ainda é binária. (Marcia, teóloga e professora acadêmica, em conversa por videoconferência, 2022).

O fator da escolarização das pessoas que compõem a membresia da IECLB é significativo. Segundo Marcia, com o luteranismo ocorre também um incentivo ao processo educativo fundamental direcionado às famílias luteranas e, particularmente, às crianças dessas famílias. O culto, nas comunidades teuto-evangélicas, era feito nas escolas, e as meninas também tinham que ser escolarizadas. Em diferentes momentos do trabalho de campo, as ministras Marcia e Paula explicaram que a ideia central de Lutero era de que todas as pessoas poderiam ler a Bíblia por si mesmas e interpretá-la³⁸.

No que tange ao tema das mulheres nos cristianismos, a partir da segunda metade do século XX, as discussões euro-americanas foram difundidas para os países “periféricos”, no qual disputaram diferentes agentes e movimentos de mulheres (FREESTON, 1998; ANJOS, 2009). Partindo de uma leitura que adota a perspectiva da relação “centro-periferia”, Jaqueline dos Anjos (2009) coloca que, em certas Igrejas cristãs, ocorreu uma influência que se deslocou de países “centrais” (indo-europeus) para a América Latina. Exemplos são as Igrejas evangélicas protestantes – associadas pelo Conselho Mundial das Igrejas (CMI, com sede em Genebra, na Suíça) e pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC, com sede em Brasília, no Brasil) – e a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR)³⁹. É possível considerar que, em maior ou menor grau, discursos relacionados às mulheres que se inseriram nesses espaços, repercute no desejo de organização e tensionamento das próprias mulheres dentro da IECLB.

Outro ponto a se considerar é que, a partir da de uma análise institucional, a abertura para a inclusão dos trabalhos de mulheres na IECLB não ocorreu como uma ação de iniciativa da Igreja. Representa muito mais uma resposta da Igreja

³⁸ Em ANEXOS, Figura 1 (p. 229), imagens expostas em quadros na parede de entrada da IECLB de Marília, São Paulo, que simboliza e comunica o dever dos pais na educação dos filhos, a valorização da educação para as mulheres, a justiça social e a preservação da natureza.

³⁹ O Conselho Mundial das Igrejas (CMI) foi fundado em 1948 e congrega, atualmente, 340 Igrejas-membro de diversos países e tem a perspectiva ecumênica como seu fundamento. O Conselho Mundial das Igrejas Cristãs (CONIC) foi criado em Porto Alegre, RS, em 1982 por cinco Igrejas, são elas: Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e Igreja Presbiteriana Unida (IPU) e a Metodista (esta não integra mais o CONIC). Em 2017 a Aliança de Batistas do Brasil (ABB) integrou-se ao conjunto de Igrejas-membro. Em ambas as instituições, no CMI e no CONIC a IECLB participa das discussões de forma preponderante.

quanto aos benefícios que o trabalho de muitas mulheres e suas extensas obras trouxeram para essa Igreja e comunidades luteranas ao longo do tempo, desde, ao menos, o final do século XIX. No campo das ações das mulheres que participam da Igreja, elas se sentem parte da Igreja e por isso não é necessário incluir o que já está dentro, mesmo invisibilizado. São exemplos dos seus trabalhos a arrecadação de dinheiro, a assistência social, saúde e educação. Nessa que é uma história eclesial marcada por uma longa tradição de protagonismo das mulheres, a entrada das mulheres nos cargos eclesiásticos é um resultado da reivindicação e pressão das próprias mulheres no interior da IECLB e das disputas no campo do saber teológico. E, como resultado, a IECLB tem, atualmente, no trabalho eclesiástico das mulheres, os recursos culturais particulares para a sua continuidade no país.

Segundo Jaqueline dos Anjos (2009), no contexto das negociações político-religiosas que passam a ocorrer a partir das décadas 1960 e 1970, a representação das mulheres foi redefinida a partir de diferentes interesses institucionais das Igrejas cristãs como um todo. Por parte da Igreja Católica Apostólica Romana, diversas iniciativas foram realizadas, por exemplo, a menção à condição feminina no documento final do Concílio Vaticano II, a criação da Comissão de Estudos sobre a Mulher na Sociedade e na Igreja em 1973, além da edição progressiva de vários documentos pontifícios relativos à chamada questão feminina.

No contexto protestante, a Federação Luterana Mundial (FLM) instituiu, em 1970, em sua quinta assembleia, a Secretaria da Mulher, o que garantiu em 1984, a participação de pelo menos 40% de mulheres em assembleias (PHILIPPSEN, 2016). Portanto, é neste período que algumas mulheres começam a discutir questões relacionadas diretamente a participação das mulheres na Igreja, dando impulso a criação da Secretaria da Mulher na IECLB (ROTH, 2010). O movimento inicial das mulheres luteranas em busca de parceria com a IECLB tem semelhança ao que ocorreu junto ao Estado na década de 1930, por exemplo, quando na primeira proposta de criação do Departamento Nacional da Mulher – mas não instituído⁴⁰ –, por Bertha Lutz⁴¹, fundadora da Liga para a Emancipação Intelectual

⁴⁰ Não podemos esquecer que o avanço das conquistas dos direitos das mulheres no Brasil, durante o século XX, foi interrompido primeiramente pelo golpe de Estado realizado por Getúlio Vargas, em 1937, instituindo a ditadura do Estado Novo e o fechamento do Congresso que durou nove anos; e depois, novamente interrompido no período da ditadura militar no país (1964-1985).

⁴¹ A feminista Bertha Lutz, por exemplo, filha de pai brasileiro, o prestigiado cientista Alfred Lutz e de mãe inglesa, contribuiu para organizar esforços contra a oposição masculina aos direitos das mulheres. Bertha realizou estudos na Inglaterra e França, formou-se em Biologia na Sorbonne,

da Mulher.

Isso comprova, como já afirmou Anjos (2009) que a entrada e participação das mulheres no campo eclesial não foi uma proposta de iniciativa da IECLB enquanto instituição, mas das mulheres organizadas e influenciadas com as transformações socioculturais que ocorriam na sociedade na década de 70 e 80 no Brasil e no mundo⁴². Desde a chegada das diaconisas alemãs consagradas⁴³ em Wittenberg para as comunidades religiosas brasileiras, muitas evangélicas luteranas no Brasil, posteriormente, envolveram-se com a formação em diaconia⁴⁴, combinada com outras formações no campo profissional (BRAKEMEIER; OLIVEIRA; VELTEN, 2022).

A presença das *schwester* no Brasil é um indício da atuação de mulheres alemãs na área de saúde e na formação religiosa de mulheres imigrantes, primordial no contexto da formação luterana no Brasil⁴⁵. Essas foram mulheres diaconisas

retornando ao Brasil em 1918 (SOIHET, 2012). Como bióloga e ativista, Bertha participou de um feminismo cauteloso que destacava os atributos femininos nas mulheres, segundo Branca Moreira Alves (2019). Bertha reconhecia os desafios da luta pelo sufrágio e manifestou seu feminismo pela primeira vez em carta publicada na *Revista da Semana*, refutando as justificativas jurídicas contrárias ao avanço da mulher nos setores da vida social, enfatizando os benefícios da mulher na maternidade e na infância (ALVES, 2019).

⁴² Essas transformações na sociedade foram realizadas pela contestação dos valores sociais, das relações de gênero por parte das gerações mais jovens em busca da liberdade sexual incentivada pelo uso de anticoncepcionais, as mudanças anticulturais e político-ideológicas da mudança organizacional; no âmbito internacional, tivemos a influência da cultura estrangeira e a história da arte para o contexto da Guerra Fria que mudou o mundo ideologicamente.

⁴³ Os primeiros grupos de diaconisas alemãs no século XIX na Alemanha e, depois, no século XX outros grupos consagrados no estado de Espírito Santo e em São Leopoldo, viviam em conformidade com as regras instituídas na Irmandades religiosas de mulheres na Alemanha. O celibato, o uso permanente do hábito, o sistema de comunhão de bens e o princípio do envio formavam as regras principais de vida religiosa das diaconisas luteranas no Brasil. Mais tarde, por um comunicado oficial do Conselho da Igreja, realizado em 1998, as irmãs consagradas anteriormente foram todas aceitas como ordenadas (BRAKEMEIER; OLIVEIRA; VELTEN, 2022).

⁴⁴ Diaconia, entre as pessoas luteranas, é a ação religiosa que conjuga formação intelectual teológica da pessoa e a concretização da fé por meio de trabalhos desempenhados. É direcionada a todas as pessoas e significa uma ação de ajuda mútua, seu objetivo último é a aprendizagem do culto a Deus. “[...] O específico da diaconia evangélica reside, sobretudo, em sua motivação e seus objetivos. Está embasada no Evangelho e tem, no culto, sua meta, o que, naturalmente, mostrará reflexos na sua práxis, e porque não podem ser separadas a ação diaconal e o testemunho evangélico. Embora não idênticas, deverão permanecer correlacionadas. Nem sempre a correlação precisa ser explícita. Diaconia se corrompe ao transformar-se em evangelização forçada. Deve permanecer gratuita, abster-se de fazer imposições e cuidar para evitar dependências. E, todavia, ficará em débito com as pessoas, se sua obra que é limitada não apontar para o amor ilimitado de Deus e deixar de ser para ele transparente” (IECLB, 1988). Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/conteudo/diaconia-evangelica>. Acesso em: dez. 2021.

⁴⁵ O termo *schwester* tem origem alemã e significa mulher religiosa ou irmã. Uma *schwester* no contexto brasileiro, representava uma mulher com conhecimentos médicos e religiosos. Elas atuavam diretamente na saúde das mulheres e nas comunidades luteranas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Além da formação profissional em obstetrícia eram diaconisas formadas e trabalharam na direção e formação de hospitais e casas de maternidade nessas regiões.

profissionalizadas e especializadas na obstetrícia, na educação e no trabalho religioso. Mesmo vivendo a obrigatoriedade do uso de uniformes, essas mulheres eram religiosas que vieram para o Brasil com objetivos diferenciados de outras religiosas europeias que também chegavam ao Brasil no mesmo período, por exemplo, as freiras católicas. As *schwestern* foram convocadas pelas comunidades locais para trabalharem no contexto particular da saúde das famílias e das mulheres no Brasil. Elas cuidavam das comunidades teuto-evangélicas e estabeleciam um vínculo direto com as mães e as jovens. Este intercâmbio local, entre as mulheres brasileiras e as alemãs religiosas, proporcionaram disposições para o trabalho profissional das mulheres e a construção do serviço de diaconia luterana no Brasil.

A partir de 1952, por meio da assembleia geral da FLM em Hanôver, Alemanha, iniciou-se o intercâmbio dinâmico das mulheres luteranas brasileiras com outros países, com fluxos mais contínuos na Europa. A IECLB abriu novas oportunidades para as mulheres organizadas, inclusive para representar a OASE em reuniões e assembleias das Igrejas-irmãs em outros territórios. Assim, puderam realizar cursos, capacitação de lideranças de mulheres e outros temas relativos a elas na Igreja e na sociedade. Em 1964, atuaram na Alemanha, em 1978, na Suíça e depois em outros países: Estados Unidos, México, Hungria, Eslováquia, República Tcheca, Polônia, Baviera, Moçambique, Suécia e outros (BAESKE, 1999).

Importante observar que, no luteranismo de imigração alemã no Brasil, o serviço das pessoas crentes não está restringido às suas instituições ou Ordens religiosas, como é comum no catolicismo com as suas Ordens, seminários para os homens e conventos para as mulheres. No luteranismo da IECLB, as atividades precisam estar relacionadas à prática da cidadania, ao cuidado para com a comunidade religiosa e com atenção à sociedade civil.

Já existia, desde a década de 1930, nas Igrejas protestantes históricas no Brasil, a reivindicação pela ordenação de mulheres – nesse contexto, o movimento feminista reivindicava o direito ao voto feminino, a igualdade entre os sexos e questionava a divisão sexual das atribuições de gênero. Segundo Fabíola Rohden (1995), apenas em 1971, ocorreu oficialmente a primeira ordenação de mulheres no Brasil, realizada pela Igreja Metodista. O ministério com ordenação de mulheres foi aprovado em seu Concílio Geral, seguiram-se a IECLB, a Igreja Episcopal e a Igreja Presbiteriana Unida (ROHDEN, 1995).

A questão dos chamados ‘direitos das mulheres’ foi sendo incorporada nas

diferentes denominações cristãs, à medida que o tema ganhou legitimidade social. Essa atenção para as problemáticas das mulheres, da qual as Igrejas participaram, de forma geral, tinha relação com a progressiva abertura religiosa para os temas seculares nas Igrejas. As circunstâncias conjunturais de protesto é algo que toca diretamente a problemática desse trabalho no que se refere as teólogas feministas luteranas, pois permite estabelecer uma correlação entre a Reforma religiosa proposta por Lutero, suas ações de protesto e o movimento feminista organizado no século XX.

Da Reforma às feministas contemporâneas, em ambos os movimentos históricos, resguardados seus aspectos históricos e objetivos particulares e a super pluralidade do segundo, destacam-se atitudes de protesto e descontentamento dos grupos ligados ao processo de secularização da sociedade. Desde os anos sessenta, essa abertura – ou movimentos para que ela ocorra – vem acontecendo, tanto na ICAR quanto nas Igrejas vinculadas ao CMI, mediante o fomento às diferentes teologias e pelo incentivo que existia e existe a partir de determinados fóruns de discussão⁴⁶.

Ligiane Taiza Fernandes (2010) coloca que a experiência religiosa de “ouvir o chamado” é algo que aparece nas narrativas de mulheres ordenadas. Mas ela destaca um outro aspecto: romper o preconceito. E esta é uma questão que demanda ação política de grupo. Pensamos ser este o caso da IECLB; as falas de mulheres ordenadas e teólogas da IECLB, seus trabalhos de campos e suas produções acadêmicas teológicas instigam e propõem a ideia de justiça de gênero.

A ideia de justiça de gênero no contexto luterano foi primeiramente difundida em 2013 pela Federação Luterana Mundial (FLM), que tem sua sede em Genebra,

⁴⁶ As interpretações que buscavam resgatar a presença das mulheres neste campo contribuíram para a releitura da Bíblia e das tradições das Igrejas nos anos 1980/90, especialmente considerando a condição e contribuição social das mulheres na religião. Considero, neste trabalho, que esta perspectiva de oferecer validade e reconhecimento às mulheres, está presente nas elaborações das feministas luteranas e pode ser compreendida a partir do chamado ‘feminismo da diferença’ – conceito reconhecidamente fundado pela filósofa estadunidense Carol Gilligan (1982), como “a voz diferente” das mulheres, isso porque ela ocupa lugares contra-hegemônicos e marginalizados; considerando o privilégio do homem e as características a ele associadas, corporificadas na estrutura política, social e epistemológica, a voz da mulheres, neste sentido, é silenciada e inferiorizada. Entretanto, devemos frisar que embora nos grupos de mulheres da IECLB, as qualidades e os trabalhos das mulheres sejam enaltecidos e diferenciados, nas abordagens realizadas no campo da teologia feminista luterana o termo feminino é historicizado e desnaturalizado e, a categoria de gênero é utilizada inclusive para conferir o distanciamento de uma concepção a-histórica dicotômica de gênero e de essencialização das mulheres. Portanto, são duas maneiras de entender as mulheres na Igreja e que caminham juntas, mas sobretudo, da parte das teólogas feministas, com a pretensão de tencionar essas concepções.

na Suíça e materializada em documentos oficiais denominados de Política de Justiça de Gênero, os quais serviram de inspiração para a criação, em 2014, da Política de Justiça de Gênero da Fundação Luterana de Diaconia (FLD); para a aprovação, em 2015, da Política de Justiça de Gênero da Faculdades EST – que o adota “[...] como um princípio teológico, pedagógico e ético [...]” (PGR-EST, 2015, p. 1) e mais recentemente, em 2022, inspirou a criação e aprovação da Política de Justiça de Gênero da IECLB. Além disso, as mulheres ordenadas também revelam incômodos com os privilégios resultantes de uma hierarquização eclesiástica masculina histórica nas Igrejas, e que se reflete ainda em outras esferas na sociedade. O conceito elaborado pela FLM e presente nos documentos institucionais a ela vinculados define que a

[...] Justiça de Gênero: implica a proteção e promoção da dignidade de mulheres e homens. A justiça de gênero se expressa através da igualdade e de relações de poder equilibradas entre mulheres e homens e da eliminação dos sistemas institucionais, culturais e interpessoais de privilégio e opressão que sustentam a discriminação (FLM 2014, p. 38).

Para as pastoras e teólogas, interlocutoras da pesquisa, é consensual que a Reforma Protestante está sempre em processo no tempo. Reconhecer as mulheres como ministras religiosas é parte desse processo reformador da Igreja e tem sido informado como justiça de gênero. Isso permite considerar que o movimento feminista pela teologia feminista possibilitou uma nova tecnologia no campo de saber que exerce poder na resignificação da subjetividade das mulheres – com a crítica do sistema patriarcal – e no sentido da busca por justiça social de gênero.

Segundo Marlise Matos (2010, p. 88), é possível vislumbrar uma reconstrução do feminismo a partir do Sul global na contemporaneidade

[...] É pela primeira vez que se faz possível e até palpável vislumbrar e reconhecer a ideia do fluxo, do trânsito movimentalista em uma perspectiva crítica entre pensamento e práxis feminista na virada de uma “quarta” onda. [...].

Dados empíricos podem sustentar nossa afirmação de que existe, no feminismo luterano, os anseios por diálogos internacionais mais engajados e atualizados, a partir do forte alinhamento com o Conselho Mundial de Igrejas, o que

permite às teólogas feministas carregarem e atualizarem em seus trabalhos de assessoria e na produção teológica, os aspectos transnacionalistas e de alargamento da concepção de justiça, discriminação e dos direitos humanos.

Algo que iremos analisar mais detidamente no capítulo 5 e que nos chamou a atenção foi a realização dos chamados ‘cultos campeiros’, realizados por algumas pastoras luteranas, e que converge a tradição religiosa da IECLB com o tradicionalismo gaúcho. Alguns trabalhos de campo corresponderam em acompanhar este estilo de culto, no qual a pastora local vestiu-se de prenda para a realização do culto, e o ambiente foi organizado com objetos e enfeites da cultura gaúcha, como de costume no Rio Grande do Sul⁴⁷. É um tipo de celebração religiosa realizada em ambientes mais próximos da natureza e, de preferência, em áreas que tenham um vasto campo, como existente no Sul.

O primeiro contato com as interlocutoras da pesquisa, como já foi assinalado, ocorreu em 2018 e foi realizado com a pastora Paula, quando ela ainda atuava na paróquia de Marília, no estado de São Paulo⁴⁸. Poucos anos depois, ela foi transferida para o Sínodo Paranapanema, especificamente na paróquia de Assis, no estado de São Paulo. Paula possui 34 anos, é proveniente de uma família protestante de ascendência alemã e, desde adolescente, participou de concursos de prendas e formou-se em Teologia pela Faculdades EST.

Segundo a pastora Paula, quando uma mulher é enviada para uma comunidade, ela ainda precisa conquistar esse espaço e, geralmente, isso é realizado com esforço. Na sua trajetória de vida, os elementos que fogem da tradicional representação de uma autoridade ocupada pela figura masculina na história do protestantismo, estão presentes. Paula é uma ministra que exerce o pastorado, possui 34 anos, foi mãe aos dezenove, é divorciada e, atualmente, está casada.

Em seu depoimento, podemos perceber as dificuldades encontradas na

⁴⁷ A prenda é uma mulher com atributos femininos que forma o par complementar do homem, representado pelo gaúcho. A indumentária gauchesca das mulheres é um vestido ou saia, enfeitada e a blusa possui mangas curtas ou longas. Nas palavras de Letícia Borges Nedel (2011, p. 213), “[...] ‘Prenda’ foi a palavra escolhida para designar a mulher tradicionalista, porque a ‘china’, companheira do gaúcho antigo, era sinônimo de prostituta. A terminologia obedeceu a critérios similares aos da ‘pilcha’, usada para nomear o traje típico. Os dois termos remetem a algo de valor – no primeiro caso dinheiro, no segundo, prêmio ou recompensa. [...]”.

⁴⁸ Ver em ANEXOS, Figura 2 (p. 230), fotografia da fachada da IECLB, localizada em Marília, no interior do estado de São Paulo. A Figura 3 (p. 230), é uma imagem propaganda da paróquia de Marília, usada nas redes sociais para comunicar o dia de culto da IECLB de Marília.

gestão da paróquia e, nesse sentido, Paula procura diferenciar as suas ações:

[...] Então tu tens que falar, mostrar que o seu jeito é diferente, no culto, na orientação cristã e no seu jeito de trabalhar. Eu não tenho uma mulher para me ajudar, enfeitar e preparar o altar para mim. Por isso nós percebemos muitos preconceitos, também da comunidade, quando é uma mulher a presidir o culto e orientar a comunidade [...]. (Paula, teóloga e pastora, em entrevista, 2018).

Ao exercer o pastorado, Paula percebeu a necessidade de reelaborar a sua corporalidade para ocupar um lugar de direito conquistado pelas mulheres na IECLB, mas historicamente estabelecido pelo corpo masculino na cultura das religiões cristãs. Ora, o corpo é vulnerável por sua definição, um fenômeno social que fica exposto aos outros corpos (BUTLER, 2018, p. 58). Paula reconhece que aposta numa conduta diferente para exercer o pastorado em relação aos pastores homens, no sentido de oferecer mais atenção as pessoas e envolver a comunidade a participar nos estudos bíblicos. Mas reconhece que as pessoas a veem de uma forma que, muitas vezes, não é como gostaria de ser vista, e por isso ela deve mostrar a sua diferença, no altar, na comunidade e na sua vida como pastora luterana. Isso pode ser compreendido como uma estratégia das mulheres, segundo Rosi Braidotti (2004), em positivar a diferença sexual percebidas historicamente como inferiores e assimétricas para um reconhecimento da positividade da diferença, neste caso, construídas nos espaços de saber teológicos e eclesiais (FURLIN, TMANINI, 2017).

O projeto de redefinir a subjetividade feminina em termos de diferença sexual – entendida como um signo de múltiplas diferenças, inclusive materializadas nas instituições e nos corpos e que se opõe a ideia tradicional de diferença como pejoração –, segundo Braidotti (2004, p. 22),

[...] equivale a egatizar y promulgar la falta de simetria entre los sexos, esto es, su radical diferencia. Ello eleva el proyecto feminista a una dimensión epistemológica pero también ética, al centrarse en los valores alternativos que las mujeres pueden aportar. Defendiendo la especificidad feminista en función de un modo de pensamiento nuevo, situado y por consiguiente relacional, el feminismo busca reconexión aunque acepta la no complementariedad y la multiplicidad. Asimismo, destaca positivamente la importancia del incardinamiento o corporización y la experiencia vivida.

Neste sentido, estamos diante de um projeto feminista não essencialista, mas um projeto em movimento de integração social das mulheres, conservando as diferenças. Voltando ao discurso de Paula, percebemos o tom de queixa e crítica que revela uma ação social e pensamento igualitário como um *ethos* no mundo, ou seja, seu tom emocional atribui um modo de ação social que cria efeito moral de justiça.

Em seu depoimento, Paula também traz uma visão do que é ser mulher. Sua concepção extrapola a sua própria posição na Igreja, quando diz “[...] eu não tenho uma mulher para me ajudar, enfeitar e preparar o altar para mim [...]”, além da sua fala sugerir ironia, também indica a falta do privilégio, de maior apoio de outras mulheres da comunidade que ela dirige. No campo da teologia, Melanie May (1999), ao problematizar a presença efetiva dos corpos das mulheres na estrutura eclesial, manifesta que:

A presença de mulheres [...] como corpos de mulheres – em lugares públicos de liderança religiosa significa a difamação de nossos corpos e de nossa sexualidade promovida durante séculos por parte do ensino eclesial. [...] é também uma corajosa afirmação de uma nova realidade: o caráter integral para mulheres e homens, na mente e no corpo [...]. (1999, p. 114).

Deve-se notar que as mulheres na IECLB vêm liderando uma mudança na teologia nos últimos anos, surtindo influência em outras denominações religiosas e no espaço de saber teológico. Desde a década de 1980, as mulheres luteranas no Brasil tiveram a coragem de enfrentar na academia, especialmente nos departamentos de Teologia e lideranças de Igrejas, questões relacionadas à ampliação dos direitos humanos no âmbito da sexualidade e da corporeidade das mulheres, historicamente percebidas e naturalizadas socialmente.

A teóloga Claudete Beise Ulrich, possui 59 anos de idade e trabalhou como pastora durante vinte anos. Nasceu em Candelária, no estado do Rio Grande do Sul e reside em Vitória. É mestra e doutora em Teologia pela atual Faculdades EST, com intercâmbio estudantil na Nicarágua. Além da formação teológica, Claudete realizou pós-graduação em Ministério Escolar e Ensino Religioso Escolar e licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e dois pós-doutorados em História pela Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC) e em Educação, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Claudete trabalhou como empregada doméstica, auxiliar de enfermagem, secretária, bancária, pastora em duas paróquias da IECLB e, no pastorado escolar de uma escola comunitária. Na Alemanha, a teóloga trabalhou como intercambista ecumênica na Igreja Luterana de Hanôver e como coordenadora de estudos na Academia de Missão, ligada à Universidade de Hamburgo. Atualmente, Claudete está como professora na graduação e pós-graduação na Faculdade Unida de Vitória, ES. Nesta instituição, Claudete é coordenadora de dois grupos de pesquisa e no curso de licenciatura em Ciências das Religiões.

Desde criança participava das atividades da igreja luterana e dos cultos infantis. Seus pais faziam parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, posteriormente, migraram para a cidade. Sua mãe trabalhava como diarista, limpando casas e lavando roupas, e seu pai trabalhava como guarda num hospital. Segundo a pastora, apesar da pobreza, ela afirma ter tido uma relação boa e respeitosa com sua família e menciona o incentivo aos estudos, entre outros aspectos. Quando ainda jovem, a relação que teve com a primeira pastora a assumir a comunidade IECLB de que participava, Rita Marta Panke, estimulou-a para a leitura de livros e sobre os temas relacionados ao corpo.

Atualmente, a pastora Claudete também promove discussões sobre temas relacionados ao corpo. Ao responder à pergunta sobre o significado da religião e Igreja, ela explicou que a tradição religiosa luterana fez parte da sua cultura desde a infância e, por isso, desde muito cedo, desenvolveu uma perspectiva muito crítica, autônoma e de emancipação. “[...] A Bíblia numa mão e na outra a realidade (o cotidiano) da vida [...]”, escreveu-me em depoimento registrado em formulário.

Ter participado na Igreja em todas as fases da sua vida, inclusive na profissional, foi muito significativo. Claudete possui admiração pela IECLB, porque é uma instituição religiosa que tem procurado ser coerente e ética com o “Evangelho de Jesus Cristo”, declara a teóloga. A religião é parte da sua formação cultural, particularmente da sua construção sócio-histórica, e afirma que a religião é:

[...] formada por símbolos, mitos, ritos, textos sagrados... que também necessita se contextualizar às necessidades históricas. Também a entendo como um instrumento no processo de religação com a Transcendência, com as pessoas, com a natureza. A Igreja

(pensada aqui, especialmente, na comunidade local) é uma instituição humana, com acertos e erros, mas também lugar de encontro, de comunhão e de fortalecimento. (Claudete, teóloga e professora acadêmica, em depoimento escrito, 2020).

A relação que cultiva com a IECLB é de proximidade e destaca ainda que usa a atuação teológica e acadêmica quando a Igreja deve se manifestar de forma mais proativa, visando mudanças igualitárias e sociais. Para Claudete, a IECLB é uma instituição humana, porque é feita por seres humanos e, por isso, é passível de erros e acertos. Segundo a teóloga,

Penso que para a IECLB, a teologia feminista continua sendo um desafio...pois também a sua tradição, sua história, sua teologia, sua prática pastoral necessita ser revisitada e questionada. Isto não acontece sem conflitos...A IECLB encontra-se no Brasil, num país marcado pelo colonialismo, pelo catolicismo, pelo patriarcalismo, e, nos últimos anos por movimentos evangélicos conservadores... Neste sentido, penso que ainda há um longo caminho pela frente na construção de uma justiça de gênero. A teologia feminista levanta-se sempre como uma voz crítica, contra todas as situações de desigualdade, injustiça e violência. A teologia feminista coloca sempre novos desafios como, por exemplo, o ecofeminismo, a justiça de gênero, economia solidária, denúncia de todo tipo de violências, considerando também a simbólica e religiosa... (Claudete, teóloga e professora acadêmica, em depoimento escrito, 2020).

Por isso, a teóloga diz ser necessário estar em constante avaliação e questionamento sobre o papel da Igreja na sociedade brasileira, pois espera ainda mais da IECLB:

[...] a Igreja, como uma instituição, deveria se manifestar de forma mais clara em relação às questões que envolvem a injustiça, a intolerância e a desigualdade: a pobreza, o racismo, a violência contra as mulheres, a comunidade LGBTI. (Claudete, teóloga e professora acadêmica, em depoimento escrito, 2020).

A sua relação com o feminismo teve início no tempo da juventude, a partir da participação no grupo de jovens e as discussões sobre o corpo. Durante a graduação em Teologia, participou do Grupo de Mulheres da EST. Suas pesquisas são feitas no campo da teologia, da educação e das ciências das religiões, e envolvem a perspectiva feminista da igualdade. Claudete se declara militante do

movimento feminista, além de atuar na academia trabalhando com a epistemologia feminista.

Outra pastora com a qual realizamos contato no primeiro ano do doutorado, em 2019, também tem origem gaúcha, Aneli Schwartz. Participamos no culto na paróquia onde atua, e ali almoçamos com a comunidade. Nesse dia, nos apresentamos, conversamos sobre nossas trajetórias e, posteriormente, Aneli concedeu-nos alguns depoimentos por escrito registrados em formulário. Aneli nasceu em Estrela, no Rio Grande do Sul, possui 50 anos de idade, é solteira e atua no Sínodo Sudeste, em Belo Horizonte. Foi criada por pais agricultores, tendo a sua mãe ficado viúva, a partir dos seus 3 anos de idade. Trabalhou com a família, até os 16 anos de idade, numa pequena propriedade rural adquirida pelos seus pais e cultivada em regime de economia familiar. Trabalhava na roça e frequentou uma escola comunitária de ensino privado. Desde a infância, a comunidade religiosa da IECLB e a escola eram os principais espaços de socialização, fora do ambiente familiar.

Com 16 anos de idade, passou a trabalhar como vendedora em lojas, onde permaneceu por dez meses, depois, como auxiliar de escritório, por dois anos. A interação com um grupo de estudantes de Teologia chamou a atenção de Aneli. Durante o ensino confirmatório, aos 13 anos de idade, começou a cogitar a ideia de se tornar pastora, através do contato que obteve com diversas estudantes de Teologia, colegas de uma prima que havia concluído os estudos na área⁴⁹. Porém, imaginou as dificuldades para tomar a decisão, pois implicaria em deixar o emprego, mudar de cidade e ainda conseguir bolsa de estudos.

Decidiu prestar o vestibular para o curso de Letras, mas, após cursar o primeiro semestre em uma faculdade do interior na região em que residia, descobriu que teria condições reais de obter bolsa para os estudos de Teologia e focou nesse plano. No ano seguinte, 1988, iniciou a graduação em Teologia que, na época, tinha a duração de seis anos na Faculdades EST. Concluiu o bacharelado em 1994, mas, nesta época, o curso ainda não era reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Entre 2003 e 2005, cursou a especialização Lato Sensu, oferecida pela mesma instituição de ensino. Posteriormente, graduou-se como Tecnóloga em

⁴⁹ O ensino confirmatório é um período de ensinamentos da fé cristã, no qual o jovem aprende as bases da fé cristã e sobre sua Igreja de confessionalidade luterana. O período de ensino tem a duração de dois anos e depois o jovem é confirmado em um culto solene e específico.

Processos Gerenciais e cursou uma Pós-graduação MBA (*Master in Business Administration*) em Finanças, com ênfase em Auditoria e Controladoria. Em 2014, realizou a integralização do Bacharelado em Teologia, pela mesma Faculdades EST, obtendo o reconhecimento da graduação perante o MEC.

Atuou como pastora interina por quatro meses e, depois, como pastora voluntária, desde 1998. Paralelo às atividades na paróquia, sempre continuou trabalhando em empresas, primeiro, como assistente administrativa e depois alcançando cargos de gerência.

Para Aneli, a religião e a Igreja significam “[...] um meio para ajudar na transformação da vida de outras pessoas”. Tem estima pela forma como a IECLB tem lidado com questões que envolvem realizar mudanças e reformas,

[...] Tenho muita admiração pela sua história, trajetória, eclesiologia e a oportunidade de eu ter podido estudar Teologia e trabalhar com a teologia no seu âmbito. Tenho mais críticas a pessoas dentro da IECLB do que a sua estrutura, o *modus operandi*. Amo ser parte da Igreja de Jesus Cristo estando inserida na IECLB; não me vejo tão realizada em outra denominação cristã ou religião [...]. (Aneli, teóloga e pastora, em depoimento escrito, 2020).

As teólogas luteranas Claudete, Aneli e Paula, além de estudarem de forma conceitual o feminismo, se declaram feministas e compreendem o feminismo como busca de justiça e igualdade social. Para Aneli, o feminismo é “[...] uma forma de olhar o mundo amparada pela ideia de justiça de gênero e da necessidade de se perseguir equidade em todos os tipos de relações (sociais, econômicas, de gênero, étnicas, ambientais)”. O feminismo está imerso em um novo parâmetro ético e moral para com a vida humana, um novo jeito de entender e viver a realidade, segundo Claudete.

No depoimento de Claudete, registrado em formulário, a preocupação com a conservação da vida no planeta, fica explícita. Claudete escreve:

[...] O feminismo é uma proposta radical de vida que busca relações igualitárias, respeitadas, de cuidado - que envolve ação-reflexão-ação - na mudança nas relações que envolvem homens e mulheres, mas também que envolvem as relações hierárquicas e desiguais na sociedade, no trabalho, na igreja. O feminismo é propositivo de uma sociedade igualitária, no respeito às diferenças. O feminismo também busca uma relação justa e igualitária com toda terra e tudo o que ela contém. O feminismo também denuncia o patriarcado, o

machismo que mata as mulheres, as crianças, LGBTI+, a Terra. O feminismo afirma que mulheres e homens têm a mesma inteligência e podem exercer todas as profissões. As mulheres podem estar onde elas quiserem. Elas são donas do seu corpo. Elas são inteligentes [...]. (Claudete, teóloga e professora acadêmica, em depoimento escrito, 2020).

É relevante considerar que, tanto sua instituição de ensino teológico quanto a IECLB investem em programas e práticas que podem contribuir para a espiritualidade da sua comunidade. E sobre esse tema, Claudete acredita que a

[...] espiritualidade implica no cuidado com a Vida: cuidado de si, do/a outro/a, da natureza, das relações familiares... Implica em ter tempo com qualidade em todas as relações. Espiritualidade tem a ver com uma fé ativa no amor, no respeito ao/à outra em sua dignidade. Significa também aprender com outras culturas, com outras tradições religiosas... Percebermos que somos seres plurais e diversos. Espiritualidade implica em coragem para denunciar as injustiças e apontar para novas propostas onde caibam muitos mundos. (Claudete, teóloga e professora acadêmica, em depoimento escrito, 2020).

O cuidado com a vida e com a natureza é central na concepção de espiritualidade dessa teóloga. Em vários momentos encontramos nos discursos das teólogas referências que dialogam com vertente ecofeminista. Mais recentemente, esta vertente ganhou projeção com sua proposta de novas formas de produção econômica, sem uso de agrotóxicos sintéticos, industrializados⁵⁰. O termo ecofeminismo ganha visibilidade em 1974 pela feminista francesa Françoise d'Eaubonne, em seu trabalho intitulado “O Feminismo ou a Morte” para denominar a concepção de alguns grupos feministas franceses que defendem existir uma relação estreita entre o aumento da população mundial, a destruição da natureza, o domínio masculino e do andro-antropocentrismo (D'EAUBONNE, 1974; PULEO, 2000). Entretanto, Ariel Salleh (1992, p. 90-91) sustenta que a ideia de ecofeminismo surgiu independentemente em vários lugares do mundo nesta década de 1970, isso

⁵⁰ O tema central do ecofeminismo é o problema da crise global. Esta vertente é considerada um fenômeno internacional que possui variações nos diferentes contextos regionais do mundo. Ariel Salleh (1992), destaca as variações desta vertente, como exemplo, a espiritualista da costa oeste dos Estados Unidos que se diferencia do enfoque socialista da Europa e Austrália. Os termos feminino e masculino são entendidos como categorias culturais universais, porém insiste na compreensão de que são categorias impostas socialmente com atributos pessoais às pessoas sexuadas. O ponto nodal de interesse é evidenciar a valoração assimétrica patriarcal do gênero como resultado estrutural e que estão incorporadas nas instituições sociais.

decorreu do entendimento de que a sexualidade das mulheres e seu trabalho são “utilizados” pelos homens de maneira semelhante como a natureza é explorada, sem para isso, precisarem de uma teoria “enlatada”. Em termos gerais, o movimento busca uma alternativa produtiva anticapitalista e não sexista, compreende o corpo da mulher como um lugar de disputa, realiza a crítica ao biologicismo e a objetividade científica (PULEO, 2019). E ainda, têm destaque os movimentos de mulheres dos povos indigenistas em diversos países da América do Sul, onde a produção artesanal tem mais alcance.

Em outro discurso da pastora Paula, a religião aparece relacionada com a espiritualidade, e a forma de contribuir para este estado de fé é relatada da seguinte forma:

[...] a religião é como eu posso me chegar mais na presença de Deus, como eu posso me fortalecer, é o que posso fazer para sentir a presença de Deus, né. Nós cremos que Deus vem até nós, mas nós temos que abrir para sentir essa presença, esse cuidado. Então, a religião para mim é essa parte, acho que é mais a parte espiritual. Acho que é mais ou menos assim como eu sinto Deus na minha vida, como eu celebro... E Igreja, para mim, aí já vem as partes da doutrina, qual é a doutrina da Igreja luterana, como a Igreja luterana interpreta alguma questão relacionada à vida, as características que ela tem, né. Então, Igreja para mim é isso, vamos dizer assim, a parte mais administrativa, burocrática, e a religião já vai mais para o lado espiritual. É mais ou menos assim que eu faço essa diferença [...]. (Paula, teóloga e pastora, em depoimento gravado, 2021).

Sobre a sua relação com o feminismo, Paula entende o feminismo como uma necessidade política, visando mudanças no campo do direito, da economia, de reconhecimento social e não radical.

[...] O feminismo, até então, quando a gente está vivendo em uma estrutura social de relações entre homens e mulheres e também na família, a gente acaba não percebendo a questão do feminismo. Então, a gente tem que estar aberto para ver e sentir essa forma, e ver o que acontece para a gente poder se identificar com o feminismo, né. (Paula, teóloga e pastora, em depoimento gravado, 2021).

Na vida cotidiana, o feminismo não aparece de forma clara ou central nas preocupações de Paula. As estruturas sociais, como ela mesma reconhece, estão embrenhadas na rotinização de outras tarefas. O feminismo emerge em algumas

situações. O pensamento feminista é acionado quando as estruturas e as instituições sociais não são suficientes para viabilizar as ações das mulheres. Paula reconhece a força do pensamento feminista e se identifica com algumas maneiras de se posicionar como uma feminista. Durante uma entrevista semiestruturada, a pastora explicou como o feminismo pode ser aplicado na sua vida e na comunidade, as dificuldades de discutir o assunto na paróquia e alguns limites que institui sobre os feminismos e seus entendimentos:

Então, eu venho de uma tradição alemã em que... o homem (risos), é o ser mais importante da família, não é. Então o homem que tem que bancar a casa, o homem que toma as decisões, por que o filho homem, ele sim tem que ser homem investido, o filho homem não precisa fazer as tarefas domésticas, o filho homem que tem a razão, sabe? Então depois que eu aprendi o que é feminismo, fez um outro sentido, então é bem cultural também. Por exemplo, aqui nessa região, trouxemos uma vez aquela exposição “Nem tão doce lar”, na qual mostravam algumas coisas que eram relacionadas ao machismo, que ocorria... Mas por conta da tradição aqui, alemã, isso sempre foi muito normal. Então as mulheres verem isso, é muito difícil. Por exemplo, uma mulher trabalhar fora, aqui, muitas delas nunca trabalharam fora, porque elas tinham que ficar cuidando da casa, das crianças, porque o homem tinha que trabalhar na agricultura, entendeu? Então elas nunca puderam fazer as vontades delas. Sempre tiveram que ficar dependendo do homem. Então, assim, para mim, é uma forma nova de visão. Mas eu não digo assim, esse feminismo extremo. Ah! As mulheres têm que fazer passeata, tem que lutar a favor dos direitos dela, ótimo, graças a Deus que tiveram mulheres que tiveram muita coragem no mundo para lutar e hoje a gente podemos ser o que somos, e tem muita coisa ainda para lutar. Mas eu não sou a favor de desmerecer o outro, por conta do feminismo. Ah! Mulher é melhor que o homem. Não. Eu acho que cada um tem o seu papel na sociedade e os dois juntos, conseguem construir algo para uma vida. Então eu digo que eu sou feminista, mas sou feminista no direito. De as melhores terem os mesmos salários, poderem ter as mesmas atribuições dentro de um sistema da sociedade, que se ela quer ficar sozinha ela pode ficar sozinha sim, sabe, então, o respeito. Então estar onde eu estou, foi muito difícil, sabe Joyce. Porque eu tenho um filho de dezoito anos, eu o tive com dezesseis. Então eu tive que enfrentar muitos preconceitos, até dentro da faculdade... porque você tendo um filho, parece que você é uma... vagabunda, os homens caem em cima, sabe? Você só serve para o sexo. Então, nos construir, construir a nossa reputação, construir o nosso caráter. E a gente tem que estar sempre se autoafirmando, quem a gente é! Então isso para mim é uma luta feminista que é diária. Já o homem não precisa disso... Aí, se é um pastor, “nossa!”. é pastor, beleza. Agora pastora, ainda mais com filho, já é um preconceito. Eu não sinto esse preconceito... diretamente comigo, aqui. Pode ser que ele seja meio velado, né, mas nunca senti o preconceito, não. Mas acho que o feminismo vai nessa direção, que a gente tem que saber o nosso

papel na sociedade, com os direitos iguais e sermos justos em tudo o que se faz [...]. (Paula, teóloga e pastora, em depoimento gravado, 2021).

A partir do depoimento de mulheres ordenadas pela IECLB, é possível, portanto, observar que questionam os papéis de gênero e se incomodam com privilégios, consequentes da estrutura patriarcal e androcêntrica da sociedade e da Igreja. Existe uma vasta mudança de perspectivas sobre a condição das mulheres ocorrendo no âmbito religioso luterano brasileiro, mas a mudança mais vasta, em termos do direito e liberdade de gênero, não implicou, ainda, em mudanças nas práticas religiosas e institucionais.

Paula deseja uma mudança dos parâmetros morais da sua realidade e, por isso, faz sentido agir nos setores institucionais da IECLB, onde consegue mostrar e diferenciar as suas ações com mais liberdade em espaços e posições de poder estruturados historicamente pelo saber hegemônico masculino.

É de se considerar uma ampla concordância das ideias feministas no meio teológico luterano, mas as mulheres ocuparem o ministério não significou, para o público geral da IECLB, a aceitação das ideias feministas ou da teologia feminista. Essa legitimação vem ganhando mais força onde mulheres são dirigentes das paróquias, pastorais, ministérios e no meio onde as teólogas agem. Entretanto, ao analisar o depoimento de Paula, é possível verificar também a maneira como o feminismo é apropriado de acordo com as necessidades das mulheres. Ele não é radicalmente político e contestatório, mas está diretamente ligado às necessidades de justiça social a favor dos direitos humanos das mulheres.

Quais podem ser os critérios para julgar os graus de sucesso feminista de uma mulher? De acordo com Nancy Fraser (2022), as feministas da segunda onda geraram

[...] uma crítica simultaneamente ramificada e sistemática. Porém, nas décadas seguintes, as três dimensões de injustiça se separaram – uma das outras e todas da crítica ao capitalismo. Com a fragmentação da crítica feminista, vieram a incorporação seletiva e a recuperação parcial de algumas de suas tendências. Separadas umas das outras, assim como da crítica social que as tinha integrado, as expectativas da segunda onda foram recrutadas a serviço de um projeto que estava profundamente em conflito com a nossa ampla visão holística de uma sociedade justa. Em um bom exemplo da astúcia da história, desejos utópicos encontraram

segunda vida como correntes de sentimento que legitimaram a transição para uma nova forma de capitalismo: pós-fordista, transnacional, neoliberal. (FRASER, 2022, p. 27).

Para a teóloga e psicóloga Anete Roese (2004), o feminismo, estaria então, mais vinculado aos aspectos culturais:

[...] Feminismo é um movimento e uma filosofia que compreende que há estruturas, sistemas, papéis de gênero sociais, culturais e históricos injustos que submetem e causam sofrimento às mulheres e homens distintamente. É um movimento profético de denúncia e de anúncio, pois, busca, além da desconstrução das estruturas opressoras, proposições de novos referenciais baseados na justiça relacional e a efetivação de estruturas flexíveis e igualitárias. É uma postura de vida baseada numa ética inclusiva que reconhece como sadias, viáveis e justas uma pluralidade de experiências humanas, tais como a grande variedade de formas familiares que são constituídas na sociedade. A filosofia feminista postula uma revisão dos modos de pensar e das estruturas estereotipadas e injustas em relação às questões de gênero, etnia, classe, idade etc. que permeiam a vida humana [...] (ROESE, 2004, p. 185).

Partindo da compreensão de Roese (2004) e das contribuições de Fraser (2019), sobre o que é o feminismo e suas tendências atuais, nos próximos capítulos, discutirei sobre a vertente feminista luterana que corrobora para a construção de um novo perfil de Igreja que “cuida” e “acolhe”. Veremos que, neste sentido, a IECLB ainda concebe no trabalho das mulheres um papel social feminino esperado e a representação das mulheres cristãs de confessionalidade luterana ordenadas estimula o desenvolvimento social, profissional e a autonomia das mulheres.

Capítulo 2

Passado e presente: feministas em ação

“Trae a la mente clamorosas manifestaciones de rechazo y rebelión, así como otras formas sutiles de no tolerar situaciones de menosprecio. Trae a la mente a mujeres que se pusieron en pie, que no callaron y arriesgaron la vida, sus hogares y relaciones personales en la lucha por conseguir mundos más soportables. Trae a la mente libros escritos, sobados y deteriorados, libros que prestaron palabras a algo, a una sensación, a la percepción de una injusticia [...]”.
(“Vivir una vida feminista” – Sara Ahmed, 2017, p. 13).

2.1 - Mulheres atualizando o perfil da Igreja

O “jeito de ser Igreja” é algo que vem sendo atualmente atualizado na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). E, nesse movimento de atualização, as mulheres, nos processos de evangelização, vêm balizando as ideias de justiça e igualdade. Articuladas nas associações internacionais, nos novos movimentos históricos no Brasil, principalmente no feminismo, formam lócus de suporte à intelectualização e inclusão de mulheres na hierarquia eclesiástica e na desprivatização da religião no Brasil.

De acordo com Jaqueline dos Anjos (2009), existe uma inserção no trânsito das luteranas nos processos de formação e atuação na teologia da libertação e na teologia feminista e consideramos que essa característica vem se colocando em oposição às tendências tradicionais e comunitárias das Igrejas pentecostais. Essas vertentes teológicas presentes na IECLB relacionam o feminismo laico e o feminismo espiritualista, elaborado por mulheres na Igreja e marcam a “[...] tendência progressista e intelectualizada da IECLB.” (ANJOS, 2009).

A compreensão das mulheres cristãs de confessionalidade luterana sobre o conceito de justiça de gênero decorre das reflexões transformadoras de Lutero e da sua participação no movimento da Reforma religiosa protestante. A chamada autonomia e liberdade do cristão, pela ausência da necessidade de uma interferência ou mediação de homens ou instituições na compreensão da graça de Deus é considerado por Jean Boisset (1971), como um movimento interior subjetivo do sujeito, reflexivo e avaliador de suas ações. Segundo este autor, o protestantismo desenha uma personalidade ao agente cristão, e sua crença é

sustentada pelos fatos históricos da Reforma religiosa, nesse caso, a começar por Lutero.

Os marcos históricos da Reforma são principalmente evocados pelas pastoras durante as prédicas nos cultos. A presença de fatos históricos nos discursos proferidos pelas mulheres sustenta seus argumentos e corrobora para que as pessoas crentes experimentem uma Igreja atualizada no tempo. Uma observação exemplifica essa noção de Igreja no tempo. Durante conversas casuais, duas pastoras expressaram de forma similar: “[...] nossa Igreja é uma Igreja que está sempre em Reforma”.

A confessionalidade, como consequência das relações e ações sociais a partir da comunidade evangélica, introduz a política – nos parâmetros de decisões e obrigações da sociedade, em um aglomerado – pela religiosidade evangélica. A prática da chamada personalidade protestante discutida por Boisset (1971) encontra-se entre as luteranas. É difundida e reconfigurada, inclusive no processo de incidência do feminismo sobre a subjetividade das mulheres, e investida pela lógica do protestantismo de origem alemã.

A Igreja, por meio do chamado cuidado – categoria êmica de oferta afetiva da instituição que visa a reprodução nas ações entre os seus e os outros – é, nesse sentido, recordado pelas feministas de confessionalidade luterana, como a ação histórica de mulheres agindo em “mutirão” em diferentes sociedades, na Europa e América. A vida ética, construída pela fidelidade ao Evangelho como uma escritura sagrada, é o receptáculo de uma mística histórica – movimento de força histórica – que implica no feminismo, na segunda metade do século XX, o desejo por uma virada radical de justiça social.

No caso da produção teológica feminista na IECLB, observamos que as mulheres produtoras dessas teologias se voltam para a busca de éticas e técnicas espiritualizadas que possam oferecer algum desprendimento da noção e peso da culpa, na busca de vidas cristãs mais livres e resistentes. Outra questão é o rol dos problemas presentes no cotidiano das mulheres, dirigidas ao Estado pela sociedade brasileira, por meio dos conflitos e que devem ser resolvidos pelo Estado na forma de políticas públicas. Isso tem, na IECLB, uma demanda que move as pessoas luteranas na tentativa de alterar a inferioridade da mulher na Igreja e nas suas comunidades.

Se o movimento mais contestatório da IECLB é a justiça de gênero, um ponto que merece ser analisado são as bases da dominação masculina e a subordinação feminina nesse contexto, nessa sociedade⁵¹. Por essa razão, a pesquisa foi desenvolvida no sentido de discutir e mostrar em que sentido as práticas, os valores e o conhecimento feminista elaborado pela vertente evangélica de confissão luterana reflexionam sobre as condições das mulheres e as perspectivas que se abrem para e no movimento feminista. A pergunta que devemos realizar neste momento é: essa vertente feminista espiritualista por meio do saber teológico importa para o desenvolvimento da autonomia das mulheres na sociedade brasileira mais ampla?

Um pressuposto básico e inicial da nossa interpretação sobre o movimento contemporâneo das mulheres ministras e teólogas vinculadas à IECLB é que o problema das políticas de gênero elaboradas nesta Igreja é também um problema de conhecimento.

Portanto, é preciso pensar o pensamento e pensar o que utilizamos para pensar o pensamento das luteranas feministas. As experiências políticas reformadoras tidas por novos sujeitos da história, vêm contribuindo para a produção teológica feita por mulheres e feministas que colaboram nas elaborações de políticas por justiça de gênero nos âmbitos institucionais, educacionais e da sociedade⁵². Por meio das personalidades profissionais ético-religiosas preocupadas com uma perspectiva de formação intelectual anti-androcêntrica, patriarcal e sexista, mulheres atuam na sociedade brasileira para a construção de mais autonomia com um horizonte para a justiça de gênero dentro da IECLB.

Na participação de mulheres na elaboração teológica mais ampla existem dificuldades das mulheres em efetivarem sua inserção profissional nos centros de ensino da Igreja ou no âmbito do ensino superior em Teologia. Entretanto, poucas

⁵¹ A problemática que recai sobre como as mulheres luteranas estão pensando e discutindo a condição das mulheres na religião. O alerta é realizado por André Musskopf (2013), quando identifica que, acima das pautas feministas, o conceito de gênero está se estabelecendo nos sistemas da sociedade, em algumas vertentes religiosas e nas estruturas de poder. Para este teólogo de formação luterana, ocorre que, além da assimilação do gênero, vem ocorrendo uma cooptação maior do capitalismo em alguns engajamentos feministas, o que está levando ao enfraquecimento do movimento de mulheres e de suas conquistas mais contextualizadas.

⁵² Com mais evidência no Sul, mulheres evangélicas de confessionalidade luterana, ministras ordenadas, lideranças femininas e teólogas realizam diálogos, assessoramento no âmbito do serviço público e ocupam posições na direção de órgãos públicos, como secretarias de educação, entre outros.

vezes essa demanda é enunciada enquanto tal, sendo mais anunciada a necessidade de repensar a teologia tradicional

Em relação às ideologias formadas em torno da condição feminina e das suas formas de mobilização nas Igrejas que ocorreram antes do avanço do feminismo no século XX, segundo Anjos (2009), as elaborações teológicas feministas estão atreladas nas formas de mobilização do papel social feminino histórico realizado pelas mulheres nas Igrejas, visto que são ideologias concorrentes. Isso se refere às articulações dos atributos relacionados ao feminino (docilidade, o cuidado e a emoção, dentre outros) e à condição das mulheres nas Igrejas, em contraposição e relação ao feminismo e seus impactos nas formas de mobilização tradicionais das mulheres situadas nos contextos religiosos (ANJOS, 2009).

Em trabalho de campo, pudemos observar as discordâncias que trazem as mulheres luteranas sobre representações de mulher conhecidas no Brasil. A expressão “Bela, recatada e do lar”, foi, em algumas situações, pronunciada por teólogas como sendo o oposto do que é desejado para a representação das mulheres neste contexto religioso⁵³. Ao permitirem a associação entre a condição das mulheres e seus direitos, a IECLB engaja as mulheres, segundo Gabriele dos Anjos (2009, p. 153), “[...] em diferentes condições de existência, em um jogo de afinidades eletivas para o qual concorrem tanto as origens sociais dessas mulheres quanto suas trajetórias sociais, profissionais, escolares, institucionais e associativas [...]”.

No decorrer do trabalho de campo, pudemos também notar como é significativo o aparecimento das mulheres ao público da IECLB. Sobre o aparecimento dos corpos religiosos na esfera pública, Talad Asad (2003) discute a

⁵³ A mulher “bela, recatada e do lar” foi direcionada a Marcela Temer, esposa do ex-vice-presidente do Brasil Michel Temer (quem também substituiu a presidenta Dilma Rousseff, após o seu *impeachment*). Esta frase apareceu primeiramente em uma matéria da revista Veja em 2016, e foi amplamente popularizada. Marcela, 43 anos mais jovem que seu marido, foi descrita pela revista como uma mulher que não gostava de aparecer em público, vestia-se com roupas que pouco deixavam à mostra seu corpo, e ainda, que desejava ter mais filhos. Ou seja, a matéria deu suporte a construção da representação de esposa de um político importante na história do Brasil, que preferia manter-se contexto familiar, distante da participação política, dando enfoque a sua beleza e à maternidade. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: nov. 2022. Este foi também um tema discutido pelas teólogas luteranas no simpósio temático organizado pelo Núcleo de Pesquisa de Gênero e o Programa de Gênero e Religião: “‘Bela, recatada e do lar’: Relações e estéticas de gênero na política e na religião”, durante a realização do “VI Congresso Internacional da Faculdades EST: política, estética e direito”. Os textos apresentados neste simpósio foram publicados no periódico Coisas do Gênero da Faculdades EST. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/issue/view/317/showToc>. Acesso em: jan. 2023.

situação da secularização, partindo da ideia de Casanova (1994), de como os agentes religiosos entram na esfera pública. Asad (2003) afirma que a esfera pública não é um espaço fácil de ser acessado e que, embora ela seja limitada, também é buscada como ideal. A esfera pública é um espaço necessariamente articulado pelo poder e não por vozes. Importa saber quem são aqueles que são ouvidos na esfera pública. Quais são as controvérsias e quais os limites morais e específicos dos sujeitos. Portanto, não existe esfera pública que seja repentina ou simplesmente vazia, como argumenta Paula Montero (2012). A esfera pública é uma construção histórica dos fluxos discursivos que são ouvidos, os que fazem valer e que consentem em discordarem entre si (ASAD, 2003; MONTERO, 2012).

A mobilização das mulheres associadas à OASE, nesta Igreja no Brasil, é um dos bons exemplos de como se dá e se viabiliza a participação e o reconhecimento das mulheres na IECLB. Vimos isso viajando em companhia da comunidade das mulheres da OASE da paróquia de Assis, SP (abrangendo as cidades de Maracaí, Cruzália e Colônia Riograndense), nas viagens organizadas pela pastora Paula. Nessas viagens, estivemos com os grupos de mulheres em reuniões regionais da OASE em Maringá, PR, em dois encontros. Na primeira viagem com os grupos de mulheres da OASE, fomos ao encontro intersinodal Paranapanema. Na segunda viagem, estivemos na comemoração do Dia da Igreja.

Nessas viagens, chamou-nos a atenção o tema das “abelhas” e seu manejo. As abelhas surgiram como uma questão do campo de pesquisa desde a primeira estadia nas Faculdades EST, em novembro de 2021. A coordenadora do Programa Gênero e Religião (PGR), Maria (55 anos de idade), após nos receber no campus da faculdade, informou-nos que realizariam em dezembro, no Espaço Diversidade, a oficina intitulada “Jardim das Abelhas”, com objetivo de refletir sobre a contribuição das abelhas na preservação da vida das pessoas, da vida na Terra e aprender tecnicamente como se coleta enxames e como podemos cultivá-las.

Na abertura, foi recordado os 30 anos de implementação da cátedra de Teologia Feminista, 25 anos do Grupo Identidade e 75 anos da Faculdades EST, e ainda a presença de canções realizadas pelo Grupo Litúrgico Musical da instituição.

Em seguida, o Grupo Identidade, o Programa de Gênero e Religião, o Instituto Sustentabilidade, na presença da teóloga responsável executiva do Programa de Empoderamento de Mulheres da Federação Luterana Mundial, e o reitor da Faculdades EST, trouxeram suas palavras de saudação. Neste encontro,

também reconhecemos uma mulher vinculada a IECLB da paróquia de Marília, SP (período em que realizamos as primeiras investidas no campo de pesquisa, na IECLB, localizada em Marília, contexto no qual conhecemos a ministra Paula e elaboramos o projeto de pesquisa de doutorado em 2018-2019), e cumprimentamos. Ela estava presente, especialmente, para apreender a partir da oficina e, posteriormente, difundi-la na comunidade de Marília, SP.

A reunião seguiu no intuito de discutirem sobre a importância de a educação ambiental estar presente no currículo escolar e o trabalho realizado pela cooperativa no processamento do mel, produzido e comercializado na região. Os dirigentes da oficina apresentaram vários produtos derivados das abelhas que são feitos pelas crianças na cidade de Ivoti, interior do rio Grande do Sul, e acentuou a importância da educação na preservação da biodiversidade.

O grupo trouxe a reflexão de que preservar as abelhas é preservar a diversidade da vida; entendem que, no Brasil, as abelhas estão ameaçadas pelo desmatamento e uso de agrotóxicos, o que impacta diretamente sobre o equilíbrio ambiental e saúde das famílias. A oficina também resgatou o compromisso com a chamada justiça de gênero e a justiça socioambiental e climática, difundidas pela FLM, naquele momento, discutidas no Espaço Diversidade, na Faculdades EST, em razão da oficina. Para simbolizar o compromisso com a preservação da vida e o cuidado socioambiental, uma colmeia de abelhas Jataí foi instalada no jardim do Núcleo Gênero e Religião.

Com os cuidados que o tempo de pandemia exigia, participaram discentes e docentes do curso de Teologia, representantes do Centro Acadêmico Ernesto Schlieper (CADES) e funcionários e funcionárias da instituição. A atividade foi organizada pelo Programa de Gênero e Religião e contou com apoio e parceria do Instituto Sustentabilidade, do Grupo Identidade e da Executiva de Empoderamento de Mulheres da Federação Luterana Mundial.

Em domingo, no dia 28 de agosto de 2022, durante pesquisa de campo, observamos que o tema “abelhas” – o cuidado com as abelhas, seu manejo e sua preservação –, estava presente no culto e em outros momentos durante a comemoração do Dia da Igreja⁵⁴. Entendemos que o tema das abelhas envolve questões práticas e simbólicas. Em contato com a paróquia de Assis, SP, por meio

⁵⁴ Ver em ANEXOS, a Figura 4 (p. 230), são fotografias do altar do culto em comemoração ao Dia da Igreja, realizado na IECLB, pelo Sínodo do Paranapanema.

de grupo de *WhatsApp*, soube dessa comemoração particular e celebração de culto em Maringá, PR. A ministra Paula havia organizado uma viagem para que as pessoas interessadas da comunidade religiosa, especialmente as mulheres da OASE, pudessem estar presentes. No caminho para a cidade de Maracaí, SP, onde nos encontramos para realizar a viagem de ônibus, concedemos carona para uma senhora (descendente de pomeranos), moradora da cidade de Assis, SP. Ela sentiu-se à vontade em solicitar a carona porque já havíamos viajado juntas em 2019, para o Congresso Nacional da OASE, realizado em Blumenau, SC.

No Dia da Igreja, durante a parte da tarde, as paróquias regionais presentes compartilharam as atividades que realizam em suas comunidades. A paróquia de Assis levou o coral de mulheres da OASE para se apresentarem, com as quais realizamos a viagem. Outros grupos apresentaram os trabalhos artesanais feitos em bordados⁵⁵. Dentre outras atividades, um depoimento em especial chamou nossa atenção. Após o grupo apresentar uma dinâmica com linhas, simbolizando o significativo trabalho de bordar em grupo, uma mulher de aproximadamente quarenta anos de idade dirigiu-se ao público presente e disse que, a partir do conhecimento do livro “Bordando memórias: histórias de mulheres do movimento da Reforma” – lançado na comemoração dos 120 anos da OASE, em 2019 –, no grupo de mulheres em que participa, elas ficaram incentivadas em realizar a leitura feminina da bíblica. No momento em que ela estava proferindo a expressão leitura femini..., quase enunciou um S, mas finalizou com feminina e não feminista. Ainda existe preconceito e imprecisões entre as mulheres mais jovens em conhecer e dizer qual tipo de leitura da Bíblia, a partir das experiências das mulheres, é a que realizam.

Para uma participante da OASE de Maracaí, SP, as mulheres do grupo deram muita força quando na fase da sua separação de casamento. Segundo esta interlocutora, se não fossem essas mulheres da OASE, ela não teria conseguido superar a dificuldade que sofreu em todo o percurso do divórcio. Ainda, em outra observação, durante um almoço com comida e música típica alemã⁵⁶ na sede da

⁵⁵ A produção de artesanatos é uma atividade comum presente na OASEs, inclusive nas atividades realizadas pelo PGR. Ver em ANEXOS, a Figura 5 (p. 231), diferentes produtos artesanais confeccionados por mulheres da OASE, expostos em encontros intersinodais da OASE e no Dia da Igreja, em 2022.

⁵⁶ O almoço foi realizado nas dependências da igreja sede, em um domingo, após o culto, realizado por um pastor. Foram servidas comidas e bebidas típicas da cultura alemã, por exemplo, o *chopp* artesanal, sopa de legumes, carne de frango e suína assadas, salsicha *bock*, batatas assadas,

IECLB em Porto Alegre, após nossa participação no culto do domingo, no dia 22 de maio de 2022, ficamos olhando algumas peças que as senhoras da OASE estavam expondo para venderem no brechó do local e a vendedora, voltou-se para nós: “[...] olha esse que lindo! É, nós não nos arrumamos para homem não! [...]”. Tais observações demonstram como é significativo, na OASE e na vida dessas mulheres, o cuidado e a valorização de si mesmas. Na OASE também é construído um engajamento das mulheres no sentido de ajudá-las a enfrentarem os seus problemas, por exemplo, na educação dos filhos, em casos de divórcios, separações e outros problemas pessoais. Nesse sentido, a OASE moderna tem a pretensão de também unir as mulheres e protegê-las. Além disso, propõem caminhos de construção da autonomia e a autoestima das mulheres, negando a posição de submissas em relação aos homens e aos seus companheiros. O grupo de mulheres no luteranismo, neste contexto, também tem o objetivo de fortalecer e encorajar a visão positiva que as mulheres precisam ter si mesmas⁵⁷.

Momentos como esses se tornam constitutivos do apoio às mulheres na IECLB e na “[...] manutenção e celebração das redes de relações entre indivíduos que constituem a “comunidade” exercitada pela participação na OASE [...]” (ANJOS, 2009, p. 321). Essas práticas subsidiam referências de enquadrando do comportamento das mulheres para agirem na associação da OASE e na IECLB (BARTH, 1998).

salada de repolho, arroz e cuca (bolo tradicional da cultura alemã). Alguns homens e mulheres que trabalhavam na organização e recepção estavam vestidos com roupas típicas da cultura e do “folclore alemão”. Os acessórios da vestimenta que se destacavam era o chapéu e o suspensório usados pelos homens e, para as mulheres as fitas, tranças ou uma tiara com arranjo de flores na cabeça, saias e vestidos. Essa cultura que presenciamos também em outros momentos do trabalho de campo, por exemplo, nos congressos e reuniões da OASE, está presente na culinária, nos trajes típicos, nos gestos, na música e na dança. Ela é parte da manutenção da memória e história das comunidades teuto-brasileiras e se diferencia, em alguns aspectos, do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), também praticado por alguns grupos da IECLB. Discutiremos, especificamente no capítulo 5 desta tese, como a cultura do MTG e as pessoas luteranas produzem imbricações relacionadas com a origem das comunidades religiosas, com o abraileiramento do luteranismo e a sua expansão no Brasil. A prática da cultura típica alemã e do gauchismo, são elementos que compõem a diferenciação de alguns grupos luteranos observados. Para ver mais sobre representação da identidade étnica alemã no cotidiano, mensagens midiáticas, coreografias e figurino nas expressões imagéticas presente nos grupos brasileiros, ver o trabalho de Marcelline Schonarth (2008).

⁵⁷ As ministras na IECLB atuam também em outros grupos ligados à IECLB. Elas estão presentes na área pastoral, diaconal, catequética, missionária, filantrópica; na Pastoral Popular Luterana (PPL), no Centro de Apoio e Promoção à Agroecologia (CAPA) e Fórum de Reflexão da Mulher Luterana (FRML). Também participam em organismos ecumênicos e em trabalhos de assessoria. As esposas de ministros, podem ser percebidas como um grupo específico, a participação mais expressiva pode estar mais direcionada a Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE).

Max Weber (1982) afirma, na análise das seitas protestantes, que a comunidade religiosa garante as pessoas membras – e particularmente, às mulheres, segundo Woodhead (2002; 2013) –, um espaço e um reconhecimento a partir da sua ação religiosa no grupo, posto que os agentes religiosos passam a adequar suas práticas pelas normas da comunidade. Conforme pode ser visto no que trouxe da pesquisa de campo, exposto nos parágrafos anteriores, participar da associação de mulheres e atuar como uma “senhora auxiliadora” confere ganhos simbólicos, afetivos e emocionais. De acordo com Anjos (2009), em relação à conformação e legitimação da representação das mulheres, esta não é unívoca na OASE. Assim como a Igreja é também um espaço de disputas pela definição da representação e enquadramento das mulheres, a OASE viabiliza o uso de diferentes representações de mulheres engajadas com os serviços para a Igreja e, de maneira positiva, no acolhimento das experiências de vida das mulheres (ANJOS, 2009).

As ações nas atividades desempenhadas pelas mulheres vinculadas a OASE ocorrem, segundo Anjos (2009), sem o rompimento dessas representações estabelecidas historicamente no que se refere à OASE na Igreja. Parte desse “trabalho de conformação da OASE” foi constatado pela autora em seu marco inicial e no percurso histórico do grupo. “[...] A enunciação de sua história, se confunde com a própria narrativa proposta para a história da IECLB por seus historiadores [...]”, afirma Anjos (2009, p. 311), e ainda, por suas lideranças religiosas. Dessa forma, no livro organizado por Sibyla Baeske (1999), – jornalista e participante nas mobilizações estudantis existentes na Igreja na década de 60 –, intitulado “Retalhos no tempo”, as chamadas ‘sociedades de senhoras’ foram inspiradas em sociedades alemãs de mulheres luteranas, tal como os propósitos dos trabalhos que eram desenvolvidos nesses contextos foram incentivados por missões alemãs e que deram origem as OASEs (BAESKE, 1999; ANJOS, 2009)⁵⁸.

⁵⁸ De acordo com Sibyla Baeske (1999), as mulheres que frequentavam a OASE e aquelas vinculadas as comunidades luteranas foram as últimas a usarem o idioma alemão. Em Maringá, PR, observamos a participação de uma senhora presente em um encontro intersinodal da OASE, realizando as cantigas no idioma alemão, como demonstração da tradição que viveu participando da OASE em quase toda a sua vida. Reunidas em círculos, todas as mulheres presentes acompanhavam a senhora que puxava a música enquanto também dançava. Entretanto, o objetivo que predominou por muito tempo na OASE, segundo Baeske (1999, p. 48), era o de fortalecer a “comunidade familiar e eclesial”. Portanto, nas reuniões intersinodais da OASE, as mulheres são convidadas a recordarem de forma afetiva esse costume. Uma prática comum dos grupos de mulheres no passado.

Anjos (2009) observou ainda que, durante a comemoração festiva dos 100 anos da OASE, a própria trajetória das mulheres luteranas no Brasil era correlacionada à figura feminina protestante na Europa e aos trabalhos das luteranas de origem alemã no Brasil. As contribuições das mulheres, tanto na Europa como no Brasil, eram, em certo grau, heroicizadas e enfatizavam as dificuldades que tiveram que enfrentar as mulheres imigrantes alemãs e suas descendentes no Brasil, afirma Anjos (2009). Algumas, segundo Dreher (1999), viviam as mazelas da prostituição, servindo aos interesses dos funcionários do Governo Imperial brasileiro em troca de alimentos para suas famílias. No contexto das chamadas 'pequenas propriedades', Martin Dreher (1999) descreve a mulher de ascendência alemã como uma pessoa que trabalhava demais, sempre cansada e quando encontrava tempo, a OASE era um lugar que elas escolhiam para ficar. Nesse sentido, a OASE foi se tornando um lugar da preservação de traços visíveis da germanidade vinculada à Igreja, mas também de acolhimento e até sobrevivência.

Portanto, é possível afirmar que na OASE ocorria a preservação da germanidade, a preservação de um estilo de vida, e suas tradições alemãs estavam relacionadas à divisão do trabalho religioso (ANJOS, 2009). A mulher que auxiliava a comunidade religiosa, cuidava das famílias e dedicava-se no estilo de vida próprio, estava, segundo Giralda Seyfert (1982), correspondendo ao ideal da chamada 'mulher alemã'. Essa representação feminina valorizava a "limpeza" do lar e a "boa aparência" desse lugar (SEYFERTH, 1982). De acordo com Anjos (2009, p. 313), "[...] a mulher estaria voltada para a manutenção física da Igreja e do conforto proporcionado aos seus membros [...]".

Seyferth (1982) identifica a colonização alemã evangélica em uma região do estado de Santa Catarina, no Brasil, onde os chamados 'teuto-brasileiros', percebiam-se como mais capazes, trabalhadores e suficientes que os brasileiros em geral e de outras localidades do país, sobretudo no aspecto do trabalho e da família. Estas representações estabeleceram diferenças hierárquicas históricas que podem ser compreendidas, mas não homogeneizadas, em determinadas situações das relações e entre relações de reconhecimento da população sulista, gaúcha. Segundo Seyferth (1982), os teuto-brasileiros exaltavam o chamado 'trabalho alemão' e as atividades que valorizavam os costumes alemães. Neste sentido,

segundo a autora, ocorria, simultaneamente, a desvalorização do trabalho e da maneira que os brasileiros viviam.

Nas últimas décadas, a OASE procurou modernizar a definição do grupo e diversificar seus objetivos e agenda. Incluíram os problemas sociais que vêm afetando as pessoas das comunidades dando destaque aos agricultores e às mulheres (BAESKE, 1999). Essa atualização da OASE, foi viabilizada com a unificação dos grupos por meio de uma estruturação nacional que correspondeu à consolidação da IECLB como Igreja brasileira que lida com os problemas relativos a condição das mulheres no Brasil (BAESKE, 1999; ANJOS, 2009).

Como exemplo dessa realidade, existe a chamada ‘OASE Estrela’, localizada em Blumenau e com as concepções atualizadas porque, além dos encontros serem realizados a partir das 20:00 horas, é frequentada também por mulheres mais jovens e trabalhadoras, motivo pelo qual, o horário da realização dos encontros ocorrem a noite. Entretanto, assim como Anjos (2009, p. 327), podemos continuar afirmando que nas OASEs contemporâneas ainda não se rejeita “[...] o já estabelecido quanto à condição feminina ou mesmo à sociedade [...]”, nesse sentido, o grupo “[...] OASE moderna é, tanto quanto aquela das atribuições tradicionais, dos bordados, do chá e da manutenção física da Igreja [...]”, um grupo que, além de estar presente em diferentes regiões do Brasil, afirma o que já é estabelecido sobre as mulheres da tradição luterana de imigração no Brasil.

No tópico a seguir, discutiremos a maneira como as mulheres na teologia feminista luterana vêm construindo uma perspectiva crítica que busca esclarecer às mulheres e tenta resolver os problemas que ainda ficaram na história e não foram resolvidos e contribui na compreensão de como as mulheres cristãs de confessionalidade luterana no Brasil têm se diferenciado de outras ações de mulheres na Igreja e atingido esse objetivo.

2.2 Uma vertente feminista com religião: o corpo no Sul

A “grande História” (isto é, as narrativas históricas hegemônicas) visibiliza as mulheres que são usualmente famosas ou que foram casadas com homens famosos, importantes, ou, quando mais, mulheres tomadas como extremamente geniais em seus campos. E onde está a história das outras mulheres, consideradas e chamadas “normais”?

Para Michelle Perrot (2005), a história da maioria das mulheres não é contada, a elas a história foi renegada. Uma história da multidão das mulheres está à margem. O pensamento feminista, por sua vez, foi definido pela crítica à submissão da mulher restrita à esfera doméstica e sua exclusão da esfera pública (MIGUEL, 2014). E como um movimento político e intelectual, no mundo ocidental, o feminismo pode ser considerado um filho indesejado da Revolução Francesa, surgindo na virada do século XVIII para o século XIX (MIGUEL, 2014).

Em vista disso, este trabalho também é um esforço para visibilizar o que ocorre na vida de mulheres invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas e contribuir para a representatividade das mulheres da IECLB e suas articulações político-religiosas. E isso exige enfrentar certos desafios. E um dentre vários outros desafios que existem no feminismo é o de delimitar o conceito de gênero. Ele é conflituoso, informativo, relacional e mutável. E no enfrentamento desse desafio, o processo de colonização do gênero na América-latina, e no que diz respeito às mulheres, o seu apagamento nas relações sociais, nas interrelações e na religião, María Lugones (2019), pensadora decolonial feminista, nos lembra que a dicotomia hierárquica dos gêneros estava introjetada na “missão civilizatória” colonizadora nas Américas na forma de julgamentos:

[...] A confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre bem e o mal serviram para marcar a sexualidade feminina como má – fêmeas colonizadas eram o diabo. [...] À medida que o cristianismo se tornou o instrumento mais poderoso dessa transformação, a normatividade que conectava os gêneros e a civilização passou a funcionar como uma forma de apagamento dos laços comunitários, das práticas ecológicas, do conhecimento sobre a agricultura, produção de utensílios, sobre os cosmos, e não apenas pela transformação e pelo controle sobre as práticas sexuais e reprodutivas [...] (LUGONES, 2019, p. 360-361).

Deste a colonização, no caso brasileiro, a religião imposta pela Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), estigmatizou os povos nativos, pessoas negras escravizadas e foi estruturando uma colonialidade de gênero sexista no território. Existe uma socialização dicotômica e hierárquica do gênero ainda em processo, e Lugones (2019, p. 362) nos lembra que “[...] ela está na interseção gênero/classe/raça como o construto central do sistema mundial capitalista de poder.”. Homens e mulheres são historicamente socializados para responderem a expectativas sociais diferentes; em certa medida essas representações de

masculinidades e feminilidades acabam resultando em diferenças que desembocam em desigualdades sociais.

O processo histórico de mudanças dos parâmetros morais configurados nas ações das mulheres evangélicas de confissão luterana, desde as comunidades de imigrantes com suas culturas e enfrentamento para a conservação de suas práticas culturais e religiosas, contribui para a compreensão dos significados da sobrevivência das comunidades teuto-brasileiras e das suas relações tradicionais de gênero.

As teólogas feministas estudam o peso da culpa nas mulheres, o sentido do pecado e a interpretação patriarcal e machista da Bíblia que recai sobre suas personagens mulheres. Essas teólogas também desconstróem certas passagens e leituras bíblicas, revelando a participação essencial das mulheres na história de Israel e no desenvolvimento do princípio do cristianismo. As diferenças de gênero são forjadas ao longo do tempo e, em geral, o protagonismo das mulheres não é discutido. “Olha, mas sempre foi assim”. Essa determinação social de gênero também é objeto de desconstrução e (re)construção pelas interlocutoras. Nesse sentido, nesse trabalho, também nos reconhecemos no esforço de discutir e questionar os processos sociais e históricos de longa duração do cristianismo, como ele se faz presente em nossa sociedade e em como isso resulta nas visões mais hegemônicas sobre as mulheres e os papéis sociais que lhes cabem. Algo que converge com as mais recentes ações das luteranas contra a hegemonia sexista e patriarcal da sociedade brasileira.

Segundo a socióloga e feminista negra Patrícia Hil Collins (1998), na cultura em que vivemos hoje, destacam-se as imagens de controle. Essa cultura, segundo Collins, sinaliza que, se um homem retruca, ele é firme, mas, se uma mulher retruca, ela é histérica. Nesse sentido, a sociedade acaba atribuindo às mulheres imagens de dominação e punindo-as de diferentes formas. Contudo, no feminismo, existe um núcleo que é radical, e é a partir da radicalização da humanidade presente nas mulheres que elas encontram resistência. Neste núcleo radical se afirma o direito humano da mulher. E, portanto, a mulher deve ser tratada como ser humano, ela pode votar, pode falar, pode ocupar a esfera pública, política e pode ocupar um lócus privilegiado.

O feminismo ou os feminismos, assim como o conceito de gênero, não é estanque. É muito comum o feminismo ser tratado e estudado pela metáfora de

ondas, esta é a maneira clássica. Mas esta maneira também pode suscitar problemas. Depende de como as narrativas são construídas. Essas narrativas feministas, por muito tempo, foram destacadas por mulheres brancas de classe média, privilegiadas, de um local geográfico específico e as outras narrativas não apareceram na história, porque foram negligenciadas. Essa é a crença em um progresso de pensamento estruturado no tempo de uma postura feminista. Esta crença é problemática, porque anula outras perspectivas que contribuem para a emancipação humana. Todavia, a metáfora das ondas é interessante ainda porque cria um recurso imagético relevante das lutas de várias gerações feministas.

Entendemos que, na história tradicional, o feminismo é descrito em três momentos mais expressivos, os quais podem ser chamados de “ondas” do feminismo, segundo Djamila Ribeiro (2015). Na primeira onda, podemos identificar o período final do século XIX e sua característica principal tem a ver com o objetivo do sufrágio feminino.

Mas é importante destacar que, com exatidão, não é possível afirmar quando teve origem o movimento feminista no Brasil. Mas presumir os indícios das suas manifestações no final do século XIX sim, a partir da compreensão do contexto político da Proclamação da República. Em 1920, segundo Soihet (2012), as feministas estavam reivindicando o pleno acesso à educação e ao sufrágio universal. Nessa época, sob as condições nas quais as mulheres brasileiras se encontravam, as subjetividades produzidas pelo feminismo instauravam conflitos com as atribuições históricas das mulheres e com a sua representação na sociedade.

Segundo Ribeiro (2018), as feministas, nesta primeira onda, buscaram reunir esforços para refutarem as supostas fragilidades femininas, a crença na inteligência inferior das mulheres e a condição que viabilizava a expressão apenas no âmbito privado das famílias e da casa. Isso ocorreu em razão das condições históricas contingentes do sufrágio feminino. Existia entre políticos e autoridades, assim como na sociedade em geral a

[...] forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalhando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres [...] inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária (SOIHET, 2012, p. 219).

Nesse contexto, a figura de Bertha Lutz representa a atuação das feministas da primeira onda no Brasil que tinham em comum a mesma posição social de classe econômica alta e intelectualizada (SOIHET, 2012). O direito político das mulheres foi alcançado em 1932, pelo estabelecimento do Decreto 21.076 no governo de Getúlio Vargas, que criou o Código Eleitoral⁵⁹. Porém, o período que corresponde a 1932 e 1965, os direitos políticos das mulheres não puderam ser nivelados ao dos homens no Brasil, isso porque a sua incorporação foi intencionalmente parcial, enfrentando a resistência masculina, de acordo com Fernando Limongi, Juliana de Souza Oliveira e Stefanie Tomé Schmitt (2019, p. 9 e 12) no

[...] Código Civil vigente, a voluntariedade era uma forma disfarçada de deixar a decisão nas mãos do chefe da família, isto é, de não garantir às mulheres o direito de votar, caso seus maridos não autorizassem sua participação na vida política. [...]. A conclusão a que chegamos é a de que a restrição à participação política das mulheres é incontroversa. Enquanto prevaleceu o voto feminino voluntário (1932-1965), mulheres se alistavam em menor número do que os homens. Assim, se há um 'segmento social' barrado, este segmento é o feminino. [...].

Para a historiadora feminista brasileira Luzia Margateth Rago (2003), nos anos 1970, e aqui está a segunda onda, o feminismo surgia constituído por mulheres intelectualizadas das camadas médias. Neste período, no contexto da ditadura militar, as feministas, como possibilidade de se manifestarem, foram se inserindo nos espaços compostos majoritariamente por homens e nos partidos políticos de esquerda. E a possibilidade de atuarem na luta feminista, necessariamente ocorria realizando os discursos que lhes eram autorizados. Desse modo, para tornar o movimento político feminista confiável, o posicionamento das mulheres tinha que ser direcionado à luta pela redemocratização do país (RAGO, 2003).

Participando dos processos de lutas contra a ditadura, as feministas entendiam como uma estratégia política realizarem a ampliação das suas

⁵⁹ Getúlio Dornelles Vargas, nasceu em 1882, em São Borja, no Rio Grande do Sul e foi o líder da revolução de 1930. Ele chega ao poder com um golpe, permanecendo no poder por quinze anos. Em 1932 ele foi eleito na primeira participação das mulheres nas eleições, mas elas só voltam a votar em 1950, justamente na próxima eleição que ele é eleito. Portanto, a impossibilidade da participação política das mulheres na primeira metade do século XX, somada a situação que permaneceram durante o período da ditadura militar (1964-1985), configuram o distanciamento histórico das mulheres do poder político brasileiro na maior parte do século XX.

concepções políticas para, de alguma forma, estarem adequando seus temas nas enunciações que ocorriam na esfera pública naquele contexto (RAGO, 2003). Portanto, posicionando-se no enquadramento político de esquerda, as mulheres questionaram as relações de poder e tiveram que mobilizar conhecimentos sobre a luta de classe no país por meio da “linguagem marxista-masculina” para serem vistas como um importante grupo político de confiança (RAGO, 2003).

No caso das feministas luteranas, para que seja possível continuar mantendo as conquistas já alcançadas, por exemplo, a participação das mulheres na hierarquia eclesiástica, elas precisam ainda resolver problemas que permanecem, mesmo após ocorrer a redistribuição de poder institucional. Elas precisam travar disputas no campo de saber teológico ainda androcêntrico. Segundo a socióloga e teóloga Maria José Fontelas Rosado Nunes – fundadora da ONG Católicas pelo Direito de Decidir (CPDD) –, o androcentrismo é inerente às religiões (NUNES, 2001). Nesse campo teológico e institucional, todas atuam, mesmo aquelas situadas fora da academia. Isso porque, no trabalho ministerial e pastoral, elas precisam discutir, elaborar e difundir noções teológicas. E, neste caso, o androcentrismo pode ser rompido com reflexão teológica, conferindo a noção de diferença à participação das mulheres na religião e positivando a representação das mulheres nesse processo, agora como empoderadas da Reforma.

Dessa forma, é preciso considerar que politização das identidades dos grupos minoritários dentro do movimento feminista se torna relevante porque inclui a diversidade dos grupos e dos sujeitos, entretanto, Maria Lygia Moraes (2015) adverte que a inclusão da diversidade também pode dificultar a construção de um programa de reivindicações de sentido unitário.

A chamada terceira onda do feminismo no Brasil tem por sua característica a generalização do movimento e concebida pela história tradicional, segundo Ribeiro (2015, 2018), por ser praticada entre o período de redemocratização do país, em meados dos anos 1990. É nessa onda que o feminismo deu enfoque aos movimentos sociais e às novas perspectivas teóricas e políticas que assomavam no Brasil. É nesse momento que os grupos que representam as minorias conseguem se aproximar do movimento e do ideário feminista assumindo uma “postura incômoda” com o fenômeno da opressão das mulheres (RIBEIRO, 2018). Segundo Rago (2003), esta renovação ofereceu às feministas novas linguagens para um

movimento mais difuso, o que orientou a construção das identidades e do reconhecimento das mulheres como novos atores políticos na história.

Foi nesse contexto que os sujeitos do movimento feminista reconheceram que a pretensão universal da categoria mulheres ao gênero feminino, não bastavam. Diante da diversidade das identidades e dos problemas que as classificações sociais e culturais apresentavam ao movimento feminista, este deslocou-se para as reivindicações dos grupos que construíam a politização das identidades pela diferenciação de classe, raça, gênero, orientação sexual e etnia. Moraes (2011, 2015) concebe que a pluralidade do feminismo brasileiro está associada aos movimentos lésbico, gay, negro, estudantil, das trabalhadoras rurais e, mais recentemente, ao surgimento do movimento das mulheres indígenas.

A internet é um espaço que vem servindo para a difusão da diversidade dos feminismos e da pluralidade das identidades dos sujeitos. Também nesse contexto temporal, a perspectiva teórica e metodológica proposta pela interseccionalidade tem contribuído para a percepção da coalizão das estruturas históricas e a interação conjunta das chamadas avenidas identitárias (AKOTIRENE, 2019). No campo da sociologia, Patrícia Hill Collins (1998; 2015) afirma que o conceito de interseccionalidade é uma forma de interpretar como as múltiplas intersecções de raça, classe, gênero, por exemplo, moldam certos grupos em contextos sociais específicos.

É desta maneira que o feminismo tem se tornado mais interseccional pressupondo várias identidades interconectadas – classe, raça, gênero, religião, geração – que vão se aproximando e se misturando, formando a heterogeneidade do sujeito, resguardando as particularidades e especificidades sócio-históricas que formam as experiências. E o fator geracional no feminismo brasileiro, a partir dos anos 2000, tem sido determinante na definição do sujeito feminista.

É importante destacar que os problemas e questões mais retratados pelos sujeitos do feminismo hoje é a violência, o machismo e o assédio sexual (GONZAGA, 2018). Em contextos anteriores na história, estava mais presente no movimento as reivindicações pela igualdade de gênero, o direito ao voto, à sexualidade e o controle da reprodução, tudo isso dentro do contexto e luta pela redemocratização do país. As gerações de feministas mudam, suas demandas, renovam-se, transformam-se, e muitos dos problemas antigos ainda permanecem (GONZAGA, 2018).

Nesse processo histórico de luta feminista e dos lugares de enunciação dos sujeitos feministas, o chamado ciberfeminismo ou o feminismo na internet, tem utilizado diferentes tecnologias da informação. Segundo Marina Lemos, “[...] a conectividade é o coração do feminismo [...]” (LEMOS, 2009, p. 119). A comunicação digital, tem sido usada como ferramenta de atuação ativista que permite uma expansão dos discursos feministas e a articulação das diferentes posições dos sujeitos ao redor do mundo “[...] em busca de questões sobre as diversidades culturais, identitárias e discursivas [...]” (LEMOS, 2009, 118).

No que diz respeito à atuação das luteranas feministas na internet, este não é um recurso principal para uma difusão feminista da religião utilizado por elas. Elas estão mais preocupadas em tratar, discutir e elaborar um “olhar” feminista ou teologia feminista, propriamente dita, fora das plataformas digitais. Ou seja, a atuação feminista ocorre nas comunidades religiosas, em prédicas (mesmo que seja mais difícil), nos encontros de mulheres, nas OASEs e, principalmente, nas salas de aulas. É a maneira pela qual é possível continuar face a face o cuidado com suas comunidades, mantendo e, de certa forma, sustentando os laços de identificação com a história do luteranismo e sua constituição no Brasil. Uma constituição realizada com ações ativas das mulheres (DREHER, 2007).

As disputas pela condição do suposto ‘verdadeiro feminismo’ ocorrem em diferentes âmbitos da sociedade brasileira. Essa questão foi apurada na pesquisa realizada por Beatriz Costa, Camila Rocha e Esther Solano (2022), na qual constataram que todas as suas interlocutoras ressaltaram a importância de políticas públicas que auxiliassem as mulheres a conciliarem o trabalho fora de casa, o convívio e o cuidado com a família. As autoras também notaram quem nem todas as mulheres com quem conversaram se autodeclaravam feministas, mesmo assim “[...] é possível dizer que todas são perpassadas, em maior ou menor grau, por um espírito do tempo feminista [...]” (COSTA, ROCHA, SOLANO 2022, p. 26). As opiniões e os sentidos do que é ser feminista, são a cerca do tema do aborto, do empoderamento feminino, das influenciadoras digitais, do machismo, da maternidade, da questão de gênero e sexualidade e das mulheres na política. Essas são considerações pertinentes que demonstram a necessidade das pesquisas que enfoquem as práticas cotidianas e contextualizadas.

Nesse sentido, entendemos que – no esforço de compreender melhor o processo de produção de diferentes discursos das mulheres na religião – conhecer

os processos históricos das práticas de mulheres diaconisas e profissionalizadas em instâncias da IECLB desde o século XIX, corrobora, neste momento, para a compreensão da constituição das comunidades de imigrantes no Sul do Brasil. Desta forma, agora vamos dar enfoque às gêneses e processos que levaram as evangélicas luteranas a questionarem e trabalharem com uma perspectiva de ousadia na Igreja, a partir da segunda metade do século XX.

Dentro desse movimento realizado por essas luteranas, a reivindicação por outros papéis femininos, no contexto de revisão das práticas das mulheres na hierarquia eclesiástica da Igreja, mais recentes propulsionou ações de políticas de gênero em outros âmbitos confessionais. Isso ocorreu também nas tomadas de decisão e na continuidade da organização cultural das populações descendentes de uma certa germanidade, como consequência de aspectos da brancura e descendências germânicas em alguns nichos regionais no Brasil.

Segundo Dagmar Elisabeth Estermann Meyer (2000), um processo de produção de diferentes discursos entre o período de 1900 a 1940 no Rio Grande do Sul, construíram a noção de uma cultura teuto-brasileiro-evangélica, discutida por uma vertente historiográfica iniciada por Jean Roche (1969), revisada e utilizada pelo historiador René Gertz (2013a; 2013b, 2013c). Segundo Meyer (2000), o que era apresentado como sendo uma cultura ou espírito alemão foi visto, depois da Segunda Guerra Mundial, como etnia, conceito também utilizado nos estudos do sociólogo da religião, Paul Freston (1998), sobre os protestantes de imigração alemã no Brasil identificados como um grupo de composição étnica no país.

As ações das mulheres descendentes de imigrantes alemães e suíços no contexto de imigração europeia no Brasil, a partir de 1824, estiveram relacionadas ao trabalho e cuidado nas colônias de imigração, atendendo às comunidades internas (DREHER, 1984; BLASI, STRECK; 2009). As relações muito próximas por meio de associações entre grupos com a Alemanha impulsionaram a chegada progressiva de outros imigrantes e missionários(as) e mulheres com formação em diaconia e profissionalizadas. Essas e esses imigrantes e missionários colaboraram para o exercício e direção dos imigrantes e suas comunidades situadas no sul do Brasil. No século seguinte, século XX, as comunidades religiosas iniciaram um percurso de mais organização das igrejas, dando ênfase à direção espiritual evangélica protestante em sínodos (RADÜNZ, 2008; DREHER, 2014; GERTZ, 2013a).

Ainda no contexto do Padroado - que vigorava no Brasil Império e no qual outras Igrejas cristãs que não a ICAR eram apenas toleradas - chegaram ao Brasil mulheres alemãs com formação em diaconia, requeridas pelas comunidades de imigrantes do sul. Também chegaram mulheres com conhecimentos e formações profissionais da obstetrícia, enfermagem e educação, o que René Gertz (2013a) denomina em seus estudos de associativismo de alemães e descendentes no sul do Brasil.

Semelhante à organização de mulheres religiosas congregadas na Alemanha, teve início no Brasil, na região de imigração, grupos de mulheres diaconizas que foram organizadas e auxiliadas pelas missionárias protestantes alemães, chamadas de *schwestern* no estado de São Paulo e Paraná, porém, com maior número de grupos presentes em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Grupos de mulheres organizadas também trabalharam com artesanatos para atender necessidades financeiras de paróquias, igrejas e comunidades. A teóloga Sheila Dreher (2007) afirma que, no contexto das comunidades teuto-evangélicas, nos espaços públicos e privados, ocorria um processo de diferenciação e ressignificação crítica da posição inferiorizada das mulheres através do exercício de um poder que consideramos relativo de auto-organização, “[...] ainda que dentro de uma lógica de submissão” (DREHER, 2007, p. 9).

As autoras luteranas Valburga Schmiedt Streck e Marcia Blasi (2009, p. 224), afirmam que a Ordem Auxiliadoras de Senhoras Evangélicas (OASE) “[...] é a maior organização feminina na América Latina, com estimativa de aproximadamente 40.000 mulheres congregadas em todo o Brasil [...]”⁶⁰. Dessa participação significativa de mulheres evangélicas de confissão luterana no desenvolvimento social e religioso das comunidades locais, foi estimulada a construção de um estabelecimento para educação profissional, concomitante ao ensino confessional, para as mulheres que desejassem a ordenação da diaconia. Assim, foi fundada, em 1939, a sede da Irmandade Evangélica Luterana, chamada Casa Matriz de Diaconisas localizada em São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul (BLASI; STRECK, 2009).

⁶⁰ Consideramos esta quantidade de organizações OASE na América Latina declarada pelas autoras uma informaçãoêmica.

Este é um grupo centenário no Brasil e reúne mulheres que auxiliam as comunidades das paróquias locais⁶¹. Conhecidas como irmandades, organizações semelhantes já existiam há muito tempo na Alemanha. No contexto da criação dessas associações de mulheres no Brasil, a primeira surgiu em Rio Claro, estado de São Paulo, em 1899. No mesmo ano, foi criada a Sociedade de Auxílio de Mulheres para o Exterior, na Alemanha, em Wittenberg – cidade onde Lutero protestou com suas 95 Teses em 31 de outubro de 1517 –, onde eram preparadas enfermeiras, professoras e assistentes comunitárias para trabalharem em comunidades evangélicas na América Latina⁶². No contexto nacional de Proclamação da República do Brasil e a separação do Estado e da Igreja (que corresponde ao fim do Padroado), iniciou-se um processo de ajuda mútua entre mulheres alemãs e brasileiras.

Como já dissemos, estima-se que a OASE reúna cerca de 40.000 mulheres em todo o Brasil e, segundo algumas autoras situadas na produção da teologia luterana, a OASE pode ser considerada um movimento conservador feminino que apoia as mulheres no sistema patriarcal (BLASI; STREECK 2009). Ao mesmo tempo, a OASE é reconhecida como um movimento significativo para a construção e desenvolvimento da IECLB (BLASI; STREECK 2009). Mas o início da atuação de mulheres imigrantes protestantes luteranas no Brasil ocorreu, efetivamente, a partir das solicitações das *schwestern*, a princípio para a região de Blumenau, Santa Catarina. Elas eram requisitadas com formação em diaconia, economia doméstica, obstetrícia e enfermagem ao mesmo tempo que auxiliavam às famílias de imigrantes e principalmente as mulheres nas necessidades religiosas.

Vários grupos de mulheres no Brasil foram criados pela Imperatriz Augusta Vitória⁶³, em 1907, em decorrência desta demanda. O pastor Friedrich Pechmann reconheceu as ações das mulheres evangélicas dois anos depois, com a criação da OASE, posteriormente com a construção da primeira maternidade de Blumenau

⁶¹ Ver em ANEXOS, Figura 6 (p. 232). Vale observar o véu sobre a cabeça das figuras que representa o grupo OASE na Colônia Riograndense, no interior do estado de São Paulo, Brasil.

⁶² Ver em ANEXOS, Figura 7 (p. 232). A primeira fotografia foi produzida em frente a Schlosskirche (Igreja do Castelo), construída entre 1496-1506. Nela, Lutero, em 31 de outubro de 1517, protestou e pregou as suas 95 Teses, ato realizado contra a venda das indulgências que realizava a ICAR. Na atual condição material da porta, suas teses estão registradas em bronze no idioma latim.

⁶³ A Princesa Augusta Vitória (Augusta Vitória Frederica Luísa Feodora Jenny de Schleswig-Holstein-Sonderburg-Augustenburg) (1858-1921), realizou diversos empreendimentos para a saúde e educação para as mulheres em escala internacional. Foi esposa do Kaiser, o imperador Guilherme II e Imperatriz Consorte do Império Alemão de 1888 até 1918, quando ocorre a abolição da monarquia.

dirigida pelo grupo de *schwestern* (BAESKE, 1999). Vale ressaltar que esses grupos permaneciam tutelados e legitimavam a hierarquia de poder masculino.

Em contato com a interlocutora Paula, recebi o convite para participar do Congresso da OASE, ocorrido em 2019, entre os dias 5 e 7 de abril na cidade de Blumenau, no estado de Santa Catarina. O plano itinerário era com um ônibus fretado, partindo de Marília, buscando mulheres nas outras cidades, passando por Assis, Maracá, Colônia, no Rio Grande do Sul e Londrina. Encontrei com a pastora em Assis, junto de outras senhoras, por volta das 6:00 horas da manhã. Depois seguimos viagem. Antes de chegarmos a Blumenau, realizamos um passeio em Pomerode⁶⁴, distrito de Blumenau, a fim de visitar a Festa do Ovo. Depois, seguimos para Blumenau e fomos direto para o Congresso. Após a abertura, com a presença de pastores sinodais e da pastora presidente Silvia Beatrice Genz, foram realizados cânticos de louvor.

A seguir faremos uma descrição mais detalhada sobre um momento que se destacou durante o congresso OASE de 2019 – em comemoração aos 120 anos da OASE. O evento ocorreu no Parque Vila Germânica, antigo Parque de Exposições da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau (PROEB), localizado no bairro da Velha, na cidade de Blumenau, em Santa Catarina. O recinto foi criado para a realização de grandes eventos, por exemplo, a *Oktoberfest* e a *Festitália* dentre outros.

A pastora Mariane Beyer Ehrat, compõe o grupo das primeiras estudantes de Teologia no contexto luterano e depois ordenada pela IECLB. Em palestra pública realizada no congresso⁶⁵, apresentou a trajetória da mobilização de mulheres para atender as necessidades de imigrantes e descendentes no Brasil e suas colônias, primeiro em Santa Catarina. Este foi um dos momentos que mais chamou nossa atenção. É significativo que a memória histórica seja invocada como sendo fundamental para o presente e o futuro do trabalho das mulheres na IECLB. Neste contexto, o objetivo é o de cuidar de pobres e doentes como um mandado bíblico e evangélico das luteranas no Brasil. Assim, as mulheres presentes no evento experimentaram a situação de aproximarem-se novamente das origens étnicas alemãs do grupo no qual atuam – inclusive ao assistirem a encenação de mulheres

⁶⁴ A cidade de Pomerode está localizada no Vale de Itajaí, na região turística conhecida como Vale Europeu: <https://www.vemprapomerode.com.br/>.

⁶⁵ A palestra está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=apla-FIWgM>. Acesso em: abr. 2020.

vestidas de *schwestern* no palco, enquanto a pastora Mariane falava ao público –, valorizando aquelas mulheres do passado e a sua maneira de atuação. Esta é uma forma de reconhecerem, no presente, o trabalho valorizado de mulheres na Igreja, para com as comunidades da IECLB.

Com a estimativa, pronunciada durante o evento, de mais de 3.500 mulheres presentes, a pastora iniciou a sua comunicação enfatizando que este mundo é de Deus e que somos chamados a ser gratos pelo amor de Deus⁶⁶. Um pequeno hino foi cantado, para depois a pastora narrar a história da OASE. A primeira pergunta da pastora que instigou a curiosidade da plateia de mulheres foi a seguinte: “[...] Por que nossos antepassados saíram da Alemanha? [...]”. Atualmente, segundo a pastora, poucos motivos existem para alemães saírem do seu território e vir morar no Brasil, porque, na Alemanha, o povo tem emprego, bom poder aquisitivo, conforto, assistência à saúde e aposentadoria.

Mas nem sempre foi assim, disse Mariane. A pastora explicou que, na virada do século XVIII para o XIX, Napoleão Bonaparte iniciou uma guerra contra vários países, pretendendo expandir o domínio francês. Ele já tinha conquistado parte da Alemanha, quando, em 1813, o rei da Prússia declarou guerra contra Napoleão, as chamadas Guerras de Libertação, de 1813 a 1815, e a Alemanha venceu, mas teve seu preço. Oito princesas da Prússia se reuniram para lançar apelo para que as mulheres oferecessem ajuda, tanto de trabalho como dinheiro e joias. Foi um contexto em que foram criadas várias sociedades de mulheres que prestavam ajuda, sociedades que depois se extinguíram, mas a mobilização das mulheres deixou mostras ficando reconhecida a força e capacidade tradicional das mulheres pela Igreja.

Outro efeito, explica a pastora, foi a substituição da força de trabalho artesanal pelas máquinas, a industrialização. Com isso, as famílias começaram a perder as suas rendas, e migraram para as cidades, formando cinturões periféricos e de pobreza. Pessoas perambulando nas cidades em busca de um trabalho, um caos social, fome e miséria. “[...] Essa era a situação da Alemanha na época em que nossos antepassados migraram para cá, eles estavam fugindo das filas da fome da miséria [...]”, justificou Mariane.

⁶⁶ Ver em ANEXOS, Figura 8 (p. 233). A imagem tem o objetivo de mostrar aos leitores, de forma ilustrativa, a participação das mulheres reunidas no evento e a estrutura física, com utilização de palco, telões e outros recursos.

Nessa época, surgiram várias sociedades de mulheres na Alemanha para, justamente, prestar auxílio aos pobres e doentes. Em 1888, o Imperador Guilherme II fundou uma Sociedade Evangélico-Eclesiástica, uma sociedade auxiliadora formada por homens, mas dirigida pela Imperatriz Augusta Vitória, com a finalidade de prestar ajuda. Alguns anos depois, a Imperatriz se pronunciou a favor que também as mulheres entrassem nesta Sociedade, não somente os homens. Os estatutos foram modificados e, em 1899, a Sociedade recebeu o novo nome de Auxílio de Mulheres Frauenhilfe. E direcionando a pergunta ao público, a pastora exclamou: “[...] Estão vendo as nossas raízes? [...]”, dando destaque para aquilo que, de princípio, distingue as comunidades luteranas, a origem europeia e germânica.

Em 1900, essa entidade de Auxílio de Mulheres tinha 13.624 pessoas membras. Doze anos depois, 200.049. Um crescimento vertiginoso que, para a pastora, significa a força das mulheres, principalmente porque, à época, havia uma lacuna para o engajamento das mulheres na sociedade. Essas sociedades na Alemanha serviram de inspiração para a criação de grupos de mulheres no Brasil. O pastor Theodor Köller, de Rio Claro, SP, leu a notícia da criação da Frauenhilfe na Alemanha e, no mesmo ano, em 15 de agosto de 1899, fundou um grupo de mulheres na sua comunidade. O Frauenhilfe de Rio Claro é, então, o primeiro grupo no Brasil constituído, inicialmente, com o objetivo de juntar recursos financeiros para construir a torre da igreja e depois instalarem os sinos.

As mulheres reunidas no Congresso da OASE saudaram com uma salva de palmas o grupo de mulheres de Rio Claro que estavam presentes, como em homenagem ao primeiro grupo de auxílio de mulheres luteranas no Brasil, grupos de auxílio organizados para atender interesses e necessidades das comunidades e paróquias, arrecadando fundos com trabalhos manuais, cafés e almoços.

O segundo grupo que se formou no Brasil foi o de Blumenau, no estado de Santa Catarina, em 02 de setembro de 1907, data de aniversário da cidade. Uma iniciativa da esposa do pastor Mildred Burrow Mummelthey, e ex-enfermeira da Cruz Vermelha da Inglaterra (PISKE, 2007). A exemplo do que estava acontecendo na Alemanha⁶⁷, ela também se propôs a criar uma associação de mulheres em

⁶⁷ Segundo Dionata Rodrigues de Oliveira (2020), foi fundada uma Casa Matriz de Diaconisas em 1909, em Münster, na Alemanha, para as mulheres se formarem e atuarem no exterior. Havia o interesse em expandirem os campos de atuação das mulheres, desta forma, esta Casa Matriz foi

Blumenau, grupo que, ainda atualmente, se reúne na maternidade de Blumenau. Foram solicitadas duas jovens irmãs obstetras para Blumenau, vindas de Zehlendorf, Berlim, Alemanha, em 1909. Elas iniciaram seus trabalhos contratadas pela Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau. Sobre esse período significativo de organização da saúde em Blumenau que, simultaneamente, envolvia a educação das mulheres, Marilda Checcucci Gonçalves da Silva (2008) destaca as impressões germânicas na formação dos valores indistintamente leigos e religiosos das mulheres neste contexto:

[...] A religião luterana tinha ainda um cunho germanista bastante acentuado, que se expressava na valorização da língua alemã e num discurso que fazia “ser luterano” sinônimo de “ser germânico”. Já o clero católico, colocava em primeiro lugar a religião, o que possibilitava maior integração, inclusive através de casamentos, entre alemães católicos, brasileiros e, a partir de sua chegada, italianos. Nesse contexto a religião, pode ser vista na formação das mulheres em Blumenau, como um reforço à formação recebida no lar e na escola, não se pode distinguir completamente que tipos de valores são religiosos ou leigos [...] (SILVA, 2008, p. 92-93).

Segundo Sibyla Baeske (1999), as primeiras *schwestern* foram atuar em Blumenau, no estado de Santa Catarina. No ano de 1913, foram consagradas treze irmãs na Igreja do Castelo, em Wittenberg e enviadas para o Brasil sete mulheres: uma para trabalhar na comunidade de Rio Grande⁶⁸, outra na comunidade de Florianópolis e cinco em Blumenau, das quais duas na comunidade e três no hospital. No ano seguinte, vieram mais seis mulheres para atuarem na escola da comunidade de Florianópolis, nas comunidades de Porto Alegre, em Blumenau e Juiz de Fora, no Lar Feminino em São Paulo e na comunidade de Blumenau (BAESKE, 1999).

Nesse contexto, o pastor Friedrich Pechmann emitiu opinião dirigida ao sínodo Riograndense, recomendando a reflexão para distribuir cargos no âmbito da diretoria para as mulheres, após constatar a eficiência das mulheres em angariar recursos para as igrejas (BAESKE, 1999). Uma opinião avançada para a época,

transferida para Wittenberg, em 1912, recebendo o nome de “Fundação Katharina”. Segundo a mesma autora, algumas mulheres brasileiras também eram enviadas à Wittenberg, para receberem formação nesta Casa Matriz e retornar ao Brasil para atuar na assistência na área da educação, obstetrícia, enfermagem e educação para o lar.

⁶⁸ Em outro estudo, encontramos registros de Toni Pohl, a primeira irmã a desembarcar no Brasil no porto da cidade de Rio Grande, no Rio grande do Sul em 1912. (Conf. BRAKEMEIER, 1998; OLIVEIRA, 2020).

salienta Anjos (2009), e que demonstra o quanto a atuação das evangélicas luteranas é significativa no fortalecimento cultural, na educação, na preservação dos costumes alemães e da tradição religiosa luterana no Brasil.

A Primeira e Segunda Guerra Mundial dificultou os trabalhos e a vinda de outras diaconisas. Mas, após o término da Primeira Guerra, a Alemanha retomou o envio de diaconisas, de forma que havia trinta e seis grupos de senhoras funcionando em 1920 e noventa diaconisas profissionalizadas em terras brasileiras em 1937 e mais dezesseis alemãs com curso de enfermagem básica não diaconisas, na maioria dos casos, contratadas pelas Sociedades Auxiliadoras locais, que são as precursoras da OASE (BAESKE, 1999).

Na sua fala, a pastora Mariane também recordou seus avós maternos que moravam a quarenta quilômetros de Blumenau e tinham onze filhos. Em 1930, depois de quinze dias após o parto de gêmeos, sua avó faleceu. Esta era a triste realidade que marcou muitas famílias, não só em Blumenau, mas Brasil afora, por falta de assistência qualificada nos partos, segundo a pastora. Continuando o relato histórico, as primeiras mulheres iam a cavalo às casas das parturientes e aquelas que moravam mais longe ficavam hospedadas nas casas das *schwwestern*. Foi ali que ocorreu a formação da nova maternidade de Blumenau, Johannastift. Diferente da sua avó, continuava Mariane, sua mãe realizou os partos com a assistência das *schwwestern*. Recorda que sua mãe se sentia em mãos abençoadas, aos cuidados das *schwwestern*, de quem ouvia muito falar.

A pastora Mariane agradecia o recebimento caloroso das *schwwestern*, graças ao cuidado e engajamento das mulheres da OASE. Se colocou como testemunha viva da vida que as mulheres ajudaram a preservar. E, em nome das muitas famílias que se sentiram agraciadas por maternidades e hospitais criados em todo o Brasil por mulheres da OASE, Mariane disse: “[...] o meu muito obrigado! Essa é a minha família [...]”. E, retomou a história das formações dos grupos de mulheres no Brasil.

Em 1907, na cidade de Brusque, Santa Catarina, foi criada a “*Wholstätigkeitsverein*”, Associação de Damas da Caridade, que também solicitou uma diaconisa formada em enfermagem. Em 1910, mais um grupo se formou, em Hamburgo Velho, no Rio Grande do Sul, chamado Gustav Adolf Jung und Frauenvarein, e, no mesmo ano, formou-se também a Sociedade Evangélica de Senhoras e Senhoritas da Fundação Gustavo Adolfo. Já a ênfase deste grupo foi a construção da igreja e da escola local (BAESKE, 1999).

Neste mesmo ano, duas lideranças eclesiais da Sociedade de Mulheres da Alemanha vieram para o Brasil para uma palestra dirigida na assembleia sinodal do sínodo Riograndense. Na Alemanha, a Sociedade de Mulheres Para o Exterior já tinha fundado uma casa matriz de diaconisas para enviar profissionais diaconisas para o Brasil, e a intenção era fundar uma filial no sul do Brasil para atender as comunidades evangélicas. Assim, motivaram a criação de sociedades de mulheres para que irmãs pudessem atender às necessidades das comunidades (BAESKE, 1999).

Em 1928, o pastor Dohms, ao se referir à tarefa da Ordem Auxiliadora no presente e no futuro, deu ênfase de que a tarefa não era a contratação de uma diaconisa, mas as próprias mulheres associadas à Ordem realizarem este trabalho. Então, deu início a um movimento muito marcante: as mulheres começaram a se reunir em ligas. Em 1930, no primeiro congresso de senhoras rio-grandenses, foi criada a primeira liga de senhoras, o que proporcionou maior organização e auto-organização das mulheres nas suas comunidades. Cinco anos depois, havia cinquenta grupos de mulheres em vários estados do Brasil. Em 1938, no “VIII Congresso de Senhoras no Sínodo Riograndense”, decidiu-se pela criação de uma irmandade evangélica no país para a formação de diaconisas, a Casa Matriz de Diaconisas, fundada em 1939, de forma que puderam chamar candidatas a diaconia para construção de hospitais, jardins de infância, asilos e prestar assistência social. Nesse sentido, não é possível afirmar que existiram diferenças primordiais entre o comportamento luterano e católico, por exemplo. Historicamente, as mulheres foram direcionadas ao trabalho reconhecido como maternal.

Em 1949, durante o Congresso em Ijuí, em Santa Catarina, foi assumido oficialmente o nome Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas, designado para os grupos de mulheres evangélicas de confissão luterana, e contratou-se uma diaconisa como orientadora para atuar em tempo integral na OASE. Em 1954, por iniciativa da orientadora, a OASE aderiu ao dia mundial da oração, que é um espaço ecumênico no qual a OASE encontrou a sua referência (BAESKE, 1999).

A partir de 1972, as presidentes e orientadoras dos grupos começaram a se reunir para planejarem em conjunto seminários nacionais e o roteiro da OASE. E, em 1978, foi criado o conselho nacional da OASE, composto por duas integrantes de cada região eclesial. Em 1984, ocorreu o Congresso Constituinte da OASE, em Balneário Camboriú, localizado em Santa Catarina, onde foi aprovado o

regimento interno para todo o Brasil. A pastora, antes de finalizar sua participação no evento, expôs os objetivos da OASE na Igreja contemporânea.

[...] A missão é a essencialidade da Igreja, convidar pessoas e participar da Igreja, faz parte dessa essencialidade. [...] Falar de Deus e motivar as pessoas para que confiem em Deus e que experimentem a Deus, não só à OASE, mas para a Igreja. Deus quer que todos sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade. E através do batismo todos são convidados a participar desta missão de Deus. [...] A igreja não pode terceirizar o seu papel missionário [...] ele nos chama, para que nós sejamos colaboradoras e colaboradores dele [...] (Mariane, pastora, em palestra no congresso da OASE, 2019).

A pastora continuou com uma breve reflexão sobre a pós-modernidade, o problema do individualismo na sociedade, o consumismo e os meios digitais. Então destacou a falta do cuidado para com as pessoas e às pequenas coisas e que por isso, “[...] neste mundo individualista, nós temos grande chance de oferecer comunhão [...] hospitalização[...] integrar as pessoas e valorizá-las [...]” (Mariane, pastora, em palestra no Congresso OASE, 2019).

A missão, nesse sentido, tem a ver com hospitalidade e a inclusão de pessoas na comunidade e na Igreja. A missão e a evangelização fazem parte da essência de ser Igreja IECLB. Mariane chamou a atenção da plateia para a educação cristã contínua, como uma escola da fé, e isso depende da comunidade local. Por isso também é importante capacitar as pessoas membras da Igreja para promover a capacidade de testemunhar a fé evangelística nas relações sociais e entre as relações sociais. “[...] A OASE é serviço [...] a OASE com a campanha e a escola com os seus valores e princípios de identidades, aqui, nós vemos missão, assim além de nossas fronteiras [...]”, justificou Mariane.

Segundo a pastora, o atual perfil das mulheres da OASE é de mulheres já estabilizadas na vida, aposentadas que têm tempo a doar. Para as mais jovens, quase não lhe sobram tempo. Os interesses e dificuldades enfrentados pelas mulheres mais jovens são diferentes. As necessidades das mulheres mais jovens, geralmente, não são materiais, como a décadas passadas, elas já possuem mais acesso a conhecimento e informações, o que lhes falta é espaço de acolhimento, onde possa aliviar as suas cargas, falar de seus problemas, momentos de paz e tempo para se centralizar e fortalecer o sentido da vida, segundo a pastora. Além

disso, a abertura para diferentes possibilidades de a Igreja envolvê-las foi destacada também por Mariane.

Portanto, a história da OASE teve um momento significativo no evento e serviu para realçar que as necessidades e demandas diferentes sempre existiram entre as mulheres e que existiria uma essência de ser mulher cristã em plena continuação, a partir das organizações institucionais da Igreja.

No período inicial da organização luterana no Brasil, no final do século XIX, as comunidades necessitavam de recursos para a construção das igrejas, centros comunitários, escolas e hospitais. Logo, os grupos de mulheres foram desafiados a ajudar a construir suas comunidades e nelas fazer um trabalho social que o Estado não podia fornecer. Isso levou a um ativismo das mulheres. Em resposta a isso, foi imposta ao grupo de mulheres uma nova orientação: os grupos de mulheres luteranas seriam conduzidos com estudo bíblico, cantos e orações (OASE, 2000). Os serviços desempenhados pelas mulheres na OASE, dessa forma, são tutelados e semelhantes aos serviços que as mulheres realizam na Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) com a arrecadação de recursos para as paróquias.

Apesar dessa atuação centenária abarcar mulheres com diferentes faixas etárias e segmentos sociais, na mais antiga organização de mulheres luteranas do Brasil, nem todas são ainda representadas. A primeira representação que se visualiza, quando se evoca a imagem dessas mulheres religiosas, é a figura de uma senhora que participa no grupo da OASE de sua comunidade (ROTH, 2010). Embora essa representação não possa ser homogeneizada, as barreiras que existem para a representatividade da pluralidade das mulheres é um traço histórico das Igrejas cristãs e no qual a IECLB permanece ainda estruturada (PIRES, 2020).

Em termos de sororidade e de justiça de gênero a criação do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana (FRML), no contexto da “VIII Assembleia da Federação Luterana Mundial”, realizada em 1990 na cidade de Curitiba, é um exemplo desta nova necessidade sentida pelas luteranas. Neste fórum, em encontros presenciais e anos depois, em redes sociais virtuais, as mulheres perceberam a necessidade de se conhecerem melhor. Elas começaram a suscitar questões para além das práticas religiosas ou necessidades das suas comunidades. A criação do fórum permitiu compartilhar suas experiências, seus anseios, visibilização e representatividade como mulheres na Igreja (PHILIPPSEN, 2016).

As discussões oportunizadas por esse fórum levantaram questões polêmicas no contexto luterano, tal como são retratadas em alguns artigos no Jornal Evangélico Luterano (JOREV), onde são apresentados problemas relativos à Teologia Feminista, expondo a necessidade de esclarecimentos sobre temas correlatos ao feminismo e à teologia da mulher. Existe, portanto, o medo e preconceito em relação à teologia feminista, porque ela desestabiliza o campo do saber androcêntrico e hierárquico das Igrejas, sustentado como legítimo no contexto cristão histórico. Naquele contexto de reflexões, o Fórum recebeu uma carta do Conselho Nacional da OASE (CNO), em 1995, na qual afirmava não se opor ao FRML, mas não faria parte do mesmo “[...] continuaremos no trabalho da OASE, seguindo seus objetivos: ‘comunhão, testemunho e serviço’ (ROTH, 2010, p. 27).

As fronteiras entre as duas organizações por muito tempo foram demarcadas pelas discussões surgidas no Fórum de Reflexão da Mulher Luterana (FRML). Havia ali, entendimentos diferentes sobre a atuação das mulheres na Igreja e nos primeiros anos, elas não poderiam equacionar estas questões. Entretanto, anos depois, as teólogas feministas orquestraram o apoio e solidariedade manifesto em carta escrita, segundo uma informante que inclusive elaborou a proposição, esta carta foi assinada por muitas pessoas da IECLB e enviada à sede em Porto Alegre, circulando entre as ministras e alguns ministros da Igreja (PIRES, 2020).

Isso indica uma tensão entre o grupo de mulheres mais conservadoras, a OASE, com outras mulheres do FRML. Ou seja, entre as que são tuteladas pela hierarquia masculina e as que querem mudanças na Igreja, comunidades, paróquias e sínodos. Os pensamentos diferentes existem entre os grupos de mulheres, mas este fato também sugere um movimento de reavaliação das condições das mulheres em ambos os grupos e no contexto religioso mais amplo da instituição, tarefa essa em que as teólogas luteranas feministas atuam.

O FRML permanece com sua proposta inicial de ser um movimento interno de conscientização e valorização das mulheres, engajando-se nas pautas de enfrentamento à violência contra as mulheres e se solidarizando com elas. O fórum encaminha atividades que visam à reflexão de mulheres, tendo realizado dez encontros nacionais (PHILIPPSEN, 2017). E dessa forma, com a estimativa de mais

de 2.000 mulheres presentes⁶⁹, foi realizado um encontro nacional direcionado para a celebração conjunta justamente com a OASE, “Mulheres Luteranas celebrando os 500”, realizado em março de 2017 em Foz do Iguaçu, no Paraná, (PHILIPPSEN, 2017).

Outra situação que nos chamou a atenção foi perceber a proximidade das práticas culturais de uma cultura de imigrantes gaúchos traduzida ou modernizada no consumo de símbolos transnacionais alemães. Em Santa Catarina, o gauchismo não é muito presente. A região assumiu, mais que o estado do Rio Grande do Sul, às formas urbanas e o consumo de artefatos semelhantes ao costume alemão, porém os elementos de consumo da cultura gaúcha e aqueles disponíveis no contexto de Santa Catarina são compostos entre si.

Desse modo, a celebração final do congresso OASE contou com festa à moda local, semelhante a que ocorre nos dias da *Oktoberfest*. As mulheres luteranas estavam neste momento, na sua grande maioria, vestidas com figurinos típicos da cultura e folclore alemão. As mulheres da OASE puderam aproveitar um momento de comemoração festiva e dançante. Era essa uma ocasião de comemoração, havia músicas típicas da região, pessoas dançarinas no palco cênico e a presença da rainha da *Oktoberfest* de 2019 que caminhava entre o público de mulheres; ela era uma mulher jovem, alta, branca, cabelos claros, olhos claros e estava vestida e caracterizada de prenda. A comunicadora do evento animou as mulheres presentes durante a festa, dizendo: “[...] vejam mulheres, tem uma prenda entre vocês! [...]”.

Além dos momentos comemorativos, a instalação de uma mostra itinerante chamada “Nem tão doce lar” – coordenada pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) da IECLB –, logo na entrada do evento, remetia a um ambiente que chamava a atenção das mulheres presentes⁷⁰. A mostra leva para os espaços onde é instalada a representação de uma típica casa familiar e, nela, são distribuídas

⁶⁹ Durante o período pandêmico do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), as mulheres luteranas buscaram manter reuniões virtuais, no que incluem a OASE e o FRML.

⁷⁰ Criada pela antropóloga alemã Una Hombrecher, que contou com o apoio da agência Pão para o Mundo (PPM), a Nem Tão Doce Lar surgiu de uma exposição internacional chamada Rua das Rosas e tinha ainda uma linguagem europeia, destaca Marilu Nörmberg Menezes (2019). Esta foi uma exposição realizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 2006, durante a 9ª Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). A FLD convidou a IECLB para integrar a temática e abasileiramento da proposta. O nome da mostra “Nem tão doce lar” teve origem, segundo Menezes (2019) nos encontros de diálogo das mulheres com o objetivo de realizar um contraponto à expressão “Lar doce Lar”, bastante reconhecida pelas luteranas nos lares dos brasileiros e presente em peças artesanais (MENEZES, 2019).

informações sobre o ambiente do lar, imagens e objetos que denunciam um contexto de violência doméstica. A FLD, a partir de 2011, assumiu a mostra “Nem tão doce lar” e a instalação da mostra tem a pretensão de representar um ambiente interno das casas comuns do Brasil. A casa isolada já é, por si, um instrumento de denúncia e, nela, as marcas da ausência do cuidado estão presentes na forma dos objetos quebrados, das roupas rasgadas, pertences pessoais jogados no chão, utensílios domésticos espalhados em diferentes lugares da casa, a cama desarrumada, a sujeira presente, os medicamentos antidepressivos espalhados, além de as armas de brinquedo e reais dispostas no ambiente do lar, entre muitos outros. Nessa (des)arrumação, um sentimento de hostilidade afeta as pessoas que por ali transitam e expõem uma representação da realidade que todas as pessoas sofrem em um contexto de violência doméstica.

O reconhecimento da figura da prenda, por sua vez, é, em algumas situações, utilizado como uma alegoria ou “dádiva” feminina presente em festas comuns à cultura sulista, por exemplo, o MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho) e a *Oktoberfest*. No contexto do congresso da OASE, em 2019, essa figura feminina também foi apropriada e reconhecida pelo público. É importante destacar que existem imbricações entre elementos gaúchos e da tradição alemã são realizados pelo público da IECLB. As luteranas feministas, por sua vez, utilizam, especificamente, as indumentárias femininas de época da cultura alemã para representar as mulheres na história do luteranismo. Dessa maneira, as mulheres vestidas de prendas ou com trajes históricos usados na Alemanha, ou ainda, com elementos compondo uma mistura, por vezes folclórica, é reservada às comemorações que promovem o avivamento de um protagonismo de mulheres situadas na Igreja de origem alemã no Brasil. Este tema é discutido no capítulo 5 e tem o objetivo de identificar as articulações entre a figura gauchesca feminina da prenda no luteranismo no Brasil.

Outra figura significativa, particularmente, para a representação das mulheres luteranas na IECLB é Catarina de Bora. A recuperação da história das mulheres protestantes e a reconstituição imaginária da vivência delas ganharam mais espaço na IECLB a partir de 2017, ano em que os religiosos comemoram os 500 anos da Reforma luterana. Sobre a atenção atribuída à figura de Catarina, discutiremos no tópico a seguir.

2.3 Catarina de Bora entre as mulheres

O que tornou mais evidente o processo de construção da representação de Catarina de Bora no Brasil é que, além de ser uma figura histórica do período da Reforma Protestante, Catarina tem sido adaptada em diferentes lugares, a partir da Alemanha e do contexto histórico em que se deu a Reforma luterana. Desde 2017, outros grupos e pessoas de diferentes regiões dentro e fora Brasil, ao encontrar Catarina, têm sido impactadas e construído novos significados sobre a permanência dessa figura histórica. Isso porque Catarina é constantemente revisitada, analisada, contemplada pelos sujeitos que, primordialmente ou não, são levados a considerar as relações tradicionais de gênero no contexto da Igreja. E essa é uma dentre tantas sensações e reflexões quando olhamos para o seu monumento.

Diferentes grupos de mulheres no mundo, estudiosas, religiosas, teólogas têm produzido dentro da perspectiva feminista e de gênero, um esforço para recuperar, experienciar, observar e reescrever as histórias das mulheres que participaram do movimento da Reforma religiosa. No Brasil, Catarina de Bora emerge revisitada no contexto teológico. A partir do Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST, a figura de Catarina foi estabelecida como um símbolo da representação das mulheres no período que transformou a história da Igreja na Europa (BLASI; BRUN; MUSSKOPF; SCHUCHARDT; PONATH; FONSECA, 2017). Tantas mulheres esquecidas, pouco conhecidas, muitas sem nenhum prestígio, estão sendo concebidas pelos cristãos de confissão luterana como participantes ativas da missão evangélica contemporânea.

Pelas vias evangélicas/teológicas, os preparativos para a comemoração da tradição luterana, em 2017 foi realizado pelo grupo com a recuperação e atualização da representação feminina a partir de um monumento dedicado a Catarina, em uma perspectiva de gênero, segundo minhas interlocutoras. O monumento no campus da EST provoca a imaginação, autorreflexões e a recuperação de uma memória sobre a participação das mulheres na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e na produção teológica (BLASI; BRUN; MUSSKOPF; SCHUCHARDT; PONATH; FONSECA, 2017).

A instalação do monumento de Catarina ocorre “[...] como expressão do compromisso com a construção da justiça de gênero na Faculdades EST e, consequentemente, na história da IECLB e de Igrejas oriundas do movimento da

Reforma [...]” (BLASI; BRUN; MUSSKOPF; SCHUCHARDT; PONATH; FONSECA, 2017, p. 6)⁷¹. No Brasil e na Alemanha, Catarina de Bora é considerada a mulher conhecida da Reforma e admirada por ter extrapolado a representação de esposa de Lutero, sendo considerada uma relevante administradora no processo inicial da Reforma (ULRICH; DALFERTH, 2017).

No entanto, são pouquíssimos documentos preservados que traçam a biografia ou registros da sua fala. O trabalho das teólogas foi o de hermenêutica para uma construção da representação de Catarina com a finalidade de apropriação pelas comunidades religiosas e historiografia confessional (ULRICH; DALFERTH, 2017). Para atualizar a história de Catarina pelas mulheres brasileiras, a comunidade de teólogas da EST fundamentou-se nos trabalhos de Heloisa Dalferth (2000), Claudete Beise Ulrich e Heloisa Gralow Dalferth (2017) e do portal eletrônico *Frauen und reformation* (Mulheres e a Reforma)⁷². A questão que em diferentes situações, especialmente, durante reuniões de mulheres as movia era o “exercício imaginativo”. As teólogas ficavam pensando, imaginando o que Catarina de Bora, no seu contexto, com as suas experiências de uma trajetória de vida corajosa, pensava, questionava, argumentava, enquanto participava, a seu modo, nos ambientes dos estudantes de Teologia e dos teólogos daquele período (EGGERT; PAIXÃO, 2014). O exercício reflexivo, traz, portanto, ao contexto teológico brasileiro e às experiências estudantis, a visibilização e socialização de um processo que pretende reconhecer as mulheres históricas e contemporâneas por outras maneiras de experienciar a teologia.

A história de Catarina começa, então, a ser divulgada no horizonte de empoderamento dos sujeitos, instigando-os a assumirem coragem em suas vidas. Nascida em 1499 na região sul de Leipzig, na Alemanha, Catarina era filha de um casal nobre empobrecido. Após ficar viúvo, o pai casou-se novamente e querendo oferecer uma boa educação a sua filha, levou-a, com apenas cinco anos, para viver como pensionista no convento Beneditino de Brehna (ULRICH, 2016). Mas, possivelmente, o convento se tornou um empreendimento caro ao seu pai, transferindo-a com dez anos de idade para um convento onde viviam

⁷¹ Ver o monumento de Catarina de Bora no Brasil, em ANEXOS, Figura 9 (p. 233). A primeira imagem, uma fotografia, foram produzidas por mim durante pesquisa de campo em novembro de 2021. Catarina está com máscara no rosto, simbolizando os cuidados com a saúde no período da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19). A segunda imagem é uma fotografia publicada na rede social da Faculdades EST, no *Instagram*.

⁷² Acesso ao portal eletrônico: <http://www.frauen-und-reformation.de/>.

aproximadamente quarenta freiras, em Nimbschen, na Alemanha, pertencente a ordem das Sistersinianas Trono de Maria (ULRICH, 2016).

Era comum as filhas dos nobres empobrecidos serem conduzidas aos estabelecimentos celibatários, por serem pobres, por situações de doenças ou crises e seus pais acharem que elas não teriam a possibilidade de se casarem (SCHUCHARDT, 2014). Ao ingressarem em um mosteiro, geralmente, os pais pagavam um chamado dote que consistia em um pagamento ao convento e se não fossem destinadas à vida religiosa conventual, neste caso, também era comum seus futuros maridos receberem este dote (SCHUCHARDT, 2014). Essa forma de ingresso à vida religiosa católica ocorreu de maneira similar no Brasil colônia (ALGRANTTI, 1999). Essas eram as condições tradicionais familiares que dirigiam a vida das mulheres e da vida religiosa feminina e que se prolongou na história na América Latina (NUNES, 1997).

Mesmo na condição de clausura no convento em que vivia, Catarina e outras freiras enfrentaram o perigo de estudarem os escritos de Lutero, especialmente a obra “Da liberdade do cristão”, escrita em 1520, onde o reformador expressa que a justificação do cristão ocorre por graça de Deus através da sua fé, e as obras e os sacrifícios não são concebidos como necessidade primordial à chamada salvação. Um ano depois, com o texto “Dos votos monásticos”, Lutero abalou definitivamente a vida monástica celibatária, afirmando que o estamento de freiras e monges não poderia ser considerado como mérito, porque de modo algum alguém pode afirmar merecer a graça de Deus (RANDELL, 1995). Em 1522, valorizou o casamento cristão como um estamento instituído por Deus, escrevendo “Da vida matrimonial” como possibilidade de incentivar o casamento de clérigos, monges e freiras, assim provocando alterações nos patrimônios da Igreja, na economia e na cultura.

A Reforma religiosa ajustou as relações tradicionais de gênero, colocando que o casamento era o preferencial na vida do cristão e não mais o estado religioso. A concepção de serviço a Deus então foi justificada pelo casamento tradicional e constituição da família. A partir de 1522, algumas freiras do convento de Nimbschen começaram a estudar os escritos de Lutero, alimentando as inspirações pelas ideias reformatórias, podendo enxergar uma vida fora do convento como uma vontade de Deus (RANDELL, 1995).

Doze freiras arquitetaram uma fuga do convento de Nimbschen na madrugada de 1523 e um comerciante, Leonardo Koppe, levou-as a Torgau, a 48

quilômetros distante do convento, escondendo-as entre os barris de peixe (REILY, 1997). Foram bem recebidas na cidade. Três delas puderam logo voltar para as suas famílias. Três delas puderam logo voltar para as suas famílias e outras nove seguiram viagem para Wittenberg, na Alemanha, onde foram recebidas pelos reformadores, entre eles Martin Lutero e Filipe Melanchthon (ULRICH, 2016). Os jovens reformadores procuraram famílias que estivessem dispostas a acolherem as moças; eles buscaram providenciar abrigo, emprego ou casamento para as ex-monjas que depois casaram e tiveram filhos (ULRICH, 2016; WEISSHEIMER, 1994). Além das jovens, a tia de Catarina, chamada Magdalena von Bora (Tia Lene), e mais duas outras freiras, no mesmo ano, deixaram a vida celibatária católica do convento de Nimbschen (ULRICH; DALFERTH, 2017).

Mas Catarina recusou a oferta do par pretendido por Lutero, o Dr. Kaspar Glatz que, na época, era pastor em Orlamünde, e se colocou na possibilidade de realizar a sua própria escolha. Seria Lutero ou o amigo dele, Nicolau von Amsdorf. Sua atitude surpreendente fez com que Lutero repensasse sua convicção quanto ao celibato e ponderou casar-se com a ex-freira, o que serviu inclusive para selar seu próprio testemunho sobre o casamento de ministros do Evangelho (ULRICH, 2016; DALFERTH, 2017; WEISSHEIMER, 1994).

Mas Lutero não foi o seu primeiro amor. A ex-freira, antes de se casar, sofreu perseguições e marginalizações no contexto da Reforma em curso. A sociedade marginalizava seus seguidores, e principalmente a condição de freiras foragidas. Portanto, seu primeiro amor, o estudante de Wittenberg Hieronymus Baumgärtner foi proibido por sua família nobre de corresponder à Catarina. Mas, com o passar do tempo, a relação entre Catarina e Lutero se desenvolveu e, além de terem filhos próprios, Catarina cuidou de crianças órfãs (ULRICH, 2016).

Catarina, Lutero e seus filhos moraram por vinte anos no antigo mosteiro agostiniano, chamado de Mosteiro Negro, onde o próprio Lutero morava antes da Reforma, doado pelo Eleitor da Saxônia (ULRICH, 2016). Assim, como uma grande casa pastoral, a família abrigava numerosos parentes, hospedavam estudantes universitários, protestantes exilados, visitantes e outros. O casamento com a ex-freira foi, portanto, um fato importante na tradição cristã protestante para consolidar o casamento de líderes religiosos, o que é proibido até hoje pelo catolicismo, além de ter sido Catarina figura preponderante para as elaborações reformadas que Lutero produzia (ULRICH, 2016). Através de sua esposa, Lutero se deixou afetar

pela dor do parto, pela companhia feminina, valorização da sua participação no movimento da Reforma e pela sua inteligência (BLASI; BRUN; MUSSKOPF; SCHUCHARDT; PONATH; FONSECA, 2017).

Além de ser considerada pelas luteranas uma excelente administradora, sabia inclusive, utilizar a medicina caseira e a usava para ajudar as pessoas. Portanto, era uma mulher culta que havia recebido o letramento no convento e participativa dos debates que aconteciam em sua casa, além de trabalhar na plantação e fabricação de cerveja, ou seja, uma mulher que atuava em vários âmbitos da vida e ainda assumia posições relevantes para a nova política religiosa, como poder opinar sobre assuntos referentes à Reforma, mesmo que nos espaços da casa pastoral (ULRICH, 2016). Dedicou-se a estabelecer o tom da vida doméstica alemã-autoritária, paternalista e séria, marcada por devoção e afeto (REILY, 1997).

Ainda, segundo Dalferth (2017), Catarina foi quem incentivou Lutero a responder a Erasmo de Roterdã, quando este, em 1524, escreveu a obra chamada “Do livre arbítrio”. E, um ano depois, Lutero apresentava a sua versão com seu escrito intitulado “De servo arbítrio” (DALFERTH, 2017). É nesse sentido que podemos também concluir que Catarina foi uma mulher que participou dos processos da Reforma junto daqueles que a lideravam. Sobre as passagens finais da trajetória de vida de Catarina, Claudete Ulrich (2016) destaca que a viuvez de Catarina em 1546 foi um momento difícil, como não era diferente para as viúvas da época.

Em 2017, na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, no Brasil, foi realizado o “Encontro Mulheres Luteranas Celebrando os 500 anos da Reforma” que contou com a articulação em torno da criação simbólica de uma nova apropriação da esposa de Lutero e sua representação na Igreja pelas mulheres luteranas. Esse evento congregou mais de 2.000 mulheres (BLASI; BRUN; MUSSKOPF; SCHUCHARDT; PONATH; FONSECA, 2017). Esse é um processo recente de empoderamento por mulheres e grupos diversos que, em contato com a história de Catarina de Bora e com os novos significados possíveis sobre a sua figura, provoca algum impacto de afirmação de atuação feminina das mulheres com incidência pública. A mobilização criada em torno da figura de Catarina de Bora se insere em um processo de confecção, instalação e conservação do monumento no campus da Faculdades EST, onde também buscam afirmar a história do cristianismo de

confissão luterana no Brasil, um compromisso com perspectiva de justiça de gênero:

[...] Por parte da equipe do Programa de Gênero e Religião, no entanto, a estátua e o monumento não foram pensados necessariamente em relação a Lutero ou simplesmente como sua “esposa”, embora não se desconheça ou minimize a relação existente entre ele e ela, mas como afirmação da sua atuação enquanto mulher e como referência à atuação de todas as outras mulheres [...] (BLASI; BRUN; MUSSKOPF; SCHUCHARDT; PONATH; FONSECA, 2017, p. 16).

O grupo da Faculdades EST teve como ponto de partida para a criação do monumento de Catarina no Brasil, o monumento instalado em Wittenberg, na Alemanha. O monumento construído em corpo inteiro representa mover-se pela soleira da porta, são elementos significativos que são usados na reflexão teológica feminista e serviram de inspiração para projetarem o primeiro monumento de Catarina no Brasil. Essa foi uma ideia preliminar apresentada à artista plástica convidada para realizar a proposta, Nina Eick (BLASI; BRUN; MUSSKOPF; SCHUCHARDT; PONATH; FONSECA, 2017)⁷³.

No Brasil, outro elemento agregado ao monumento localizado nas dependências do campus da Faculdades EST, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, foi um livro na mão direita, com o objetivo de representar a produção de conhecimento. Esse elemento é significativo para as teólogas feministas porque, acessando a imaginação histórica, a produção de teologia na história da Igreja, particularmente no contexto da Reforma, pode ser representada na contemporaneidade pelas teólogas locais e aquelas que produzirão no futuro (BLASI; BRUN; MUSSKOPF; SCHUCHARDT; PONATH; FONSECA, 2017).

Nesse sentido, o monumento de Catarina de Bora na Faculdades EST pode ser considerado a materialização do reconhecimento que possuem as luteranas pelas mulheres do tempo da Reforma e a perspectiva que cultivam sobre a continuidade da ação reformadora que possuem as mulheres na Igreja. O monumento, portanto, enuncia um papel às mulheres, uma tarefa direcionada às mulheres e uma condição feminina conquistada como direito de fazer justiça de gênero dentro da produção teológica e seus espaços criativos, e a isso inclui a

⁷³ Ver em ANEXOS, Figura 10 (p. 234). São fotografias registradas por mim durante trabalho de campo em Wittenberg, na Alemanha, em 2022. A estátua está instalada no jardim da entrada da casa de Lutero.

representação de uma Igreja em constante Reforma. Mais recentemente, reiterando o compromisso com a Política de Justiça de Gênero instituída em 2015 na Faculdades EST, e fortalecendo essa pauta no mês da Reforma luterana, a instituição de ensino celebrou, em outubro de 2022, os cinco anos do “Monumento às Mulheres da Reforma”⁷⁴.

O monumento da Catarina de Bora repercute na vida das estudantes locais e pode ser observado no discurso das interlocutoras. O primeiro contato com as coordenadoras do Programa Gênero e Religião da Faculdades EST ocorreu em 2019 durante nossa participação no “VI Congresso Gênero e Religião da Faculdades EST”, mas sem a possibilidade de conversarmos. Posteriormente, com a eclosão da pandemia, realizamos outras aproximações por meio dos encontros virtuais mensais realizados pelo PGR. Sabrina Senger, Marli Brun, Marcia Blasi e Paula Trein, tornaram-se o grupo principal de interlocutoras da pesquisa, durante dois períodos de trabalho de campo e vivência na Faculdades EST e nos cultos da IECLB.

Sabrina é a mais jovem teóloga feminista presente neste estudo. Possui 30 anos de idade, é casada e proveniente de São Borja, no Rio Grande do Sul. Seu encontro com o feminismo se deu por meio da educação. É oriunda de família luterana vinculada à IECLB, no entanto, devido à distância da sua casa e a igreja, a participação em cultos não era frequente. Sua mãe possui ensino médio completo, realizado aos 37 anos de idade pelo programa de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, e seu pai, o ensino médio regular. Seu irmão está cursando o ensino superior em uma faculdade do Instituto Federal.

Esta teóloga luterana cresceu no interior e, como já mencionado, afastada da cidade e do acesso regular à igreja. Seu pai trabalhava em plantações de arroz e sua mãe limpava a casa do patrão; cozinhando para os chamados peões, trabalhadores rurais, vendia queijo e produtos caseiros. Não usufruiu do contato com muitas crianças, a não ser na escola, em que o acesso, segundo seu relato, era bem complicado. Quando chegou a idade de fazer o ensino confirmatório, sua família já morava em um lugar mais próximo da cidade, onde havia um ponto de

⁷⁴ Ver em ANEXOS, Figura 11, (p. 234). Na imagem, alunas da EST preparam o monumento para a recepção das pessoas que fossem visitar o local. A fotografia foi publicada no *Instagram*, pelo perfil do Programa Gênero e Religião da EST, em 2022.

pregação com culto mensal e por isso, foi possível iniciar uma educação na fé mais específica.

Em casa, sua mãe rezava junto dela e seu irmão a oração do “Pai Nosso” toda noite, antes de dormir. Aos 14 anos de idade, relata Sabrina, toda a família mudou-se para a cidade, pois não havia como continuarem estudando se permanecessem na área rural do interior. Ao chegar à cidade, cursou o magistério e logo se aproximou do grupo da juventude, dirigido por um pastor. No grupo Juventude Evangélica de São Borja, fez amizades e começou a ajudar no “culto infantil” e, depois, como orientadora no ensino confirmatório. Sabrina afirma que foi muito comprometida e ativa na comunidade. Através do contato com o pastor, sua esposa e o grupo de jovens, teve a possibilidade de experimentar e desenvolver “senso crítico cidadão”, político, econômico e cultural, afirma, ao mesmo tempo que aprendia sobre espiritualidade e teologia nesses contextos.

Sabrina realça, em depoimento escrito, como foi significativo ter se aproximado da relação que o pastor cultivava com sua esposa. Segundo a teóloga,

[...] certamente os seis anos de trabalho com esse pastor e a amizade com sua companheira foram fundamentais no meu desenvolvimento para construir uma identidade comprometida com a sociedade e o desejo pela teologia [...]. (Sabrina, teóloga, em depoimento escrito, 2022).

Na trajetória de vida de Sabrina, o trabalho atrelado aos estudos foram frequentes. Desde os 16 anos de idade cuidava de crianças e ajudava-as com o chamado reforço escolar. Trabalhou também em sorveteria, lanchonete, pizzeria e fez faxinas, na maior parte do tempo, informalmente. No ensino superior, Sabrina obteve bolsa de Iniciação Científica na graduação em Teologia e, na Pós-graduação, recebeu bolsa de pesquisa. Sabrina realizou a sua graduação e o mestrado através de bolsa PROUNI e CAPES, respectivamente. Segundo Sabrina, não teria condições de pagar pelo ensino, ela sempre o obteve público e com ajuda de programas governamentais.

Durante a faculdade, manteve-se (aluguel, transporte, alimentação) com uma porcentagem de financiamento concedido pela Igreja (o qual, relata, ainda estar realizando a devolução) e, destaca ainda, que sempre trabalhou em pelo menos dois lugares. Formalmente, trabalhou como professora auxiliar do berçário no

Colégio Sinodal, localizado próximo à Faculdades EST. Depois, no Centro de Referência para Mulher (CRM Patrícia Esber). Desde 2020, trabalha junto ao Programa de Gênero e Religião, da Faculdades EST.

Questionada sobre o significado da religião, Sabrina, em resposta, escreveu entender a religião como um tipo de organização social baseada na fé e na Igreja, isso inclui a possibilidade de viver em comunidade, compartilhando, realizando trocas e se apoiando. Afirma que, na sua história de vida e formação pessoal, foi fundamental todos os espaços educativos e comunitários que a Igreja lhe proporcionou ou despertou desejo. Atualmente, declarou sentir dificuldades de criar vínculo com uma comunidade e, também, se considera crítica e não confortável no modelo de culto vigente da IECLB, especialmente pela linguagem patriarcal, heteronormativa e predominantemente branca, destacou. Apesar disso, Sabrina mencionou que a forma litúrgica remete a ela os momentos de juventude e uma memória afetiva especial.

A teóloga afirma que alimenta a sua espiritualidade em espaços considerados por ela como alternativos na Igreja, por exemplo, em encontros dos grupos de mulheres. No presente, é membra-contribuinte em uma comunidade próxima, mas participa apenas de celebrações que são realizadas na Faculdades EST e, esporadicamente, em comunidades onde seu companheiro realiza celebrações.

Conhecemos o pastor Henrique, companheiro de Sabrina, quando no primeiro período de pesquisa na Faculdades EST. Na época, ele estava em processo de ingressar no ministério com ordenação e Sabrina foi gentil em logo informar-nos sobre a possibilidade de presenciar uma celebração dirigida por seu companheiro. Sabrina nos fez o convite para assistir ao culto do seu esposo, em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Durante o culto, procuramos observar as atividades que ocorriam em paralelo; numa sala próxima ao salão do culto, voltada às crianças, elas estavam confeccionando “árvores de Natal” junto das mulheres que dirigiam a atividade.

Na prédica realizada por Henrique, estava presente a narrativa de fatos históricos usados na interpretação do texto bíblico lido no culto; por exemplo, quando fez uma breve explicação sobre o discurso público realizado pelo ativista político negro americano, Martin Luther King (1929-1968), que via a necessidade da coexistência harmoniosa entre pessoas negras e brancas. A expressão “Eu Tenho um Sonho”, proferida por Luther King, também é reconhecida como o nome popular

do seu discurso. O pastor reiterava o discurso de Luther King motivando as pessoas presentes a acreditarem nas possibilidades de mudança em suas vidas, e visando a união da comunidade reforçava dizendo: “[...] está chovendo lá fora, aqui dentro não [...]”. Assim repetia algumas vezes, pedindo aos fiéis presentes para acompanhá-lo.

A mudança social também é entendida como uma possibilidade através do feminismo. Sabrina interpreta o feminismo como uma forma de criatividade e possibilidade de transformação social das relações de gênero. Em resposta escrita, Sabrina explica que feminismo é:

[...] revolução :) É uma alternativa à estrutura dominante de poder e privilégios. É criatividade e possibilidades, tanto para estrutura e organização social quanto para as relações. É solidariedade, desconstrução/reconstrução, senso crítico e comprometimento com a dignidade da vida de todas as pessoas – especialmente as colocadas à margem e violentadas historicamente. (Sabrina, teóloga, em depoimento escrito, 2022).

As teologias feministas são concebidas por Sabrina como “[...] as lentes pelas quais consideramos corpos e especificidades da vida que, nas Teologias “tradicionais”, não foram contempladas historicamente [...]”. Nesse sentido, a teologia feminista é libertadora, assim como a proposta das teologias da libertação e leituras populares da Bíblia, afirma a teóloga. Ela também reconhece que, em alguns grupos da IECLB, ainda há muita resistência e preconceito sobre o tema do feminismo, mas entende que é um processo de “[...] tensionamento, reflexão e diálogo, assim como em qualquer outro grupo social [...]”, justifica a teóloga.

O feminismo, para Sabrina, deve ser produzido, discutido e difundido na vida civil desde e com a base,

[...] Podemos perceber que quando o feminismo é apenas algo acadêmico ou de uma “elite” intelectual não transforma nem impacta a vida das pessoas que mais sofrem com opressões machistas, homo e transfóbicas, classistas e racistas. Precisa ser um movimento que provoque e considere outras experiências para seu potencial transformador e desestabilizador. O mercado econômico já tem se aproveitado dessas pautas para lucrar com os feminismos neoliberais, que reduzem a luta para o empreendedorismo de mulheres etc. Quando não há redistribuição de poderes econômicos, políticos, culturais e sociais, ainda haverá uma pirâmide de poder que privilegia alguns grupos e explora e violenta outros. (Sabrina, teóloga, em depoimento escrito, 2022).

Sabrina entende que existem mudanças sociais significativas ocorrendo na esfera civil no Brasil, e isso demonstra que mudanças estão acontecendo em relação aos comportamentos. Segundo a teóloga: “[...] As pessoas e especialmente as mulheres, conseguem reconhecer com um pouco mais de facilidade quando estão sendo assediadas ou em situação de violências diversas. Ainda é um caminho e uma caminhada! [...]”.

Questionada ainda sobre a condição do feminismo no Brasil, Sabrina observa que não é suficiente pensar em apenas um feminismo, mas no feminismo (S), no plural. Segundo a teóloga, um feminismo mercadológico está em ascensão e ele cumpre um papel destacado na sociedade e considera que “[...] é uma vertente que não pretende desconstruir as estruturas dominantes e violentas [...]”. Por essa vertente, “[...] acaba transparecendo que há avanços concretos e sociais, quando na realidade suas concretizações são individualizantes, não refletem e nem garantem propriamente os direitos das mulheres [...]”, afirma Sabrina. A vertente do ecofeminismo é com a qual Sabrina mais se identifica, porque no “[...] ecofeminismo é possível enxergar homens e mulheres conspirando num lugar onde a Terra e a Natureza são pontos centrais para pensar as relações e estruturas sociais [...]”, argumenta.

Sabrina considera que não é “fácil” mulheres e homens discutirem dissidências sexuais ou de gênero e, ao mesmo tempo, permanecerem no ministério ordenado na IECLB. Nesse sentido, a teóloga encontra nas ações da pastora Luzmarina Campos⁷⁵ uma referência na teologia feminista, porque interessa-se mais sobre temáticas que discutem os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, área na qual Luzmarina tem atuado, justifica. Segundo Sabrina, Luzmarina é uma liderança luterana declaradamente feminista, porém, não encontra legitimação na sua Igreja (IECLB), mas em outras Igrejas e nos movimentos sociais.

⁷⁵ A ministra brasileira Rosa Weber (Supremo Tribunal Federal), em 2018, convocou uma audiência pública da qual participaram representantes de diferentes setores da sociedade – neles se incluem grupos religiosos, cientistas, juristas, políticos e entidades governamentais, entre outros. Nesta ocasião, Luzmarina Campos Garcia, (teóloga ecofeminista, ministra ordenada na IECLB e pesquisadora no campo do Direito), ficou reconhecida, particularmente, por seu pronunciamento favorável a descriminalização do aborto, durante a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 (ADPF). No Brasil, o aborto continua sendo um crime tipificado pelo Código Penal de 1940, que pune a interrupção da gravidez provocada ou consentida pela gestante. Não obstante, recebeu pela IECLB a reação de oposição ao seu discurso que foi publicada no “Portal Luteranos”: “[...] mais uma vez, a IECLB é envolvida numa polêmica que não condiz com seu jeito de ser Igreja.” Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/textos/nota-sobre-a-participacao-da-pa-luzmarina-campos-garciana-audiencia-publica-promovida-pelo-stf-sobre-a-proposta-da-descriminalizacao-do-aborto-ate-a-12-semana-de-gestacao>. Acesso em: fev. 2019.

Para Sabrina, o enfrentamento político desta pastora, persistente no feminismo e na religião, tem a inspirado.

No próximo capítulo, discutiremos a interrelação entre os movimentos sociais e a teologia feminista, e como esse aspecto do trabalho colabora para a compreensão do alcance de incidência pública que se realiza a partir da elaboração feminista no campo da teologia luterana.

2.4 Movimentos sociais e a teologia feminista na América Latina

Discutiremos, neste momento, as relações primordiais que deram a base para as estudantes de Teologia na Faculdades EST iniciarem a elaboração teológica feminista no meio luterano, a partir do contexto de surgimento de novas teologias. E a teologia da libertação é um exemplo deste contexto. Essa teologia desenvolveu-se na América Latina em um contexto político, econômico e social de repressão por parte dos seus governos ditatoriais. Com os diálogos proporcionados pelas Igrejas e nas organizações anti-repressão, foram criadas as chamadas teologias do terceiro mundo ou teologias contextuais (VUOLA, 1997). A teologia luterana, segundo Claudete Ulrich (2006, p. 346),

[...] nasceu de uma profunda crise, o que fez dela uma teologia emancipadora. Hoje precisa ser revista à luz da realidade brasileira, latino-americana e da teologia feminista da libertação, tendo gênero como referencial de análise no processo de inclusão de todos e de todas. É necessário reescrever a teologia, incluindo a experiência das mulheres.

Sobre a entrada da teologia feminista no contexto luterano, Josilene da Silva (2004) afirma que no contexto da América Latina surge, a teologia feminista surge de forma mais intensa, na década de 80, mas, antes dos anos 60, as mulheres luteranas já tinham iniciado os estudos em Teologia orientada à realidade das mulheres (FREIBERG, 2019). Na Faculdade de Teologia (FACTEOL), a qual deu origem à Faculdades EST, foi onde condições para a elaboração de uma teologia feminista luterana surgiram (ANJOS, 2009). Como mencionado anteriormente, as mulheres tiveram forte mobilização no período entre 1960 e 1980 na luta pelos direitos civis no Brasil e no continente (NUNES, 1992). A ICAR precisava de melhores condições e formação dos cristãos, e outra questão foi o rápido

crescimento do protestantismo na América Latina (VUOLA, 1997). A terceira razão para o nascimento da teologia da libertação era o grande número de pobres que as Igrejas entendiam como sua responsabilidade local e mundial (VUOLA, 1997)⁷⁶.

Uma das características na formulação da teologia da libertação foi a de que a produção das discussões teológicas qualificou análises marxistas ou de conceitos marxianos. Os chamados oprimidos da sociedade e os contextos de desigualdade haviam se tornado um assunto generalizado nessas ações religiosas situadas (VUOLA, 1997). Sendo assim, discutia-se sobre os poderes da burguesia, do capitalismo e os antagonismos sociais. Foram estimuladas a formação de “intelectuais orgânicos” na sociedade e a compreensão de que os chamados subalternos, nesse contexto, poderiam agir por si mesmos⁷⁷. Os setores da elite da sociedade brasileira, a ICAR no Brasil e a Santa Sé viram nisso um perigo, sobretudo, porque entenderam que o pecado nesta teologia possuía uma concepção sistêmica-política, de caráter coletivo e estrutural e menos pessoal. Responderam com autoritarismo sobre as ações das teólogas e teólogos da libertação e a condenaram no início dos anos 1980 (VUOLA, 1997).

A teologia da libertação chegou a criticar o chamado falso universalismo ocidental abstrato, porém a universalidade acabou não sendo negada, emergindo uma concepção de universalismo situado (VUOLA, 1997). A teologia feminista foi criada em paralelo com a teologia da libertação, no âmbito da práxis em diálogo com as experiências religiosas (FURLIN, 2014). Segundo Elina Vuola (1997), é impossível conceber seu nascimento desvinculado do processo de secularização das mulheres e das problemáticas desenvolvidas em outras disciplinas do conhecimento científico. Ambas as teologias, da libertação e feminista, têm como referência de formulação intelectual os contextos sociais e a práxis social.

Segundo Ulrich (2010), nesse contexto, a teologia feminista foi sendo definida como heterogênea e plural, dando ênfase às experiências de mulheres e a perspectiva metodológica central, especialmente para as teólogas feministas e da libertação. Portanto, de acordo com Silva (2004), ocorreram no campo religioso da

⁷⁶ A aderência à teologia da libertação foi uma aderência contextualizada e temática, considerada menos uma participação significativa nos contextos relacionadas a ela por parte do pastorado, distintivamente de como ocorreu na ICAR, argumenta Anjos (2009).

⁷⁷ Criado pelo italiano, Antônio Gramsci (1978), o conceito “intelectual orgânico”, representa o intelectual que está integralmente/organicamente ligado, compenetrado a sua classe social. Sua função, segundo o autor, é homogeneizar a concepção de mundo e a vontade coletiva da classe, tornando-a potência de ação individual e coletiva.

ICAR e de algumas Igrejas evangélicas a construção e difusão da teologia da libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nesses contextos, os grupos de mulheres católicas estiveram buscando a criação de uma nova forma de Igreja, a chamada Igreja dos pobres (SILVA, 2004).

Como um relevante marco histórico, inclusive para as feministas, foi realizada em 1968, em Medellín, Colômbia, a II Conferência Geral do Episcopado (Católico) Latino-americano inaugurando uma etapa da chamada cristandade latino-americana. Nessa reunião, os grupos presentes representando as instituições cristãs compreendiam que a noção de progresso como um ideal de desenvolvimento estrave em crise, tendo em vista o domínio norte-americano sobre o continente. Simultaneamente, surgiam governos autoritários na América-latina. As Igrejas, *a priori*, diante dessa realidade, encontraram a necessidade de se submeterem a esses governos, do contrário, os fiéis seriam também seriamente reprimidos. (FERREIRA, 1981).

Nesse sentido, alguns setores da ICAR, assim como na IECLB, participaram do movimento de conscientização dos oprimidos no Brasil. Contrária à situação repressora dos governos ditadores, a teologia da libertação emerge como um princípio dialético de

[...] questionar a Teologia tradicional, que se interessa essencialmente pelo conteúdo doutrinário da fé e pela elaboração teórica (...) O cristianismo consiste fundamentalmente num agir histórico, e num agir em favor da libertação, e, assim sendo, a teologia tem como função compreender, à luz da Palavra de Deus, este agir, dele partindo e a ele voltando incessantemente [...] (FERREIRA, 1981, p. 23).

Pela lente da teologia da libertação, a chamada opção pelos pobres e oprimidos também motivou a reflexão sobre a opressão das mulheres (SILVA, 2004). Nesse sentido, a teologia feminista no contexto latino-americano é elaborada com um discurso da busca pela igualdade entre homens e mulheres, ainda que acentuando suas diferenças (SILVA, 2004). No entendimento de Maria Pilar Aquino (1997), as mulheres que começaram a produzir teologia nesse contexto ansiavam pelo reconhecimento da alteridade dos sexos e que houvesse simetria e equivalência nas relações entre os homens e as mulheres.

Segundo a antropóloga Fabíola Rohden (1995), a teologia escrita por mulheres teria iniciado em 1985 e tinham a preocupação em anunciar o chamado ponto de vista feminino. Portanto, é nesse contexto de luta social e dos governos ditatoriais que tem origem a produção teológica das mulheres na América Latina. Os percursos iniciais das mulheres na produção teológica demonstram que havia a necessidade de realizarem a chamada teologia do “ponto de vista da mulher” (SILVA, 2004). Além disso, os encontros ecumênicos que começaram a ser desenvolvidos pelas teólogas tinham como centralidade dar enfoque para as perspectivas e experiências das mulheres na religião.

Na Cidade México, no México (1979), ocorreu o primeiro encontro; o segundo foi realizado em San José, na Costa Rica (1981); em seguida, ocorreram em Manágua, na Nicarágua (1983), Bogotá, na Colômbia (1984), Buenos Aires, na Argentina (1985)⁷⁸, e Oaxtepec, novamente no México (1986) (SILVA, 2004)⁷⁹. A maior parte dos encontros ocorreram na região central da América patrocinados por organismos internacionais, entre eles, a Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo (ASETT), surgida no Rio de Janeiro, no Brasil, em 1993, momento em que uma Comissão da Mulher foi instituída (DEIFELT, 2003). O seu projeto era o de realizar, em um ano, até 1994, a aproximação entre teólogas dos chamados primeiro e terceiro mundo através de encontros continentais e intercontinentais.

A possibilidade de questionarem a arbitrariedade nas relações de gênero ocorreu no mesmo ano em que foram realizados os encontros de mulheres teólogas na Argentina e no Brasil (1986). As teólogas perceberam que o campo epistemológico do feminismo para garantir a continuidade da construção dos direitos para as mulheres e que as questões de gênero não eram, necessariamente, consideradas pela teologia da libertação (FURLIN, 2011).

No encontro no Rio de Janeiro, as teólogas discutiram sobre a aplicação da nomenclatura feminista na teologia. Seria ela feminina, da perspectiva da mulher ou feminista? E foi concordado o uso do nome feminista porque simboliza a ruptura com a ordem vigente, ainda que associado às feministas euro-americanas do Norte.

⁷⁸ Segundo Neiva Furlin (2011, p. 152), o “Primeiro encontro Latinoamericano de Mulheres Teólogas” foi realizado em Buenos Aires, na Argentina: “[...] Participaram 28 mulheres, entre católicas e protestantes, representantes dos diferentes países do Continente Latinoamericano [...]”.

⁷⁹ No mesmo ano, ocorreu o “II Encontro Nacional sobre a Produção Teológica Feminina nas Igrejas Cristãs”, no Rio de Janeiro, Brasil, convocado pelo Programa Mulher e Teologia do Instituto de Estudos da Religião (ISER) (FURLIN, 2011).

Para as teólogas, o termo feminino, neste caso, ainda está incorporado a uma concepção androcêntrica (TEPEDINO, 1988)⁸⁰.

Nesse sentido, o termo feminista, instituído na nomenclatura após a palavra teologia, representa uma visão protestadora. Wanda Deifelt, teóloga luterana feminista e primeira mulher a ocupar a cátedra de Teologia Feminista na Faculdades EST, em 1991⁸¹, postula que

[...] Ao empregar o termo feminista, as teólogas reunidas assumiram gênero como uma categoria de análise (assim como já haviam utilizado classe e raça/etnia), dentro de um princípio metodológico de desconstrução e reconstrução [...]. (DEIFELT, 2003, p. 172).

Podemos afirmar que, de acordo com Rohden (1995), o caminho inicial da compreensão e discussão da teologia produzida por mulheres teve o propósito de realizar uma desconstrução da representação negativa, historicamente atribuída ao feminino, concebida como “pedado original”, o enaltecimento das mulheres presentes nos textos bíblicos e a noção de um Deus feminino (ROHDEN, 1995)⁸².

No ano de 2018, sobre o tema “Biografias, instituições e cidadania”, ocorreu o “I Congresso de Teólogas Latinoamericanas e Alemãs”, em Buenos Aires, em decorrência do intercâmbio entre os grupos de teólogas do “Teologanda” da Argentina e do “Agenda” da Alemanha. Segundo Furlin (2011), esse encontro contou com a participação de muitas mulheres oriundas de diferentes continentes.

O ecofeminismo, segundo Rohden (1995), é aquele que atribui uma concepção de valorização da natureza ligada às mulheres e sincronicamente a

⁸⁰ As mulheres, como novos sujeitos fazendo teologia, juntamente com outros profissionais e interessados das áreas dos estudos feministas e de gênero, incluindo os homens, procuraram instituir um campo de estudos específico a partir das discussões fomentadas nos encontros que se seguiam em cada ano de realização. Segundo Rohden (1995), na década de 1990, as militantes feministas e as teólogas estiveram mais próximas na busca de diálogo. Sobre os marcos históricos de encontros e desenvolvimento de uma consolidação da teologia feminista na América Latina, ver o trabalho de Neiva Furlin (2011, p. 150-156).

⁸¹ Antes de Wanda Deifelt ocupar a vaga da cátedra de Teologia Feminista, em 1990, a teóloga alemã Dorothee Sölle foi convidada a coordenar o seminário “Teologia Feminista da Libertação”, organizado pela Pós-graduação da Faculdades EST. Na sua vinda, Dorothee Sölle proferiu palestra pública, participou de reuniões com mulheres da IECLB, teólogas, estudantes de Teologia e no Encontro de Pastorais, realizado em 14 a 17 de março do mesmo ano na Faculdades EST, em São Leopoldo, RS e no culto semanal da EST (FREIBERG, 2019).

⁸² Segundo Rohden (1995), o tema sobre direitos reprodutivos tornou o diálogo entre as mulheres mais definidores sobre a perspectiva da produção teológica realizada por mulheres na América Latina. Nos diálogos ocorridos em vários encontros a cerca do tema, o conceito de relações de gênero foi reconhecido por parte das teólogas. Segundo a autora, as teólogas católicas reconheceram mais o feminismo que valoriza a especificidade da mulher e baseado na diferença.

Deus. A perspectiva das teólogas ecofeministas tem procurado aproximar estes três elementos e seus aspectos considerando os processos de destruição e distanciamento da natureza (ROHDEN, 1995). A particularidade das feministas baseada na diferença é identificada, segundo Rohden (1996), na crítica do feminismo academicista e igualitário. Segundo esse prisma, as categorias gênero, raça e classe social usadas em exacerbação é capaz de não conseguir oferecer a devida monta “às dimensões mais profundas da vida” e de “restauração da vida” como seria, nesse entendimento, a espiritualidade, a gestação e a maternidade, segundo Silva (2004, p. 24-25).

Marli Brun tem 55 anos de idade, é casada e graduada em Teologia e tem licenciatura em Filosofia. Possui especialização em gestão social, mestrado em Teologia e doutorado em Educação. Para a teóloga feminista luterana, a dimensão da espiritualidade é um sentido de vida e a partir dela,

[...] faz surgir grupos a partir de necessidades específicas. Uma religião que não acolhe e afirma a diversidade e não afirma a justiça em todos os âmbitos da vida é excludente "por natureza" e não possibilita o desenvolvimento da espiritualidade libertadora que abarca a integralidade da vida no universo [...]”. (Marli, teóloga, em depoimento escrito, 2022).

O feminismo, segundo Marli, primeiro significa a busca por igualdade entre homens e mulheres e “[...] as mulheres terem o controle sobre suas vidas, seus corpos, seus sonhos. Em todos os âmbitos da vida, o feminismo deve estar presente (escolas, igrejas, associações comunitárias, universidades, empresas) [...]”. A teóloga vislumbra, inclusive, a importância de uma “reforma constante” para privar a religião dos fundamentalismos, ao enfatizar que as

[...] Normas, costumes, leis devem ser revistos cotidianamente para que a justiça de gênero seja afirmada em todos os espaços [...]. A condição atual do feminismo no Brasil é uma construção social, de gênero que visibiliza e busca romper com violência produzida e legitimada pelos fundamentalismos. (Marli, teóloga, em depoimento escrito, 2022).

Segundo Fátima Weiss de Jesus (2003), na década de 1980, o Grupo de Mulheres na FACTEROL era constituído por mulheres que também participavam do Partido dos Trabalhadores (PT). Isso demonstra que as estudantes de Teologia

estavam diretamente participando de discussões no campo da política partidária de esquerda e, nesse sentido, a teologia da libertação se adequava mais ao contexto teológico crítico que ocorria nos espaços acadêmicos. Nesse contexto, o termo feminista ainda não era utilizado para nomear a produção teológica feita pelas mulheres de confissão luterana. Elas usavam a expressão “perspectiva da mulher” na teologia. Na década seguinte, em 1990, as teólogas romperam com o pensar restrito ao termo mulheres para passar a usar o conceito de gênero na Teologia com a criação do Núcleo de Gênero (JESUS, 2003; SILVA, 2004; FREIBERG, 2019). O NPG, desse modo, tem conseguido ampliar as questões que eram discutidas no Grupo de Mulheres – grupo extinto, desde então –, e atualizar as perspectivas metodológicas para o campo dos estudos de gênero. A atuação das mulheres teólogas foi tão incisiva a partir do contato com a produção dos estudos sobre mulheres e de gênero que puderam criar e legitimar uma pastoral que combate fortemente as formas de violência contra as mulheres no Brasil, partindo do âmbito da instituição religiosa.

A trajetória de vida da teóloga feminista Lori Altmann, representa uma ativa participação durante o processo de consolidação de uma nova estrutura teológica feminista na Faculdades EST e, posteriormente, no trabalho de base. Lori, nasceu em Carazinho, Rio Grande do Sul, é casada com um pastor da IECLB e tem 69 anos de idade. Seus pais tiveram pouco estudo. Seu pai cursou apenas o ensino fundamental (na nomenclatura da época, chamava-se primário) e sua mãe até a quarta série. Presentemente, seu município de origem chama-se Santo Antônio do Planalto. Proveniente de família de pequenos agricultores, trabalhou na “roça” com eles até concluir o magistério, quando atuou como professora de Educação Infantil, Ensino Fundamental e depois Ensino Médio (Língua Portuguesa e Língua Inglesa). Cursou ainda licenciatura em Letras na Universidade de Passo Fundo (UPF) no início da Década de 1970 e, em 1974 foi para São Leopoldo, RS, cursar o bacharelado em Teologia, na então Escola Superior de Teologia (EST). Lori Altmann é mestra em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em Teologia pela Faculdades EST, período em que estudos sobre contextos de conflito por disputas de terra entre a comunidade luterana de Nova Teutônia, no estado de Santa Catarina, com a comunidade Kaingang da área indígena Toldo Pinhal (ALTMANN, 2007).

Afirma proceder de família ecumênica. Seu pai foi muito ativo na comunidade em Santo Antônio, no Rio Grande do Sul, ocupando cargos na diretoria da comunidade local, e sua mãe era católica. Todos seus irmãos e ela foram batizados e confirmados na IECLB. Quando foram morar na vila, sua família alugou a casa pastoral para morarem, pois a sede da paróquia havia mudado para Ernestina e a casa havia ficado vaga. Quando o pastor local vinha realizar cultos e outras atividades, a casa de seus pais, onde morava, era utilizada para os atendimentos.

Lori teve significativa participação na comunidade Luterana em Carazinho, no Rio Grande do Sul, como citado anteriormente, atuando no culto infantil, no ensino religioso e na Juventude Evangélica. Assumiu cargos em nível local, regional e nacional na Juventude Evangélica. A teóloga declara que na JE foi essa participação ativa que a motivou a escolher o ministério pastoral feminino numa época em que não havia mulheres atuando como pastoras. Participou ainda como Àquêlá, com as crianças no Grupo Escoteiro Local e criou com mais duas colegas o Distrito Bandeirante com meninas. E toda esta atuação, voluntária, era realizada em paralelo com seu trabalho como professora e como estudante universitária que precisava se deslocar para outra cidade de ônibus (Passo Fundo, RS) para estudar em uma universidade particular.

Lori também foi missionária entre o povo Suruí/Paiter de Rondônia (1978 a 1979) e entre o povo indígena Kulina/Madija (1980 a 1988), dos quais aprendeu a língua e a cultura, dentro de uma proposta de Pastoral de Convivência que buscava engajamento concreto nas lutas desses povos em diálogo e respeito às suas culturas e religiões.

Também participou no Projeto Índios Desaldeados entre os anos 1994 e 1997, ligado ao Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), em equipe multiprofissional com uma assistente social e um advogado, que realizou um levantamento da situação da população indígena da região de Porto Alegre, RS. Trabalhou no Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria (CECA) em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, na coordenação do Programa Fé e Cidadania. Há alguns anos, atuou no Centro Universitário IPA em Porto Alegre (da Igreja Metodista), ministrando a disciplina de Antropologia na modalidade semi-presencial em diversos cursos de graduação, entre os anos de 2006 e 2009. Atualmente, é docente desde dezembro de 2009 na Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPel), no Departamento de Antropologia e Arqueologia, no

ICH/UFPel). Pesquisa principalmente na área de etnologia ameríndia, ações afirmativas na graduação e pós-graduação e estudos de gênero e feminismo.

A teóloga feminista revela filiar-se a uma religião, que é a cristã e participa em uma Igreja. Com essa definição, ela pretendeu explicar que entende religião e Igreja como congregação de pessoas em uma comunidade local de onde participa organicamente. Esses termos, segundo nossa interlocutora, muitas vezes são confundidos. Religião é empregada como instituição ou denominação religiosa e Igreja, entendida muitas vezes como instituição ou denominação, ou ainda templo, prédio. Considera-se uma pessoa espiritualizada, conceito este que pode ter várias definições. Entende que espiritualidade é viver uma fé engajada social e politicamente, num projeto de Igreja e de sociedade que seja mais inclusiva, equitativa, solidária e antirracista.

Quando indagada acerca do feminismo, Lori explica que é uma postura ativa que busca superar desigualdades e violências numa sociedade androcêntrica, machista e patriarcal. É relevante destacar que a teologia feminista, por sua vez, chegou até ela através de uma caminhada junto à teologia da libertação e em decorrência de uma crítica feita pelas mulheres de que levava em consideração apenas o recorte de classes e não o de gênero/sexualidade, raça e etnia. Descobriram que, na verdade, existiam várias teologias da libertação.

Essa interlocutora nos escreveu que o feminismo significa para ela uma tarefa de todas as pessoas, dizendo que

[...] levar em consideração de que mesmo dentro dos feminismos temos diferenças e, também, desigualdades. Por isso, torna-se necessária uma discussão constante onde todas as vozes sejam ouvidas e onde as perspectivas parciais (e não as ditas universalizantes) sejam contempladas. É das vozes localizadas, vindas das margens da sociedade, que poderemos construir uma proposta de futuro e de sociedade, que seja realmente igualitária e plural [...] (Lori, teóloga, pastora e professora acadêmica, em depoimento escrito, 2022).

Entretanto, Lori preocupa-se com a situação presente do feminismo no Brasil, porque continua a ser marginalizado em todos os âmbitos, inclusive na academia.

Como podemos observar, a trajetória e participação de Lori Altmann na IECLB foi sempre atuante. Atualmente é membra participante de uma comunidade local onde vive sua fé com outras pessoas. É pastora voluntária junto ao Conselho

de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) e na Pastoral Popular Luterana (PPL), nessa que é uma relação entre fé e vida e num compromisso concreto e político com os setores mais vulnerabilizados em nossa sociedade (povos indígenas, quilombolas, pessoas negras, mulheres vítimas de violências e setores empobrecidos em geral).

“[...] Não se começa do conceito, nem do método, nem da teoria [...]” se começa pela “[...] vida. E os equipamentos de estar viva: os corpos.”

(“A gente não sabe o lugar certo de colocar o desejo: primeiras leituras e as perguntas pelo método, a teoria e deus” – Nancy Cardoso Pereira, 2019, p. 13).

3.1 Mulheres pela diferença na multidão de diferenças

Diante dessas questões que surgem a partir das novas configurações e das novas dinâmicas religiosas presentes no século XXI, é necessário que novos questionamentos sejam feitos sobre as apropriações que as mulheres têm realizado nas religiões. É preciso, portanto, apurar e compreender como essas mulheres, de diferentes gerações, estão recriando e transformando, com criatividade, os contextos religiosos.

Neste capítulo, pretendemos discutir sobre a dinâmica produzida pela reflexão teológica feminista luterana, percebida em trabalho de campo, na qual as mulheres constroem uma possibilidade da percepção da dominação patriarcal presente nas religiões tradicionais, suas relações com elas e os caminhos para extrapolar os seus limites impostos que até poucas décadas atrás, eram inalteráveis. A diferenciação das ações feministas no eixo da confessionalidade luterana tem sentido o avanço do conservadorismo patriarcal evangélico no campo político brasileiro e percebendo nisso a ampliação dos seus espaços de domínio moralista e machista. A teóloga feminista luterana e psicóloga Anete Roese (2016), percebe que as mulheres luteranas feministas vivem a contradição de atuar em uma tradição patriarcal religiosa e trabalhar na criação de espaços e caminhos alternativos – e isso significa que eles não são propriamente inéditos – aos das religiões mais hegemônicas, propondo horizontes mais plurais e de ampliação dos direitos humanos.

No que tange às teorias feministas, que partem de um projeto político, propõem estender e ir além da compreensão dos problemas de opressão e inferiorização de gênero e sexo. Compreender os fenômenos de subordinação das categorias sociais é um primeiro movimento de alteração dos parâmetros vigentes

das relações sociais. A partir das considerações do antropólogo Clifford Geertz (1997), podemos compreender que a própria experiência individual e socialmente reconhecida como feminina, pode ser compreendida como um sistema cultural. Isso porque a diferenciação de gênero parte do senso comum sobre o valor e eficácia da sua legitimidade. Dessa maneira, no contexto das mulheres de confessionalidade luterana, as experiências femininas localizadas também passam a ser consideradas como saberes com interesses situados. Para Ortner e Whitehead (1981), o gênero constitui uma estrutura de prestígio. O prestígio é um conceito que permite compreender as implicações mais claras e inteligíveis das ideias de gênero.

A partir desse momento, procuraremos localizar os sistemas de prestígio presente na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) para compreender certos conceitos relacionados ao gênero, como o conceito de reconhecimento das mulheres e a sua diferenciação no âmbito do contexto evangélico de confissão luterana.

Destarte, uma das preocupações das teólogas feministas de confissão luterana no âmbito das religiões é saber fomentar o que elas entendem como uma espiritualidade lúcida. As falas de mulheres ordenadas e líderes da IECLB, ouvidas e observadas em trabalho de campo, induzem a ideia de justiça de gênero e demonstram incômodos com os privilégios resultantes de uma hierarquização histórica entre os sexos na sociedade. A Faculdade EST possui, desde 2015, uma Política de Justiça de Gênero que exprime um engajamento da instituição de ensino com os desafios nessa área. Tal visão de ampliação da justiça de gênero em espaços educacionais, espiritualizados pode ser compreendida no depoimento da teóloga Romi Márcia Bencke:

[....] Sou uma pessoa que vive a espiritualidade de forma bastante racionalizada. Creio que minha espiritualidade está muito vinculada com as diferentes experiências de vida que tenho. Me sinto uma pessoa privilegiada porque posso conviver com diferentes movimentos sociais, tradições religiosas e organizações de direitos humanos e ambientais. A possibilidade de ouvir todas as experiências das pessoas, suas lutas por território, autonomia, direitos etc.; são fundamentais para minha experiência espiritual [...]. (Romi, pastora e teóloga, em depoimento escrito, 2022).

Romi tem 51 anos de idade, é casada e reside em Brasília, Distrito Federal. É bacharel em Teologia pelas Faculdades EST e mestre em ciência da religião pela

Universidade Federal de Juiz de Fora. Segundo a teóloga, atuante no CONIC, o feminismo deve ser discutido, elaborado e difundido como um movimento que tem como horizonte uma sociedade democrática, com justiça econômica, ambiental, antirracista, anticapitalista, com participação política, autodeterminação dos povos e direito de decidir para mulheres e homens e todas as demais identidades sexuais. E mais ainda, chama a atenção para entendermos o feminismo como um movimento de resistência:

[...] O movimento feminista é um movimento de resistência. Em um contexto de perdas de direitos, ataques a conquistas das mulheres, o que seria de nós sem o movimento feminista? Se não perdemos mais é porque temos um movimento feminista em constante e permanente vigilância. [...] (Romi, pastora e teóloga, em depoimento por escrito, 2022).

A Fundação Luterana de Diaconia (FLD) inspirou-se em organizações como Federação Luterana Mundial e Aliança ACT no seu processo de construção da Política de Justiça de Gênero, mobilizada a partir de reflexões do grupo de mulheres na própria FLD (FLD, 2014). Depois de vários encontros, as mulheres da Diretoria Executiva apresentaram a proposta de elaboração de uma política de gênero (PORTAL LUTERANOS, 2014). É significativo ponderar que as ações da FLD encontraram dissidências entre as pessoas luteranas e grupos mais conservadores nas igrejas.

Segundo a publicação da FLD no “Portal Luteranos”, a Política de Justiça de Gênero:

[...] é um documento normativo e estratégico que implementa a justiça de gênero como critério transversal para todas as dimensões de trabalho da FLD e para todos os projetos por ela fomentados ou executados diariamente. Visa promover o exercício de relações de gênero justas e igualitárias, reconhecendo nelas um potencial transformador das relações sociais. Visualiza oportunizar a valorização igualitária de mulheres e de homens e gerar o acesso de mulheres e de homens de modo equilibrado aos espaços de poder e de governança da instituição e de suas parceiras. A Política de Justiça de Gênero objetiva, através de sua consecução, transformar as relações sociais na sociedade brasileira e ser estímulo e orientação também para seus parceiros estratégicos, organizações apoiadas e mesmo à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Igreja com a qual partilha identidade teológica e, por meio desta, fomentar o desenvolvimento de relações de gênero

justas no meio ecumênico brasileiro [...]. (FLD, PORTAL LUTERANOS, 2014).

No âmbito religioso, segue-se, portanto, por meio da reflexão, a guinada que Lutero realizou no Movimento da Reforma, da autonomia/liberdade do cristão de não precisar de uma interferência ou mediação de homens ou instituições para ter a graça de Deus, pois, por meio desse movimento interior do sujeito reflexivo, ele mesmo é o avaliador de suas ações (LEMOS; ALVES, 2013).

O protestantismo desenha uma personalidade ao agente cristão e, na contemporaneidade, existe também uma intersecção das preocupações feministas de enquadramento teórico e de movimento organizado com as ações das luteranas a partir do uso da noção de justiça de gênero, discutida pela filósofa e feminista Nancy Fraser (2007)⁸³, sendo o objetivo, em relação ao cristianismo, levar essa perspectiva de gênero, sexo e sexualidade para dentro do ecumenismo e promover reformas éticas e religiosas⁸⁴. “[...] Um compromisso global a criar um cuidado da saúde reprodutiva que apoiaria vida abundante para todos e todas [...]” (STREUFERT, 2017, p. 28). A perspectiva da teóloga feminista Mary Streufert (2017), influente no meio teológico acadêmico, estaria, portanto, conservando as premissas originais da noção cristã que é a reprodução e família.

A sexualidade, partindo das considerações da FLM, possui objetivos que extrapolam a reprodução humana, ela possibilita atos, prazeres e desejos, estreitam as relações, pensadas na condição em que existe amor “[...] entre pessoas adultas; servir à procriação; melhorar a comunicação e contribuir para a realização pessoal [...]” (FLM, 2007, p. 8). E a violação dos seus princípios devem ser examinados:

[...] amor, fidelidade, responsabilidade, confiança, dignidade e respeito são protagonistas em uma relação sexual saudável. Liberdade de escolha e total contrariedade e criminalização diante de qualquer ato exploratório sobre o corpo do outro são pautas importantes nessa conceituação [...]” (FLM, 2007, p. 8).

⁸³ Segundo esta autora, a virada para o reconhecimento social representa uma ampliação no campo dos direitos humanos e no âmbito da sexualidade e de gênero. A busca por reconhecimento social é uma nova compreensão do que é a justiça de gênero, não mais limitada a questões distributivas, mas em expandir a demanda por representação, identidade e diferença, conforme a teoria do reconhecimento.

⁸⁴ A Faculdade EST adota o conceito de justiça de gênero presente nos documentos normativos institucionais e nas ações realizadas pelos diferentes setores de trabalho da instituição, segundo o documento institucional (PGR-EST 2015), publicado na revista Coisas de Gênero, discute a implementação da Política de Justiça de Gênero elaborada comunitariamente.

No documento citado, as “Igrejas-membro” também não expressam suas opiniões de forma aberta e explícita sobre diversidade sexual. Segundo a análise de Daniela Senger (2017, p. 101)

[...] expõe-se a missão de que as Igrejas continuem os debates nesse entorno, já que é possível concluir que existe uma contradição, com base nos argumentos explicitados acima, tanto pessoas homossexuais quanto heterossexuais (fora do matrimônio ou não) se estariam igualmente aptas a viver a sexualidade a partir dos princípios e objetivos supracitados [...].

No âmbito institucional, a homossexualidade na IECLB é uma condição silenciada. Em carta oficial, intitulada “Ministério Eclesiástico e Homossexualidade – Posicionamento do Conselho da Igreja” (2001)⁸⁵, produzida pelo Conselho da Igreja, a IECLB não aceita a ordenação de pessoas homossexuais praticantes, por ser motivo que gera escândalo na Igreja.

No entanto, existem pessoas homossexuais estudando e trabalhando em diferentes lugares e extensões da IECLB, entretanto, ainda é uma condição de silêncio diante das declarações da presidência e da aceitação oficial da Igreja. Senger (2017), também considera que o tema da homossexualidade, oficialização do matrimônio e ordenação é um tabu no meio religioso institucional e, dessa forma, o projeto de Igreja “sempre em Reforma”, considerado por algumas teólogas apresentadas, encontra entrave no contexto da direção e, mais ainda, no comunitário da IECLB. Isso também nos mostra que a IECLB está constituída por diferentes teologias tradicionais e aquelas que visam atualizar a hermenêutica bíblica, como é o caso da teologia feminista.

Para Wanda Deifelt, o chamado sacerdócio geral ou universal o qual propunha Lutero (aberto a todas as pessoas que creem), permite estender também ao ministério de gays e lésbicas (DEIFELT, 1999). O batismo também pode ser interpretado como algo para ser aceito na comunidade e para serem recebidas no corpo de Cristo. Segundo Wanda Deifelt (1999),

[...] nada impede, teórica e teologicamente, que uma pessoa possa exercer qualquer um deles. Ministério é um serviço, não um

85 A carta citada e publicada em 2001 está disponível no “Portal Luteranos”: <https://www.luteranos.com.br/textos/ministerio-eclesiastico-e-homossexualidade-2001>. Acesso em dez. 2019.

exercício de poder e hierarquia. A participação de pessoas homossexuais no ministério ordenado não poderia ser questionada, tendo como base justamente os dons do Espírito, aos quais Paulo se refere em Coríntios [...].

Essas tentativas de definir uma posição política tem sido, antes, uma reação a impulsos externos do que internos, segundo Gerd Kliewer (1977) e com a influência da Federação Luterana Mundial (FLM) e do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) esta situação parece continuar. O mesmo vem ocorrendo com a relação de proximidade com suas Igrejas-irmãs da Europa, especialmente a Igreja Suéca – Igreja oficial do estado sueco até 1999, regulada em 2000 pela “Lei da Igreja da Suécia” que lhe atribui o dever de ser democrática e dirigir-se pela fé evangélica-luterana –, a qual procura evitar referir a Deus no masculino⁸⁶ e tem apoiado reformas em relação aos direitos homossexuais e de gênero, como realizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo⁸⁷.

Segundo Butler (2018, p. 205), “[...] o enquadramento da tolerância, até mesmo da imposição da tolerância, ordena a identidade de acordo com as suas exigências e apaga as complexas realidades culturais das vidas gays e religiosas [...]”. O fato é que, por anos, a situação dos homossexuais na IECLB é silenciada e a diretoria não demonstra uma preocupação em atender essa demanda específica das pessoas interessadas em trabalhar nos ministérios da Igreja ou perguntar sobre a orientação sexual dos candidatos e candidatas à ordenação (SENGER, 2017). A IECLB é uma Igreja “ainda binária e recatada”, percebe a teóloga Marcia, e “[...] o silêncio e a negação perpassam os trâmites de admissão de teólogos/as (homossexuais) ao ministério na IECLB [...]” (STRECK; BLASI, 2009, p. 107). O intuito, segundo Streck e Blasi (2009) é acomodar e permanecer na não concordância quando ao tema homossexualidade.

Para Senger (2017, p. 107) “[...] a busca por mais profundos e novos debates na IECLB se faz urgente a fim de aceitar e abrir espaços de vivência “integral” dessas pessoas na Igreja, não só como membras, mas como lideranças capacitadas que são [...]”. Além disso, mesmo com o seu destaque no ministério

⁸⁶ “Igreja Luterana da Suécia evita se referir a Deus no masculino” (2017), notícia disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/25/internacional/1511638309_285913.html. Acesso em: jan. 2020.

⁸⁷ “Igreja Luterana da Suécia aprova casamentos gays” (2009), notícia disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/igreja-luterana-da-suecia-aprova-casamentos-gays-3142088>. Acesso em: jan. 2020.

inclusivo para mulheres e o pioneirismo nos estudos teológicos feministas, a IECLB é uma Igreja que mantém lealdade por critérios como: etnia, família, tradição e localidade, argumenta Paul Freston (1998). Ou seja, as teólogas feministas luteranas estão agindo pelas margens teológicas no contexto ainda dominado pelo sistema patriarcal que implica na preservação de uma cultura conservadora em seus meios.

O ecumenismo é mais um contexto em que as luteranas conseguem mobilizar reformas nas Igrejas e a pluralidade de crenças. Para a antropóloga Tatiane dos Santos Duarte (2018), a mulher na Igreja e no movimento ecumênico encontra lugar na divergência e incomoda. Contudo, o ecumenismo é entendido por suas interlocutoras como uma ideia de que é possível promover ações benéficas e genéricas. Marli Brun, coordenadora do PGR, reflete sobre o que pensava quando jovem sobre as práticas das outras religiões e o que, atualmente, acredita ser o melhor caminho e o que se faz pelo ecumenismo.

[...] Durante o tempo de adolescência e juventude, eu participava de atividades na igreja em que minhas amigas e amigos mais próximos faziam parte (auxiliava líderes no trabalho com crianças, grupos de juventude). Além da católica, participava de atividades na Igreja Evangélica Luterana do Brasil e na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Participava com minha família de festas comunitárias em diferentes Igrejas. A mãe e o pai sempre diziam que tínhamos que ajudar todas e diziam que em todas havia ensinamentos bons. Ou seja, cresci em ambiente ecumênico, mas a mãe explicava diferenças e dizia o que ela achava certo e o que entendia ser errado numa ou noutra. Hoje acredito que além do ecumenismo nossos laços devem acontecer também com movimento inter-religioso, rompendo com todas as formas de discriminação e preconceito religioso. O caminho de Jesus, de Ruah é o caminho do amor, da justiça de gênero, social, racial, econômica, ambiental. (Marli, teóloga e pastora, em depoimento escrito, 2022).

Para a pastora Claudete “[...] o movimento ecumênico é fundamental para o caminhar em conjunto das Igrejas cristãs, nos seus posicionamentos, nas denúncias das injustiças e no anúncio de uma sociedade justa e igualitária [...]”. Semelhante ao que Aneli considera do movimento “[...] um caminho para maior aproximação entre as Igrejas e, a partir daí, uma oportunidade para ampliação de reflexões, para testemunho e diálogo respeitoso com vistas à superação de segregações cristãs [...]”.

Segundo Lori, em depoimento escrito, o ecumenismo é fundamental, “[...] (ou mais ainda, o diálogo macro ecumênico ou interreligioso), justamente por estarmos vivendo uma era de intolerância religiosa e de fundamentalismos [...]”. Para a ministra Romi, atuante no CONIC,

[...] O movimento ecumênico forma minha identidade cristã. Uma confessionalidade autocentrada ou uma fé autocentrada é morta, torna-se fundamentalista. O ecumenismo tem relação com a dialocidade, com o encontro e com diferentes experiências de viver a fé [...]. (Romi, pastora e teóloga, em depoimento escrito, 2022).

O movimento ecumênico, sobretudo, tem, na concepção das pastoras, uma forma e intencionalidade de cuidar do povo de Deus e do desenvolvimento de práticas de união cristã.

Pudemos observar, durante o “VI Congresso Gênero e Religião” realizado⁸⁸ na Faculdades EST em 2019, o diálogo acadêmico e inter-religioso com cultos promovidos pela IECLB durante os dias do evento. A expressão “Ninguém solta a mão de ninguém”⁸⁹ foi pronunciada e acompanhada pelo público com cânticos na cerimônia de abertura do VI Congresso Gênero e Religião que propôs ser um espaço de discussão e produção de conhecimento em torno de três eixos temáticos: vulnerabilidade, resistência e justiça⁹⁰. Em nossa participação no congresso, observamos que existem eixos de segmentos teológicos na IECLB que operam como movimentos sociais que possuem incidência na esfera pública, como a teologia feminista (PIRES, 2020). Isso demonstra que as líderes luteranas compartilham da luta que ocorre na sociedade e estão afinadas com as pautas feministas. O congresso contou com a palestra de encerramento sobre direitos reprodutivos com a presença da pastora Luzmarina Campos. Nos espaços das Faculdades EST, as estudantes participam de protestos, organizam enquadramentos dos corpos de mulheres vítimas de violências, questionam as lógicas binárias gênero que regula as definições de vitimização e reagem com

⁸⁸ Os Anais desse congresso estão disponíveis em: <http://anais.est.edu.br/index.php/genero>.

⁸⁹ Essa frase tem origem popular e soa ao mesmo tempo como um grito de resistência e conforto nos contextos de ameaças às liberdades.

⁹⁰ O VII Congresso Gênero e Religião foi realizado em 2021, no formato virtual, em decorrência da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) e foi direcionado aos seguintes eixos temáticos: coragem, criatividade e esperança. Os Anais do congresso estão publicados em: <https://revistas.est.edu.br/anais/index.php/genero>.

performances que comunicam o gênero, reproduzindo-o com parâmetros mais livres, reivindicando-o e instituindo identidades plurais (PIRES, 2020).

Consideramos, portanto, que essas mulheres não estão abandonando os antigos espaços e que estão procurando ressignificá-los para acolherem as vulnerabilidades múltiplas das pessoas, não apenas das mulheres, mas, particularmente, através das experiências das mulheres. Buscam conduzir um outro tipo de sociabilidade, menos hierárquica, muitas vezes, sem se distanciarem dos vínculos que possuem nas suas pertenças religiosas. As teólogas feministas, simultaneamente, procuram reconhecer e ressignificar as práticas religiosas com a realização da crítica ao sistema patriarcal, arraigado na formação estrutural da Igreja e na sociedade.

3.2 Tendências e recursos feministas no luteranismo

O corpo e as experiências da vida são os primeiros recursos para fazer a teologia feminista, afirma a teóloga Nancy Cardoso (2019, p. 13), considerada uma referência relevante na teologia brasileira para as teólogas feministas luteranas. O feminismo elaborado e praticado pelas luteranas está preocupado em permitir que o pensamento religioso se aproxime do corpo sexuado e com gênero. Está comprometido com a prática do cuidado, ressignificando e empoderando mulheres através da evangelização de vertente luterana, socialmente progressista. Esta vertente no Brasil, no que tange às questões das mulheres na Igreja, está alinhada com as expressões mais fortes de militância e articulação social contra a violência de gênero.

No campo da religião, a ideia de cuidar, historicamente foi impulsionada pelo serviço realizado pelas mulheres e requerido no sistema capitalista patriarcal. Entretanto, a sociedade inferioriza o valor deste trabalho, porém a reprodução social é inviável sem ele (SALLEH, 1992). Como um tema significativo para as teólogas feministas, pensar as práticas do cuidado também requer incluir os homens nesta tarefa, inclusive no “jeito de ser Igreja”.

Para Linda Woodhead (2013), ainda existem vários temas sobre religião que não se encaixam nos termos da sociologia e antropologia, como o crivo do gênero para ampliar o escopo teórico para analisar como essas expressões, cada vez mais presentes, são necessárias. É o que se observa com a assimilação de uma

espiritualidade ecofeminista luterana e do cuidado, na qual as práticas das mulheres podem ser compreendidas como táticas subversivas à ordem dominante masculina na religião na busca da legitimação do espaço já conquistado, e ainda como difusoras de práticas contraculturais, porque continuam a usar discursos feministas para contestar e redistribuir a divisão sexuada de poder na religião como incidência pública (WOODHEAD, 2013).

A espiritualidade parece algo marginal nas igrejas luteranas, mas está inscrita nas práticas difundidas nos grupos de mulheres da IECLB e tem a ver com uma multiplicidade de crenças religiosas e terapêuticas que não deixa de lado o cristianismo. O Deus cristão e seu amor continua sendo central, não neutro, mas holístico. Durante a pandemia, foi difundida e oferecida em no formato de cursos pela Faculdade EST a prática de *mindfulness*, (atenção plena) é difundida e oferecida em formato de cursos pela Faculdade EST⁹¹. A noção de espiritualidade remete-se aqui a fenômenos que não são institucionalizados. Ela pode ser feita de modo individual, não tem hierarquia definida ou uma comunidade de pessoas. A espiritualidade, nesse sentido, é concebida e exercida além dos espaços da igreja e da própria religiosidade que dela procede. Ela está associada com o modo de gerir e sustentar a vida (CARDOSO, 2019).

Em meados de 2020, estávamos no auge da eclosão da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19). Neste contexto, o Programa de Gênero e Religião (PGR-EST) organizou um curso na modalidade virtual, realizado durante o segundo semestre do ano, intitulado “Curso teólogas feministas: reconhecendo nossas referências”, que contou com a apresentação de sete autoras, referências do campo das teologias feministas produzidas na américa-latina, discutidas e apresentadas por outras sete teólogas feministas. O primeiro encontro ocorreu sobre a teóloga Sílvia Regina Lima Silva, apresentada pela teóloga Nancy Cardoso. O segundo encontro proporcionou a apresentação da teologia produzida por Mercedes Garcia Bachmann, apresentada por Elaine Neuenfeltd. No terceiro encontro, a renomada teóloga Elizabeth Shüssler Fiorenza foi apresentada por

⁹¹ A Faculdades EST, a partir da crise pandêmica culminada em 2020 no Brasil, começou a oferecer cursos formativos e de especialização e, ainda, a estimular a prática entre funcionários e alunos, das técnicas de *mindfulness*. O exercício é baseado no autoconhecimento, na concentração e atenção ao momento presente da pessoa que o realiza. Numa postura que busca se distanciar de julgamentos, mas, na aceitação e abertura das experiências. Também tem como objetivo tornar o contato com a religião, a espiritualidade, as relações sociais e o pensamento racional, como constituições da dimensão humana e na busca pela qualidade de vida.

Marga Ströher. Rosemary Redfort Ruether foi apresentada por Wanda Deifelt. O penúltimo encontro, contou com a teologia produzida por Maricel Mena Lopez, apresentada por Lilian Conceição da Silva. E no último encontro, a teóloga Ivone Richer Reimer, apresentou-nos a teologia de Luise Shottroff. As teólogas organizadoras do curso, escolherem teólogas luteranas e que não possuem filiação com a IECLB, porque o intuito foi o de apresentar as mulheres teólogas que as inspiram, independentemente da confissão religiosa. Dentre as sete teólogas apresentadas, há muita diversidade na perspectiva teológica, desde o trabalho realizado a partir de outras matrizes religiosas, até o intercambiamento dos modos de fazer e das concepções feministas presentes na teologia que contribuem para tornar o fazer teológico feminista luterano mais múltiplo e diverso.

É comum haver uma discussão sobre práticas curativas espiritualistas presentes nas perspectivas e metodologias teológicas feministas luteranas. Marcia Blasi (2017), por sua vez, procurou em seu estudo oferecer o enfoque no trabalho de diaconia e apresentar um caminho de desconstrução da suposta culpa da mulher pela introdução do pecado no mundo, ideia essa que foi difundida por teólogos conservadores ao longo da história da Igreja cristã. A teóloga identificou que em todas as conversas em que mulheres relatavam sobre a realidade que viviam, um dos temas que mais aparecia era o “sentimento de culpa”. Blasi (2017) afirma que, mesmo que não tenham feito nada de errado, as mulheres pensam e se apresentam como responsáveis por seus atos, suas vidas e “[...] tudo o que acontece ao seu redor [...] (p. 28)”. Sempre de alguma forma, segundo a teóloga, as mulheres acham que não são boas, criativas, bonitas e competentes o suficiente. Esse “sentimento de culpa”, segundo as análises de Blasi (2017) na maioria das vezes, é vergonha e não culpa. E “[...] a vergonha tem tudo a ver com o medo, especialmente o medo de perder o vínculo com outras pessoas [...] (BLASI, 2017, p. 37)”.

Além do contato com a produção da teologia feminista a partir do contexto de confissão luterana, durante o primeiro semestre de 2021, também buscamos, na pesquisa de campo, compreender como a IECLB como um campo religioso no Brasil faz interface com o campo acadêmico dos estudos feministas de gênero para a formação teológica.

Realizamos períodos de pesquisa de campo na disciplina semestral de Teologia Feminista realizada na graduação em bacharelado em Teologia da Faculdades EST, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, na modalidade remota

(durante o período da pandemia) e depois, em 2022 em uma aula presencial, ministrada pela teóloga Marcia. Todos os alunos eram oriundos do Rio Grande do Sul e de formação religiosa evangélica. Junto aos estudantes de graduação participamos em 2021 dos encontros remotos da disciplina, que tem seu conteúdo programático relacionado com a vertente luterana teológica e a atuação das mulheres no luteranismo. E no primeiro semestre de 2022, durante o segundo período de trabalho de campo na Faculdades EST, também aproveitamos a oportunidade para apresentar os dados preliminares do estudo às interlocutoras da pesquisa e outras pessoas do Programa Gênero e Religião.

Durante nossa primeira incursão nas observações da disciplina de Teologia Feminista, realizada no formato remoto, no primeiro semestre de 2021, a professora Marcia iniciou o curso a partir do resgate histórico das lutas feministas para o avanço das conquistas dos direitos das mulheres, momento em que a professora, trouxe-nos, primeiramente, a metodologia da Teologia Feminista. No decorrer do curso, Marcia adentrou nos assuntos relativos à inferiorização da mulher na Igreja e na sociedade. A construção, os sentidos e as motivações políticas e religiosas no avanço das reconfigurações da posição das mulheres nas Igrejas cristãs foram discutidas durante todos os encontros que também contaram com a presença de ministras relevantes da IECLB para compartilharem suas trajetórias de trabalho na Igreja e com a teologia feminista.

No ensino de Teologia Feminista na Faculdade EST, as estudantes aprendem como ocorre o processo de revisão dos textos bíblicos e teológicos mais consagrados. Os trabalhos da teóloga feminista Wanda Deifelt são um dos principais orientadores dos métodos que as futuras teólogas e teólogos precisarão realizar. A revisão dos ensinamentos históricos religiosos é realizada através do método nomeado pela autora de “desconstrução e reconstrução” e a hermenêutica da suspeita é utilizada para avaliar com criticidade; avalia-se criticamente os desfechos que permanecem na teologia tradicional (DEIFELT, 2003, p. 172). A professora Marcia buscava frisar que as experiências de fé de mulheres é o ponto de partida para a reflexão teológica na teologia feminista e que, portanto, essa teologia nasce como reação às outras correntes teológicas no contexto do século XX, visando a superação dos processos de exclusão das mulheres.

Ampliando a metodologia hermenêutica de círculo hermenêutico, criada pelo teólogo da libertação Juan Luis Segundo na América Latina, Wanda Deifelt (2003)

no contexto da teologia feminista, incorpora um movimento contínuo e aberto de dança em espiral e que tem a percepção do corpo como ponto de partida (SEIBERT, 2015; BLASI, 2017):

[...] O primeiro passo é tomar consciência de que as mulheres estão excluídas do fazer teológico e histórico. O segundo passo é reconhecer que, apesar de invisibilizadas, as mulheres estão presentes nos relatos bíblicos e que fazem parte da história. O terceiro passo é propor novos temas e tradições a partir das experiências das mulheres. Surge, nessa dança hermenêutica, uma nova imagem, a imagem da espiral é o corpo, é no corpo que o mundo e ficam marcadas as vivências pessoais, sociais, eclesiais e teológicas. É no corpo que é sentida a vergonha e no qual se desenvolvem os mecanismos de resposta ou defesa, podendo estes ser saudáveis ou não [...] (BLASI, 2017, p. 27).

Nas aulas de Teologia Feminista, Marcia convidou outras mulheres que exerceram um papel significativo na história da constituição do campo da teologia feminista e nos trabalhos que visam a justiça de gênero na IECLB. “Existe todo um olhar para construir a história das mulheres da IECLB”, dizia aos alunos a ministra Marli Brun, primeira presbítera eleita na IECLB em 1993. Além de detalhar às estudantes o processo, no qual participou, da criação da cátedra de Teologia Feminista e como experienciou o período de estudos em Teologia na EST, tal assunto gerou o interesse do grupo em também compartilharem os conflitos que enfrentam para conseguirem ser estudantes de Teologia. Muitos declararam ter sofrido preconceito e inferiorização por parte da família, o que gerou período de afastamento do núcleo familiar.

Para a teóloga Marcia, “[...] foi passar e entrar pelo portão da EST e tudo começou a mudar”. O pai lhe dizia que a filha voltaria logo, porque “[...] era baixinha e não falava como pastor”, Marli, por sua vez, declarou às estudantes as reações que sua mãe lhe dirigia sobre achar que sua filha não era inteligente o bastante, porque “ela achava que o pastor era a pessoa mais inteligente que havia”. Assim como Marcia e Marli, tantas outras ministras, atualmente, avaliam suas trajetórias de conquistas e de superações das expectativas familiares.

“Várias pastoras sinodais são divorciadas na IECLB”, disse Marcia, dirigindo o seguinte questionamento à turma: “O que isso favorece para o trabalho na Igreja? É isso o que importa? O que então melhora?” Em seguida, as alunas expuseram suas insatisfações sobre as expectativas de seus familiares com o casamento.

Situações como essas foram trabalhadas pela professora, a qual tentava mostrar aos alunos que mais importante do que realizar as expectativas dos familiares e da sociedade é a relação de troca com Deus, na qual a culpa do cristão e a cobrança para com Deus precisa ser refletida e reavaliada na consciência. “Não somos uma religião pronta, estamos sempre em processo de reforma e, neste caminho, devemos nos mover para a justiça que vem através do Evangelho”, concluía a professora.

A teóloga Marcia, em sala de aula, considerou que a leitura progressista da Bíblia é eticamente melhor e a discussão dos textos não está estancada. A professora reconhece que ainda é difícil falar de gênero, mesmo na academia, porque existe o preconceito sobre o assunto. E mais, afirma que existe uma capacidade interpretativa que está em risco: “[...] falar para além da Bíblia”. O que pode ser entendido como a possibilidade de deslocar a narrativa religiosa para o âmbito político mais amplo ou na incidência pública interreligiosa, sem incorrer em evangelização incorporada em discursos fundamentalistas ou no esvaziamento da interpretação crítica da Bíblia.

Na oportunidade de realização das observações em uma aula presencial de Teologia Feminista ministrada por Marcia, no dia 19 de maio de 2022 – após o período pandêmico –, além das alunas e alunos presentes, um mestrando em Teologia, orientando da professora e juiz em Brasília, Distrito Federal, participou da aula. Nessa aula, ele foi convidado para relatar suas experiências de trabalho no campo da justiça de proteção e defesa das mulheres. Uma das alunas presentes, fez uma pergunta à professora sobre como proceder se ocorrer uma situação de estupro com uma mulher da comunidade religiosa e ocorrer a gravidez como consequência. Marcia respondeu que, se na comunidade ocorrer uma situação semelhante, não é dever do ou da ministra resolver ou encaminhar o caso, mas é justo que a mulher tenha todo o apoio para decidir o que fazer, conforme determina a lei brasileira. “A pessoa precisar ter opção, essa é a nossa tarefa [...]” e por isso, a despenalização do aborto é justo, nos casos de estupro. No ano 2000, Marcia explicou à sala que foi a primeira vez que a IECLB acordou que é pecado a violência contra as mulheres.

Consideramos que o trabalho realizado na teologia feminista luterana tem revisado as estruturas simbólicas da Igreja e oferecem as bases para a construção

de concepções mais alternativas na vida das mulheres na religião e no ministério com ordenação.

Nesse período de trabalho de campo na Faculdades EST, no dia 24 de maio de 2022, nos aproximamos das interlocutoras da pesquisa para conversar e participar (dentre outras oportunidades) de um momento de reflexão teológica com as pessoas vinculadas ao PGR. Nesse encontro, havia cerca de doze pessoas reunidas ao redor da mesa da sala de reuniões do grupo, dentre estudantes e professoras. Para dirigir o momento de reflexão teológica daquele dia, uma professora de Teologia foi convidada. A professora iniciou a reunião com uma oração a Jesus e, em seguida, convidou as pessoas a relatarem suas próprias experiências de exclusão ou de outras pessoas; ou ainda o que sentíamos no momento, o que queríamos ou desejássemos dizer no momento.

A professora não iniciou a reflexão teológica com a prévia leitura de um texto bíblico, ela primeiro chamou para as pessoas compartilharem suas experiências. Essa é uma das características principais da metodologia da teologia feminista. Somente após expor e/ou refletir sobre as experiências pessoais, a professora questionou as pessoas se o texto escolhido poderia ajudar em algo.

Dois relatos chamaram a nossa atenção, o de uma aluna de graduação em Teologia e o depoimento de uma teóloga. A aluna (com menos de 30 anos de idade), recordou uma experiência que sofreu de exposição exercida por um pastor, durante a sua participação como liderança do grupo de juventude da comunidade que participava. O pastor a inferiorizou na frente dos seus colegas, expondo incapacidade para ser liderança juvenil. Nesta situação, a jovem permaneceu sem frequentar a igreja, ficando afastada da comunidade religiosa por nove anos, por consequência da situação que a afetou e a magoou profundamente, declarou na reunião. Ela ainda recordou que, nessa época, possuía o projeto de realizar intercâmbio na Alemanha a fim de aperfeiçoar a língua local que não pode ser realizado.

Em seguida, uma teóloga relatou sua experiência. Com lágrimas nos olhos, a teóloga deixou à mostra a sua vulnerabilidade dizendo que não se sentia excluída, mas como “não incluída”. Nesse exato momento, a professora convidada para a reflexão teológica a interrompeu e disse: “Tudo bem, não precisa continuar...”. A teóloga, ainda emocionada e com o olhar alto, corrigiu sua postura e em silêncio tomou o seu café. Consideramos nessas observações que deixar à mostra as

próprias vulnerabilidades no grupo pode fortalecer os laços de compreensão, afeto e solidariedade entre as pessoas. A reunião então continuou com a leitura proferida pela professora convidada, com o texto bíblico de Mateus, capítulo 15, versículos de 21 a 28, chamado “A mulher siro-fenícia”. As pessoas presentes, após ouvirem a leitura, comentaram o que puderam compreender do texto bíblico: a sabedoria da mulher fenícia ao conversar com Jesus e o convencer a visitar a sua cidade para também curar a sua filha, foi destacada entre as mulheres presentes na reunião.

Nesse mesmo encontro, conhecemos outra teóloga feminista, Carolina Bezerra de Souza, professora Pós-doutoral em Teologia Bíblica Feminista. Carolina tem 45 anos de idade, é de formação da Igreja Batista, mas trabalha para a Faculdades EST como docente de Novo Testamento e no Programa de Gênero e Religião. Sendo assim, a teóloga, em depoimento, reconhece que, embora não seja membra da Igreja, influenciou na formação de seu quadro ministerial.

Na concepção de Carolina, a religião está conectada com a crença e com a maneira com a qual ela se manifesta na cultura e na linguagem. “[...] a Igreja é uma forma organizada e comunitária de viver a religião [...]”, considera a teóloga. No que concerne à espiritualidade, a teóloga compreende “[...] ser um senso de conexão com a divindade, a partir de práticas cotidianas [...]”. Quando interpelada sobre a importância da teologia feminista para si e para a IECLB, Carolina declarou:

[...] Para mim, a teologia feminista é importante tanto espiritualmente como em termos profissionais. Foi onde consegui encontrar a manifestação divina a partir dos corpos e experiências de mulheres, uma prática religiosa cheia de sentido e verdadeiramente libertadora. Foi a atuação nesse campo que me trouxe para a Faculdades EST. (Carolina, teóloga e professora acadêmica, em depoimento escrito, 2022).

Porque o feminismo, a teologia que realiza e seu trabalho significam:

Movimentos organizados de mulheres para se libertar das diversas formas de opressão ligadas à suas condições de gênero, é um movimento popular que ouve e batalha pelas demandas das mulheres em diversas condições sociais. Meu trabalho como teóloga é ativismo. Eu não faço essa separação. Acho que o movimento feminista pode agir em muitos ambientes e lugares. Meu campo é a academia e academia teológica. Ela possibilita o contato com mulheres de diversas origens sociais, camponesas, sem teto, evangélicas, de periferia e de ambientes mais abastados. Em todos

esses ambientes trazemos conscientização e mobilização. Em geral eu participo ou ajudo coletivos feministas com esse viés religioso ou de movimentos populares. (Carolina, teóloga e professora acadêmica, em depoimento escrito, 2022).

A professora reconhece a pluralidade e avanço dos movimentos feministas, porém enxerga também retrocessos. Como movimento, segundo Carolina, ele cresce e aprofunda sua reflexão e prática, mas com o crescimento do conservadorismo e do fundamentalismo, é difícil acessar alguns grupos, e isso torna a disputa muito dura.

Paul Heelas e Linda Woodhead (2005) demonstram que existe a construção relacional de gênero sobre as práticas espirituais. Podemos também falar de papéis de gênero, uma vez que o intuito é identificar como a instituição organiza as práticas de gênero e os desempenhos respectivos. Em relação às holísticas, as mulheres estão mais alijadas dentro da ordem sexuada em que se inserem as religiões, acabando por se valerem das terapias e visões holísticas.

Segundo Heelas (2009), as mulheres capacitam, envolvem e corporificam os interesses de desenvolvimento humano nas religiões. As mulheres se atraem e se realizam com o desenvolvimento espiritual dos outros. Teólogas luteranas feministas e as mulheres de confessionalidade luterana, têm mais disposição para a atenção ao outro e, nessa perspectiva, valorizam e positivam os atributos socialmente femininos como um componente universal, mesmo incluindo as diferenças, a diversidade de gênero e justiça para todos.

As práticas das evangélicas luteranas têm a tendência de atrair a classe média e incluir e consumir a cultura gaúcha como uma disposição luterana no Brasil, uma vez que o gauchismo é difundido em diferentes regiões por meio dos cultos e da Igreja. Logo, no feminino negociam pertencimentos da prenda e da tradição gaúcha, o que tem implicações para a reprodução das relações tradicionais de gênero, mesmo sendo ponto também estratégico para o reconhecimento feminino. Ressalta-se, no entanto, que não são todas as ministras (pastoras, catequistas, missionárias, diáconas) que trabalham com a cultura gaúcha.

Às mulheres que trabalham com o cuidado (trabalho de reprodução), sob o desenvolvimento de uma espiritualidade terapêutica e religiosa, sentem uma realização pessoal que parte do cuidado com o outro (HEELAS, 2009). É uma ação de devoção ao outro que leva o que acreditam para o outro, junto do cuidado do

espírito e que levam também concepções cristãs. Neste sentido, o cuidado do outro, direcionado ao feminino, vai sendo socialmente naturalizado.

Como apresentado anteriormente, no caso da IECLB existiram fluxos migratórios de mulheres diaconisas que saíram da Alemanha para cuidar das mulheres evangélicas sulistas no Brasil, sob uma atenção especial, particular, com intencionalidade espiritual e, com isso, foram elaboradas outras tarefas às mulheres para suprirem as necessidades das comunidades das colônias no Sul.

Espiritualidade, na perspectiva dessas mulheres luteranas, tem também a ver com uma vivência individual das práticas religiosas. Na IECLB, a prática da individualidade da experiência espiritual é direcionada. A pastora Paula, por sua vez, ensina em culto e nos momentos de estudos, como os membros devem dirigir o momento de conversa com Deus. Precisa ser um momento de intimidade, reflexão e sinceridade, segundo a pastora. É preciso estar em um lugar apropriado e se possível sem barulho. Com os olhos fechados, iniciar uma conversa que também pode ser realizada em silêncio. A conversa com Deus é o momento mais íntimo e sincero que o indivíduo terá: com os olhos fechados, agradecer, ver suas faltas, exaltando o amor misericordioso de Deus e pedir o discernimento e, no final, o destaque diferencial para o proferimento da palavra “Amém”; tem que ser um único amém no final da reflexão, somente no final das orações e conversas com Deus. Diferencia-se, portanto, das práticas pentecostais e neopentecostais com as repetições de palavras, expressões e gestos. Nessa perspectiva, espiritualidade não é fruto da secularização, ou seja, não é uma consequência, mas uma tendência da esfera religiosa e sua inserção no dia a dia. Esta uma técnica de si e de autocuidado que é difundida no contexto luterano.

As teólogas situadas no ministério com ordenação não possuem uma secularização da consciência difusa; a perspectiva holística da religião e neofeminista também compõem o mosaico das práticas religiosas. Viver essa espiritualidade, segundo a teóloga Romi, “[...] É essa possibilidade de ouvir e sentir as diferentes pulsações da existência/da vida [...]”. No que tange à política no Brasil, não é possível afirmar que as práticas das mulheres luteranas estão provocando uma incidência de grandes proporções no país, por meio dessas visões espiritualistas. Isto porque no cenário político atual, não estamos vendo a valorização da vida. Tivemos ainda, o avanço da contaminação pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), com o aumento do número de mortes, chegando à marca

de 700 mil mortes em 2023⁹². E isso demonstra negligência e negacionismo dos governos e governantes para com a população.

A percepção de uma nova conjuntura e de experiências religiosas vivenciadas na pluralidade protagonizada pelas mulheres cristãs de confessionalidade luterana na contemporaneidade, pode ser afirmada, de acordo com Roesse (2016). As mulheres, neste mundo religioso particular, também têm se mostrado abertas, revelando a busca por um protagonismo ou ativismo no âmbito do espaço público e institucional. Roesse (2016, p. 26) avalia como “[...] sutil, disfarçado, inteligente e dinâmico [...]”. Concordamos com Roesse (2016), como já expusemos anteriormente, quando diz que o feminismo luterano não é claramente contestador e político, mas carrega o aspecto da pretensão do rompimento amplo com o sistema patriarcal. Também é um protagonismo de aparecimento feminino de submissão e insubmissão, mobilidades e criatividade que pretendem recriar outras maneiras de experienciar a vida espiritual cristã, mesmo que situadas nos parâmetros morais vigentes de uma Igreja histórica. É nesse sentido que podemos considerar essas mulheres cristãs criando e recriando, com reflexividade política, caminhos alternativos nos espaços institucionais religiosos e de educação teológica. O ideário feminista nas subjetividades dessas mulheres cria disposições contra-hegemônicas nas estruturas patriarcais da instituição religiosa e em seus discursos.

Nesse quadro, na atual conjuntura política, inverte o que seria a positivação do feminino na diferença de gênero, reificando as relações tradicionais de gênero e a referência histórica das práticas femininas pelos direitos da mulher, de gênero e sexualidade.

As relações transnacionais e os associativismos estabelecidos com a Alemanha intermediaram e constituíram parâmetros religiosos das práticas evangélicas no Brasil, neste segmento religioso. Assim, vemos no discurso religioso e nas práticas dos membros da IECLB as imbricações com as tradições sulistas brasileiras como parâmetros culturais machistas da comunidade que reificam a binariedade de gênero.

A conjuntura política brasileira tem nos mostrado que a diferença sexual é imperativa no funcionamento do sistema político patriarcal que continua deixando as

⁹² Informação obtida no *website* do Ministério da Saúde, disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em: mar. 2023.

mulheres à margem das decisões políticas (MATOS, 2020). Soma-se a isso a difusão em larga escala da chamada “ideologia de gênero” – formula criada desde os anos 1990 pelo Vaticano e utilizada pelo papa alemão Josef Ratzinger, Bento XVI, reconhecido pelas autoras Sonia Corrêa e Isabela Kalil (2020, p. 50) como “mentor intelectual das campanhas anti-gênero” – que está relacionada a uma série de disputas políticas desde o início dos anos 2000 até hoje, e continua deslegitimando os movimentos feministas e pesquisas no campo feminista e dos estudos de gênero (CORRÊA; KALIL, 2020).

Com referência à “ideologia de gênero”, Joanildo Burity (2015) afirma ser ela a cristalização da postura reativa neoconservadora dos evangélicos-pentecostais⁹³. Essas Igrejas, segundo Brenda Carranza (2020, p. 7), “[...] resistem a aceitar o princípio da liberdade de consciência individual (dimensão profundamente liberal) [...]”, o que entendemos como uma tendência menos presente na IECLB e cada vez mais discutido na teologia feminista luterana e no exercício democrático mais amplo, pela ampliação dos direitos humanos.

Nos campos hierárquicos heteronormativos existe uma fragilidade da sua subsistência e seu poder. Nesse caso, se nas décadas anteriores o foco era a mulher, a partir de 2000 o foco passou a ser a família, as crianças – afetos e emoções – e a mobilização dos medos, assim como os chamados pânico morais. Nesse sentido, existe o desafio para o feminismo que é o de ser capaz de envolver as emoções das pessoas, pois os novos sujeitos políticos – como as feministas – estão tendo que lidar com uma nova agenda conservadora na América Latina.

No próximo capítulo, realizaremos uma discussão sobre os aspectos políticos e históricos da IECLB, permitindo compreender primeiramente os seus fundamentos teológicos e históricos da Reforma luterana. Em seguida, daremos enfoque na constituição da organização do luteranismo de imigração como Igreja evangélica no Brasil e no trabalho em “mutirão” das mulheres no contexto de suas comunidades religiosas.

⁹³ Houve uma ascensão confessional religiosa no poder na América Latina e um tipo de um construto acusatório, o que significou uma forte presença de sujeitos eclesiais e pastorais nas esferas políticas. Vale destacar a representação que Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, esposa de Jair Messias Bolsonaro, conferiu à campanha política e durante o mandato do seu marido (2019-2022), ao enquadramento de valorização social da mulher evangélica como “mulher virtuosa”.

Capítulo 4

Mulheres em mutirão

“[...] Si no cumples una expectativa estás haciendo un manifesto [...]”

(“Vivir una vida feminista” – Sara Ahmed, 2017, p. 86, 2017).

4.1 O processo de imigração no Sul e a formação da IECLB

Neste capítulo e nos que seguem, discutiremos a chegada do luteranismo e a constituição da IECLB como Igreja evangélica no Brasil. Os protestantes de imigração no Brasil foram os primeiros grupos a consolidarem práticas de orientação evangélica no Brasil. Os primeiros foram os anglicanos ingleses (1816), luteranos alemães (1824) e congregacionistas escoceses (1855) (MARIANO, 2018). Os chamados protestantes de missão também tiveram, no século XIX, suas primeiras incursões no país e, mais que os protestantes de imigração, os protestantes de missão seguiram multiplicando bases no Brasil durante o século XX. Temos como exemplo, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), uma Igreja formada nos Estados Unidos por imigrantes alemães, socialmente e doutrinariamente mais conservadora que a IECLB; não aceita a ordenação eclesiástica de mulheres, apesar de recentemente ter composições de mulheres no ministério diaconal.

Neste período, na primeira metade do século XX, chegaram outras Igrejas evangélicas, a maioria de origem norte-americana, caracterizadas por avivamentos carismáticos, operações de milagres, curas e glossolalia, como a Congregação Cristã (1910), Assembleia de Deus (1910), entre outras (MARIANO, 2018). Um quarto movimento de formação religiosa ocorreu no país durante o período acirrado da ditadura militar, como produto de divisões internas em igrejas protestantes de missão e pentecostais, os chamados neopentecostais: Igreja Universal do Reino de Deus (1997), Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), entre outras (MARIANO, 2018).

O luteranismo, segundo Paul Freston (1993, p. 42), é uma religião que representa um tipo diferenciado de interação social e isso limita o seu impacto sobre toda a população brasileira, por dois motivos segundo o autor: “[...] é uma fé de imigrantes e é o único grande grupo de protestantes no Brasil que é igreja [...]”, desde a sua criação. Como já apresentamos no primeiro capítulo, a doutrina confessional desta Igreja está fundamentada nos escritos do reformador Martinho Lutero (1483-1546) e ela permanece vinculada à Igreja Evangélica Reformada na Alemanha, apresentando-se como a matriz da reforma luterana no Brasil. A imigração alemã no Rio Grande do Sul não foi uniforme e abrange diferentes períodos que correspondem também a diferentes situações no continente europeu. Algumas situações como da região de Mecklengurg será brevemente apresentada, mas o fundamental é verificar que os chamados “alemães” só serão assim identificados no Brasil após 1871, com o surgimento do Segundo Império Alemão. Portanto, aqueles que chegaram antes ao Brasil eram hamburgueses, saxões, mecklenburgueses, hannoveranos, birkenfeldianos e pomeranos, entre outros (DREHER, 2014).

O Rio Grande do Sul foi povoado, primeiro, por portugueses a partir dos territórios que fazem divisa com países de fala espanhola como parte de projeto do governo português que pretendia estender seus domínios até o Rio da Prata. Na região, eram feitas incursões esporádicas para capturar indígenas, como se chamava, prear. Além de nativos do território, havia o gado, manejado das regiões de São Paulo e Minas Gerais. Foi a partir de tropeadas que levavam gado do Rio Grande a partir de Sorocaba, SP, que surgiu a principal estrada ligando o Sul ao Centro do país. Ela segue, em boa medida, no que é hoje a BR 116. Nos lugares onde se reunia gado ou onde tropas e boiadeiros descansavam, surgiram vilarejos.

Muitos fatores motivaram o estado brasileiro a incentivar essa imigração, visto que era preciso preencher o espaço considerado vazio territorialmente e devido aos conflitos regionais e fronteiriços com outros países, além da forte pressão nacional pela abolição da escravidão, visando o estímulo ao desenvolvimento de um mercado consumidor interno, além da preocupação com o branqueamento da população brasileira. Deve-se ter em mente que o estado estabeleceu tais políticas por causa da discriminação racial e dos intelectuais movidos pelas ideologias racistas (ORTIZ, 1980).

As políticas e benefícios ao Estado e às populações como educação, criação

de mercado interno e controle das fronteiras, entre outros, poderiam ter sido realizados sem a imigração, se o Estado investisse nas próprias populações nacionais, especialmente na população negra liberta pela abolição da escravidão, em 1888.

Sobre a expansão colonizadora dos alemães no Brasil, Helmar Rölke (2016) afirma que a criação das comunidades luteranas se desenvolveu no sentido da sua acomodação e conservação. A germanidade e o protestantismo são características que se mesclam e se articulam nas comunidades (FREIBERG, 2019). Alguns autores consideram que a preservação da germanidade foi uma das principais tarefas que a Igreja se empenhou, mas acabou provocando uma segregação social e geográfica no Sul, em função da etnia e por motivos religiosos (DREHER, 1984; 2014; SANTOS, 1992). Durante os primeiros 40 anos da chegada dos imigrantes, o atendimento religioso era realizado por pessoas das comunidades sem formação teológica e o período seguinte contou com pastores homens enviados pela Alemanha que contribuíram para organizar e fomentar os vínculos entre fé luterana e etnia alemã (FISCHER, 1986).

O pastor de confissão luterana, teólogo e historiador Martin Dreher (1984) reitera que as pessoas luteranas foram usadas politicamente e como imigrantes foram politicamente marginais, devido à situação jurídico-legal no Império. A Constituição Imperial assegurava a liberdade religiosa – artigo 179 –, mas proibia o testemunho público – artigo 5 –, e só permitia que católicos-romanos fossem eleitos para o parlamento – artigo 95. Os matrimônios não eram reconhecidos e o casamento com católicos causava a perda do direito de educar os filhos na fé dos antepassados imigrantes. Além do mais, os filhos não eram considerados filhos naturais e não era concedida a cidadania.

Dessa maneira, através do enquadramento da vida religiosa por parte dos raríssimos agentes eclesiásticos alemães, ocorreu um processo de auto-organização comunitária no Sul. A partir de 1864, a igreja da Prússia começou a enviar ministros. E após a unificação da Alemanha as comunidades teuto-brasileiras e protestantes ganharam forma e organização da fé religiosa e da vida social, chegando os primeiros pastores ordenados (DREHER, 2014). Com a unificação da Alemanha em 1870, “[...] solidificou-se a identificação de germanismo e luteranismo [...]” (FRESTON, 1993, p. 42). É nesse momento, da organização e atendimento das necessidades dessas comunidades do Sul que as mulheres, trabalhando juntas,

colaboraram para o desenvolvimento da região como da própria religiosidade teuto-brasileira.

Desde o início do Segundo Império Alemão, em 1870, as pessoas imigrantes foram identificadas com alemães e descendentes de alemães no território brasileiro (DREHER, 2014). Esse processo de organização e identificação foi possibilitado, sobretudo, pela importância da religião e da educação, por meio do contato associativista com as organizações alemãs. Os colonos necessitavam de serviços religiosos, como batismo, realização de casamentos etc. Ocorria uma auto-organização das comunidades e, também, uma organização espiritual que já era promovida nos grupos e foi reforçada através das atividades diaconal das mulheres alemãs junto às famílias e no púlpito do altar religioso, surgindo um fenômeno de pseudopastorado (DREHER, 2014). Existiam diferentes nomes neste sentido: pastores-livres, pastores-leigos (em muitos casos, considerados trabalhadores comuns), pastores-colonos, pseudopastor e até pastores-cachaça (DREHER, 2014). As comunidades junto aos pastores elaboraram regimentos, estatutos e as pessoas membras participavam como sócios em diretoriais (DREHER, 2014).

Nesse contexto, em 1886 foi fundado o sínodo Rio-Grandense da Igreja Evangélica Alemã, vinculados à Alemanha e mais outros três sínodos, localizados no Sul do país, mas sem vínculos entre si. Posteriormente, os quatro sínodos e outros localizados em diferentes regiões da América do Sul juntaram-se e foi organizada a Federação Sinodal em 1949, que assumiu a atual denominação (IECLB) em 1954 e a união total dos sínodos em 1968 (FRESTON, 1998). Em suma, como atesta Freston (1998), nem todas as igrejas e sínodos que formaram a IECLB eram luteranos, havia inclusive entre elas outras denominações protestantes e isso se deve à complexidade da conjuntura protestante na Alemanha dos principados (REILY, 1984).

No final do Império, segundo Dreher (1984), ocorreram articulações que apontam para um progressivo envolvimento das pessoas luteranas em direção a uma participação ativa na política. Os poucos luteranos (homens) que votaram, apoiaram o Partido Liberal, encontrando a partir de 1866, em Gaspar Silveira Martins, o pronunciamento a favor dos religiosos luteranos, um dos poucos que defendiam seus direitos, afirma Dreher (1984).

Em 1881, às vésperas da Proclamação da República, o parlamento provincial teve os primeiros dois deputados teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul, dando

início a movimentação e inserção política neste contexto regional. A Proclamação da República trouxe a separação de Igreja e Estado e a naturalização generalizada da população do país. A fé luterana deixou de ser motivo para discriminação política, porém, os antigos conservadores aderiram ao Partido Republicano, permanecendo os latifundiários no poder.

Segundo Dreher (1984), no contexto da Revolução Federalista (1893), os luteranos ficaram do lado errado porque apoiaram os liberais. Sob a hegemonia do Partido Republicano, o Rio Grande do Sul reconheceu uma constituição positivista para a gerência de estado. Na perspectiva de Dreher (1984), foi uma catástrofe as pessoas teuto-brasileiras e particularmente às luteranas, em sentido político, porque o Estado não intervinha na vida intelectual do povo. Aliados da política, favorecidos pela constituição positivista, as pessoas luteranas vão se concentrar nos valores de uma fé interiorizada e nos valores de sua etnia.

A Revolução Federalista sedimentou o fator da composição étnica das pessoas luteranas, levando os anos seguintes até 1930 a ser caracterizado como o período da maior expressão das Sociedades Alemãs e Escolas Alemãs dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul (DREHER, 1984; 2008; 2014).

É neste contexto, afastados da participação política no Brasil, que a Alemanha redescobriu seus emigrados. No Reino Alemão, as ideias pangermanistas eram dominantes e, em relação ao Brasil, foi desenvolvida uma política de preservação da germanidade. A ideia era que se mantivessem os alemães e seus descendentes no Brasil, assim, os alemães teriam mercados para os produtos alemães (DREHER, 1984, 2014). Foram quatro os caminhos adotados para alcançar tal objetivo: “[...] a imprensa alemã, a escola alemã, as congregações, as igrejas de fala teuta e a marinha alemã [...]” (DREHER, 2003, p. 43). O êxito maior foi obtido com o financiamento das escolas alemãs no Brasil e suas relações associativistas no âmbito religioso e da educação (DREHER, 1984).

Organizações protestantes como a Associação Gustavo Adolfo e a Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América fizeram o mesmo. As constantes visitas de navios da marinha alemã colaboraram na construção de um patriotismo alemão, valendo-se de uma herança de homens soldados e da participação deles nos conflitos do Sul. Os reflexos da política pangermanista são também encontrados na atividade eclesiástica desenvolvida pelas Igrejas Territoriais alemãs. A Igreja Territorial da Prússia promulgou, em 1900, uma lei possibilitando a

filiação de comunidades evangélicas no exterior e seus pastores à Igreja Territorial da Prússia. Criou, em 1911, um Seminário para o Exterior, no qual iriam ser formados pastores exclusivamente para o Brasil, com seu Representante Permanente, residindo em Porto Alegre. Por isso, mantinha-se a orientação de preservação da germanidade dos alemães evangélicos no Sul do Brasil (DREHER, 2014).

Segundo Kliwer (1977, p. 4), as pessoas luteranas viveram um período de marginalidade cultural que criou uma falsa “[...] consciência racial excessiva [...]” e refletiu o caráter provinciano do luteranismo. No ano do centenário da imigração alemã, foi alimentado o sentimento de orgulho aos elementos de herança dos descendentes à etnia e fez-se juramento solene de manter a herança dos pais (DREHER, 1984). Finda a República Velha, muitos luteranos foram centrar sua atividade política no Movimento Integralista ou nas atividades da Organização para o Estrangeiro do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). Entretanto, a situação de marginalidade política e religiosa prosseguia e a relação com a Alemanha veio a ser profundamente questionada por razões da Segunda Guerra Mundial (SCHÜNEMANN, 1992).

Os luteranos, e com eles todos os grupos de pessoas descendentes de imigrantes no Brasil, impactaram-se com os ideais do movimento modernista e as tentativas de dizer qual é a identidade brasileira e como abraçar a nação. A noção de brasilidade do movimento modernista e as medidas nacionalizadoras de Getúlio Vargas atingiram os luteranos.

Vargas fez do leopoldense Lindolfo Boeckel Koller, seu Primeiro-Ministro do Trabalho e, em 1935, o luterano Antônio Jacob Renner integrou o legislativo estadual, conseguindo o novo governo atingir a simpatia das pessoas luteranas, segundo Dreher (1984). No entanto, o período pode ser caracterizado e generalizado como o mais difícil da história das pessoas luteranas no Brasil, isso porque foi se consolidando sucessivas proibições: sistema escolar alemão ruiu, os cultos das igrejas evangélicas foram proibidos, assim como o idioma de comunicação nas colônias alemãs (DREHER, 1984). Essas foram algumas das consequências da política nacionalizadora, agravando a situação de marginalidade em que se encontravam as pessoas luteranas no início do período.

Em consequência da marginalização, criou-se a consciência de que estavam condenados a uma existência sectária. Mas com o fim da Segunda Guerra Mundial

e com a queda de Vargas, surge para as pessoas luteranas, a partir dos seus líderes, as possibilidades de reverter o passado marginalizado e alçar projetos para o futuro. O então presidente do Sínodo Riograndense Hermann G. Dohms foi convencido por lideranças leigas do Rio Grande do Sul da necessidade de participação luterana ativa a nível estadual e federal. Auxiliares do pastor viajaram em comunidades luteranas do Rio Grande do Sul, conscientizando as pessoas luteranas a votarem em candidatos luteranos (DREHER, 1984). Foi assim que, na assembleia legislativa de 1947, conseguiram eleger 7 luteranos dos 55 deputados estaduais (DREHER, 1984). Porém, nos anos seguintes, ocorreu a refração do envolvimento direto das lideranças eclesiásticas na política e esse fato colaborou para a saída dos luteranos dos cargos políticos.

Segundo Freiberg (2019), o rompimento das relações com a Alemanha, motivado pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, favoreceu, primeiramente, a criação da Escola de Teologia em 1946 – reconhecida posteriormente como Faculdade de Teologia (FACTEOL) –, que passou a desempenhar influência na formação de um pastorado mais homogêneo e autóctone; em segundo lugar, e também como consequência de um novo locus de formação teológica no Brasil, o rompimento aparente com a Alemanha impulsionou a fusão dos quatro sínodos criando a Federação Sinodal⁹⁴. Esses foram os principais passos para a reformulação das pessoas luteranas no Brasil visando uma Igreja brasileira. O primeiro Concílio Geral da Federação Sinodal ocorreu em 1950, na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e em 1962, no 4º Concílio Geral, a união dos Sínodos recebeu a denominação de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (DREHER, 1984)⁹⁵.

Na década de 1960, as famílias luteranas foram atingidas pelo fenômeno do êxodo rural e da migração interna. Começou a surgir um proletariado luterano e grande contingente de pessoas luteranas vão se ver forçadas a deixar suas terras e migrar em direção à nova fronteira agrícola (DREHER, 1984). É neste contexto de

⁹⁴ Para suprir a necessidade de uma formação teológica brasileira, as pessoas luteranas já haviam dado o primeiro passo logo após o término da Primeira Guerra Mundial. Foi criado, em 1921, o Instituto Pré-Teológico (ITP) na cidade de Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul. Era oferecido o curso secundário de formação humanística que preparava os estudantes para a formação teológica. Em poucos anos, em 1927, o ITP foi transferido para São Leopoldo e definitivamente transferido para um prédio no Morro do Espelho, na mesma cidade, em 1931 (FISCHER, 1986; FREIBERG, 2019).

⁹⁵ Ver em ANEXOS, Figura 12 (p. 235). O mapa representa a distribuição e localização dos sínodos da IECLB no território brasileiro.

problema social que a política entra novamente nas congregações luteranas. A partir de 1968, a IECLB é reconhecida como corpo eclesiástico juridicamente estruturado a nível nacional (SCHÜNNEMANN, 1992). A Igreja luterana como um todo viu-se compelida a tomar posição e esse posicionamento foi político, sinaliza o pastor e historiador Dreher (1984).

Em 1974 chega ao poder o general luterano Ernesto Beckmann Geisel, filho de imigrantes alemães luteranos que moravam na cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Geisel governou durante o período ditatorial por seis anos, segundo Freston (1998), o presidente da IECLB era recebido pela presidência brasileira nos seus primeiros anos de governo que visava realizar uma discreta intervenção por prisioneiros políticos. Depois, a Igreja se alinha mais politicamente em defesa dos direitos humanos e aos aspectos políticos econômicos em crise no Brasil.

Ocorreram sucessivos posicionamentos a respeito de direitos humanos e contribuições para a cidadania no Brasil, a partir das pessoas luteranas (DREHER, 1984; SINNER; MAJEWSKI, 2005). Os aspectos importantes contidos na ideologia da Reforma luterana do século XVI começaram a ser recuperados no Brasil. Esse processo de táticas e posturas políticas ainda está em curso no país e podemos percebê-los nesta vertente feminista luterana.

Segundo Rudolf von Sinner e Rodrigo Majewski (2005), a IECLB permanece reiterando sua postura política instituída pelo Manifesto de Curitiba de 1970. Por meio desse documento, a Igreja buscou consolidar de forma crítica e construtiva, com incidência pública, o seu posicionamento e continuidade confessional no Brasil (SINNER; MAJEWSKI, 2005). Já para René E. Gertz (2001), a história da IECLB não permite traçar um quadro linear da sua trajetória, mas reconhece que ainda hoje para muitos brasileiros, os luteranos são percebidos como um grupo exótico.

No que tange ao percurso inicial da entrada de mulheres como pastoras oficiais na Igreja, essa história tem relação direta com as possibilidades de ensino para as mulheres para a formação em nível superior em Teologia. A primeira mulher a matricular-se no curso de Teologia na FACTEROL foi Eve Wysk em 1952. Cinco anos depois da primeira matrícula, outras duas estudantes foram matriculadas em 1957 e 1962, Sybille Raspe e Ursula Kleine, respectivamente. Mas o intuito das três mulheres no Instituto Pré-Teológico (IPT) era o de receber uma complementação dos estudos e o reconhecimento como formação secundária. Elas estudaram

durante um ano sem a perspectiva de conclusão do curso de nível superior (SILVA, 2004; FREIBER, 2019).

Elisabeth Dietschi foi a quarta estudante egressa do IPT a realizar a matrícula na FACTEROL, com o objetivo de graduar-se em Teologia e atuar como pastora. Elisabeth foi a primeira a se formar em Teologia na FACTEROL, em junho de 1970. Entretanto, a direção da IECLB alegou à Elisabeth que as comunidades não estavam preparadas para receberem uma mulher como pastora. No mesmo ano, mudou-se para a Alemanha a fim de realizar especialização em Teologia com bolsa de estudos (FERNANDES, 2010). Seu objetivo era o trabalho com mulheres, sendo que, ao retornar ao Brasil, a perspectiva era assumir o trabalho com a OASE. Mas Elisabeth não retornou para atuar no Brasil, casou-se e permaneceu na Alemanha, onde sua formação teológica e ordenação prosseguiram. Foi ordenada pastora em 1973 pelo Bispo Scharf da Igreja Evangélica da União, em Berlim, Alemanha (SILVA; FREIBERG, 2019).

A quinta estudante, nessa ordem, seria Lorita Manske, mas deixou o curso um ano após a sua matrícula em 1967. Maria Luíza Schwanke matriculou-se em 1968 e precisou de mais tempo para conseguir finalizar os estudos, concluindo em 1974. Maria Luíza Schwanke foi a segunda mulher a se formar em Teologia e depois encarregada para trabalhar na Fundação Evangélica, localizada ao lado da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho (FERNANDES, 2010). A oitava ingressante foi Elsbeth Schutz, em 1970, trancando a matrícula cinco anos depois e concluindo a graduação em 1981 (SILVA, 2004; FREIBER, 2019).

Por essa ordem, Rita Marta Panke é a oitava mulher matriculada na FACTEROL, terceira em concluir o curso de Teologia e a primeira mulher a prestar o Segundo Exame Teológico, em 1978. Foi instalada na paróquia da cidade de Candelária, no Rio Grande do Sul, em 1 de agosto de 1976, onde trabalhou por 10 anos. Entretanto, Rita Panke, que havia estudado entre os anos de 1971 e 1976, encaminhou o seu pedido de ordenação somente no dia 20 de abril de 1983, em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul (SILVA, 2004; FREIBER, 2019).

A primeira pastora luterana a ser ordenada no Brasil, portanto, foi Edna Moga Ramming, em 1982, em Rondônia, no Brasil. Edna estudou na FACTEROL entre os anos de 1973 e 1978, e foi designada para atuar nas novas áreas de colonização em Rondônia, na paróquia de Colorado D'Oeste, dividindo com seu marido o trabalho no pastorado. Mariane Beyer Ehrat estudou e finalizou o curso com Edna

Ramminger, mas realizou o exame de Pró-Ministério um ano depois, em 1983, sendo ordenada em Indaial, em Santa Catarina.

O caminho para a ordenação foi iniciado com algumas resistências institucionais, como citado anteriormente, e com inquietações por parte das pastoras e pastores sobre a concepção pastoral (FREIBERG, 2019). O caminho da formação em Teologia, particularmente a permanência no curso e sua conclusão, não ocorreu na história da IECLB sem desistências de algumas alunas. A primeira mulher ordenada ainda precisou do apoio do marido para dirigir a paróquia. Em vista disso, uma marca no percurso de estudos, ordenação e principalmente na atuação das mulheres nas comunidades da IECLB, foi a “[...] luta pelo reconhecimento enquanto sujeitas da função pastoral”, atesta Freiberg (2019).

Segundo a mesma autora, o feminismo foi a estratégia que propiciou mais visibilidade e representatividade das mulheres na Igreja, além de alternativas nas formas do pastorado. A década de 1980 contou com um sensível crescimento no número de pastoras em atividade nas igrejas e daí decorreram os chamados encontros de pastoras e ministras da IECLB, nos quais, nos primeiros, descaram-se as críticas das teólogas, especialmente, sobre três aspectos da posição da diretoria da IECLB como patriarcais. As pastoras encaminharam pedidos à Secretaria Geral da IECLB, a partir dos quais deveriam ocorrer mudança urgentes: a realização da progressão na escala de pagamento do INSS para as pastoras que dividiam o pastorado com os maridos, o encaminhamento do pagamento do salário e a divisão igualitária entre os casais pastores do presente da Alemanha – doação em dinheiro encaminhado todo mês de dezembro aos pastores/as –, a questão da licença maternidade com substituição da pastora durante o período, a relação e dificuldades entre vida particular e profissional, a participação das teólogas na reflexão ecumênica sobre o ministério feminino e a violência contra as mulheres (NEUTZEL, 1996; FREIBERG, 2019).

Em novembro de 2022, completou-se 40 anos da presença de mulheres no ministério com ordenação e, durante três dias, as ministras se reuniram no III Encontro Nacional de Ministras da IECLB em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. O encontro reuniu um grupo expressivo de ministras, 82 ministras ordenadas na IECLB, nas ênfases ministeriais catequética, diaconal, missionária e pastoral e sete convidadas de organizações parceiras do exterior. O encontro ocorreu sob o tema “Entrem e permaneçam na minha casa (Atos 16.15)”, e as reflexões principais

tiveram dois momentos, o primeiro foi refletido sob a luz do tema: “Onde estavam as mulheres evangélico-luteranas antes da ordenação?” e o segundo, sobre: “A inserção de mulheres no ministério com ordenação”. Foram realizadas atividades na Faculdades EST, um culto celebrativo na “Igreja do Relógio”, em São Leopoldo e um almoço comunitário⁹⁶.

Os quatro ministérios nos quais atualmente a IECLB está constituída são: o pastoral, catequético, diaconal e missionário. IECLB está organizada em uma estrutura compreendida hierarquicamente por três grupos. O primeiro que está na base, são as instâncias locais, subdividido em Comunidades – Congregação de pessoas membras –, que comporta a assembleia geral e o presbitério, e no conselho fiscal e a diretoria. Uma segunda instância são as paróquias, constituída de comunidades. A paróquia é constituída pelo Conselho Paroquial, da Diretoria Paroquial e do Conselho Fiscal. Uma terceira instância é denominada de sínodo, constituído em assembleia sinodal, conselho sinodal, um (a) pastor (a) sinodal e a diretoria. O último grupo integra as instâncias sinodais que compõem o concílio da Igreja, o conselho da Igreja, a presidência e a secretaria geral⁹⁷.

No próximo tópico, serão discutidos alguns apontamentos sobre as atualizações e reformas realizadas na IECLB e a situação social e política dessa Igreja no contexto religioso brasileiro.

4.2 Observando os sinais da Reforma: alguns apontamentos

Nas grandes organizações eclesiais internacionais, a FLM e o CMI, localizados em Genebra, na Suíça, as discussões sobre o ministério com ordenação de mulheres e o lugar da mulher na Igreja esteve presente desde as suas fundações, em 1947 e 1948, respectivamente (NUETZEL, 1996). Após 1970, foi observado que nas Igrejas que ordenava pastoras, as experiências das mulheres no pastorado e as doutrinas na área da antropologia e eclesiologia foram refletidas e havia iniciado um processo de consolidação e permanência da busca pela participação igualitária nas Igrejas (NEUTZEL, 1996).

⁹⁶ Para saber mais sobre o histórico dos encontros nacionais de ministras na IECLB, ver o artigo de Cristina Scherer (2022). Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/genero/article/view/1818>. Acesso em: jan. 2023.

⁹⁷ Ressaltamos a eleição da primeira pastora presidente mulher na IECLB, Sílvia Beatrice Genz eleita em 2018, após 194 (cento e noventa e quatro) anos de presença luterana no Brasil.

Muitas vezes as teólogas não estavam representadas na direção da igreja e em muitos casos as teólogas dependiam de uma aclamação local ou episcopal para exercer o ministério (FREIBERG, 2019). Em algumas igrejas somente mulheres solteiras tinham acesso ao ministério pastoral. Dessa maneira, também a divisão das tarefas, muitas vezes, seguia os estereótipos tradicionais. A representação da mulher no pastorado era de que elas eram mais intuitivas e emocionais e por isso, especialmente competentes para o trabalho de acompanhamento pastoral e nas áreas sociais (NEUTZEL, 1996).

Existe ainda um problema quanto à identificação das luteranas no grupo maior de evangélicos no Brasil. “Hoje não posso mais me chamar evangélica, porque hoje esse termo tem outras conotações”, disse Marcia durante um diálogo *online* que tivemos. No censo em andamento (2022), a IECLB recomenda aos membros declararem-se evangélicos da IECLB, porque nos censos anteriores a IECLB não aparecia na pesquisa e por isso as pessoas luteranas precisavam declarar-se somente evangélicas. Para a teóloga Marcia, declarar-se evangélica é estranho e gera incômodo, porque a sua confessionalidade religiosa não se enquadra na religião praticada pelos evangélicos brasileiros, ela é diferente e afirma encontrar dificuldade em assumir um termo para si, assim justifica.

Segundo Ari Pedro Oro (2020), a tendência de declínio de católicos no país continua e a dos evangélicos o percentual de adeptos é crescente. Vale considerar que, no Brasil, mulheres configuram 52% da população (IBGE, 2010). O Instituto de Pesquisa Datafolha realizou, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2019, uma pesquisa com 2.948 pessoas entrevistadas, em 176 cidades, em diferentes regiões do Brasil⁹⁸. Os dados da pesquisa apresentam 50% dos brasileiros católicos, 31%, evangélicos e 10%, sem religião. As mulheres evangélicas representam 58% e 51% são católicas. Entre as Igrejas pentecostais, as mulheres são maioria, 69%. Em outra pesquisa do mesmo instituto, constatou-se que 38% das mulheres brasileiras entrevistadas se consideram feministas, sendo a sua maioria sem religião (57%)⁹⁹.

O luteranismo de imigração no Brasil tem conservado suas particularidades como Igreja, inclusive diante da participação relevante das mulheres nas instâncias de poder, é, de fato uma confissão religiosa minoritária no Brasil, se diferencia

⁹⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: jan. 2023.

⁹⁹ Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987743-38-das-mulheres-brasileiras-se-consideram-feministas.shtml>. Acesso em: jan. 2023.

teologicamente (na sua multiplicidade) em relação aos seguimentos evangélicos mais numerosos.

Na IECLB encontra-se uma moralidade no viés cristão evangélico-protestante que traz uma noção de corpo, de família e de sexualidade reelaboradas pelo pensamento feminista criado por pessoas membras. Essas noções foram atualizadas ao longo do tempo e o pensamento feminista cria no luteranismo brasileiro arestas sensíveis de acolhimento, empoderamento de mulheres, ainda que conserve nas práticas – que não são gerais –, as relações tradicionais de gênero. E a OASE exerce um papel mais abrangente de congregar as mulheres e seus direcionamentos com relação às suas famílias de permanência aos contratos matrimoniais ou não.

As mulheres são elementares para o controle das Igrejas cristãs no Brasil, porque elas ainda realizam um trabalho reprodutivo não valorizado e desigual, notadamente relegado ao âmbito privado – também podemos considerar o trabalho das mulheres nos contextos da religião, como ocorre nas OASEs – e doméstico, salienta Federici (2019). Além do aspecto do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres na religião, elas guardam um poder de desconfiguração das bases das relações tradicionais de gênero que sustenta o modelo patriarcal de religião cristã, de acordo com Carranza e Nunes (2019). O tensionamento provocado pelas teólogas feministas luteranas ocorre nos processos de empoderamento, atomização e liberação das mulheres que realizam a “denúncia” dos controles patriarcais e androcêntricos sobre os corpos e subjetividades, em contramão dos evangélicos e católicos no Brasil.

Segundo Weber (2004 [1905]), a Reforma com o protestantismo possibilitou a imaginação e racionalização nas obras dos indivíduos, como um dos sinais de eleição divina e comunicação efetiva com Deus. A passagem para a modernidade deu ênfase para a subjetividade dos sujeitos, diferente do código moral do mundo medieval. O ascetismo monástico, também pensado por Giorgio Agamben (2014), como a vida para a regra, sendo a primeira manifestação o cenóbio, uma vida comum materializada e normatificada pelo cristianismo organizou estabelecimentos de vida comum, como os conventos femininos e ordens religiosas celibatárias. Já os novos parâmetros morais e religiosos advindos com a Reforma são alusivos para a compreensão da confessionalidade luterana como uma vida religiosa e ética de maior autonomia do indivíduo e de incidência pública, no sentido de uma edificação

da oferta de vida política na sociedade como uma Igreja “atuante” (ALTMAN, 2021).

Avançando no tempo, encontramos os desencadeamentos desses movimentos produzidos pela Reforma, como no caso da autonomia e autogestão de mulheres, conforme o caso exemplar de 1986. Estamos nos referindo ao caso de mulheres que atuavam na Casa Matriz de Diaconizas (da IECLB), chamadas de irmãs, e identificadas pelo uso do hábito, que se assemelhava ao modelo original das diaconisas de Kaiserswerth, em Düsseldorf, Alemanha (BRAKEMEIER; OLIVEIRA; VELTEN, 2022). Porém, não muito diferente das freiras católicas de vida-ativa no Brasil – após o Concílio Vaticano II –, ao invés do véu sobre a cabeça, vestia-se uma touca, como era o costume no ramo da enfermagem. A mudança do chamado hábito religioso foi o assunto debatido em uma convenção de mulheres religiosas luteranas que terminou com a decisão de mudar o hábito, inclusive abolindo a touca, deixando-as com a aparência mais contemporânea aos anos 1980 e semelhante às pessoas com as quais trabalhavam (FREIBERG, 2019).

A confessionalidade, em consequência das relações e ações sociais a partir da comunidade evangélica, introduz a política – nos parâmetros de decisões e obrigações da sociedade em um aglomerado – pela religiosidade evangélica oriunda da Reforma na Alemanha, durante o século XVI. A prática da personalidade discutida por Boisset (1971), difundida e reconfigurada, inclusive, no processo de incidência do feminismo sobre a subjetividade das mulheres, é investida pela lógica do protestantismo de origem alemã. A IECLB, por meio do chamado cuidado – categoria êmica de oferta afetiva da instituição que visa a reprodução nas ações entre os seus e os outros –, recordado pelas feministas de confessionalidade luterana como a ação histórica de mulheres agindo em “mutirão” em diferentes sociedades, na Europa e América, possui o investimento da ética da conservação e do cuidado que constroem, na história do Brasil, representações regionais de progresso concomitante à cultura gauchesca, elaborada no Sul.

Percebe-se que a vida ética dessas mulheres luteranas, construída pela leitura contextualizada do evangelho bíblico, é o receptáculo de uma mística histórica – movimento de força histórica – que implica no feminismo, na segunda metade do século XX, no Brasil. Esse é um movimento que produz, a partir das mulheres religiosas, o desejo por uma perspectiva e ação de justiça social, em uma vertente que inclui a mística cristã.

Dessa maneira, essas são experiências políticas reformadoras, realizadas por novos sujeitos da história, para a produção teológica construídas por mulheres feministas que tem incidência pública. Embora o movimento de legitimação da ordenação pastoral eclesial e o reconhecimento das mulheres nas funções de sacerdócio seja realizado configurando o ideário feminista no caso da IECLB, Lídia Mariano (2018) afirma que, na maioria das igrejas no Brasil, as pastoras ou grupos de mulheres não se denominam feministas, porque o termo feminista poderia prejudicar avanços da ordenação e participação igualitária de mulheres nas igrejas, segundo as mulheres que entrevistou.

Por meio das condutas profissionais e ético-religiosas preocupadas em combater a formação intelectual androcêntrica, patriarcal e conservadora, as mulheres estão agindo na sociedade brasileira para a construção de mais autonomia das mulheres na Igreja e pela justiça de gênero. No caso particular das ações das mulheres teólogas e ministras na IECLB, suas trajetórias estão atreladas aos processos educativos alinhados à ciência, aos estudos teológicos, a profissionalização e a atuação em organismos de ações ecumênicas e de ampliação dos direitos humanos no Brasil. Nesse movimento, a partir da IECLB e suas comunidades, agenciamentos são criados e propiciados a partir de relações concretas de subordinação historicamente configuradas que conferem às mulheres suas subjetividades e aos seus corpos um aparecimento possível¹⁰⁰.

A representação feminina e o feminismo na IECLB está presente na OASE e são os signos para a participação da mulher que se quer e da que não se quer, como também a forma de a obter, afirma Gabriele dos Anjos (2009). O

¹⁰⁰ A IECLB, atualmente, mantém parceria com 24 Igrejas luteranas e outras parcerias multilaterais, são elas: Igreja Evangélica na Alemanha (EKD), Igreja Evangélico-Luterana Unida na Alemanha (VELKD), Igreja Evangélico-Luterana na Baviera (ELKB) e sua agência Missão Um Mundo (MEW), Obra Missionária Evangélico-Luterana na Baixa Saxônia (ELM), Igreja Evangélico-Luterana no Norte da Alemanha (ELKND), Obra Gustavo Adolfo (GAW), Associação Martinho Lutero na Baviera (MLV), Missão Alemã aos Marinheiros (DSM), Igreja da Noruega (CoN), Igreja Sueca (CoS), Igreja Evangélica Luterana nos Estados Unidos (ELCA), Igreja Evangélica Luterana no Canadá (ELCIC), Igreja Cristã Luterana de Honduras (ICLH), Sínodo Luterano Salvadorenho (SLS), Igreja Luterana no Chile (ILCH), Igreja Evangélica Luterana no Chile (IELCH), Igreja Evangélica do Rio da Prata (IERP), Igreja Evangélica Luterana Unida (IELU), Igreja Evangélica Luterana no Japão (JELC), Igreja Evangélica Luterana em Moçambique (IELM), Igreja Evangélica Luterana em Angola (IELA), Igreja Evangélica Luterana do Sul da África-Igreja do Cabo. E as parcerias multilaterais, como a Comunhão de Igrejas Luteranas da América Central (CILCA), que congrega as Igrejas de El Salvador, Nicarágua, Honduras, Costa Rica, Guatemala, Igreja na Baviera e IECLB e a Junta Diretiva de Missão, formada pela IECLB, ELCA, Igreja na Baviera, Federação Luterana Mundial, Comunhão de Igrejas do Sul da África. Esta última apoia a missão em Moçambique. (RELATÓRIO I CONSELHO DA IGREJA, PRESIDÊNCIA E SECRETARIA GERAL, XXXIII CONCÍLIO DA IGREJA, 2022). Disponível em: www.portaluteranos.com.br. Acesso em: dez. 2022.

posicionamento da OASE em relação ao feminismo é o de não identificação abertamente declarada, apesar das teólogas feministas luteranas manterem relação direta com os grupos OASE, em pelo menos em termos de assessoria. O que prevalece é a representação do feminino voluntário no âmbito das comunidades religiosas e pré-engajado com as questões das mulheres (PIRES, 2020). Dessa maneira, as lideranças luteranas, teólogas e ministras que se identificam com o feminismo, seguem persistindo na união das mulheres pela justiça social e de gênero, participando de congressos e reuniões da OASE, levando-as a valorizar o trabalho das mulheres positivado pela diferença e ampliando os escopos das discussões de gênero.

Em 1999, foi criado na Faculdades EST o Núcleo de Pesquisa de Gênero (NPG), cadastrado junto ao Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPq e vinculado ao Programa de Pós-graduação (PPG-EST), implementado em 2008, financiado pela Igreja da Suécia e pela IECLB. Durante observações realizadas nas reuniões mensais virtuais do NPG em que participamos, a teóloga Marli recordou, às pessoas participantes, o impacto da sua aproximação com a teologia feminista, após anunciar a apresentação que uma participante do grupo realizaria no encontro sobre a história de vida da freira católica mexicana Sórora Juana Inés de la Cruz¹⁰¹.

Na reunião em questão, relatou-nos que, em 1987, a palestra da teóloga feminista brasileira Ivone Gebara mudou a sua vida, ainda nos primeiros anos como estudante de Teologia¹⁰². Gebara tentou romper com o patriarcalismo e, segundo

¹⁰¹ A religiosa e poetisa Juana Inés de Asbajee Ramirez de Santillana Gonzáles e Espanha defendia o trabalho intelectual das mulheres e tinha a liberdade como um dos seus temas mais marcantes. É considerada na atualidade, precursora da Crítica Feminista nas Américas. Sórora Juana Inés de la Cruz – nome adquirido após a sua consagração religiosa – nasceu em 12 de novembro de 1651, no povoado mexicano de San Miguel Nepantla. Sua primeira incursão na vida religiosa consagrada católica foi na Ordem das Irmãs Carmelitas Descalças, como noviça. Porém, reconheceu a extrema rigidez desta Ordem religiosa para dedicar-se aos estudos e transferiu-se para a Ordem de São Jerônimo da Conceição onde encontrou mais liberdade para exercê-los (LOPES; DA SILVA, 2018).

¹⁰² Filha de pais libaneses e sírios, Ivone Gebara é uma religiosa e teóloga ecofeminista, vinculada a ordem das Irmãs de Nossa Senhora “Cônegas de Santo Agostinho” desde os 22 anos de idade, tendo ingressado em 1967. Vive há décadas em Recife, capital de Pernambuco, Brasil, numa vida de “inserção” no meio popular. Participou intensamente com Dom Hélder Câmara, lecionando no Instituto Teológico de Recife (ITER), da organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e da elaboração da teologia da libertação. A teóloga feminista católica, foi processada e condenada nos anos 1990 pelo Vaticano por suas críticas à doutrina moral da Igreja, processo que a impôs em “silêncio obsequioso”. Neste período, permaneceu por dois anos na Bélgica, onde obteve seu segundo doutorado, pela Universidade Católica de Louvain, em Ciências da Religião que resultou no livro intitulado: “Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal”, publicado em 2000. É reconhecida como uma expoente da teologia feminista no contexto latino-americano e recebeu o título de Doutora Honoris Causa concedido pela Faculdades EST, durante a realização do II Congresso Internacional em Teologia, em 2014. As luteranas valorizam a atitude de rebeldia de

Marli, na Teologia, esse rompimento liberta as mulheres. “[...] É que se faz no interior da pessoa [...]”. Recordou que depois de 2012, após voltar de sua visita à Alemanha, ela considerou os cultos no Brasil muito patriarcais e identificou o quanto é necessário ainda mudar a forma litúrgica, por meio da Teologia Feminista. Em resposta ao formulário quanto ao que significa religião para si, Marli declara que é sentido da sua vida e está construído a partir da espiritualidade cristã libertadora, mas que defende o estado laico. Afirma ter “[...] consciência de que os poderes opressivos, patriarcais usam os valores religiosos fundamentalistas para justificar as guerras [...]”.

Em resposta escrita, Marli relata que teve apoio familiar tanto para fazer o ensino médio quanto para fazer a faculdade. Na época, foi criada a primeira faculdade pública no oeste do Paraná. Mas, como queria cursar Teologia, teve apoio familiar para vir ao Rio Grande do Sul estudar e, na instituição, contava com ainda mais apoio da IECLB para ofertar o curso. Na região em que morava quando criança havia um clima de medo devido às muitas disputas de terra entre fazendeiros, conflitos com brigas e mortes.

Quando tinha 11 anos de idade, mudou-se para uma cidadezinha, onde a maioria das famílias agricultoras tinham tido a possibilidade de comprar as terras de uma empresa colonizadora. No local, de acordo com suas lembranças, havia apenas uma fazenda. As demais, eram pequenas propriedades rurais. Sua família sempre exigiu que ela e seus irmãos estudassem, auxiliassem no trabalho da casa e no trabalho da mãe e do pai. Entretanto, sempre houve horários do dia (em torno de duas horas) disponíveis para brincarem com as crianças da vizinhança. Ir à igreja fazia parte da vivência da espiritualidade da sua família. Os compromissos religiosos eram aos sábados e domingos.

Durante seu tempo de juventude, teve a oportunidade de continuar estudando. Destaca que não eram todas as jovens que podiam estudar, e recorda que seus pais exigiam obediência. A escola de ensino médio era comunitária,

Gebara em toda a sua trajetória de vida religiosa, porque desafiou com ousadia alguns preceitos católicos considerados obsoletos e a teologia tradicional. Fonte: <http://www.est.edu.br/noticias/visualiza/ivone-gebara-sera-condecorada-com-o-titulo-de-doutora-honoris-causa>. Gebara tem ainda se pronunciado favorável à descriminalização do aborto e na defesa dos direitos das mulheres ao próprio corpo. Desde então, dedica-se principalmente aos seus escritos, cursos e palestras sobre hermenêuticas feministas, novas referências humanísticas e dos fundamentos filosóficos e teológicos do discurso religioso, tendo atuado significativamente, neste sentido, durante a pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19).

chamada cenecista. O curso disponível era o magistério, que formava professoras e professores para atuar nas escolas até a quinta série. Em alguns lugares, com essa formação, também era possível dar aula no chamado ginásio (5^a a 8^a série). Marli recorda, em depoimento escrito, que as professoras se deslocavam mais de 300 quilômetros para fazer faculdade (uma ou duas semanas por mês) e deixavam tarefas para os estudantes realizarem na escola. Essa experiência ensinou que era possível ir longe para realizar os sonhos, constata Marli. E, ainda sobre suas experiências familiares, destaque que

[...] Nós, em casa, tínhamos uma liberdade vigiada. A mãe controlava o que acontecia conosco "para não nos perdermos no caminho". Nos finais de semana, saíamos com amigas e amigos que conhecíamos da escola ou da igreja. A(s) igreja(s) era(m) um(os) centro(s) a partir da(dos) qual(uais) organizávamos nossa vida afetiva, comunitária e social. (Marli, teóloga e pastora, em depoimento escrito, 2022).

A oferta da hermenêutica feminista da Bíblia desencadeia um pensamento feminista sobre as condições sociais que conferem mais autonomia para as mulheres. A IECLB ainda é uma Igreja recatada, segundo a professora Marcia Blasi, então, por que cresce a incidência da justiça de gênero nas instituições vinculadas a essa Igreja? Tal pensamento feminista de fundamento cristão forma especialistas para um trabalho religioso que encoraja as mulheres, ajudam a compreender os seus medos conferindo-as mais autonomia. A tradição luterana repensada pelas mulheres oferece uma representação de mulher empoderada, ousada, capaz de denunciar problemas pelo movimento interno de avaliação, sem as amarras da culpa cristã.

De acordo com Federici (2019), a mulher está no centro da unidade familiar e autonomizá-las pode conferir uma desestabilização dessa instituição tradicional e dos trabalhos reprodutivos neste contexto. O corpo das mulheres, portanto, faz parte da disputa travada entre os feminismos, além do controle de gênero que a Igreja e as tradições sulistas também realizam. Os evangélicos estão alinhados a uma política de controle dos corpos e, particularmente as mulheres são o alvo do controle nos diversos contextos religiosos.

No contexto brasileiro, entre os evangélicos, têm uma massa crítica, minoritária, supostamente progressista. E para compreender o fenômeno dos

evangélicos progressistas, é preciso reconhecer a orientação dos religiosos para posições mais à esquerda política. Os segmentos evangélicos reconhecidos como progressistas tem atuado pela defesa dos grupos minoritários, participam de organizações e movimentos sociais e se engajam nos assuntos relativos aos direitos humanos (VITAL DA CUNHA, 2017; CUNHA, LOPES, LIU, 2017). Segundo adverte Magali Cunha (2017), as orientações progressistas entre os evangélicos brasileiros não são atuais e na recente história dos protestantismos no Brasil podem ser classificadas duas vertentes principais, a primeira está vinculada aos movimentos ecumênicos associados ao Conselho Mundial das Igrejas (CMI), e a segunda que procura formar uma unidade evangélica.

No próximo capítulo, daremos enfoque à maneira como alguns aspectos dessa Igreja evangélica no Brasil podem gerar controvérsias e experiências culturais contextualizadas que corroboram para a compreensão das imbricações regionais sulistas, existentes na IECLB, de caráter conservador.

Capítulo 5

As dádivas das prendas

“[...] Berço de Flores da Cunha
E de Borges de Medeiros
Terra de Getúlio Vargas
Presidente brasileiro
E eu sou da mesma vertente
Que Deus saúde me mande
Que eu possa ver muitos anos
O céu azul do Rio Grande
Te quero tanto, torrão gaúcho
Morrer por ti me dou o luxo
Querência amada
Planície e serra
Dos braços que me puxa
Da linda mulher gaúcha
Beleza da minha terra
No meu coração é pequeno
Porque Deus me fez assim
O rio grande é bem maior
Mas cabe dentro de mim
Sou da geração mais nova
Poeta bem macho e guapo
Nas minhas veias escorre
O sangue herói de farrapo
Deus é gaúcho [...]”

(Música: “Querência Amada” –
composição de Vítor Mateus Teixeira,
“Teixeirinha”, 1975).

5.1 Gauchismo, religião, etnia e o feminino luterano

No luteranismo brasileiro, há uma relação de aproximação e apropriação cultural com o chamado Movimento Tradicionalista Gaúcho. Neste capítulo, o objetivo é construir um panorama de como o protestantismo de imigração no Brasil se constituiu como Igreja evangélica em relação às práticas culturais gaúchas, e como os sentidos e discursos desse contexto gauchesco estão ancorados no processo de organização e difusão da religião e do luteranismo no Brasil.

A chamada cultura gauchesca, criada no Rio Grande do Sul, sobretudo nos séculos XIX e XX, é amplamente conhecida e chega mesmo a ser difundida em outros estados do Brasil, através dos chamados CTGs (Centros de Tradição Gaúcha). Essa difusão incorpora, inclusive, práticas religiosas como a Missa Crioula

(católica) e o Culto Campeiro (luterano)¹⁰³. Por isso, é importante que consideremos o pertencimento e reconhecimento identitário de homem gaúcho e mulher gaúcha como construção social sobre a ideia do personagem central dessa narrativa: o gaúcho e as representações dessa masculinidade diante de uma nação. Segundo a feminista italiana Teresa de Lauretis (2019, p. 126), o binarismo de gênero é constituído por

[...] concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente e nas quais todos os seres humanos são classificados, formam, dentro de cada cultura, um sistema gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais [...]

Compreender essas representações do feminino e masculino, a partir do campo dos estudos de gênero, foi uma possibilidade para apreender como os discursos das mulheres localizadas na hierarquia eclesiástica estão situados na contemporaneidade, a respeito do gênero, da representação das mulheres no luteranismo e do feminismo e que pode ser entendida como ligadas à organização da desigualdade social. É muito possível que haja, usando o termo de Pierre Bourdieu (2007), uma “eficácia simbólica” entre essas representações, que associa a história das mulheres de confissão luterana no Brasil na instituição da IECLB com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, consequentemente aos seus cultos. Esse simbolismo está presente em algumas comunidades com vínculos com o tradicionalismo gaúcho, mas não é algo que perpassa toda IECLB.

O tema da cultura gauchesca também desperta interesse e curiosidade devido a uma constância na cena política nacional da proposta separatista do Sul do País. Nos últimos anos, por exemplo, isso toma forma através do movimento “O Sul é o meu país”, que ganha força inspirado na saída do Reino Unido da União Europeia e na consulta popular que reivindica a separação da Catalunha da Espanha. Meu objetivo aqui não é analisar o movimento separatista, de caráter

¹⁰³ No “Portal Luteranos”, encontramos seis notícias e fotografias referentes aos cultos campeiros realizados na IECLB, dentre eles, alguns foram realizados em dependências dos CTGs, incluindo cerimônia de batizado, almoços e encontros ecumênicos. Disponível em: https://www.luteranos.com.br/busca-avancada/?palavra_chave=culto+campeiro&expressao=1&data_inicial=&data_final=&conteudo_tipo=0&ambito=1&sinodo=0&parouquia=0&comunidade=0&instancia_nacional=0&nivel_instancia_nacional=0&subnivel_instancia_nacional=0&identificada_confessionalmente=0&nivel_civil=0&nivel_ecumene=0&nivel_governamental=0&btnBuscaAvancada=Buscar. Acesso em: jun. 2022.

fascista e suas várias causas, mas frisar a existência nesse movimento de discursos que destacam a evasão de recursos do Sul para as outras regiões do Brasil, que defende a tese da alta produtividade e do que seria uma marginalização dos sulistas da vida política, como se vê no *website* do movimento¹⁰⁴. No contexto deste estudo, interessa compreender a criação e organização do gauchismo no seu âmbito político/cultural como um componente ideológico em sua conformação nas representações feminina e masculina, e até uma noção de natureza idealizada, presente nessa cultura e que é também praticada e difundida pelas mulheres na IECLB, mas questionada por outras. Neste sentido, o gauchismo na religião é uma cultura difundida por alguns grupos da IECLB.

O antropólogo Ruben George Oliven (1988; 1992) elenca três principais possibilidades de abordagem no estudo sobre a questão e a relação nacional e regional brasileira. A primeira seria a de analisar como a construção social e a noção de identidade foi constituída no gauchismo. Outra perspectiva viável seria reconstruir a história do Rio Grande do Sul e seus elementos identitários e, ainda, a terceira, a qual daremos o enfoque, é a de compreender a trajetória do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), a partir do Sul, onde ele teve origem no Brasil. Dessa maneira, buscaremos percorrer, assim como fez Oliven (1992), as características elementares da cultura regionalista presente nessas três abordagens e, ainda, acrescentaremos as experiências luteranas como imbricações na cultura gauchesca.

Segundo Oliven (1992), para os gaúchos, o nacional é acessado através do regional. Nesse sentido, só é possível ser brasileiro apreendendo os aspectos culturais regionais. Também é viável, ao menos, realizar um paralelo com o culto das sociedades primitivas ao totem, presente nas análises de Durkheim (1968), aponta Oliven (1992) e as noções da tradição gaúcha, calcadas em uma ideia de comunidade livre de homens livres e de um passado idealizado na memória (GOLIN, 1983).

Nessa mesma direção, é possível observar, como destaca Dagmar Meyer (2000), que nas práticas das pessoas luteranas no Brasil também tendem a existir um culto da comunidade voltada para si mesma, dentro do qual o gauchismo se destaca como parte das comunidades de cultura teuto-brasileira-evangélica no Sul.

¹⁰⁴ Para acesso ao *website* do movimento “O sul é o meu país”, ver em: <https://www.osuleomeupais.org/>.

O que se tem é que a partir dessas particularidades do Rio Grande do Sul, do processo de imigração dos europeus e dos eventos que marcaram a sua história, alguns grupos de mulheres da IECLB têm incorporado o gauchismo na contemporaneidade e ajustado o lugar do feminino na religião luterana a partir das referências sulistas, que são tomadas como vanguarda de uma formação da nação brasileira.

Um outro ponto importante para se pensar nos “gaúchos” é que esses não são exclusivamente originários do Rio Grande do Sul, como segue defendendo o Movimento Tradicionalista Gaúcho riograndense na sua busca por uma ideologia unificadora, segundo argumento de Tau Golin (1983). A tradição gaúcha também está presente no norte do Uruguai e Argentina. E tanto lá quanto no Brasil, percebe-se, segundo Golin (1983), um componente da luta de classes abrangente fundado na ideia de oposição entre exploradores e explorados. Para Golin, nesses diferentes lugares se defende os mesmos princípios na compreensão do mundo (GOLIN, 1983).

Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro (1995), no século XIX a sociedade que ele chama de proto-brasileira já estava formada, e o papel dos imigrantes na constituição do povo brasileiro ofereceu ainda mais pretextos para um sentido de desenvolvimento de nação a contraponto das violências dos povos nativos e escravizados. Quanto à ideia de nação, é preciso considerar que ela, segundo Benedict Anderson (1989), é um produto cultural criado na Europa, no século XVIII, que corresponde objetivamente a comunidades políticas imaginadas, soberanas e limitadas por suas fronteiras. Dessa maneira, invocam-se antigas tradições, reais ou inventadas, como fundamento natural da identidade que está sendo criada e vivenciada.

Em contraposição à ideia unificadora de nação, a reivindicação regionalista opõe regiões entre si, supondo que cada uma é internamente homogênea. A conotação política do regionalismo varia, de acordo com o contexto social e a época em que está inserido. No Brasil, essas são questões que ganham relevância em decorrência das transformações sociais durante a República Velha e a Nova, que acentuou um projeto de organização da sociedade pela questão da identidade nacional. Mas o que está por trás das reivindicações regionalistas?

O processo de descentralização política e administrativa no Brasil teve início com a Proclamação da República, e isso pode ser verificado nos padrões de

mudanças que ocorreram no mesmo período na América Latina e em outros continentes. De forma geral, a nova burguesia ganhou espaço e poder no Estado por meio de acordos com os setores rurais em regiões menos favorecidas. Segundo Barbara Weinstein (1982), o regionalismo foi fortalecido ainda no período da República Velha, em um processo que se desenvolveu de forma desproporcional nas relações capitalistas pela significativa agricultura de exportação. Investigando os imaginários baseados na imigração europeia, em outro estudo, a autora discute como foi imaginada e construída a identidade paulista e a branquitude no estado de São Paulo, que tiveram os chamados bandeirantes, identificados não como exploradores, mas como colonos que contribuíram ao Estado (WEINSTEIN, 2022).

Realizando os paralelos entre a nação alemã ou um germanismo e o Estado Brasileiro, Meyer (2000) afirma que a cultura gauchesca utilizou modelos específicos de masculinidade e feminilidade para delimitar os desempenhos das instituições sociais. Segundo a autora, esse processo também delimitou a produção no plano econômico, da divisão social e sexual do trabalho, das relações familiares, afetivas e sexuais do período (MEYER, 2000). Nos próximos tópicos discutiremos os processos que demarcaram ao mesmo tempo as relações dos teuto-brasileiros com outros grupos no Brasil que, em consequência, particularmente os posicionou no contexto regionalista gaúcho.

5.2 Origens e processos do tradicionalismo gaúcho no Brasil

Oliven (1992) situa a origem do gauchismo destacando o ano de 1868, período no qual um grupo de escritores fundou na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o Partenon Literário, enquanto ocorria a Guerra do Paraguai. O Partenon Literário foi uma organização de escritores e intelectuais que buscou na exaltação regionalista, reunir as representações culturais vigentes na Europa e a concepção positivista presente na formação oligárquica rio-grandense. Trinta anos depois, em 1898, foi criada a primeira associação ou agremiação de caráter tradicionalista, o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre que difundia uma campanha moral e social dando prosseguimento ao trabalho tradicionalista (GOLIN, 1983)¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Tau Golin (1983) defende que o nascimento oficial do tradicionalismo ocorreu a partir do mandato do líder republicano e positivista Borges Medeiros (presidente do Rio Grande do Sul em 1898), cargo no qual permaneceu por quase trinta anos (OLIVEN, 1992).

Quando se inicia o culto voltado às tradições gaúchas, segundo Oliven (1990), o elemento do campo e do gaúcho, a representação marginal do gaúcho do passado deu lugar ao peão de estância. O desaparecimento do gaúcho antigo é consequência das modificações econômicas pelas quais havia passado o Rio Grande e as regiões da Campanha nas últimas décadas do século XIX. Ocorreu uma modernização e simplificação dos trabalhos da pecuária que acabou por expulsar do campo grande parte dos habitantes (OLIVEN, 1990).

De acordo com Sergius Gonzaga (1992), nesse período da cultura gauchesca, os integrantes da Sociedade Partenon foram incumbidos de elaborar formas de expressão cultural e literárias, especialmente em prosa e versos – maneira utilizada também, atualmente, nos concursos de prendas –, que valorizassem as qualidades varonis da oligarquia e enaltecessem figuras estimadas da burguesia. É neste contexto que tem início o enaltecimento de um heroísmo de algumas figuras – homens gaúchos – como símbolos de orgulho regional (GONZAGA, 1992).

Os integrantes do Partenon ofereciam fórmulas de representação da realidade que dissolviam os motivos econômicos, raciais e as desigualdades de classes existentes no contexto. Em troca, recebiam ascensão, prestígios, intimidade com os detentores do poder ou simples reconhecimentos (GONZAGA, 1992). A mitificação que foi criada, primeiramente pelo Partenon, serviu satisfatoriamente à oligarquia, afirma Golin (1983). Isso se deu através da particularização do discurso, absorvendo a linguagem popular.

Criado pelo republicano e positivista João Cezimbra Jacques, e inspirado, em parte, na herança cultural do Partenon, a entidade do Grêmio Gaúcho era orientada às tradições, através da organização de eventos festivos, desfiles a cavalo, realização de palestras e estimulando momentos com atividades de lazer no âmbito da cultura gaúcha. Segundo Oliven (1992), Jacques possuía origem simples, consideradas modestas pelo autor. Foi soldado voluntário na guerra do Paraguai (1864-1870) e finalizado sua carreira militar como major do Exército Brasileiro.

Seu objetivo principal era o de organizar as referências de comemorações e acontecimentos do Rio Grande do Sul, alavancando o patriotismo por meio de entretenimentos, jogos, tradições, danças, festas e dos chamados bons costumes, em que quem delas participasse estivesse também se apresentando com os elementos e indumentárias gauchescas. Havia o rechaço dos elementos

estrangeiros do período e, também, a negação dos costumes da sociedade moderna, aqueles considerados como abolidos pela seleção natural (JACQUES, 1979).

Tanto o Partenon quanto o Grêmio Gaúcho – com a sucessão de várias outras entidades tradicionalistas, reconhecidas como pioneiras, criadas entre 1899 e 1943 –, tinham como preocupação as questões da tradição e da modernidade. Não trouxeram as questões das condições econômicas, sociais e políticas para que ocorresse uma relativa de autonomização deste grupo de intelectuais. O Partenon, particularmente, buscava a Europa como referência cultural, literária e o que se imaginava dela como sinônimo de avanço da sociedade. Os valores que constituíam a figura do gaúcho eram considerados ameaçados desde aqueles tempos pelos padrões norte-americanos de consumo e cultura (OLIVEN, 1992). E o Grêmio Gaúcho, por sua vez, pretendia conservar as tradições locais, mas sem eximir-se dos costumes do presente. Ambas as associações, Partenon e Grêmio funcionavam em um contexto em que o Estado fazia sentir as transformações com a tensão entre o passado e o presente (OLIVEN, 1992).

A ideologia tradicionalista invadiu a região imigrante do Rio Grande do Sul com ênfase para as cidades de Pelotas, São Leopoldo, Ijuí e Porto Alegre (GOLIN, 1993). Oliven (1992) observa que nas regiões de fronteira do estado, o tradicionalismo não é tão presente, posto que a vida campeira é cotidiana e por isso, não precisa ser recriada.

Décadas mais tarde, em 1948, foi criado o primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG), chamado 35 CTG. Ele surge em Porto Alegre e seu nome rememora o ano de 1835 em que a chamada revolução Farroupilha irrompeu. Esse primeiro CTG ainda serve de modelo aos diversos centros de tradição espalhados pelo Brasil até os dias atuais, e que tem como seu símbolo máximo um militar-latifundiário (GOLIN, 1993). Em sua maioria, os fundadores dos CTGs eram estudantes secundários que passavam por um processo de descendimento social, que foram para a capital estudar; vindos de áreas onde era predominante a atividade da pecuária em latifúndios e não possuíam origem na oligarquia rural (OLIVEN, 1992; GOLIN, 1993). Ambos os autores, Oliven (1992) e Golin (1993) afirmam que, portanto, desde a sua criação, a valorização do tradicionalismo, se caracteriza como um movimento urbano e anseia recuperar os valores e as visões de mundo de um passado regional rural.

Em 1954, Luiz Carlos Barbosa Lessa, um dos estudantes que fundara o 35 CTG, escreveu uma tese intitulada “O sentido e o valor do tradicionalismo”, tornando-se referência para o movimento e tese-matriz, servindo de orientação. O contexto político e cultural foi sendo configurado pela inserção de mercadorias americanas impulsionadas no período da Segunda Guerra Mundial e, no Brasil, pela centralização do Estado Novo, no qual a bandeira dos estados brasileiros foi queimada por Vargas, em símbolo da unificação da nação brasileira, exacerbando o nacionalismo e o sentido positivista do progresso, a partir de discursos racistas dissimulados de nacionalistas. O processo pelo qual os sujeitos da cidade agiram no âmbito regional foi reificado pela afirmação da brasilidade e gauchidade em promoção das agendas políticas e ideológicas que iam estruturando a identificação dos brasileiros e a sua concepção de país.

Segundo André Jacobus (1985), existiu uma questão étnica sobre os novos sócios e fundadores de CTGs. Muito deles possuíam origem alemã, reconheciam os efeitos negativos da Segunda Guerra Mundial por serem vistos como influentes nazistas. Há o exemplo da criação do segundo CTG de Taquara, na qual não havia jovens e envolveu a preocupação dos fundadores – certamente não eram todos – na afirmação da sua brasilidade como gaúchos e não como estrangeiros (OLIVEN, 1992).

A relação, por vezes tensa, entre cidade e campo era sentida naquela época dos anos 1940 e talvez ainda atualmente. O que demanda trabalho de campo para obtenção deste dado. Mas, devido ao grande crescimento populacional da cidade, crescendo 45% até a década seguinte (década 50), a capital do estado era vista como cheia de símbolos de progresso, maior circulação dos produtos e anúncios da indústria cultural que, vindo dos Estados Unidos, impactavam a música e as representações no meio artístico e público (OLIVEN, 1992). E ainda, havia a influência das filosofias cétricas que chegavam da Europa que questionavam a vida, seu sentido e o mundo (OLIVEN, 1992).

A influência americana no processo de desenvolvimento da cultura gaúcha como a ideia norte-americana de salvadores do mundo, está incutida nessas práticas em várias regiões de imigração. Não se trata de uma religião ou Igreja, mas de uma ideia religiosa que se estabeleceu na sociedade, como uma prática civil em que Deus está sempre nas palavras das autoridades em especial. O cenário social e cultural se tornava fascinante, mas também ameaçava os costumes mais locais. A

reação dos jovens que atuavam nas associações do MTG foi a de se apegar a uma ideia de vida no campo que imaginavam existir no passado, como refúgio emocional de segurança.

A aproximação com as ciências sociais desenvolvidas na década de 1940 nos EUA, e a apropriação feita pelo senso comum está refletida nessa tese-matriz: a preocupação com o enfraquecimento e desaparecimento gradativo das culturas locais como unidades transmissoras de cultura, a linha de estudos da chamada Escola de Chicago com a temática da urbanização, influenciada pelos estudos de Durkheim, como a concepção de anomia social e desagregação social, aumento da população e a consequente divisão do trabalho social.

Segundo Oliven (1992), o MTG foi notadamente expandido dentro do Rio Grande do Sul e em vários estados do Brasil e entra em 1954 institucionalizado pelo governo, a partir da criação da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura e Instituto de Tradição e Folclore. Uma sequência de leis institucionalizou a Semana da Farroupilha e elementos da tradição gaúcha. Barbosa Lessa era o Secretário de Educação e Cultura do Estado. É neste momento que é oficializada como um traje de honra do gaúcho, a chamada pilcha (OLIVEN, 1992).

Os autores Oliven (1992) e Golin (1993) constataram que, além do âmbito político e cultural, os elementos tradicionalistas que constituíam o gauchismo foram sendo inseridos nas religiões cristãs. A chamada missa crioula era realizada ao menos uma vez no ano, na qual Deus representa a imagem de um patrão e Virgem Maria a de prenda do céu e estas performances religiosas, nos dias de hoje, são também atualizadas na IECLB e divulgadas no *website* oficial da Igreja, porém não se constituem como cultos reconhecidos como oficiais por não possuírem uma homilética própria à confissão luterana.

No próximo tópico, o regionalismo sulista será brevemente discutido. O contexto é o da implementação do governo ditador de Getúlio Vargas. Um período de governo influenciado pela busca de uma verdadeira identidade nacional e a miscigenação racial. Interpretações como a de Gilberto Freyre (1976) oferecem a concepção de uma democracia racial brasileira e pela qual foi construída o ocultamento e a produção de um processo histórico racista no país, um processo histórico recentemente denominado pelo antropólogo brasileiro Silvio Luiz de Almeida (2019) de racismo estrutural.

5.3 Regionalismos como projeto de nação para o Brasil

A tendência da valorização e a busca por uma autenticidade da identidade brasileira podem ser encontradas, ainda no século passado, nas obras do escritor José de Alencar. Eram enaltecidas as noções de raízes nacionais representadas pelos indígenas, a vida rural e a figura do gaúcho. A propensão em exaltar os elementos considerados virtuosos do caráter brasileiro tem sequência ainda no século XXI, e este é, definitivamente, o século da criação do Tradicionalismo organizado no Brasil, fundado com a cultura gauchesca; uma cultura regionalista ligada à noção de origem do povo do Sul. Isso quer dizer, aos pertencimentos regionais de seus antepassados que os unem na conservação étnica do povo.

Segundo Oliven (1992), a partir da segunda parte do movimento modernista no Brasil, de 1924 em diante, enfatizou-se a criação de uma cultura nacionalista que recusava o regionalismo porque viam no nacionalismo o meio pelo qual poderiam acessar o universal. Esse foi um processo, sobretudo, dos intelectuais que acreditaram ter redescoberto o Brasil pelos próprios brasileiros, como se vê em Mário Raul de Moraes Andrade (1983) em sua obra “O turista aprendiz”, aponta Oliven (2001). Andrade posicionou-se nesta tendência autodenominando-se um turista que redescobria os elementos que constituíam a identidade nacional.

Nesse sentido, Gilberto Freyre (1976) orquestrou o movimento tradicionalista com a leitura do seu escrito chamado Manifesto Regionalista, em 1926, em Recife, durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo realizado, tendo a sua primeira edição publicada em 1952. Esse foi um movimento que não buscava inovação no sentido cultural, mas preservação no sentido geral; as tradições brasileiras e, particularmente, do Nordeste, região interpretada por muitos, como atrasada economicamente. Desse modo, segundo Oliven (2001), Freyre conserva as posições e escalas de elite regional – como o faz José de Alencar –, e a trajetória social dos sujeitos e outros intelectuais que elaboram e difundem as representações de identidade.

Como não buscava atualizar a cultura através dos elementos de outros países, seu argumento se caracteriza como sendo o inverso dos discursos presentes no movimento modernista, pois criticava o que interpretava como nocivo no progresso e na importação cultural. Nesse sentido, segundo Oliven (1986) o caso do Nordeste, foi analisado como uma região que perdia a noção de seus valores

históricos em decorrência dos efeitos da industrialização, assim como ocorria em outras regiões no Brasil (FREYRE, 1947). Outro aspecto defendido por Freyre (1976) no Manifesto trata também da questão da tradição e a sua preservação, e está direcionado ao papel das mulheres como “boas cristãs” e à culinária praticada por elas para o bom provimento dos filhos que corresponderiam ao futuro da nação.

No século da imigração de alemães protestantes para o Brasil (século XIX), havia como questão central o nacionalismo na Alemanha e em outros Estados-Nações na Europa, porque a unidade política e cultural ainda não tinha sido estruturada (OLIVEN, 1986). De acordo com Oliven (1986), podemos considerar, dadas as semelhanças com o processo do regionalismo sulista gaúcho, que tanto Freyre sobre o Nordeste quanto os intelectuais que elaboraram a representação primeva do gauchismo, possuíam uma visão romantizada de um povo homogêneo e autônomo, em que suas atividades seriam espontâneas, expressariam os verdadeiros valores humanos e, por isso, deveriam ser cultivadas e até retomadas no cotidiano.

A problemática da identidade nacional presente no Manifesto Regionalista produzido no século XX por Freyre, dentre outras discussões produzidas por intelectuais das ciências sociais do mesmo período, é constatada por Ortiz (1980) como uma preocupação significativa que revela contornos racistas constantes na história da cultura nacional. Segundo Oliven (1986, p. 70), Freyre se assemelha a intelectualidade da aristocracia rural do seu entorno que via uma mudança na estrutura social que alterava os valores da cultura dominante, e produzia a “[...] perda dos valores comunitários e da pureza cultural que supostamente teriam existido no passado [...]”.

Com a consolidação do Estado Brasileiro em 1930 pelo golpe do governo de Getúlio Vargas, o nacionalismo ganha impulso no país. A censura ocorre em vários âmbitos entre os sulistas, sendo a proibição da língua alemã ou estrangeira um fator significativo (GERTZ, 1991). Com a constituição do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, foi decretado o que propulsionou o aumento da centralização política e administrativa: a substituição de governadores por agentes interventores que fez perder a força das milícias estaduais (GERTZ, 1991).

O governo de Vargas iniciou a regulamentação de símbolos nacionais. A incineração das bandeiras estaduais em 1937 é possível ser entendida como um ritual de rejeição de símbolos estrangeiros, visando fortalecer um sentimento

nacional unificado sob o baluarte do Estado, enfraquecendo os poderes regionais. Além da proibição do uso das línguas estrangeiras, foi criado o departamento de Imprensa e Propaganda que visava exercer censura e exaltar atributos entendidos como virtuosos do trabalho; a disciplina de Moral e Cívica foi introduzida nas escolas e no campo da religião foi atribuído ao catolicismo maior ênfase causando desvantagens às outras formas de religiosidades e a sua legitimação no país (SCHWARTZMANN, 1984).

Oliven (1998, p. 89) destaca ainda que mesmo com a censura operando no Brasil nas décadas de sessenta e setenta “[...] o Estado simultaneamente começou a assumir o papel de usar a cultura como um espaço para a construção de um projeto de hegemonia [...]. Segundo Golin (1983), para os tradicionalistas, a sociedade é vista sempre como “equilíbrio eterno”. A partir do pós-segunda guerra, os tradicionalistas vêm realizando intensas discussões com o desejo sempre de aperfeiçoar o movimento, sem questionar profundamente a sua essência, e tentam inserir tal essência na dinâmica do cotidiano, consolidando, assim, a representação do gaúcho na sociedade atual.

Como pudemos notar, a integração e autonomia do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil é recorrente na história de constituição do estado e da cultura gauchesca. O enfoque das suas particularidades culturais, sociais e origens étnicas estrangeiras são os principais eixos da identificação com o gauchismo, em detrimento das experiências escravocratas que existiram na região, que ainda permanecem na condição de apagamento da memória histórica.

No próximo tópico, discutiremos, a partir da figura feminina representada pela prenda luterana, como, em alguns momentos, a cultura gauchesca é atualizada, reposta e evocada entre as pessoas luteranas da IECLB. Tais traços culturais estão em conformidade com mecanismos machistas de convencimento presentes nos cultos campestres e geram colisão com a proposta da teologia feminista luterana vigente.

5.4 Os usos da feminilidade na cultura gauchesca luterana

Ricardo Mariano (2016) nos lembra que existem evangélicos que querem influenciar o mundo produzindo uma cultura peculiar que lhes é própria. A cultura

mediática em geral criada pelos evangélicos, pode ser entendida como uma identidade particular em disputa com outras identidades.

No caso da tradição gaúcha, praticada pelas pessoas membras da IECLB, também ela tenta influenciar este mundo religioso, de forma que consegue fomentar uma concorrência para além do mercado religioso. Os evangélicos de confessionalidade luterana, ao recriar as práticas gauchescas no contexto da religião, rivalizam com as pessoas religiosas e não religiosas, lançando mão de um esquema cultural pronto como alternativa à cultura secular, para atender de forma afetiva suas comunidades e memórias. Ao oferecer essa alternativa cultural própria, estão tentando influenciar o mundo com os valores evangélicos.

Não se trata de um isolamento ou fundamentalismo, mas de uma identidade cultural praticada pelos agentes religiosos da IECLB. A oferta dessa alternativa cultural corrobora para que as mulheres, neste caso específico, construam suas identidades dentro dos valores religiosos estruturados no regionalismo tradicionalista. Assim, a religião se mostra presente e concorrendo com as outras religiões.

Mas o gauchismo não é uma cultura evangélica particular, ele é um elemento situado na estrutura cultural da sociedade brasileira. E é necessário considerar que evangélicos do segmento do protestantismo de imigração alemã utilizam os elementos do gauchismo com o objetivo de atender, de forma afetiva, as comunidades que são marcadas pelo fator étnico germânico no Brasil. Dessa forma, o gauchismo concentrou símbolos e elementos de um passado idealizado pelos imigrantes, e sua proposta de nação para o Brasil o distingue das outras pertenças religiosas também cultivadas no país.

A IECLB ainda busca seu abasileiramento, e o faz inclusive a partir da adequação à cultura gauchesca no âmbito das práticas religiosas, mesmo que não sejam constantes. Essa proposta contínua de abasileiramento também pode ser compreendida como um projeto de maioria, de forma que os elementos históricos e folclóricos da cultura germânica ainda dão espaço para a mediação das práticas constituídas em um contexto de construção de identidade nacional.

Quando situamos esse contexto das regiões do Sul e a construção do estereótipo gaúcho, a predominância e significado da masculinidade faz sentido e cria um contraponto em relação aos processos de lutas feministas presentes na IECLB. Todas essas tradições desde o processo migratório, como foi relatado, as

próprias formações dos CTGs em diferentes estados, as tradições que vão sendo desenvolvidas, festivais, celebrações, têm em suas práticas a mulher como uma alegoria social.

Na figura da prenda, a prática dessas tradições realoca a representação da mulher como uma forma de alegoria que também ocorre em outras situações. Também é comum na chamada *Oktoberfest* realizada em Blumenau, no estado de Santa Catarina. Nas festas de peão e rodeios também são comuns os concursos de prenda ou rainha das festas, como ocorre na cidade de Barretos, no interior de São Paulo, conhecida como a cidade da tradição de rodeios. Essa é uma prática histórica que se tornou comum em muitas regiões do Brasil. Tornou algo muito próximo dessas festas, representativo da idealização da beleza da mulher local, além de revelar uma noção de masculinidade heroica e central dos grupos masculinos que produzem a festa. É dedicada à figura da “mulher feminina” uma parte nessa celebração. A mulher aparece como uma alegoria, a exibição do corpo e beleza, no caso, das prendas é somado às suas qualidades e recursos culturais.

A entonação da voz da pastora Paula durante os cultos religiosos se assemelha às entonações das prendas durante os concursos observados em vídeos disponíveis na plataforma virtual do *Youtube*. A pastora, na época da adolescência, também participava de concursos de prenda e seguiu praticando suas performances gaúcha feminina nas comunidades que se insere. É relevante considerar que o crescimento dos CTGs no Brasil ocorre, em maior monta, fora do estado que o originou. No Brasil, 2.834 CTGs estão espalhados por 23 estados e quase 40% dos CTGs estão fora do Rio Grande do Sul, segundo a notícia do G1 (2015)¹⁰⁶. Isso revela que a transmissão dos seus elementos culturais e ideológicos tem encontrado espaço nas práticas culturais em outras regiões do Brasil, e pressupomos que, em algum grau, essa tendência tem relação direta com o avanço do domínio econômico e cultural impulsionado pelo setor de serviços da agroindústria no Brasil, conduzido pelos empreendimentos do chamado agronegócio.

Os tradicionais concursos para Primeira Prenda possuem eliminatórias divididas em provas teóricas e práticas. Os concursos exigem pelo menos três anos

¹⁰⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/semana-farroupilha/2015/noticia/2015/08/quase-40-dos-ctgs-estao-fora-do-rs-confira-mapa-do-tradicionalismo.html>. Acesso em: mai. 2020.

de preparação, segundo Raquel Pinheiro, vencedora em 2012, que começou a se preparar e participar desde os 6 anos de idade¹⁰⁷. Ser solteira e sem filhos são os pré-requisitos para as moças participarem dos concursos. E, quando habilitada a concorrer, a candidata passa por provas artísticas (cantar, tocar um instrumento, dançar, declamar um poema, entre outras modalidades de expressão artística) e de conhecimentos somada à elaboração de uma redação; todas as provas dão enfoque à história tradicionalista regional. E, por último, a candidata realiza uma apresentação oral sobre um tema sorteado, dentro da proposta tradicionalista (G1, 2012).

A Primeira Prenda escolhida precisa ser atuante em eventos sociais, reuniões, congressos, feiras e outras atividades nas quais, em algum aspecto, a proposta cultural do Rio Grande do Sul esteja presente. Necessariamente, ela deve difundir o gauchismo nesses espaços e provocar o interesse de outros jovens para o ingresso no MTG (G1, 2012). Expor estes processos pelos quais passam as mulheres na cultura oficial gauchesca é mais um esforço presente neste trabalho de não tomar a existência da diferença de gênero como algo estático e natural e apresentar como o binarismo de gênero, e com ele o feminino é construído no interior desses parâmetros culturais regionalistas.

Dessa maneira, a proposta de discussão que apresentamos neste capítulo, vai ao encontro da afirmação de Nancy Fraser (2022, p. 217) sobre o objetivo político no feminismo, que é o de “[...] desestabilizar a diferença de gênero e as identidades de gênero que a acompanham [...]”. E, portanto, podemos aqui concluir que as questões de diferença que acompanham as imbricações dos grupos de evangélicos luteranos com o MTG na IECLB estão separadas da desigualdade material evidente dos brasileiros.

Segundo Verena Stolcke (1991), em sociedades de classe, certas desigualdades socialmente relevantes como a cor e a religião, nesse caso, são marcadores sociais legitimados por uma explicação como tendo raízes nas diferenças naturais. Nesse sentido, podemos recordar com Furlin (2016), a concepção e construção da categoria mulher, produzida por meio de discursos teológicos tradicionais em torno do útero, com a função de reproduzir a espécie e,

¹⁰⁷ Disponível em : <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/semanafarroupilha/2012/noticia/2012/09/concurso-de-primeira-prenda-exige-pelo-menos-tresanos-de-preparacao.html>. Acesso em: nov. 2019.

portanto, a raça. Trata-se aqui do controle da capacidade procriativa das mulheres e dos seus direitos reprodutivos para perpetuar os privilégios de classe nacionais e raciais, sendo essa uma naturalização de ordem ideológica (MOORE, 1994).

Segundo Lourenço Cardoso (2010), o branco antirracista representa a branquitude crítica, mas, mesmo contra o racismo, o lugar do branco antirracista é de privilégio e solidário com a branquitude nesse aspecto, como a sua conservação. Há todo um invólucro nesse sentido, presente nas festas tradicionais e performances gaúchas, que apresentam essa característica de masculinidade e feminilidade que segue caracterizando um viés da branquitude pela invisibilidade racial (PIZA, 2002). É importante situar e localizar a particularidade dessas tradições e mostrar como essa masculinidade e feminilidade influenciaram na construção de um pensamento social relativo às práticas culturais institucionalizadas pelo Estado nessas regiões.

A ministra Paula é uma interlocutora relevante na pesquisa pois, além de ter uma posição de destaque na igreja, acompanhamos desde seus primeiros anos de trabalho paroquial na cidade de Marília, no estado de São Paulo e, posteriormente, sua inserção na paróquia de Assis, no estado de São Paulo. Nessa paróquia seu trabalho pôde ficar ainda mais próximo das tradições alemães e gaúchas. Paula está atuando em uma região onde existem várias igrejas e comunidades de colonização alemã e gaúcha. Próximo à Maracaí, no estado de São Paulo, Paula também atua na Colônia Riograndense, mas revela que o trabalho com as mulheres vem se tornando mais desafiador, porque entende que as mulheres da comunidade vivem uma realidade mais próxima aos afazeres domésticos e familiares.

Com a reabertura da igreja, após o isolamento social decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19), Paula conseguiu realizar um Culto Campeiro¹⁰⁸ na Colônia Riograndense. “[...] um culto gaúcho em que a gente lembra a cultura gaúcha [...]”, explicou Paula. A Colônia Riograndense foi colonizada por gaúchos que vieram do Rio Grande do Sul e, depois, por pessoas que vieram direto da Alemanha¹⁰⁹. Sobre a organização do primeiro Culto Campeiro, Paula relatou:

[...] tipo assim, nunca aqui foi celebrado um culto assim, então eu

¹⁰⁸ A IECLB não dispõe de uma liturgia oficial para o Culto Campeiro, a tematização litúrgica gaúcha é elaborada pelas próprias pessoas que organizam e realizam o culto.

¹⁰⁹ Ver em ANEXOS, a Figura 13 (p. 236), uma fotografia aérea da IECLB e o cemitério da colônia Riograndense ao lado da igreja.

fiquei assim, com medo, porque, é um culto diferente, um linguajar diferente que o pessoal não está acostumado, as vestimentas e tudo mais. E, aí, eu fiquei muito nervosa assim, durante a semana preparando o culto, (risos), um pouco antes também, porque a gente fica sempre bem apreensivo, porque o que os outros vão pensar, se vão acolher, se vão gostar ou não, enfim, por ser uma coisa diferente. Aí nós ensaiamos também as músicas, o pessoal aqui não sabia como eram as músicas, então a gente teve que fazer assim um preparo, em relação aos hinos também. Mas depois, o feedback que tivemos do culto, foi até na hora! No momento que encerramos celebração, a Ruth que faz parte do presbitério da Colônia disse assim, ela levantou e falou: “Esse culto foi muito bom, o pessoal que preparou merece uma salva de palmas!” Aí todo mundo levantou, bateu palmas, então assim o pessoal gostou muito sabe, achou muito, muito legal, um culto diferente, já pediram para fazer de novo... Então eu fiquei bem feliz. É gratificante né Joyce, porque o nosso trabalho não é fácil. E levar a palavra de Deus de uma forma diferente às vezes cria uma barreira, às vezes a gente tem um certo preconceito com isso. Mas graças a Deus o pessoal aqui gostou muito. Ainda pode ser que venha um feedback negativo da nossa celebração, mas ainda não recebi. Só coisas boas, positivas e assim, querendo mais e mais [...] (Paula, teóloga e pastora, em depoimento gravado, 2021).

O recurso do uso da submissão subversiva é uma estratégia também presente em outras Igrejas e vertentes religiosas, praticada, por exemplo, por pastoras batistas (MARIANO, 2018). Um culto campesino realizado por uma pastora representando uma prenda gaúcha pode ser compreendido como uma posição, dentro do contexto religioso, para ganhar confiança por meio da cerimônia lúdica do culto e entusiasmar as pessoas a continuar coadunando com o gauchismo. A estratégia pode ser resumida em performar para promover um acesso aos modelos de feminilidade e autoridade. Para isso, é preciso gerar encantamento. Nessa composição, a IECLB oferece uma prenda como uma dádiva à comunidade, que inspira, encanta as pessoas membras da Igreja com os sentimentos de pertencimento comunitário das representatividades de uma cultura sulista, imbricada no contexto de uma confissão religiosa particular.

Em 2022, o Culto Campeiro foi realizado em comemoração dos 100 anos da migração gaúcha na região, também organizado pela pastora Paula¹¹⁰. O culto contou com a presença do coral das mulheres da OASE, todas vestidas de prendas gaúchas. Também havia homens vestidos com o “traje” típico de gaúchos. Após o

¹¹⁰ Ver em ANEXOS, Figura 14 (p. 236). Cartaz produzido em homenagem aos 100 anos de migração dos gaúchos na Colônia Riograndense com a seguinte mensagem no canto direito do cartaz: “O povo que tanto lutou por justiça não pode perder o orgulho de ser gaúcho”.

culto, a comemoração também ocorreu com um almoço comunitário, músicas e danças da tradição gauchesca, ganhando destaque os casais durante as danças.

Existe nesse contexto uma tensão entre a proposta da teologia feminista luterana que busca a desnaturalização da binaridade entre homens e mulheres acompanhado da constante busca por redistribuição das ações das mulheres na Igreja e entre a reivindicação por reconhecimento alavancado pelas imbricações dos evangélicos luteranos e o MTG. Isso porque, essa tradição se configura como uma reafirmação da binaridade de gênero, pela reivindicação de reconhecimento cultural assentada na diferenciação regionalista em relação aos brasileiros.

No próximo capítulo, propomos uma discussão sobre o lugar da teologia feminista luterana, cuja produção intelectual e reconhecimento institucional garantem às mulheres situadas no ministério com ordenação, uma posição representativa e reconhecida pela Igreja e de empoderamento das mulheres na estrutura da IECLB.

Capítulo 6

Mutirão de feministas

“[...] Tu forma de expresar o no el género no es lo único que evidencia un sistema de género: también lo es tu forma de actuar dentro de un sistema más amplio que equipara significados y valores con personas y cosas”.

(“Vivir una vida feminista” – Sara Ahmed, 2017, p. 85).

6.1 - Teologia feminista e as ciências sociais

Antes das teólogas aderirem ao termo Teologia Feminista, a teologia elaborada a partir das experiências das mulheres estava mais voltada para a sua valorização dentro da Igreja e era comum ser chamada de teologia da mulher, teologia na ótica da mulher e teologia feminina, afirma Maristela Moreira de CARVALHO (2008). O termo feminista passou a ser empregado nos contextos em que as teólogas “assumiram” o conceito de gênero como uma categoria de análise histórica (CARVALHO, 2008).

Furlin (2011) constata que as mudanças mais profundas no fazer teológico das mulheres ocorreu com a incorporação do conceito de gênero e pelo diálogo intensificado com feministas de outras áreas. Especificamente, as teólogas utilizando gênero, questionaram e analisaram os condicionantes presente nas relações sociais, nas estruturas e mudanças da sociedade, enfatizando a análise nas formas religiosas e nas relações entre os sexos. Segundo Furlin (2011, 154),

[...] Na década de 1990, as teólogas sentiram que sua produção estava sendo desafiada pelo novo contexto social que emergia em nível mundial, especificamente pela queda do socialismo histórico e pela reestruturação neoliberal do capitalismo, que foi gerando um crescente individualismo na vida cotidiana e o isolamento de organizações coletivas.

Dessa forma, feminismo e religião são dois conceitos que se aproximaram muito recentemente. No imaginário do senso comum é difícil encontrar uma convivência harmônica entre as duas noções e suas representações nas Igrejas no Brasil. No entanto, discutindo sobre os parâmetros de análise da realidade presente em alguns movimentos de mulheres, desde a década de 1990, entenderemos que

houve mudanças também nas concepções sobre a condição da mulher e a representação do feminino na religião, no caso da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB).

A teologia feminista seria o campo encarregado de provocar mudanças nas percepções e no sistema patriarcal cristão. Contudo, ela ainda é considerada uma teologia recente e não está amplamente difundida nas religiões de destaque, como é o caso do catolicismo no Brasil. Essa teologia no país foi inicialmente produzida por mulheres católicas e freiras, a partir de 1985, e continua assimilando e intercambiando com a teologia feminina, feminista ou teologia na ótica da mulher. O objetivo central é a interpretação hermenêutica dos textos bíblicos, reencenando antigas tensões presentes nas interpretações do Evangelho, como a igualdade entre homens e mulheres e a justiça, dentre as mais possíveis combinações.

No contexto da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), o feminismo tem sido compreendido como um inimigo para as mulheres. Analisando o campo da teologia, Maria José F. Rosado Nunes – durante seu discurso em uma palestra na XX Jornadas Alternativas religiosas realizada no Rio de Janeiro em 2022 –, enfatizou o caráter da ICAR como uma instituição que ofende todas as mulheres. Em palestra, Nunes identificou que independentemente da orientação sexual, o privilégio dos homens em exercer a totalidade do sacerdócio na hierarquia eclesiástica católica está relacionado com a sua genitália reconhecida como masculina. Esta é a primeira afronta institucional católica sobre o exercício eclesiástico e proibido às mulheres. E, no campo ritualístico, pouco se trata das condições das mulheres na contemporaneidade, portanto, elas não se reúnem em assembleias ou outros grupos dentro da Igreja que estejam imersos nessa temática. No âmbito simbólico, é impossível uma mulher atingir o modelo que a Igreja propaga historicamente: ser virgem e mãe, e simultaneamente, a Igreja Católica Apostólica Romana segue reconstruindo narrativas da sua subordinação social e institucional. Além disso, nessa perspectiva, considera a teologia feminista como uma teologia adjetivada, aquela produzida por outros grupos. Ou seja, as mulheres teólogas que produzem uma teologia de hermenêutica feminista não podem apenas expressar que fazem teologia, ela precisa ser adjetivada, nesse caso, com a palavra feminista.

Nosso trabalho tem, nesse sentido, demonstrado que, na história do protestantismo, a religião se moderniza e atende melhor aos anseios do movimento feminista e das mulheres no seu interior, como em alguns aspetos é o caso da

IECLB. O cerne do feminismo é afirmar a autonomia das mulheres sobre as suas vidas, também por esse motivo o feminismo pode ser considerado um movimento moderno que trouxe mudanças civilizacionais. Além de outras conquistas, o feminismo tem retirado a moral sexual e a moral reprodutiva do campo exclusivo da religião para o domínio da cidadania. As teólogas feministas de confissão luterana têm expressado e difundido a afirmação da capacidade ética das mulheres para decidirem sobre as suas próprias vidas, semelhante a atuação das teólogas feministas da tradição católica que, por sua vez, tem conservado os elementos que afirmam na sua doutrina que as mulheres podem ser autônomas; mas, em contrapartida, a arquitetura social institucional e hierárquica, ainda não reformada, as intimidam, o que impede a realização de mais autonomia nas suas vidas (FILHO, MIRANDA; OLIVEIRA MIRANDA; RODRIGUES, 2019).

No contexto do luteranismo histórico, o não rompimento com a Igreja é uma pretensão desde os primórdios da Reforma liderada por Lutero. O grupo de teólogas feministas luteranas, discutido neste trabalho, assume-se enquanto sujeitos/agentes políticos a partir da linguagem inclusiva de gênero e do conceito de justiça social. Sendo que, no âmbito cristão brasileiro, a relação entre movimentos feministas e a religião quase sempre foi caracterizada como opostas. Desde a formação de mulheres no ensino superior e a atuação no ministério ordenado, a perspectiva sobre a dominação patriarcal na sociedade e na Igreja é o centro da disputa das narrativas bíblicas e de enfrentamento no âmbito institucional de ensino teológico, na perspectiva da teologia feminista luterana.

Recapitulando, as comunidades viveram um período de maneira mais solta, até 1886, porque não existia nenhuma estrutura maior além da religião oficial do período no território brasileiro, a ICAR. A Igreja Luterana da Alemanha, durante este período, interessou-se em atender os descendentes de imigrantes e suas comunidades. Esse processo ressaltou nas comunidades religiosas os elementos da cultura germânica, como a preocupação da preservação da cultura e a origem nacional, cabendo à Igreja e à educação esta que é uma tarefa reconhecida como principal (DREHER, 1984). A abertura da Faculdade de Teologia em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul (FACTEOL) ocorreu em 1946 e, até então, principalmente a Alemanha era o país onde os pastores se formavam. Já era costume criar associativismos com as unidades e grupos alemães em diferentes aspectos (religião, educação e saúde) no que tange a organização das comunidades no

Brasil. O contexto sociológico e histórico do movimento feminista no Brasil está atrelado com o período da ditadura no país (1964-1985), período em que foi criada na IECLB uma atenção aos problemas sociais e políticos do país (ULRICH, 2008).

Como já discutimos anteriormente, mas é importante ainda enfatizar, a IECLB entrou na década de 1960 com um projeto de unificação no território brasileiro (ULRICH, 2008). Em 1968, foram extintos os quatro sínodos do protestantismo de imigração luterana existentes no Brasil. Eles representavam a presença de quatro Igrejas luteranas, o Sínodo Riograndense, criado em 1886, Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados da América do Sul, criado em 1905, a Associação de Comunidades Evangélicas de Santa Catarina e Paraná, criada em 1981, e o Sínodo Evangélico do Brasil Central, criado um ano depois, em 1912 (DREHER, 2005).

Como Igreja brasileira, a IECLB foi criada em 1962, durante o Concílio Extraordinário em São Paulo. Lá, a Igreja emergiu como corpo eclesiástico jurídico do Brasil. A presença mais marcante da IECLB se dava, nesta época, no Sul do país, no interior dos estados, em torno de pequenos agricultores (ULRICH, 2008). Portanto, deve-se considerar, como descreve Ulrich (2008), a atuação da IECLB a partir da década de 1960, devido a importantes acontecimentos, políticos e religiosos, particularmente o regime militar iniciado em 1964, o Concílio Vaticano II (1962-1965), a constituição da IECLB como Igreja nacional (1962), a transferência da Assembleia Geral da Federação Luterana Mundial (FLM) de Porto Alegre para Évian na França (1970) e, simultaneamente, a presença da segunda onda do movimento feminista no Brasil – caracterizada, principalmente, pela afirmação da igualdade entre os sexos e a liberdade das mulheres.

Esses acontecimentos e a reação da IECLB refletem ainda a transnacionalização religiosa e o associativismo entre comunidades e Igrejas internacionais, presente desde meados do século XIX. Entretanto, o período da ditadura militar no Brasil foi muito mais significativo no que tange às mudanças de perspectivas relacionadas à justiça social no país. A Assembleia Geral da Federação Luterana Mundial de Porto Alegre, transferida para Évian, na França, em 1970, em protesto contra à situação dos direitos humanos no Brasil, foi uma das atitudes que demarcou o posicionamento político da IECLB no Brasil (STRÖHER, 2005, ULRICH, 2008).

Enquanto se estendia o silêncio das comunidades da IECLB e de outras vertentes protestantes evangélicas sobre a ditadura no Brasil, o grupo dirigente, composto por pessoas membras e teólogas da Faculdades EST, liderou as decisões da assembleia que seria realizada naquele ano em Porto Alegre, para que ela fosse transferida para Évian, na França (STRÖHER, 2005). Segundo Paul Freston (1998, p. 65), “[...] A liderança da igreja brasileira conscientizou-se de que, aos olhos de suas igrejas-irmãs no exterior, era vista como co-responsável pelo país em que vivia.”.

O que ocorreu é que a IECLB, durante a ditadura militar no país, e ao contrário do que fora sua postura na época do nazismo – caracterizada por pouca resistência –, reivindicou para si, com base na chamada missão cristã, uma atuação mais crítica e vigilante sobre a nação brasileira, lembrando às autoridades políticas e religiosas as suas responsabilidades (FRESTON, 1998). Sobre este contexto, Freston (1998) chama atenção para o Concílio Geral de 1971, em que lançaram o “Manifesto de Curitiba” e nesse sentido, portanto, a única Igreja de origem protestante a contestar oficialmente a repressão da ditadura no país foi, propriamente, a Igreja luterana de imigração alemã (STRÖHER, 2005). Freston (1998) sugere que a “membrosia multiclassista” da IECLB deram à Igreja mais do que a capacidade de realmente influenciar alguns setores da sociedade naquele contexto, mas de protestar contra ela.

Os anos da década de 1970 trouxeram mudanças profundas ao luteranismo brasileiro. A teologia da libertação começou a influenciar os meios pensantes e é alçada a uma posição de predominância na Faculdade EST de São Leopoldo, principalmente nos anos 1980. Nesse contexto surgiram Comunidades de Bases Luteranas, algo que nenhuma outra Igreja protestante chegou a constituir, e que foi um modelo “[...] próprio de uma situação de Igreja, de um resquício da Cristandade.” (FRESTON, 1998, p. 68).

Nas últimas décadas, o discurso institucional e ministerial tem se destacado como uma Igreja que “cuida” e “acolhe”. Entre a inclusão e a tradição, a IECLB situa-se no acolhimento e cuidado espiritual das pessoas membras. É nesse sentido que a teologia feminista luterana busca criar e atualizar os espaços para acolher o sofrimento, as angústias, os medos e celebrar suas tradições. Tradições que, em parte, foram construídas no Brasil, como é o caso da relação da IECLB com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, como vimos no capítulo anterior.

A participação expressiva das mulheres do final do século XIX até a primeira metade do século XX, na IECLB – como a presença de diaconisas alemãs que chegavam ao Brasil formadas em enfermagem, obstetrícia e para trabalharem na educação de jovens e crianças, ou a participação de mulheres no ministério ordenado na Igreja Luterana da Alemanha –, colaboraram para que as mulheres evangélicas no Brasil tomassem direção nas atividades pastorais e de diaconia nas comunidades luteranas (PIRES, 2020).

Décadas depois, os esforços de teólogas americanas e europeias na releitura da Bíblia e a expansão das ideias feministas para a igualdade entre os sexos levaram as mulheres luteranas e católicas no Brasil a criar uma nova forma de representação da mulher e da sua relação com a divindade (ROHDEN, 1995).

As mulheres com formação na diaconia recebiam também formação teológica, chamada de estudos pré-teológicos. Ou seja, não era uma formação de graduação, mas já recebiam uma formação capaz de se envolverem com trabalhos pastorais, passando a assimilar as “[...] propostas de “libertação” da mulher e questionar a misoginia que percebem na Igreja e na tradição cristã.” (ROHDEN, 1996, p. 98).

No processo de reescrever os ensinamentos religiosos, como foi mencionado no tópico 3.2, é utilizado o método de “desconstrução e reconstrução”, no qual são analisadas as atividades teológicas que permanecem até hoje (DEIFELT, 2003, p. 172). A teologia feminista, segundo Deifelt (2003, p. 173), sempre fez parte da chamada “suspeita” que visa desconfiar das formas tradicionais teológicas, porque acredita-se “[...] que o cristianismo tem mais a oferecer do que aquilo que nos é dado, e que a religião também desempenha um papel de legitimação de normas e padrões culturais passíveis de questionamentos [...]”. As teólogas feministas percebem que a religião ainda é “em grande medida” utilizada para oprimir indivíduos e grupos sociais (DEIFELT, 2003). Para a interlocutora Romi, a metodologia da suspeita é fundamental e o feminismo na sua vida tem importância central:

[...] Não consigo me compreender como ministra com ordenação pastoral sem a perspectiva da teologia feminista que me ensinou a suspeitar de todos os sistemas religiosos que se dizem detentores da verdade. Em relação à IECLB vejo que ela é mais um campo de pesquisa do que um campo da teologia que poderia orientar a algumas práticas diaconais da Igreja. (Romi, pastora e teóloga, em

depoimento escrito, 2022).

A organização das estudantes de Teologia na formação do Grupo de Mulheres em 1979 na FACTEROL tinha como objetivo principal discutir e procurar encaminhamentos para a solução das dificuldades encontradas no cotidiano de estudos das estudantes. O Grupo de Mulheres ficou ativo por mais de vinte anos e cumpriu os objetivos de refletir sobre a condição das mulheres na FACTEROL, na Igreja e na sociedade. Segundo Ströher (2005), as reuniões contínuas de pastoras e estudantes de Teologia desse período construíram as bases para a consolidação da condição favorável das mulheres como teólogas e pastoras na IECLB. Esses encontros se configuravam como um espaço para discutir questões do campo da teologia feminista, conhecer e discutir as experiências de atuação e necessidades das primeiras pastoras formadas e sobre a jornada das alunas na formação teológica (STRÖHER, 2005).

Nas reuniões do grupo, as experiências no campo das atividades pastorais mostravam as dificuldades, limites e as habilidades das mulheres no trabalho religioso, por exemplo, a questão dos salários, licença maternidade e o reflexo das habilidades acadêmicas no trabalho com as comunidades (STRÖHER, 2005). Na década de 1980, os estudantes, homens e mulheres, reunidos na Comissão Pró-Teóloga, criada em 1985, propuseram uma cátedra de Teologia Feminista na Faculdades EST, momento em que foram organizados seminários e convidadas especialistas, sem ainda a discussão de gênero estar efetivamente presente no contexto luterano (STRÖHER, 2005).

Dessa maneira, no primeiro semestre de 1987, foi realizado o primeiro Seminário Intensivo de Teologia Feminista que teve a duração de uma semana, cuja teóloga convidada Ivone Gebara ofereceu palestras sobre a interpretação da tradição cristã numa ótica feminista. (STRÖHER, 2005). Dois anos depois, a teóloga nicaraguense Patrícia Castro ministrou em um semestre na EST uma disciplina chamada Interpretação bíblica feminista (STRÖHER, 2005).

Nesse período, a nomenclatura feminista já conseguia ocupar espaço significativo na formação teológica entre luteranas e católicas (STRÖHER, 2005; ROHDEN, 1995). Apenas em 1993, durante o Encontro Regional das Teólogas da Associação Ecumênica de Teólogos e Teólogas do terceiro Mundo

(ASETR/EATWOT) o termo teologia feminista foi oficialmente adotado na América Latina (DEIFELT, 2004).

A articulação estudantil do Grupo de Mulheres foi protagonista neste contexto. As mulheres organizadas persistiram na denominação feminista na teologia devido ao seu caráter político, por estar declaradamente relacionada ao movimento feminista de origem laica e com a mesma nomenclatura utilizada em outros contextos de formação teológica. Tendo sido aderida, essa posição foi apresentada pela Comissão Pró-Teóloga em carta oficial, datada de 11 de junho de 1990, ao Conselho Curador – órgão decisório máximo da Faculdades EST (STRÖHER, 2005).

A incidência do feminismo durante a segunda metade do século XX no Brasil – como movimento social histórico e conhecimento, corrobora as ações das mulheres e seu aparecimento público, profissional e religioso também no âmbito institucional –, foi contra o prestígio de uma hierarquização naturalizada na autoridade masculina, que é acompanhada de privilégios que incomodam outros sujeitos e mulheres.

Segundo a teóloga feminista Marga Ströher (2005) e a socióloga Neiva Furlin (2011), esse movimento pode ser considerado um marco histórico e social; as mulheres formando em Teologia e produzindo saberes nas margens dos discursos teológicos num campo intelectual ainda hegemonicamente masculino e patriarcal. Ströher (2005) procura afirmar que o patriarcado nas religiões cristãs é eficiente porque assumido pelos homens como uma forma estabelecida por Deus, e eles o fazem porque a sua divindade o quer. A criação da Teologia Feminista é elaborada a partir da coragem das mulheres e como aglutinação das experiências dos movimentos (laicos e religiosos) de mulheres acumulados na história recente do século XX, que continua sendo revisado e atualizado para atender melhor às necessidades das mulheres contemporâneas nas Igrejas (BLASI, 2017; STRÖHER, 2005).

Uma importante expressão de valorização das mulheres evangélicas dessa denominação é o trabalho feito em “mutirão”, que indica a significativa presença e atuação para com as comunidades de imigrantes e o desenvolvimento delas ao longo do tempo, atrelado ao apreço e preservação dos seus costumes.

Mulheres aprendendo Teologia nos espaços acadêmicos é um marco representativo do alcance das mulheres em posições de poder no âmbito religioso e

na sociedade, porque a teologia, segundo a teóloga e feminista Marga Ströher (2005, p, 119),

[...] não lida apenas com o referencial acadêmico, mas com o simbólico, as subjetividades, a espiritualidade, as liturgias, os ritos e os mitos. Não há algo mais poderoso do que as liturgias, porque confirmam e conformam o mundo no nível simbólico-subjetivo – por isso podemos entender o esforço monumental que determinadas igrejas fazem para afastar as mulheres do espaço litúrgico e da liderança dos rituais legitimados pela ordenação ao ministério [...].

Segundo a teóloga feminista Wanda Deifelt (2013), é na crítica de desconstrução dos pressupostos naturalizadores da cultura, androcêntricos no contexto da produção do conhecimento e do incentivo do empoderamento das mulheres que reside o cerne da ética feminista do cuidado. Por meio do conhecimento teórico histórico e prático, busca-se a justiça de gênero na sociedade e suas organizações e a igualdade de gênero no cuidado, inclusive com a natureza. Esses são os principais objetivos da teologia feminista produzida, elaborada e difundida nos grupos de mulheres, nas igrejas, mas, sobretudo, nas instituições de ensino superior e organizações ecumênicas em que agem as teólogas feministas em todo o Brasil.

Segundo Marga Ströher (2005, p. 119),

[...] o esforço monumental que determinadas Igrejas fazem para afastar as mulheres do espaço litúrgico e da liderança dos rituais legitimados pela ordenação ao ministério. A entrada de mulheres no estudo de Teologia não representa automaticamente uma ruptura com modelos androcêntrico-patriarcais e heteronormativos [...].

Em congressos oportunizados pelo Núcleo Gênero e Religião na EST, com acadêmicas e religiosas também vinculadas às Igrejas luteranas nas Américas, discute-se a perspectiva luterana feminista na contribuição à discussão do sexismo como pauta ecumênica, entre outras questões.

Além da importância do histórico componente pietista¹¹¹, alinhado à IECLB, a epistemologia feminista garante a luta pela chamada vida em abundância, como

¹¹¹ O pietismo alemão foi um movimento que surgiu na Igreja Luterana, como reação ao dogmatismo presente e foi responsável pelo início de um reavivamento espiritual no final do século XVII. O alvo do pietismo era a reformulação teológica, com ênfase aos apóstolos, na Reforma e na oração. O pietismo alcançou seu ápice com Metodismo, criado por John Wesley (1703-1791) na Inglaterra e

interpreta Mary Streufert (2017), diretora de Justiça para Mulheres na Evangelical Lutheran Church in America. Ela afirma que, no sistema patriarcal, ídolos masculinos e o sexismo são obstáculos para uma “vida abundante”, que é pensada no ideário e cultura feminista como um desejo de Deus.

Nesse projeto feminista espiritualista são discutidas algumas reformas institucionais e governamentais, como ecologia e economia sustentável. Portanto, a categoria social “mulheres” é aqui processualmente interpretada, também, por esses novos parâmetros de igualdade política entre si e os outros.

A importância da formação intelectual das mulheres é um fator que as evangélicas de confessionalidade luterana no Brasil construíram no processo histórico de uma Igreja étnica por meio dos seus laços associativos com a Alemanha. Há aí a valorização dos sentidos comunitários de cuidado e educação em escala territorial via formação intelectual/profissional/confessional por meio de um movimento de progressão democrática de construção de lideranças de mulheres. Nesse processo, as mulheres movem-se com auxílio dessas associações e de forma organizada – em maior número da OASE, e do FRML de forma significativa –, realizando discussões sobre a violência contra as mulheres, sororidade e outras questões presentes na cultura feminista.

Nas últimas décadas, a incidência do feminismo, amparado pela cultura pietista histórica dessa vertente luterana, possibilitou às mulheres a construção de um enquadramento generalizado das suas vulnerabilidades e aquelas que estão relacionadas às responsabilidades da Igreja – pensando aqui dentro dos parâmetros conceituais de enquadramentos da vida (precária), discutido por Judith Butler (2018) – mais intelectualizado e questionador da universalidade e da neutralidade ambicionadas pela ciência, inclusive no meio teológico, atingindo o processo histórico de uma Igreja no mundo e as transformações desse mundo.

Nesse movimento das luteranas brasileiras, seus ideários feministas contribuem para um processo de desconstrução do saber teológico tradicional e do poder eclesiástico patriarcal (STRÖHER, 2005). Isso em um contexto de uma Igreja cristã, visto que, na tradição e na história da Igreja, o homem passou a ser não apenas o detentor do poder divino de mediador entre as pessoas e Deus, mas

nos Estados Unidos, no início do século XIX, inspirou modelos educacionais evangélicos mais conservadores. Fonte: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/pietismo>.

também como grupo masculino, seus discursos são legitimados, pois ainda são reconhecidos como oficiais.

Portanto, as teólogas entendem que esse grupo ainda tem o poder normativo da Igreja e da teologia que seguem os padrões e concepções androcêntricas (STRÖHER, 2005). Nesse sentido, a atuação das mulheres distantes do poder masculino no fazer teológico, clerical e na academia é sentida e interpretada como uma transgressão (NUNES, 1996). O caso dessas pastoras e teólogas luteranas aqui tratado mostra que existem aquelas mulheres cristãs inseridas no movimento feminista e que, simultaneamente, atuam nos ministérios da Igreja como cristãs feministas. E a presença e atuação dessas mulheres pode ser lida como um movimento de atualização tanto das suas Igrejas quanto do próprio cristianismo.

Ströher (2005) destaca que a atuação dessas mulheres vem se dando dentro de uma tradição na qual existe uma relação direta entre sistema patriarcal e as estruturas de poder eclesiástico, e por isso o discurso teológico feminista ainda é realizado pelas margens (FURLIN, 2011). Algo que ocorre desde a Igreja cristã dos primeiros tempos, do tempo dos “Pais da Igreja”, ela assume a estrutura eclesiástica como seu fundamento e organização, a partir do século II, vigorando como Igreja estatal, a partir do século IV (SALISBURY, 1995). Essa é a história de um funcionamento de Igreja caracterizado pelo patriarcado eclesiástico e que foi permeando a constituição sociopolítica das sociedades e uma história do imaginário religioso cristão ocidental.

Dessa forma, olhando para os percursos de uma Igreja patriarcal que legitimou a exclusão das mulheres e a inferiorização da sua participação tanto no âmbito do imaginário religioso quanto no âmbito concreto das instituições, entendemos que o contato confluyente entre teologia feminista e movimento feminista tem fortalecido as lutas pelos direitos das mulheres e, mais, essa tendência, em particular, de vertente luterana, tem ampliado seus escopos de direitos humanos e viabilizado o encontro com os feminismos plurais.

Como já foi discutido, o feminismo laico historicamente surge no Brasil como movimento de reivindicação das necessidades próprias da sua conjuntura de formação (GONZAGA, 2018). A emergência desse movimento criou uma politização das subjetividades e as circunstâncias para o questionamento da condição das mulheres e de gênero. Isso comprova a presença de um debate sobre como e onde as mulheres fazem teologia. E, ainda, que na conjuntura do movimento feminista

contemporâneo, as subjetividades das teólogas feministas se diferenciam daquelas produzidas na segunda onda do feminismo no Brasil. Com efeito, pensando no caso aqui analisado, a marca de uma pluralidade de feminismos não está localizada apenas ou justamente sobre as formas como as luteranas estão constituindo o ideário feminista, mas, sobretudo, na maneira como narram o que entendem ser ainda a necessidade do feminismo e do conceito de gênero, hoje.

A articulação que essas pastoras e teólogas luteranas realizam é um percurso cujo horizonte de possibilidades ainda é amplo. Elas demonstram consciência disso. Recebemos delas, por exemplo, a observação de que na IECLB não existe o reconhecimento de casais homoafetivos, apesar de algumas Igrejas-irmãs na Europa aceitarem. Segundo elas, é muito difícil os estudos de gênero e a compreensão dos gêneros e sexualidades que ocorrerem no meio pastoral. Mesmo que na formação teológica existam discussões acerca do tema, e entre os próprios alunos e comunidade acadêmica sejam discutidas questões de sexualidade e subjetividades de gênero, esses são considerados temas transgressores pela ótica da IECLB, de tal forma que essa compreensão pouco retorna para as comunidades.

Neste sentido, o que ocorre entre as elaborações teológicas feministas, as discussões e, posteriormente, sua difusão nas comunidades, é que isso resulta em um tipo determinado de feminismo baseado na diferença, na especificidade e na valorização da mulher. É como se ocorresse uma acomodação dos questionamentos trazidos por essas teólogas e pastoras através da valorização de uma visão da singularidade feminina que, na história da IECLB, veio sendo construída desde os cuidados das diaconisas do século XX, o intenso e progressivo trabalho dos grupos OASE nas comunidades e o alcance eclesial limitado das mulheres teólogas, através da valorização de determinados atributos socialmente identificados ao feminino que atuam nas expectativas sobre os tipos de papéis, condutas e atitudes que se espera das mulheres nas comunidades.

Esses movimentos aqui analisados ocorrem, contudo, numa relação de tensão. Isso porque, ainda que as mulheres situadas no ministério ordenado da IECLB não privilegiem a hierarquia, posto que defendem a igualdade entre homens e mulheres, no ministério ordenado, nas comunidades e na vida cotidiana, as relações tradicionais de gênero terminam sendo valorizadas. Principalmente nas decisões institucionais da Igreja. Dessa maneira, a diferença está presente tanto valorizando as mulheres dentro dos princípios que regem as relações tradicionais de

gênero, quanto no acolhimento das diferenças de gênero. É o que se observa do tratamento de certos sofrimentos como resultado de uma tensa combinação entre igualdade e diferença.

Em contrapartida, esse movimento conjunto entre teologia feminista e feminismo encontra espaço em outros temas bastante valorizados pela IECLB na atualidade. O princípio bastante difundido hoje de que a IECLB é uma Igreja que “cuida” e “acolhe”, é um bom exemplo. Nos últimos anos, a teologia de modo geral – e que encontra espaço na IECLB – vem se preocupando com os temas trazidos pela ecologia, como, o problema da crise climática, dentro dos aspectos que assumem a crise da modernidade. Nesse contexto, fica evidente como essas teólogas e pastoras se sentem inspiradas em combinar a discussão sobre meio ambiente e natureza em torno da perspectiva ecofeminista, e que revela que as mulheres carregam, inclusive, um papel no processo de melhorar as condições ecológicas do planeta¹¹².

Fabíola Rohden (1995, p. 175), sugere uma analogia com as correntes filosóficas românticas do século XIX, inclusive a alemã, com o intuito de “[...] testemunhar como certas linhas filosóficas e epistemológicas constituidoras do pensamento ocidental continuam ganhando recriações e reencenações [...]” nos sujeitos contemporâneos, na tentativa de reelaborar as tensões entre o universalismo e singularidade. Mas, por que o ecofeminismo surge neste momento histórico? A questão está para além do pressuposto de ser o ecofeminismo uma ideia romântica e regressiva, aqui se perderia a força política contestatória e autônoma dos movimentos ecofeministas, segundo Salleh (1992). Os movimentos ecofeministas estão realizando a desconstrução das noções patriarcais do corpo e no campo da teologia feminista, a partir das experiências concretas das mulheres (FURLIN, 2014), criando alternativas para desfazer o artifício ideológico (instituído pelo sistema capitalista) que separa a humanidade da natureza e cria uma crise ecológica global (SALLEH, 1992).

Para essas mulheres religiosas, elaborar uma teologia baseada no que acreditam ser contrário à lógica individualista, mercadológica, competitiva própria ao sistema patriarcal e capitalista, definem as suas posições políticas de reivindicação na religião e dentro da Igreja. Essas mulheres pastoras e teólogas luteranas

¹¹² Dentro desse contexto é perceptível como essas teólogas e pastoras coadunam na incorporação das discussões sobre ecologia, natureza e as perspectivas do movimento ecofeminista.

propõem uma visão de mundo e aqui concordamos com a interpretação de Rohden (1996), baseada na diferença, na particularidade do mundo das mulheres e na valorização das relações entre iguais, diante de Deus. Fazem isso manifestando valores femininos que se opõem ao individualismo competitivo e à agressividade. Essas maneiras de agir no contexto religioso tem implicações no plano sensível das relações do que elas definem ser mulher: “[...] como agente empírico capaz de reverter a situação de crise moral, ética, social e ambiental, que estaríamos vivendo hoje [...]”, afirma Rohden (1995, p. 177). E, numa perspectiva feminista, elas entendem que isso pode romper com o patriarcalismo na religião e a submissão do feminino.

Segundo Rohden (1996), é a partir da constatação da diferença ou essência particular da mulher que se formula um modo de compreensão do mundo, uma visão sobre as relações humanas e com Deus e um conteúdo programático para a sociedade como um todo. A igualdade só existiria se baseada na diferença. Nesse sentido, o que realçaria as desigualdades de gênero é de fato a hierarquia determinante na história de longa duração das Igrejas – androcêntrica, patriarcal e sexista – que não deixa espaço para a representação das mulheres no âmbito simbólico. A reserva hierárquica ainda não é outra senão a masculina normativa.

No caso das luteranas aqui tratadas, por causa da participação mais ativa nas questões políticas e de gênero – diante do que podemos chamar de cilada do feminismo da diferença –, a busca por justiça parece vir ampliando múltiplas diferenças, ainda que lentamente, nos horizontes da representação da mulher em termos concretos e abstratos dentro da própria IECLB. O argumento produzido por Antônio Flávio Pierucci (1990), é um alerta que ressalta “as armadilhas racistas e sexistas” que destacam a diferença nos discursos, porque podem ter implicações conservadoras:

[...] Meu argumento é que a focalização da diferença acaba roubando perigosamente a cena da igualdade, posta sempre já como antítese daquela no senso comum conservador, reativado nos tempos que correm por toda sorte de interpelações auto preferenciais e social darwinistas presentes nos discursos recentes das direitas “liberais” e “nacionais”. A defesa da diferença, assim, não importa se hoje é feita à esquerda e de olhos fitos na igualdade ainda a ser conquistada, ou bem acarreta em sua divulgação e sua prática a fixação em certas diferenças grupais, em certas identidades coletivas de origem (raciais, étnicas, sexuais,

estamentais, regionais, culturais, nacionais), ou então, para não se embaralhar e aprisionar nestes laços distintivos (irredutíveis?), não tem outra saída senão deixar-se levar pela necessidade lógica da postulação de partida e avançar sempre mais no reconhecimento de um número cada vez maior de diferenças dentro das diferenças [...]. (PIERUCCI, 1990, p. 27).

Sua discussão sobre o a chamada armadilhas da diferença nos remete, neste trabalho, ao contexto do regionalismo sulista gaúcho e suas influências de identificação europeia que estão na constituição da estrutura cultural luterana no Sul do Brasil, analisado no capítulo 5. Em contrapartida, o movimento feminista proposto pela teologia feminista procura se distanciar das culturas machistas e, nesse sentido, provoca uma colisão com a cultura sulista. Consideramos que o contato de pastoras e teólogas luteranas com o movimento feminista de segunda onda, ou o chamado feminismo da diferença, contribuiu, na década de 1980, para a conquista da ordenação de mulheres no ministério da IECLB. Articuladas com outros alunos, os discursos das luteranas feministas identificadas com o feminismo da diferença conseguiram incluir dentro da IECLB uma positividade da condição de protagonismo das mulheres, que viabilizou o aparecimento delas nos ambientes androcêntricos de saber eclesiástico da Igreja, marcadamente heteronormativos.

As ações das teólogas feministas geraram novos espaços de reconhecimento igualitário. Busca-se distinguir as diferenças para unir e complementar, tencionando a concepção de unidade, pelo caminho ecumênico de pluralidade religiosa. Essas incursões de ações político-religiosas feministas têm fomentado a inclusão e ampliação das diferenças no contexto atual da IECLB, mesmo que ainda de forma limitada, visto que a Igreja ainda compreende a forma binária/sexista no ministério com ordenação.

Josilene Silva (2004) identifica o surgimento de uma terceira geração de formação de pastoras na EST quando a cátedra de Teologia Feminista aderiu à categoria de análise de gênero, em 1994. No que se refere às várias conquistas no âmbito eclesiástico, institucional e epistemológico, da difusão teológica feminista – ancorada pelo ecofeminismo – aos estudos interseccionais e práticas holísticas, as mulheres estão em posições de enfrentamento, suspeita e rebeldia contra problemas que ainda não foram solucionados (como a redistribuição do poder eclesiástico) e aqueles que permaneceram nos valores e costumes mais conservadores da sociedade brasileira. As ideias ecofeministas também são

importantes naquilo que as teólogas e pastoras construíram na IECLB. No ecofeminismo, o tema da corporeidade está presente, revelando a extensão dos estereótipos e as condições que impedem o direito e a oportunidade de uma experiência positiva baseada na relação de todas as criaturas.

A teologia do ecofeminismo no contexto luterano na américa-latina, é influenciada, principalmente, pelo pensamento de duas teólogas, a estadunidense Rosemary Radford Ruether (1993) e a brasileira Ivone Gebara (1997). Na concepção da teóloga luterana ecofeminista Ivone Richter-Reimer, os problemas ambientais estão incluídos no que ela entende ser o fracasso de toda a relação humana entre si, na sua relação com a natureza e a divindade (RICHTER-REIMER, 2010). Richter-Reimer (2019) tem buscado um caminho de reflexão ecofeminista na qual encontra a necessidade de um distanciamento institucional religioso para que seja possível abarcar a pluralidade dos problemas a serem enfrentados. Em suas próprias palavras:

[...] faz parte de uma mística autodeterminada, não vinculada institucionalmente para se fazer força para as partes mais vulneráveis da criação. Esta espiritualidade está profundamente imbricada na vida, no cotidiano e, portanto, também nas lutas e nos movimentos por libertação, em sua diversidade. Esta espiritualidade mística envolve sensibilidades e compaixão para com o conjunto da criação: onde um membro sofre, todo o corpo sofre e busca socorrer o mais vulnerável (1Co 12), denunciar as causas do sofrimento e alegrar-se com as conquistas no caminho [...] (RICHTER-REIMER, 2019, p. 134).

A importância da teologia ecofeminista no exemplo discutido é que ela torna problemáticos os elementos da tradição patriarcal religiosa que causam discriminação e afetam o modo como a destruição da natureza e os problemas ecológicos estão ligados às formas de dominação. Para esse efeito, os elementos considerados libertadores e afirmadores de dignidade humana são retomados e justificados nos fundamentos do cristianismo e de outras religiões que pretendem difundir uma união interreligiosa dos cristianismos.

O que essas mulheres vêm realizando pode ser percebido desde o trabalho da precursora da vertente feminista luterana no Brasil, Wanda Deifelt (2013), que tem buscado resgatar a memória da participação das mulheres bíblicas nas religiões e pela inclusão das pessoas historicamente não incluídas nos grupos de prestígio.

Nesse sentido, consideramos as contribuições da teóloga católica Elisabeth Schüssler Fiorenza (2002) – referendada pelas teólogas feministas luteranas –, que tem afirmado a utilidade do conceito *kyriarcal* na análise das opressões sistêmicas androcêntricas e patriarcais. Dessa maneira, para nomear as múltiplas opressões sistemáticas no contexto religioso, político e social, Fiorenza (2002, p. 69) cunhou “[...] os neologismos kiarquia (*kyriarchy*) e kiarcentrismo (da palavra grega para “regra/domínio do mestre/mestre-centrismo”) [...]”. Fiorenza reitera que o sistema patriarcal, a hierarquia eclesiástica, o poder masculino e a inferiorização da mulher são partes do sistema piramidal das estruturas de domínio (FIORENZA, 2009)¹¹³. Nesse entendimento, na tradição cristã do ocidente, valores e concepções são associados ao poder dos homens sobre as mulheres e o seu fundamento pode ser compreendido e localizado na organização *kyriarcal* (masculina-eclesiástica) presente na religião. Segundo a autora, existe, inclusive, um entendimento errôneo da palavra igreja, introduzido em contraposição à compreensão de *ekklesia*, que significa comunidade cristã como um “discipulado de iguais”:

[...] A tensão entre a visão democrática radical e a visão hierárquica dominante de igreja ainda se manifesta na noção lingüística do termo “igreja” em inglês. O termo grego *ekklesia* é usualmente traduzido para o inglês por *church*, embora o termo inglês *church* seja derivado do termo grego *kyriake*, (é), pertencente ao Senhor, e não do termo grego *ekklesia*. Assim, a acepção original de *ekklesia* não é *church*, mas “assembléia pública da comunidade política” ou “assembléia democrática dos cidadãos plenos”. O processo de tradução que transformou *ekklesia*/assembléia em *kyriake/church* indica um desenvolvimento histórico que privilegiou a forma senhorial/hierárquica de igreja. (FIORENZA, 2009, 292).

Como fenômeno social, a busca plena pela cidadania eclesial para as mulheres estaria equacionando essa injustiça no campo da religião. No campo da confissão luterana, Deifelt (2013) cria uma proposta de reflexão e ação utilizando os

¹¹³ Uma relevante referência nos estudos teológicos feministas é a teóloga biblista de origem romena, Elisabeth Schüssler Fiorenza. Esta teóloga viveu na Alemanha e se tornou uma das primeiras católicas a se formar em Teologia, tendo construído uma vasta produção sobre o tema das mulheres na teologia e na religião. Fiorenza (2002) criou o conceito de *kyriarcal*, que corresponde a uma forma de sistema social que estrutura a sociedade. No sistema *kyriarcal*, a mulher é percebida como uma criação divina de valor inferior, semelhante à natureza e precisa ser dominada pelos homens. Esta dominação parte de uma visão androcêntrica e patriarcal. Entendemos que a contribuição mais contundente do conceito *Kyriarcal* para as reflexões teológicas é a de que o seu fundamento está localizado no poder institucional e simbólico das religiões de matrizes cristãs que foram organizadas na exclusiva hierarquia eclesiástica masculina.

princípios de construção e reconstrução com o referencial de gênero na teologia e a noção de interconectividade entre os humanos e a natureza. Essa proposta, segundo a autora, tem um compromisso ético com o percurso da experiência de vida finita na Terra, porque baseia-se na corporeidade como consciência dos humanos serem formados da terra e para onde eles são devolvidos, após a morte.

Nos rituais funerários, realizados por ministras e ministros da IECLB, existe uma prática comum dos luteranos que se aproxima desta concepção-ação de restituição do corpo à terra. Observamos uma cerimônia de sepultamento realizada pela pastora Paula, durante a condução de um sepultamento no cemitério da Colônia Riograndense, na cidade de Maracaí, interior de São Paulo, em 2021. Paula realizou o percurso funerário até o corpo ser deixado no seu lugar de sepultamento. A pastora, enquanto anunciava a devolução do corpo à terra, inclinou-se e apanhou um punhado de terra com as mãos e a jogou por sobre o caixão, acomodado na cavidade da sepultura, dizendo “Terra à terra, cinza à cinza, pó ao pó!”.

O próprio cuidado para com a despedida e sepultamento dos corpos entre as pessoas luteranas tem em si essa diferenciação que permite as pessoas membras e seus familiares ligados à essa Igreja, experienciarem laços de solidariedade entre os seus vulneráveis. Para Deifelt (2013), a visão ecofeminista afirma esse cuidado e o concebe como um

[...] imperativo ético, apontando para uma proposta de poder compartilhado, o respeito pela integridade da criação, o compromisso com os valores promulgados no movimento de Jesus, por ele mesmo, em seu ministério, ou na comunidade primitiva. A meta é sanar, sustentar e reconciliar a criação, que geme em dores. A partir de uma perspectiva ecofeminista, o lugar que os seres humanos assumem na criação não é de domínio irrestrito ou hierárquico, mas de profunda consciência da interrelacionalidade e interdependência entre as criaturas. [...] Este cuidado não é uma mera empatia ou apoio tácito às pessoas em dificuldade ou à natureza que precisa de proteção. O cuidado que emana de uma consciência ecofeminista requer transformação e mudanças de paradigmas. Este cuidar está baseado na proclamação do amor que cria redes de solidariedade entre seres vulneráveis. Este cuidado representa pistas para uma espiritualidade lúcida e uma prática engajada [...] (DEIFELT, 2013, p. 120).

Na visão da antropóloga Fabíola Rohden, a teologia feminista estaria menos vinculada às ações laicas na sociedade por carregar como uma diferenciação o seu

caráter de feitio espiritualista:

[...] o feminismo da diferença ou sua vertente mais ecológica o ecofeminismo representa uma reação a esse universalismo e compactua com a noção romântica de privilégio a singularidade mais plena, mas se distingue em um plano mais profundo da Teologia Feminista principalmente devido a sua origem laica [...] (1996, p. 116).

Porém, a questão que queremos ressaltar neste trabalho é a eficácia da teologia feminista no campo do luteranismo no Brasil que amplia a cidadania eclesial para as mulheres. Como o próprio investimento do movimento de teólogas recria uma cosmologia e uma espiritualidade, a teologia feminista luterana, o ecofeminismo e o feminismo decolonial ou o feminismo da diferença dentro da diferença ou interseccional não herda, como no caso da tradição eclesiástica brasileira, o seu componente universalista.

A tradição cristã da IECLB é capaz de incluir a reflexão sobre o corpo como ponto de partida e introduzir a noção de corporalidade como interdependência da criação divina de Deus e de noção cristã igualitária, graça e fé humana, recaindo novamente num âmbar de universalismo. O destaque, perante outras Igrejas e denominações, é que as teólogas de confissão luterana, fundamentadas com a teologia feminista, disputam mais o processo histórico de mudanças morais na sociedade. Por isso, assistimos a mais participação de incidência pública em suas instituições religiosas, capazes de realizarem e praticarem as suas próprias reformas como algo próprio da tradição luterana.

O cristianismo de confissão luterana de imigração no Brasil também tem sido um crivo produtor de tensões na vida das mulheres. Essa relação pode ser criativa para as alternativas religiosas, como afirmaria Woodhead (2002), pois traz a possibilidade pela qual as luteranas têm criado e refletido sobre as tensões de como mulheres feministas e religiosas estão criando tentativas de reformar e mudar as relações e a instituição tradicional, pressionando a religião em direção a relações mais igualitárias e libertadoras. Uma forma alternativa de praticar a fé e a espiritualidade é criada por mulheres que reconhecem no feminismo a coalizão das suas lutas por justiça de gênero. Esta é de fato a clara intenção do grupo de mulheres, com suas vertentes feministas múltiplas, de criar um espaço legítimo para a expressão e realização de seus desejos.

Desta maneira, as luteranas estão reinventando um feminismo mais descentrado, entre vários feminismos plurais. No processo reflexivo de desconstrução do gênero, o projeto do feminismo luterano se apoia na ruptura da noção biológica das categorias sociais dicotômicas e que sugerem complementariedade: homem e mulher, masculino e feminino. Rompendo com a essência feminina, masculina e suas determinações biológicas, as luteranas feministas têm construído a base do paradigma dos estudos de gênero no contexto religioso-teológico e atribuído historicidade aos parâmetros de representação das mulheres na Igreja. Portanto, é possível afirmar que essas mulheres têm conseguido provocar uma política de engajamento pela construção de um feminismo luterano e, dessa forma, uma melhor apreensão do mundo, desde a posição de agentes religiosas.

Essa proposta feminista dirige-se para a necessidade sentida pelas mulheres feministas de redefinição da maneira de pensar a história e a racionalidade androcêntrica e patriarcal, visando alargar seu escopo, ressignificando-a para compreender o que está obscurecido e silenciado. E é por esse prisma que as mulheres e homens da teologia feminista luterana vêm instituindo novas demandas na Igreja, outras maneiras de agir na religião inserindo as incidências de justiça de gênero nos âmbitos políticos e da espiritualidade.

Até aqui, pudemos demonstrar, partindo das ciências sociais, que as vertentes dos feminismos interseccional, da igualdade, diferença, ecofeminista e decolonial efetivamente existem e constituem uma vertente espiritualista plural presente no ideário feminista luterano. Essa tendência ressalta a historicidade das grandes mudanças culturais de liberalização históricas e parece iluminar a complexidade dos caminhos que se abrem para os projetos epistêmicos decoloniais para as religiões se “corporificarem” na história.

6.2 E então, o que muda no feminismo?

Para a teóloga Claudete, o feminismo deveria fazer parte do currículo escolar desde a educação infantil e das práticas religiosas, apontando para a igualdade de gênero, respeitando as diferenças. Para ela, a questão da produção de materiais que enfocam a igualdade é fundamental nos livros e materiais da educação infantil, mas também nos textos na educação básica, ensino médio e nos cursos

universitários, em todas as áreas do conhecimento humano. Segundo Claudete, é preciso democratizar os papéis e funções sociais desde a infância, “[...] As meninas necessitam ser incentivadas a serem cientistas e os meninos, ao cuidado, brincar com bonecas [...]”. Nas palavras da teóloga:

A teologia feminista é um dos fundamentos do meu fazer e pensar, enquanto mulher, mãe, companheira, teóloga, pastora e professora de Teologia e Ciências das Religiões. A teologia feminista nomeia e valoriza a experiência das mulheres. A teologia feminista da libertação implica em processos de libertação pessoal, societárias... Aponta para experiências inclusivas de Deus e para interpretações contextuais e libertadoras da Bíblia. Denuncia também as histórias de terror que se encontram no Livro Sagrado. Denuncia discursos religiosos e violências simbólicas e religiosas. Anuncia também a história e o protagonismo das mulheres. Teologia feminista significa revisitar as tradições e as teologias construídas ao longo da história, onde as mulheres foram condenadas à fogueira, a submissão, ao calar-se... A teologia feminista aponta para a experiência das mulheres como fazer teológico. Portanto, ela é uma teologia crítica e que requer transformações emancipatórias para as mulheres. (Claudete, teóloga e professora acadêmica, em depoimento escrito, 2020).

Na sua opinião, o feminismo não deve ser assunto apenas das mulheres, porque “[...] o patriarcado mata também os homens que sufocam os seus sentimentos, enquanto seres humanos [...]”. Para Claudete, o feminismo precisa ser perpassado por todos os âmbitos formativos da vida e socializado nas famílias e na divisão das tarefas domésticas.

Claudete e as outras pastoras pesquisadas apontam para a opressão que o patriarcado opera na vida social. Isso porque são mulheres que atuam diretamente com tradições androcêntricas, perpetuadas pela estrutura do patriarcado na sociedade. A pastora Aneli destaca a justiça de gênero como uma estratégia contra as estruturas opressoras e o empenho por políticas que encaminhem tal realidade. Esta pastora afirma se empenhar em fomentar em cada pessoa que não se identifica com o gênero feminino a empatia necessária para perceber a injustiça de gênero que, na sua opinião, está relacionada à privação da liberdade de ser, de ir e vir, do direito de receber o mesmo salário pelo exercício de funções equivalentes e outras injustiças sofridas pelas mulheres, como consequência, principalmente, do patriarcado.

Também no âmbito da religião, Claudete procura praticar o que ela identifica como igualdade de gênero. Já Aneli, fala em justiça de gênero. As duas noções oferecem respostas diferentes, a primeira está mais atrelada às questões subjetivas, por isso a busca da igualdade, o que confere uma visão mais holística da vida. A segunda, elege justiça de gênero como estratégia para as mulheres reivindicarem e construírem a igualdade perante os homens, a partir das diferenças. O seguinte depoimento de Aneli, revela como esta pastora coloca em prática o feminismo na sua atuação na igreja:

[...] No caso da religião cristã, chamar atenção para a justiça de gênero presente no modo como Jesus se relacionava com homens e mulheres, e como ele tratava as mulheres com equidade, escolhendo-as como primeiras testemunhas da sua ressurreição; essa forma era completamente distinta da prática corrente no judaísmo em que Jesus fora educado e estava inserido. (Aneli, teóloga e pastora, em depoimento escrito, 2020).

De maneira similar à Aneli, Claudete interpreta que na tradição cristã, desde o início, os homens e mulheres foram criados iguais, com a mesma responsabilidade de cuidar da criação, e por isso a Bíblia necessita ser lida a partir da hermenêutica feminista, a partir da experiência de vida das mulheres. No entanto, consideram que a história da Igreja necessita ser questionada a partir do silenciamento, da invisibilidade e do ocultamento das mulheres. A religião, segundo as teólogas, necessita afirmar a dignidade das mulheres – a igualdade –, criar grupos de discussão sobre as relações entre homens e mulheres, afirmando a dignidade de ambos, revisitar a sua linguagem androcêntrica e masculina. Também Deus necessita ser visto com atributos femininos, segundo Claudete, e não somente masculinos. Sobre este tema, a teóloga afirma as contribuições da chamada teoria *queer*¹¹⁴ no campo da teologia:

Falar de Deus, portanto, é falar de um Deus inacabado, em construção, assim como inacabada é a vida humana. É falar de um Deus que se apresenta de forma diversa, muito além de qualquer definição humana. [...] Neste sentido, também a teologia feminista da

¹¹⁴ A expressão “teoria *queer*” foi criada por Teresa de Lauretis, em 1990, como tema de uma conferência realizada na Califórnia, nos Estados Unidos e tinha o objetivo de ser um projeto crítico para “[...] resistir à homogeneização cultural dos “estudos sobre gays e lésbicas” [...]” (LAURETIS, 2019, p. 398). A origem da palavra ainda é incerta, mas podemos afirmar que é derivada do inglês e se refere a pessoas que estão fora do modelo heteronormativo.

libertação não é uma teologia acabada. Ela também é questionada pela teologia queer, que acentua a multiplicidade de identidades, a ambiguidade, o contraditório. [...] As imagens sobre Deus/a são construções humanas e elas necessitam incluir as experiências humanas. Deus/a pode ser visto/a de forma performativa. (ULRICH, 2019, p. 115).

A teóloga acredita que é necessário iniciar, desde o trabalho com as crianças, com um processo de diálogo constante. Para ela, a religião também necessita realizar denúncias, como o machismo e o patriarcado. “[...] O feminismo para mim é uma proposta de vida em constante avaliação, aberta, construtiva, crítica, inclusiva, que busca a amorosidade e a igualdade social nas relações [...]”, declarou Claudete, em depoimento escrito.

As interlocutoras Claudete, Aneli e Paula revelaram, em conversas informais presenciais, entrevistas não-presenciais e via *Google Forms*, que praticam a hermenêutica feminista nos trabalhos religiosos e na comunidade, com o objetivo de mostrar o patriarcado existente por trás da tradição de interpretação, ou mesmo dos próprios textos sagrados. Porém, elas justificam que não é por isso que devem assentir sobre as injustiças no mundo, mas, ao contrário, devem denunciá-las.

É dessa forma, à semelhança das três, que mulheres cristãs de confessionalidade luterana da IECLB que se identificam com o feminismo têm trabalhado e produzido disputas por meio do discurso intelectual teológico feminista. No que tange às formas desiguais de distribuição e representação de poder na Igreja e nas comunidades, trazem questões sobre o papel das mulheres na OASE, sobre a edificação dos interesses da Igreja, sobre as formas de evangelização (ganho de fiéis) e sobre a difusão do trabalho socialmente reconhecido como feminino. Dado ao fato de que as formações das primeiras associações de mulheres luteranas colaboraram para organização da IECLB no Brasil, tendo ainda a contribuição do trabalho diaconal e a atuação no ministério com ordenação, as mulheres luteranas se tornaram porta-vozes de um novo status das mulheres para uma nova realidade social, no sentido de um novo parâmetro moral para as mulheres e a afirmação de uma subjetividade de gênero, segundo as interlocutoras.

É possível afirmar que a teologia feminista elaborada por essas mulheres emerge como uma força capaz de produzir e promover representações e autorrepresentações diversas de gênero. Assim como outras tecnologias sociais que provocam mudanças nos sujeitos e nos discursos, o gênero é uma tecnologia

de produção de novos sentidos (LAURETIS, 2019). A narrativa das experiências produzidas pelas teólogas feministas de confissão luterana cria espaços de discurso que constroem a subjetividade, reescrevem narrativas culturais que redefinem os termos reconhecidos como patriarcais em uma outra perspectiva mais inclusiva, historicizada e embasada nos direitos humanos.

O sujeito feminista, segundo Teresa de Lauretis (2019), é pensado como um sujeito “gêndrado” e mutável “[...] um sujeito cuja definição ou concepção se encontra em andamento [...]” (LAURETIS, 2019, p. 131). E a condição do feminismo, após a inclusão do conceito de gênero nos anos 1990, pode ser pensada como [...] a tensão de uma dupla força em direções opostas contrárias – a negatividade crítica de sua teoria, a positividade afirmativa de sua política – é tanto a condição histórica da existência do feminismo quanto sua condição teórica de possibilidade [...] (LAURETIS, 2019, p. 152).

O conceito de gênero, por sua vez, evidencia que o sujeito, além de ser afetado e resistente às representações sociais, ele se constrói pela experiência e nas novas narrativas onde ocorrem as interações sociais (LAURETIS, 2019; FURLIN, 2014). Nesse sentido, semelhante à afirmação de Neiva Furlin (2011), compreendemos que a teologia feminista luterana é criada na interação com a teologia hegemônica masculina, porém, ela está posicionada no campo do protestantismo; se inscreve nas margens do discurso historicamente androcêntrico teológico e este, no caso da IECLB, tem, em certos aspectos, oferecido visibilidade para mais representatividade das mulheres nas igrejas.

Em diálogo com e a partir das experiências das mulheres e outros grupos considerados excluídos da lógica dominante patriarcal nas religiões, compreendemos que as mulheres com formação religiosa/teológica feminista vão posicionando a legitimidade do discurso teológico feminista luterano para as outras mulheres nas igrejas, de modo a produzir uma conformação de relações mais democratizadas entre homens e mulheres no contexto religioso e institucional. Isso não impossibilita que na sociedade mais ampla e na instituição familiar ocorram outras dificuldades, violências e injustiças de gênero e contra a mulher em seus cotidianos.

Segundo Joan Scott (1990), a percepção social das diferenças entre homem e mulher é a maneira primordial de atribuir significado às relações de poder e que, portanto, as alterações nesse contexto equivalem a mudanças nas representações

de poder. No entanto, as mudanças e suas tendências nos grupos sociais não seguem um sentido único. No domínio cristão, as experiências masculinas e femininas do passado prescrevem, no campo da eficácia simbólica, as relações entre os gêneros no presente. Nesse sentido, segundo as pastoras, outra leitura bíblica sobre a mulher é central para propulsionar a sua diferença, particularmente nas experiências de vida e de igualdade entre os gêneros, e pode refletir em mais justiça e autonomia para a vida concreta das mulheres.

As mulheres cristãs de confessionalidade luterana, como vem sendo demonstrado no texto, apropriam-se dos feminismos para superar o sistema religioso patriarcal, e a IECLB tem atribuído possibilidades significativas para uma reforma religiosa do seu sistema patriarcal. A teóloga Romi, descreve a sua participação na IECLB da seguinte maneira:

[...] Tenho uma relação forte com a confessionalidade luterana. Compreendo que ela (a confessionalidade) é parte importante de como vejo o mundo, me posiciono e me relaciono com as pessoas e o Sagrado. Minha participação na IECLB se dá bastante pelo trabalho ecumênico e inter-religioso. Sou membro da comunidade de confissão luterana em Brasília, embora não muito assídua em função das inúmeras viagens de trabalho [...]. (Romi, pastora e teóloga, em depoimento escrito, 2022).

Romi cresceu em uma família de classe média no oeste de Santa Catarina, seu pai tinha uma fábrica de móveis e sua mãe era dona de casa. Tem quatro irmãos, sendo que um deles faleceu aos 14 anos de idade. Sua família sempre foi bastante ativa na igreja, em depoimento por escrito, explica como se constituíram suas experiências religiosas familiares:

[...] embora não lêssemos a Bíblia ou fizéssemos orações à mesa nos dias de semana. Meu avô materno teve um papel bastante importante na minha formação religiosa. Ele sempre me emprestava seus livros de história sobre a Reforma e tinha paciência em responder minhas perguntas a respeito. Minha avó materna era de tradição católica romana, embora, ao se casar com o meu avô, tenha assumido a Igreja de confissão luterana. Minha avó paterna e meu avô paterno eram luteranos também, mas não tão praticantes como os do lado materno. Em casa, sempre fomos bastante estimulados a estudar. A leitura sempre foi muito incentivada. Sempre tivemos um excelente espaço para dialogar com nossos pais. A abertura ecumênica devo muito a eles que sempre nos orientaram a respeitar e conhecer diferentes tradições de fé. Tive

uma infância bastante tranquila. Morando no interior não tive acesso ao culto infantil. Nossa comunidade era pequena e com poucas crianças. Mas isso não impediu que eu recebesse a formação confessional. Aos oito anos ganhei uma Bíblia ilustrada para a criança que li de cabo a rabo, fazendo muitas perguntas. Minha orientadora de Ensino Confirmatório foi minha mãe, que era a orientadora na comunidade. As aulas ocorriam na nossa casa. Não passei por dificuldades relacionadas a questões financeiras ou de violência doméstica. Era uma infância de brincar na rua até tarde da noite. (Romi, pastora e teóloga, em depoimento escrito, 2022).

Romi descreve que boa parte da sua juventude foi vivida na Escola Evangélica de Ivoti, no Rio Grande do Sul – uma escola em regime de internato associada à IECLB. Mas foi reprovada no primeiro ano. Sentiu-se muito preocupada porque achou que seu pai não a deixaria voltar para essa escola, pois gostava muito de estudar lá. Mas, surpreendentemente, segundo a teóloga, ele a procurou para conversar sobre a sua reprovação e lhe disse que lhe daria uma nova chance. Então, declarou, ela retornou para a escola e, depois dessa experiência, nunca mais tirou nota baixa.

Essa teóloga realizou o curso de tradutor intérprete e pré-teológico – que não mais existe –, vinculado à IECLB. Segundo ela, a formação era muito boa na área das humanidades e viabilizava um ótimo ensino da língua portuguesa, além do alemão e inglês, para quem desejasse. Estudava o Latim nos três anos de estudo e Grego nos segundo e terceiro anos. A música e o teatro também faziam parte da formação dos estudantes. Romi trabalhou como professora, entre os 20 e 22 anos de idade, no ensino fundamental das séries iniciais. Aos 22 anos de idade foi estudar Teologia e recebia uma bolsa de estudos. A teóloga relata importantes vínculos histórico-políticos em sua trajetória de vida, significativos para a compreensão e para a sua forte atuação presente no cenário político religioso brasileiro:

No período do governo FHC trabalhei em um projeto vinculado à Comunidade Solidária. Era um projeto para trabalhar a prevenção ao HIV/AIDS e DSTs com mulheres donas de casa. Esse projeto foi realizado pelo Apoio Solidariedade e Prevenção à AIDs (ASPA), uma ONG fundada por um pequeno grupo de estudantes de Teologia do qual fiz parte. A experiência do ASPA foi definidora na minha vida e contribuiu muito para minha visão de mundo. O trabalho, na maioria das vezes, era voluntário. Realizamos o primeiro ato de solidariedade às pessoas que morreram por causa das consequências do HIV/AIDS, em São Leopoldo. Isso foi por

volta de 1993/1994. Fiz meu estágio pastoral na cidade de Manaus, outra experiência gratificante. Também realizei um ano de intercâmbio em Cuba. Meu Período Prático de Habilitação ao Ministério foi em Alta Floresta do Oeste/Rondônia. Meu primeiro envio foi para a paróquia de Maravilha/SC. Não fui aceita pela comunidade por causa da minha visão de mundo e, possivelmente, pela minha trajetória, pois o colega responsável pelo primeiro pastorado era de um movimento chamado Encontrão. Segui tentando o envio, mas nenhum deu certo. Após muita insistência, consegui um meio pastorado na Paróquia de São Sepé/RS. Conciliei esse trabalho com outro trabalho em uma ONG chamada Centro Ecumênico de Evangelização e Assessoria. A distância entre São Sepé e Porto Alegre (onde eu morava) era de 4 horas. Fiquei ao longo de sete anos viajando entre São Sepé - São Leopoldo (onde era o CECA) e Porto Alegre. Foi um período bastante marcante. Em 2007, mudei para Brasília para acompanhar meu marido que havia passado em um concurso na UnB. Em Brasília fiquei uns dois anos sem trabalho. Trabalhei um tempo como auxiliar administrativa. Depois fui contratada por um projeto que foi desenvolvido por uma ONG com o apoio do Ministério da Pesca. Era um projeto de alfabetização de pescadoras e pescadores artesanais que utilizava o Método Cubano "*Yo, Si puedo*". O projeto foi desenvolvido nos estados de Santa Catarina, interior da Bahia, Rio de Janeiro e Pará. Foram três anos neste Projeto que me possibilitou conhecer o Brasil profundo, em especial, na Bahia e no Pará. Depois dessa experiência fiquei novamente um tempo desempregada até ser consultada pela IECLB se eu estaria disposta a me candidatar para um vaga no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. Estou neste trabalho desde 2013. (Romi, pastora e teóloga, em depoimento escrito, 2022).

A teóloga compreende a religião como um sistema cultural e espiritual que contribui para a visão de mundo de diferentes povos. A religião, segundo Romi, também contribui para o desenvolvimento de identidades étnicas e culturais. Reconhece inclusive que a religião, como sistema, pode ser altamente controladora, em especial quando é organizada em hierarquias rígidas e fortemente vinculada às nacionalidades ou colonialismos. Mas, segundo a pastora, também pode ser significativamente emancipatória, principalmente quando possibilita às e aos praticantes se apropriarem de seus ritos, mitos e textos sagrados – nesse caso, para as religiões de tradição escrita –, realçou. Romi procurou explicar ainda, que a Igreja é uma forma de organização de uma religião que é o cristianismo. Desde a perspectiva bíblica, Igreja é a comunidade de todas as pessoas que creem em Jesus Cristo. “[...] No entanto, as diferentes confessionalidades institucionalizam o “ser Igreja”, o que faz com que elas se tornam espaços burocratizados de promoção

de uma ou outra denominação/confissão cristã [...]”, declarou Romi, em depoimento escrito.

Romi proclama que o “[...] feminismo é o que nos garante ser mulheres. Sem o feminismo não temos autonomia, nem possibilidade de estudar, participar da vida política [...]”, não seria possível compreender a possibilidade histórica de realizarem a crítica ao patriarcado e talvez não teriam nem pastoras em diferentes Igrejas, sem o feminismo, segundo a pastora. Sobre este tema, a socióloga da religião Maria das Dores Machado (2005), nos alerta que o processo de engajamento das mulheres na religião contra o poder hegemônico masculino e o fortalecimento da autoestima dessas mulheres não deve ser compreendido como resultado do engajamento feminista das mulheres na religião. Machado (2005) argumenta que, embora o empoderamento das mulheres possa implicar na redução da violência doméstica, essas mudanças não representam os ganhos que as mulheres obtêm em termos de cidadania. Talvez exista aqui um impasse da condição das mulheres na religião, porque o exercício do controle feminino das mulheres e seus corpos, ainda continua sendo desempenhado pela religião.

Outro ponto a se considerar é que o crescimento das ordenações das mulheres sugere que há, como ocorre na IECLB, uma sensibilidade das lideranças masculinas, como resposta às reivindicações das mulheres na Igreja e aos movimentos históricos de revisão do lugar social das mulheres e do feminino na sociedade contemporânea. Apesar disso, existem resistências à autonomia das mulheres como grupos que se aglutinam ideologicamente criados a partir da comunidade luterana, como o caso de grupos conservadores como a Aliança Luterana (AL) e a Associação Luteranos Herdeiros de Worms (ALHW) (ALTMAN, 2021)¹¹⁵. Esses grupos discordam das iniciativas da Federação Luterana Mundial (FLM) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil (CONIC) – organizações

¹¹⁵ A IECLB historicamente tem contribuído na criação e nas discussões dentro dos organismos ecumênicos, no entanto, alguns grupos conservadores luteranos, nos últimos anos, tem se manifestado, por vezes em primeira pessoa, contra as associações da Igreja em organismos ecumênicos como o CONIC e o pedido de Impeachment do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. A petição enfocou a maneira com a qual o presidente da república provocou a omissão no enfrentamento à pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19). O documento da petição foi enviado ao Congresso Nacional em 2021 e assinado por 380 pessoas, leigas e religiosas, dentre elas pastoras e pastores de Igrejas, em sua maioria, evangélicas, sacerdotes e várias ministras e ministros da IECLB. (ALTMAN, 2021). Para ver mais sobre o tensionamento causado pelos grupos mais conservadores da Igreja, conferir a manifestação escrita pelo emérito pastor luterano Walter Altman, ex-professor e ex-reitor da Faculdades EST: “A IECLB será o que ela tem sido?”. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/606654-a-ieclb-ainda-sera-o-que-ela-tem-sido>. Acesso em: mar. 2021.

ecumênicas que têm impactado em incidências públicas no Brasil e no exterior. Devido a mais esse aspecto, há dificuldades na estabilização de uma cidadania eclesiástica e práticas religiosas menos conservadoras, assim como ocorre em outros âmbitos da sociedade (MACHADO, 2002; JESUS, 2003).

Na ICAR, por exemplo, a recusa, ou o grande descumprimento, que as mulheres podem propor no espaço ideológico-religioso à ideia do progresso feminino ou ainda, opor-se à dominação da hierarquia eclesiástica masculina detentora dos sacramentos da Igreja, conservam as mulheres na sua condição de exercício religioso no âmbito privado e da sua autonomização. Segundo Anjos (2009), uma das dimensões da promoção das mulheres na religião pela IECLB é exatamente a abertura dos espaços para a participação eclesiástica, particularmente, no ministério com ordenação. No entanto, com exceção das teólogas luteranas feministas, promover as mulheres geralmente “[...] é exaltar a natureza feminina, ou investir na sua formação, na sua autoestima, desenvolver suas habilidades de falar, planejar, conduzir, organizar, fazer para a Igreja [...]” (ANJOS, 2009, p. 362).

Essa promoção da mulher no contexto da IECLB é percebida por Anjos (2009) como a não rejeição do cuidado da casa realizado pelas mulheres, da condição da maternidade e de esposa, mas, na rejeição da exclusividade do trabalho das mulheres nessas situações em outros aspectos da existência. Portanto, a IECLB não questiona com criticidade a condição tradicional das mulheres com seu envolvimento na maternidade e na família. Nesse sentido, algumas teólogas insistem na importância de “[...] resgatar a processualidade, ou seja, valorizar o ato de desnudar, reconhecer o corpo e vestir novamente outras roupas.”. (FREIBERG, 2019, p. 137).

Como está mencionado no capítulo 1 e no capítulo 4, as pessoas luteranas da IECLB não se sentem representados no grande corpo evangélico do país. Como uma minoria dentro da massa de evangélicos no país e supostamente progressistas, parece terem se distanciado do público que vive na periferia. Ainda que ocorram trabalhos filantrópicos e participação das teólogas feministas e estudantes diretamente em contextos sociais mais desfavorecidos de recursos, esse público não compõe a maioria das pessoas membras da IECLB. Nesse sentido, a tendência é de, cada vez mais, a população mais empobrecida não ser ou não se sentir incluída no mundo religioso luterano e, dessa forma, acabar sendo guiada em

direção das Igrejas pentecostais, onde existem mais possibilidades de identificação social¹¹⁶. Por muito tempo, as lideranças da IECLB também não se viam representadas na política partidária do país e nem pelos políticos evangélicos no poder. Recordamo-nos que, como uma Igreja evangélica, as pessoas luteranas emergem no contexto de representação e reconhecimento político-religioso como marginalizados no país, a partir do século XIX (DREHER, 1984).

As luteranas e luteranos estão atuando na política através dos organismos ecumênicos, como discutimos anteriormente, porém, especificamente na arena política a participação ainda é mínima, comparada aos evangélicos, pentecostais e aos cristãos católicos. Algumas figuras se destacam em pronunciamentos individuais e, nesse caso, o trabalho das mulheres luteranas têm repercutido e se mostrado em posição de enfrentamentos e esclarecimento diante de investidas mais conservadoras da política brasileira. Contudo, as lideranças da IECLB têm se voltado mais para as necessidades das suas comunidades e para o diálogo interreligioso, por meio do movimento ecumênico. O primeiro aspecto é constitutivo da tradição e conservação da cultura étnica, ainda presente nos contextos luteranos, e o segundo, carrega em si a busca por um abraço como “Igreja atuante” no país. E, se pensarmos sobre a perspectiva progressista e feminista que existe na IECLB, é relevante que suas contribuições alcancem a sociedade mais ampla a partir da teologia feminista, e que se realize a difusão dessas concepções de mundo e justiça social mais alargada no horizonte dos direitos humanos.

O movimento feminista, no contexto cristão de confessionalidade luterana, esbarra no conservadorismo religioso e nos “retrocessos” culturais e políticos do país. Vemos surgir, nesse sentido, as chamadas pautas morais de maneira significativa entre os cristãos no Brasil e, particularmente, no movimento de uma nova direita política que vem crescendo no mundo inteiro (CARRANZA, 2020). Por isso, existe tanto a presença dessas pautas feministas, quanto esses movimentos mais conservadores, convivendo na conjuntura atual.

¹¹⁶ A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é uma das maiores organizações religiosas do país e a mais representativa do grupo neopentecostal brasileiro, com mais de 6.000 templos e 1,8 milhão de fiéis por todo o Brasil, segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE. Em ANEXOS, a Figura 15 (p. 239) apresenta um gráfico produzido pelo censo 2010 que representa a distribuição da população brasileira por grupos religiosos de 2000 e 2010. É importante observar que a IECLB havia sido incluída no grupo de “Igrejas evangélicas de missão”. Para o Censo de 2022, a própria Igreja, por meio de comunicados no *website* oficial e durante os cultos, recomendou aos membros mencionarem as siglas da IECLB durante as entrevistas do IBGE, visando não misturar as duas vertentes luteranas existentes no Brasil – IECLB e IELB.

A distinção do enquadramento feminista contemporâneo no Brasil é que a figura patriarcal ou masculina, em alguns contextos, é abertamente dispensada na vida das mulheres, como o é entre as cristãs de confessionalidade luterana. Em contrapartida, as mulheres podem estar ainda introjetando certas expectativas sociais históricas sobre o que é ser mulher e religiosa. A feminista Nancy Fraser (2022) tem considerado essas novas configurações, da seguinte maneira:

[...] a desigualdade de gênero vem sendo transformada por um deslocamento das relações diáticas de domínio e sujeição para mecanismos estruturais mais impessoais, que são vivenciados como formas culturais mais fluidas. Uma consequência é a (re)produção da subordinação mesmo quando as mulheres cada vez mais agem como indivíduos que não estão sob o mando direto dos indivíduos homens. Outra consequência é a criação de novas formas de resistência política e contestação cultural (FRASER, 2022. p. 273).

As imbricações entre o pertencimento identitário gauchesco e a chamada religião evangélica teuto-brasileira nos ofereceram indícios de como as práticas culturais regionalistas são fundadoras de conservadorismos nas matrizes culturais de feminilidade e masculinidade. Esses enquadramentos são preservados e localizados na chamada esfera protegida presente nas tradições dos grupos e nas famílias (BROWN, 2019).

É dessa maneira que a cultura regionalista sulista, organizada pelos MTG são reproduzidas e acomodadas no âmbito da religião – especialmente no caso da religião luterana de imigração –, ainda que os cultos campeiros sejam realizados em pelo menos um dia do ano nas comunidades luteranas, existe sentido e necessidade entre as pessoas luteranas para o realizar, porque essa prática está na estrutura cultural. Em contrapartida, o binarismo de gênero e o sexismo são aspectos de problematização no campo de saber teológico pela crítica do androcentrismo institucional e do sistema patriarcal, realizado pelas mulheres, lideranças, teólogas e pastoras dessa Igreja e que não coadunam com essas expressões culturais nos contextos religiosos.

A contribuição dessa discussão, em particular, também consiste em elucidar os trabalhos das teólogas de que essa é uma cultura arraigada nos grupos – resguardando-se a sua generalização –, e a necessidade de realizarem esta mediação, porque fica muito evidente para as teólogas feministas que é preciso

buscar o distanciamento das práticas sexistas e conservadoras na Igreja que colidem com as propostas do movimento das teólogas feministas. E no gauchismo – construído na imbricação de elementos históricos alemães, camponeses, até mesmo considerados folclóricos – o machismo é constitutivo dessa representação direcionada às mulheres (prezadas). Portanto, mesmo que as teólogas feministas tentem se afastar dessa representação, ainda não alteram as estruturas da IECLB, tendo em vista a cultura regional constitutiva na formação e abasileiramento desta Igreja evangélica no país.

A partir da análise das evangélicas luteranas e da maneira como elaboram e discutem um feminismo teológico, suas tarefas na Igreja e o sucesso profissional são problematizados, porque existe o risco da essencialização desse estilo de vida – noção encaminhada pela concepção ecofeminista –, essa preocupação está presente no depoimento da teóloga Sabrina a cerca do “feminismo mercadológico”, como foi discutido no tópico 2.3 e, ainda, sempre havia uma queixa de cansaço e de que muito trabalho ainda precisa ser feito.

Os traços da tradição patriarcal ainda presentes na religião, podem estar mediando os impactos de dominação masculina, hoje, no contexto em que, muitas vezes, as mulheres não estão em relação direta com os homens. As novas formas de resistência política e cultural que podem ser criadas nesses contextos é o caso da teologia espiritualista feminista produzida pelas mulheres cristãs de confessionalidade luterana; mas não exclusiva de mulheres ou para mulheres.

A necessidade da expressão gauchesca na IECLB, tem implicações no reconhecimento e na representação das mulheres, segundo nossa interpretação sobre a teoria de justiça social de Nancy Fraser (2022). Constatamos que nem todas as feministas luteranas compactuam com as práticas culturais gauchescas dentro dessa confessionalidade. O reconhecimento da diferença cultural e a identificação das mulheres com o gauchismo dentro da religião pode até dificultar a o avanço da Política de Justiça de Gênero, a redistribuição de poder e a representatividade de gênero.

O rejunte: acabamentos

O rejunte é uma argamassa específica aplicada nas frestas existentes entre as tesselas que formaram o mosaico. Trata-se de um material de construção capaz de preencher os espaços, proporcionando o acabamento. Desta forma, similar à confecção artesanal de uma mosaicista, procurei, nesta pesquisa, não isolar as mulheres dos seus contextos relacionais de poder e hierarquia na sociedade brasileira e na tradição religiosa luterana, mas reunir as peças disponíveis para compreender a condição das mulheres na composição de uma conjuntura político-religiosa da sociedade brasileira.

Ao adentrar na vivência luterana, denominação que pode passar despercebida em função de sua expressão numérica no Brasil que, na última análise estatística realizada pela IECLB em 2021, ano-base 2020, 628.557 mil foi o total estimado de pessoas membras, com 51% localizadas no Sul do Brasil (IECLB, 2021). A pesquisa realçou a mostra de uma significativa produção, incorporação e uso de teologias feministas no trabalho eclesial expressa na vivência comunitária dos trabalhos que acompanhei e na reflexão teológica relatada pelas pastoras que contribuíram na pesquisa. E a alternativa ao combate, mesmo que parcial, devido ao patriarcado, por meio de um sistema religioso legítimo.

Foi possível evidenciar as origens e o reconhecimento dos corpos de mulheres luteranas, em distintos níveis de autoridade religiosa. Inicialmente, o trabalho religioso com algum grau de autoridade deu-se com a chegada das diaconisas alemãs, revestidas de poder ao serem consagradas e enviadas para atenderem as necessidades religiosas das comunidades de imigrantes no Brasil e, particularmente, a saúde das mulheres e a educação das crianças. Elas exerceram uma certa resistência nos patamares de autoridade institucional, conseguindo enfim, conquistar espaços em outras esferas sociais.

No início da década de 1980, mas precisamente em 1982, acontecera a ordenação da primeira pastora na IECLB. E, depois, também foram ordenadas catequistas, diáconas e missionárias, ou seja, foram passos significativos de justiça de gênero, em que se visibiliza a contribuição da teologia feminista. A OASE, hoje uma associação de mulheres, legalmente constituída, tem mais de 120 anos de história na atuação comunitária religiosa. O Fórum de Reflexão da Mulher Luterana

reúne mulheres de diferentes contextos e contribui no fortalecimento da atuação protagonista de mulheres nas comunidades. O surgimento da teologia feminista é posterior ao trabalho histórico das mulheres nas igrejas e em suas comunidades, mas revela a contribuição para a constituição da liderança e autoridade das mulheres no ministério com ordenação, no apoio e cuidado à diversidade da vida.

No primeiro capítulo procurei discutir como a Reforma Protestante do século XVI constituiu-se em um processo de revisão no modo de crer e praticar a fé cristã, inicialmente na região da Europa ocidental e, depois, em outras regiões do mundo. Herdeiros diretos dessa tradição de Igreja luterana, os protestantes de imigração alemã no Brasil foram os primeiros grupos a consolidarem práticas de orientação evangélica no Brasil, inicialmente em suas comunidades de colonização.

No capítulo 2 evidenciei as fases do movimento feminista de forma mais ampla, situando os esforços das teólogas luteranas em face da produção das mulheres não religiosas e do modo como o campo do pensamento das relações de poder entre os gêneros – bem como a própria categoria gênero – vão se organizando na formação de um pensamento feminista espiritualista.

Os capítulos 3 e 4 foram dedicados aos processos históricos dos associativismos entre as comunidades de colonização alemã no Brasil e os grupos e suas organizações de origem alemã que vieram a colaborar para o estabelecimento e formação institucional religiosa dessas comunidades e suas necessidades, de forma mais organizada a partir do final do século XIX. Esta fase de dificuldades foi também sentida nas primeiras décadas do século XX, no período do governo ditador de Getúlio Vargas, no Estado Novo (1938-1945), diante do controle e empenho do governo na construção de uma identidade nacional e acompanhada dos processos de abasileiramento das comunidades descendentes de colonizadores europeus, os chamados teuto-brasileiros.

No capítulo 5, propus identificar as articulações entre a figura gauchesca feminina chamada de prenda no contexto luterano e o regionalismo sulista no Brasil que foi ganhando mais espaço no território brasileiro enquanto ocorriam as mudanças sociais, políticas e culturais da década de 1970, como a contestação dos padrões sociais, das relações de gênero por uma geração de jovens que buscavam a liberdade sexual incentivada pelo uso pílula anticoncepcional, dos ideais da contracultura e político-revolucionário de mudanças estruturais e, as influências estrangeiras na cultura que libertaram um repertório artístico em um contexto da

Guerra Fria que polarizou ideologicamente o mundo. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, denominação estabelecida a partir da organização dos sínodos no território brasileiro em 1949 – nesse movimento –, encontrou com as novas gerações, as condições possíveis de participação política no Brasil. Mesmo sob o regime ditatorial militar implantado (1964-1984), a IECLB expandiu-se em expressões políticas, atividades transnacionais e formação intelectual das pessoas membras, mesmo no contexto das condições de injustiça social e cidadã vivida no país.

Nessa conjuntura de mudanças substanciais e de lutas de resistências contra o regime militar, foi possível observar os contextos e condições, sobre as quais, as práticas das mulheres luteranas foram sendo alteradas, evidenciando as especificidades na busca por uma participação no âmbito eclesiástico com incidência política no país. Neste sentido, o caso aqui tratado de pastoras e teólogas luteranas, colaborou para compreender uma das formas de incidência de um ideário feminista que ganha força a partir da década de 1980. Ideário esse, que atuou nas subjetividades das mulheres, contribuindo significativamente para o alcance de posições de poder na esfera religiosa e intelectual teológica secularizadas. Neste sentido, observei a relação que os movimentos feministas, com suas novas vertentes e metodologias influenciaram as mulheres evangélicas desta Igreja no processo de construção de novas maneiras de participação, redistribuição de poder e empoderamento das mulheres e do feminino no contexto religioso. Um processo construído na diferença, mesmo que buscando a igualdade entre os gêneros.

Com o capítulo 6, foi possível produzir uma síntese deste feminismo espiritualista de vertente luterana, ao observar que as mulheres teólogas e pastoras estavam exercendo atividades dentro do contexto religioso, paroquial e eclesial, difundindo e discutindo metodologias no campo da teologia e que demonstram ser possível uma aproximação da atuação delas com as mudanças políticas e religiosas no país. Com a imigração de pessoas evangélicas ao Brasil, a manutenção das relações mais estreitas com grupos da Alemanha e países de religião protestante, conjugadas aos processos histórico-sociais vivenciados aqui, constituiu-se uma nova configuração de liberdade religiosa para os adeptos do luteranismo e para a atuação das mulheres na Igreja. Ao mesmo tempo, foi possível observar como as heranças dessa tradição religiosa oriunda da Reforma são vivenciadas e afirmar que as interlocutoras da pesquisa buscam desconstruir as concepções patriarcais

religiosas que estão intimamente ligadas à memória e afeto das comunidades originárias da colonização europeia no Brasil e superá-las em alguns aspectos. Ressalto, no entanto, que o patriarcado também está presente na teologia e nas espiritualidades em outras Igrejas cristãs, conforme já relatado em outras pesquisas realizadas (PIRES, 2015; 2018).

Mesmo que o luteranismo no Brasil também possua a sua origem marcada por elementos patriarcais – reforçados no regionalismo e conservadorismo de tradições gaúchas e alemãs – as teólogas, estudantes e pastoras luteranas na conquista de espaços mais representativos puderam ser evidenciadas em um movimento de mulheres que se apoiam na subjetivação da liberdade, autonomia e justiça de gênero. As diversas performances do feminino que constituem as “mulheridades” neste contexto religioso, institui no mosaico cultural brasileiro, um processo de diferenciação cultural e de protagonismos das mulheres.

Neste sentido, algo que se destaca na IECLB, são os aspectos culturais primordialmente étnicos ali presentes, como a herança da imigração alemã no Brasil e a constituição da identificação com o gauchismo a partir do Sul, discutidos no capítulo 4 e 5. Esses elementos colaboram para atender as comunidades religiosas mais tradicionais e a preservação da herança alemã; sobretudo, a atuação fundante das práticas de mulheres luteranas, organizadas e bem engajadas por meio de associações, administradas pela OASE. As ações das mulheres organizadas em associações nas comunidades religiosas luteranas foram, em algum aspecto, motivo da criação de outros grupos de mulheres mais recentes, como o caso do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana.

A pesquisa revelou ainda, a localização e o posicionamento do conjunto de pastoras e teólogas feministas na IECLB. As luteranas se apropriaram dos discursos feministas, adaptando-os para superação de um sistema religioso patriarcal que ainda mantém seus efeitos nas igrejas. Dessa maneira, como elas próprias ressaltaram, o processo de uma Igreja “sempre em Reforma” está em curso e se consolidando no Brasil. Este é um processo político-religioso que contribui para a permanência das mulheres como autoridades eclesiásticas no luteranismo e tem efeito de incidência política para além da própria Igreja luterana. Primeiro, elas se fizeram presentes no campo de saber teológico, que é androcêntrico na sua gênese e ainda fundante de uma camada estrutural das Igrejas cristãs. E, como teólogas, se valem da afirmação e posituação da categoria mulheres e dos feminismos no

campo do direito e pela busca da igualdade em relação aos homens, especificamente, pela justiça de gênero. Um ponto relevante é que galgaram um lugar na história do luteranismo de imigração alemã no Brasil, no qual essas mulheres marcaram presença na organização da fé e na institucionalização dos chamados papéis sociais femininos na Igreja. Isso foi e vem sendo algo que tem oferecido o tom da autoridade e legitimidade para elas, durante as disputas realizadas no campo teológico de saber, no campo dos diálogos ecumênicos e interreligiosos, assim como vem ampliando as possibilidades de alcance da presença das mulheres no ministério com ordenação e das concepções dos direitos humanos nesta esfera.

Ressalta-se que o contexto histórico desse alcance envolve o alinhamento com políticas liberais democráticas e de secularização da sociedade brasileira. O resultado é, mais autonomia para as mulheres, como pode ser atestado pela criação de uma cátedra de Teologia Feminista para o desenvolvimento da formação religiosa e profissional das pessoas, pela inserção nas comunidades religiosas e pelo desenvolvimento pedagógico/teológico de difusão das ações seculares luteranas, fundamentais para o ideário feminista luterano. Outro ponto que merece ser destacado é que a produção da teologia feminista luterana mais recente está se aproximando de uma abordagem decolonial, preocupada com as interseccionalidades das experiências sociais, de gênero e religiosas, práticas mais holísticas da religiosidade e com o ecofeminismo. Neste percurso, as luteranas positivam, ressignificam e valorizam a condição de ser mulher pela diferenciação social, valorizando o trabalho centenário na Igreja realizado pela OASE e seu interesse para o desenvolvimento humano e de suas comunidades na contemporaneidade.

Aqui, não se trata de um ponto final de projeto feminista luterano acabado, mas cabe considerar que as práticas regionalistas culturais difundidas por alguns grupos das igrejas, por vezes, acabam resgatando e conformando as representações sociais da dicotomia do sistema sexo/gênero, feminino/masculino. Ao mesmo tempo, há o fato de que na sociedade brasileira as relações tradicionais de gênero são permeadas por questões raciais que, *a priori*, tende a subalternizar, inferiorizar o negro em relação ao branco através de um racismo estrutural. A ideia de raça esteve presente nas relações de poder dos colonizadores e estabeleceu a colonialidade de gênero nas américas. Nesse

sentido, ainda existe um privilégio da branquitude na história e nas práticas socioculturais da esfera religiosa luterana. Algo que, como a minha própria experiência atesta é encontrada no contexto católico brasileiro.

Contudo, em relação à sociedade brasileira é possível reconhecer que na forma como a atualização da IECLB se move no tempo, há uma busca de ser, “inclusiva”, no sentido de acolher as pessoas. Ainda que os gêneros reconhecidos para o exercício eclesiástico permanecem dicotômicos, sem a aprovação de casamentos entre homossexuais, existem pronunciamentos oficiais da instituição no empenho ao acolhimento, ao sofrimento das pessoas que são discriminadas na sociedade, mas sem que haja acesso aos cargos ministeriais e hierárquicos.

Vi que a compreensão do protestantismo histórico de imigrantes alemães e sua constituição como Igreja evangélica no Brasil têm oferecido algumas contribuições para mudanças, embora ainda superficiais, na conjuntura política e religiosa das religiões cristãs no país. A representação das mulheres, hoje presentes em cargos eclesiásticos confirmam que elas mediam os discursos no intuito de uma justiça de gênero na Igreja por meios evangelizadores. As teólogas, pastoras e lideranças desta confessionalidade desejam mais liberdade para serem “mulheres como quiserem” e “onde elas quiserem”. Esta perspectiva se realiza no mundo religioso com o movimento feminista, sem perder o horizonte cristão.

É possível pontuar que o ideário feminista no contexto da confessionalidade luterana atente de certa maneira as aspirações de uma nova geração de mulheres bem como as dissidências de gênero neste mundo religioso. Os estudos de gênero realizados por teólogas feministas e de formação confessional na IECLB insistem em tencionar as regras para a legitimação da representatividade das mulheres; procuram avançar as reformas dos problemas que ficaram, como o patriarcalismo, a submissão das mulheres, a violência contra as mulheres e, por parte de algumas lideranças, a descriminalização do aborto. O trabalho intelectual e teológico dessas mulheres apresenta tendências plurais e possibilidades de práticas feministas mais palatáveis e versáteis entre os fiéis que, ainda estão arraigados às tradições patriarcais e mais conservadoras.

Esta tese também abre caminhos diversos para uma variedade de temas sobre gênero, feminismo e religião em pesquisas futuras. Aqui cito alguns exemplos: a condição dos feminismos no Brasil contemporâneo, a ética do cuidado nos contextos religiosos e feministas, a formação em Teologia e o ensino de Teologia

Feminista nas instituições de ensino superior e em seminários católicos, a apropriação da teologia feminista por outros segmentos religiosos, os processos transnacionais religiosos e seus sentidos no contexto brasileiro e na América Latina, a relação das organizações internacionais como a ONU, o CMI e a FLM com o movimento das mulheres e suas influências, o impacto do feminismo espiritualista no campo dos estudos de gênero, o preconceito e a deslegitimação da identidade feminista e dos feminismos em espaços acadêmicos etc.

Apesar das divergências entre o feminismo espiritualista e o feminismo de origem laica, a pesquisa apresentou novos horizontes de compreensão sobre os feminismos em uma vertente religiosa cristã histórica que encoraja as pessoas pela esperança de que o ideário feminista possa prosseguir como uma prática criativa, transformadora da cultura e das relações sociais no universo das de mais religiões.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Altíssima Pobreza: regras monásticas e forma de vida*. São Paulo: Boitempo, 2014.

AHMED, Sara. *Vivir una vida feminista*. Barcelona: Bellaterra, 2018.

ALTMANN, Lori. Memória, identidade e um espaço de conflito: a comunidade de Nova Teutônia no contexto de disputa por terra com a comunidade Kaingang da Área Indígena Toldo Pinhal. 323 f. Tese (doutorado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2007.

ALTMAN, Walter. *Lutero e a libertação*. São Paulo: Ática, 1994.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 49-63.

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

ANJOS, Gabriele dos. *Mulheres todas santas: participação de mulheres em organizações religiosas e definições de condição feminina em Igrejas cristãs no Rio Grande do Sul* / Gabriele dos Anjos; Porto Alegre: FEE, 2009. (Teses FEE; n. 11). 398f.

ARMSTRONG, Karen. *A escada espiral. Memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Secularism, Nation-State and Religion. Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

_____. A construção da religião como uma categoria antropológica. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 19, 2010, pp. 1-384.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. RIBEIRO, Djamila (Coord). *Feminismos Plurais*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AQUINO, María Pilar. *A teologia, a Igreja e a Mulher na América Latina*. Tradução Rodrigo Contrera. São Paulo: Paulinas, 1997.

BAESKE, Sibyla. *Retalhos no tempo: 100 anos da OASE*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P; STREIFF, J. *Teorias da Etnicidade*; seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

BEULKE, Gisela. *Diaconia e comunicação: mulheres da Comunidade Evangélica de Joinville*. Monografia (especialização). Faculdades EST, São Leopoldo, 1994.

BLASI, Marcia. Temas e metodologias da Teologia Feminista. In: SOTER (Org.). *Gênero e Teologia*. São Paulo/Belo horizonte: Paulinas/Loyola/SOTER, 2003.

_____.; STRECK, Valburga Schmiedt. Questões de gênero e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo. v. 49 n. 2 pp. 222-240, jul./dez, 2009.

_____. Por uma vida sem vergonha: vulnerabilidade e graça no cotidiano das mulheres a partir da teologia feminista. Tese (doutorado). São Leopoldo: EST-PPG, 139f, 2017.

_____. BRUN, Marli; MUSSKOPF, André S; SCHUCHARDT, Ketlin; PONATH, Jociely; FONSECA, Marcela de Maria Sehn. Katharina von Bora – um monumento às mulheres na reforma: ontem e hoje! *Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v.3, n. 2, p. 03-24, jul-dez, 2017.

_____.; BRUN, Marli; KIECKBUSCH, Wilhelmina. (Orgs.). *Bordando Memórias: Histórias de mulheres do movimento da Reforma*. 1. ed. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2019.

BECKER, Lauri. Ordem auxiliadora de senhoras evangélicas: OASE: a mulher buscando o espaço que lhe foi negado na sociedade e na Igreja. Um caminho para a conscientização e libertação da mulher. Trabalho (Conclusão de Curso). Escola Superior de Teologia. São Leopoldo, RS, 1988.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOISSET, Jean. *História do protestantismo*. Ed. Difusão Europeia, 1971.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10. ed, Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

BRAKEMEIER, Ruthild. O surgimento de um modelo de diaconato feminino: sua implantação no Brasil e perspectiva para o futuro. Dissertação (mestrado) Instituto

Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 1998.

_____; OLIVEIRA, Dionata Rodrigues de; VELTEN, Josiane. Histórias e caminhos da ordenação de mulheres ao ministério diaconal. *Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v. 8, n. 2, pp. 40-54, 2022.

BRAIDOTTI, Rosi. *Feminismo, diferencia sexual y subjetividade nómade*. Editorial Gedisa, Barcelona, 2004.

BROWN, Wendy. *Cidadania Sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Zazie Edições, 2018.

BURITY, Joanildo. Minoritarização, globalização e política: para uma pequena teoria da translocalização religiosa. *Cadernos de Estudos Sociais*, 30 (2), jul-dez, pp. 31-73, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARRANZA, Brenda Maribel; NUNES, Maria José F. Rosado. Fim de uma ordem: natureza, lei divina, feminismo. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 17, n. 53, pp. 936-964, maio/ago. 2019.

_____. Erosão das democracias latino-americanas. *Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 22, 2020.

CARVALHO, Maristela Moreira de. Da rebelião nas fronteiras à conquista do campo: a teologia feminista na Concilium, Revista Internacional de Teologia (1985 - 1996) Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2008, 344f.

CASANOVA, Jose. *Public religions in the modern world*. Chicago: University Chicago Press, 1994.

COLLINS, Patricia Hill. *Fighting words: Black women and the search for justice*. Minneapolis: the University of Minnesota Press, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015.

CORREA, Sônia; Kalil, Isabela. Políticas antigênero en América Latina: Brasil – ¿la catástrofe perfecta? Publicado por el Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en ABIA, 2020.

COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, pp. 401-409, 2º sem, 1994.

COSTA, Beatriz Della; ROCHA, Camila; SOLANO, Esther (Orgs). *Feminismo em disputa: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras*. São Paulo: Boitempo: Instituto Update, 2022.

CUNHA, Magali. Política, mídia e religião: o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. *Comunicação & Sociedade*, v. 39, n. 3, 2017.

D'EAUBONNE, Françoise. *Le féminisme ou la mort*. Paris: Pierre Horay, 1974.

DALFERTH, Heloisa Gralow. *Katharina von Bora: uma biografia*. São Leopoldo: Sinodal, 2000.

DEIFELT, Wanda. Mulheres pregadoras: uma tradição da Igreja. *Theophilos: Revista de Teologia e Filosofia*. Canoas, Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Vol. 1, n. 2, pp. 353-372, 2001.

_____. Temas e metodologias da Teologia Feminista. In: SOTER (org.), *Gênero e Teologia: Interpelações e perspectivas*. São Paulo/Belo Horizonte, Paulinas/Loyola, Soter, 2004, pp. 171-186.

_____. Corporeidade como ponto de encontro entre a teologia feminista e o ecofeminismo. *Caminhos*. Goiânia, v. 11, n. 2, jul./dez, pp. 109-122, 2013.

DUARTE, Tatiane dos Santos. Sobre persistências históricas ou sobre insistentes rebeldias feministas no movimento ecumênico brasileiro. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, 2018, 316f.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e Germanidade*. Estudo Crítico da História da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, Sinodal, Porto Alegre, EST, Caxias do Sul, UCS, 1984.

_____. OASE e sua história na IECLB. In: CONSELHO NACIONAL DA OASE. *OASE: Festa de 100 anos*. Blumenau: Otto Kuhr, 1999. pp. 27-32.

_____. *História do Povo Luterano*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

_____. *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

_____. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DREHER, Scheila dos Santos. “O pontinho da balança”: história do cotidiano de mulheres teuto-brasileiras evangélicas no sul do Brasil, na perspectiva do privado e do público. Dissertação (mestrado). Faculdades EST, São Leopoldo, 2007, 153p.

EGGERT, Edla; PAIXÃO, Márcia Leindcker. A cozinha de Katharina von Bora. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: Histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI, 2014, pp. 215-226.

ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1850].

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. *Política de Justiça de Gênero*. Genebra. 2014.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Ligiane Taiza Muller. Mulheres e ordenação (na IECLB): novos modelos e outras possibilidades na vivência cotidiana do ministério ordenado. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2010.

FREITAS, Sonia Maria de. *História Oral: Possibilidades e Procedimentos*. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FILHO, Vicente Gregorio de Sousa; MIRANDA, Conceição de Maria de Oliveira; OLIVEIRA MIRANDA, Antônio Michel de Jesus de; RODRIGUES, Érica Barros de. Mulher e igreja: a teologia feminista em face católica. *Revista Eletrônica Correlatio*. v. 18, n. 2, dez, 2019 pp. 189-213.

FIORENZA, Elisabeth Schüssler. Deus (G*d)* trabalha em meio a nós. De uma Política de Identidade para uma Política de Luta. *Revista de Estudos da Religião*. N. 1, 2002, pp. 56-77.

_____. *Caminhos da sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009.

FISCHER, Luís. A; GERTZ, René. *Nós, os teuto-gaúchos*. Ed. UFRGS, 1996.

FISCHER, Joaquim. Breve história da Faculdade de Teologia. In: HOCH, Lothar (Ed). *Formação teológica em terra brasileira*. Faculdade de Teologia da IECLB1946-1986. Ed. Comemorativa. São Leopoldo: Sinodal, 1986.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, vol. 15, n. 2, Florianópolis, maio-agosto, 2007, pp. 291-308.

_____. *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”*. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2022.

FREIBERG, Maristela Livia. *E assim entramos na roda! retratos do processo de formação e atuação das primeiras pastoras da IECLB, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil* - Rio de Janeiro, RJ: Metanoia, 2019.

FERREIRA, Isabel Leal. *As Teologias da libertação: iniciação à Teologia*. São Paulo: Paulinas, 1981.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de pesquisas Sociais, 1976.

_____. Unidade e diversidade, nação e religião. In: *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.

FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA. *Plano Trienal 2011-2013*. Porto Alegre, 2010.

_____. Política de Justiça de Gênero – 2014. Porto Alegre, IECLB, 2014.

FURLIN, Neiva. Teologia feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico. *Revista Rever*. Ano 11, n. 01, jan-jun, 2011, pp. 139-164.

_____. Relações de gênero, subjetividade s e docência feminina: um estudo a partir do universo do ensino superior em teologia católica. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, 2014, 386 f.

_____. A categoria de gênero e o seu estatuto na produção do conhecimento: algumas considerações teóricas. *Sociais e humanas*, Santa Maria, v. 27, n. 02, mai/ago, 2014, pp. 110-127.

_____. A produção do feminino: representações de gênero no discurso da teologia católica tradicional. *Estudos de Sociologia*, Recife, vol. 2 n. 22, 2016.

_____; TAMANINI, Marlene. A diferença como política de resistência e de ressignificação da subjetividade feminina em campos de saberes masculinos. *Ciências Sociais Unisinos* 53(2), pp. 325-338, maio/agosto 2017.

GEBARA, Ivone. *Teologia ecofeminista: ensaio para repensar o conhecimento e a religião*. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997.

GERTZ, René Ernaini. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1991.

_____. O associativismo entre alemães e descendentes no Rio Grande do Sul. In: Bastos, Maria Helena Camara (orgs.). *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio*

Farroupilha/RS: memórias e histórias (1858-2008). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013a, pp. 25-50.

_____. Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugar dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis-SC, 2013b.

_____. A guerra que ainda não acabou: a população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: HEINSFELD, Adelar; RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti; MACHADO, Ironita A. Policarpo (Orgs.). *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2013c, pp. 1-14.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 28(2), pp. 80-101, 2008.

GONÇALVES, E.; FREITAS, F. R. A.; OLIVEIRA, E. A. Das idades transitórias: as “jovens” no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. *Revista feminismos*, Salvador, vol. 1, n. 3, set/dez. 2013.

GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (org.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

GONZAGA, Juliane de Araujo. Novo feminismo: acontecimento e insurreição de saberes nas mídias digitais. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara) 2018, 393f.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

HEELAS, Paul. Spiritualities of life. In Clarke, Peter (org.). *The Oxford Handbook of Sociology of Religion*. Londres: Oxford University Press, 2009, pp. 758-782.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA. Estatuto do Ministério com Ordenação da IECLB, publicado no Boletim Informativo 217 – 06/03/2015 no *website* da Igreja, *Portal Luterano*.

_____. Estatísticas IECLB 2021: Ano base 2020.

JESUS, Fátima. Weiss de. As mulheres sem tranças: uma etnografia do Ministério Pastoral Feminino na IECLB. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2003.

JORGE, Fernando. *Lutero e a Igreja do pecado*. São Paulo: Mercuryo, 1992.

KLIEWER, Gerd. U. Uma comunidade evangélica frente aos problemas sociais e à atuação sócio-política da Igreja. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 17, n. 1, 1977.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 121-155.

_____. Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 397-409.

LADEIRA, Juliana Coelho de Souza. O púlpito como cena: performance e teatralidade em Damares Alves. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, 2022, pp. 1-25,

LE MOS, Douglas L; ALVES, Adjair. A quebra do elo: as consequências da reforma protestante para o fim das mediações sacerdotal. *Diálogos Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade*, n 8, fev-mar, 2013, pp.135-162.

LE MOS, Marina Gazire. Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas. 129f. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

LOPES, Adriana. Goreti. de O.; DA SILVA, Acir. Dias. Precursora da crítica feminista? Quem foi Juana Inés de La Cruz. *Travessias*, Cascavel, v. 12, n. 4, pp. 162-149, 2018.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 357-377.

LUTERO, Martim. *Da Autoridade Secular*. A obediência que lhe é devida. São Leopoldo, Sinodal, 1979.

_____. *Da Liberdade Cristã*. 3. ed. São Leopoldo, Sinodal, 1979.

_____. *Obras Seleccionadas*. Volume 5: Ética: Fundamentos, Oração, Sexualidade, Educação, Economia, de Martinho Lutero. São Leopoldo, Sinodal: Porto Alegre, Concórdia, 1995.

LUZ, Waldyr Carvalho. *John Knox: o patriarca do presbiterianismo*. Editora Cultura Cristã, 2001.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma?. *Cadernos Pagu*, nº 11, Campinas, 1998, pp. 7-125.

MACHADO, Maria das Dores. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. *Revista de Estudos Feministas*, v.13, n.2, pp. 387-396, 2005.

MACHADO, Ricardo. Um olhar feminino sobre a Reforma Protestante. Entrevista especial com Wanda Deifelt. *Instituto Humanitas Unisinos*, 2016.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores Secularização e pluralismo em debate. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, pp. 708-726, out.-dez, 2016.

MARIANO, Lília Dias. Feminismo Protestante. Subversivas e amorosas: feminismos protestantes e empoderamento. In: HOLANDA, Heloísa Buarque. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. Companhia das Letras: São Paulo, 2018, pp. 414-442.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. [2.ed revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010 [1843].

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno H. F. Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social: em busca de uma teoria crítico-emancipatória de gênero. *Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS*, Juiz de Fora, 2008.

_____. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, pp. 67-92, jun. 2010.

MENEZES, Marilu Nörnberg. Nem tão doce lar. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia. (Orgs). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: EST: CEBI, 2019, pp. 187-197.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. (Org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020 pp. 121-138.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Cultura teuto brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul: articulando gênero com raça, classe, nação e religião. *Revista educação & realidade*, 25 (1), pp. 135-163, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e a política. In: Miguel, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 17-29.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando a religião como discurso. *Religião e Sociedade*, 2012. pp. 167-183.

MOORE, Henrietta L. *Feminism and Anthropology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

_____. *A passion for difference: Essays in anthropology and gender*. Bloomington, Indiana University Press, 1994.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. A nova família e a ordem jurídica. *Cadernos Pagu* (37), julho-dezembro, 2011, pp. 407-425.

_____. Projeto libertador. *Sesc 70 Anos*, São Paulo, n. 230, 30 jul. 2015.

MUSSKOPF, Ruth L. Winchler. O falar de Jesus sobre Deus como pai nos evangelhos sinóticos e suas implicações para uma teologia feminista. Trabalho (Conclusão de Curso). Escola superior de Teologia. São Leopoldo, RS, 1988.

MUSSKOPF, André S. Haverá "gênero" e "religião"? ou Enquanto houver burguesia não vai haver poesia. *Revista Relegens Thréskeia*. Curitiba, nº 2, 2013, pp. 10-25.

_____. *Teologia feminista e de gênero na Faculdades EST*. A construção de uma área do conhecimento. São Leopoldo: CEBI, 2014.

NUETZEL, Gerdi. Potencial transformador ou complemento de beleza? História do ministério feminino na IECLB. In: Latina. BIDEGAIN, Ana Maria (Org). *Mulheres: autonomia e controle religioso na América – Petrópolis*, RJ: Vozes, 1996, pp. 31-58.

NUNES, Maria José F. Rosado. De mulheres e de deuses. *Estudos Feministas*, v.0, pp. 5-30, 1992.

_____. Gênero, saber, poder e religião In: M.F. dos ANJOS (org.), *Teologia e novos paradigmas*. São Paulo, Loyola, pp. 89-104, 1996.

_____. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp. 79-96.

OLIVEIRA, Dionata Rodrigues de. As contribuições da coordenação de diaconia para o desenvolvimento da práxis diaconal da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil: seminários nacionais e publicações. Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2020, 175f.

OLIVEN, George Ruben. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1988.

_____. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, 1986.

_____. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. O maior movimento de cultura popular do mundo ocidental. *Cadernos de Antropologia*, Porto Alegre, v. 1, pp. 1- 46, 1990.

_____. Cultura e modernidade no brasil. *São Paulo em Perspectiva*, n. 15, v. 2, 2001.

ORO, Ari Pedro. No Brasil as tendências religiosas continuam: declínio católico e crescimento evangélico. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 1, n. 37, pp. 69-92, jan./jul. 2020.

ORTIZ, Renato. Cultura popular e memória nacional. *Cadernos CERU*, n. 13, 1980.

ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. *Sexual meanings: the cultural constructions of gender and sexuality*, Cambridge, Universities Press Cambridge, 1981.

_____. *Making gender: the politics and erotics of culture*. Boston: Beacon Press, 1997.

_____. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 13, n. 28, pp. 375-405, jul./dez., 2007a.

_____. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar, ECKERT, Cornelia e FRY, Peter (Orgs). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau, Nova Letra, 2007b, pp. 45-80.

_____. Teoria na antropologia desde os 60. *Mana*, 17 (2), pp. 419-466, 2011 [1984].

PAUL, Freston. (Org). *Marxismo e fé cristã: o desafio mútuo*. ABU Editora, São Paulo, 1989.

_____. Dilemas de naturalização do protestantismo étnico: a Igreja luterana no Brasil. *Revista de Ciências Humanas – Florianópolis*. v.16, n. 24, pp. 61-73, 1998.

_____. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, 1993.

PEREIRA, Nancy Cardoso. A gente não sabe o lugar certo de colocar o desejo: primeiras leituras e as perguntas pelo método, a teoria e deus. *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia. (Orgs). – São Leopoldo: EST: CEBI, 2019, pp. 11-15.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. *Tempo Social - Rev. Sociol. USP*, SP, 2(2), pp. 7-33, 2. sem, 1990.

PIRES, Joyce Aparecida. *Pobres Filhas de São Caetano: um estudo sobre a vocação religiosa feminina e as trajetórias de vidas em um convento no interior do estado de São Paulo*. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015, 167f.

_____. Como mulheres e religiosas: a vida no cenóbio e a contribuição pela filantropia. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018, 159f.

_____. Luteranismo de imigração no Brasil: O impacto da liderança feminina no luteranismo de imigração alemã no Brasil: uma diferença positivada pelo feminismo na contemporaneidade. *Sacrilegens*, v. 17, n. 1, pp. 91–108, 2020.

PISKE, Meinrad (Org.). *Centenário Sociedade Evangélica de Senhoras de Blumenau: 1907-2007*. Blumenau: Editora Otto Kuhr, 2007.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I. & BENTO, M. A. da S. (Orgs.) *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

PORTAL LUTERANOS. Assembleia da FLD aprova sua Política de Justiça de Gênero. *Portal Luterano*.

_____. Regulamento do Ingresso no Ministério com Ordenação da IECLB.

PROGRAMA DE GÊNERO E RELIGIÃO. Política de Justiça de Gênero. *Revista Coisas de Gênero*. Faculdades EST, São Leopoldo, v. 1, n. 1, pp. 1-13, 2015.

PULEO, Alicia. H. Luces y sombras del ecofeminismo. *Asparkía*. Investigación Feminista, (11), 2000, pp. 37-45.

_____. Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico. Rio de Janeiro: *Revista Em Contrução*, n. 5, 2019, pp. 163-173.

RADÜNZ, Roberto. *A terra da liberdade: O luteranismo gaúcho do século XIX*. Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, EDUCS- EDUNISC, 2008.

RAGO, Luzia Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Revista Labrys* (Estudos feministas), Brasília, n. 3, jan./jul. 2003.

RANDELL, Keith. *Lutero e a Reforma Alemã*. São Paulo: Ática, 1995.

REILY, Alexander Duncan. *Ministérios Femininos em Perspectiva*. Histórica. 2ª ed. Campinas, CEBEP; São Bernardo do Campo, EDITEO, 1997.

RIBEIRO, Djamila. *Postura incômoda. Sesc 70 Anos*. São Paulo, n. 230, 30 jul. 2015.

_____. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICHTER-REIMER, Ivoni. *Terra e água na espiritualidade do movimento de Jesus: contribuições para um mundo globalizado*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás; São Leopoldo: Oikos, 2010.

_____. As teologias e práticas políticas dos movimentos (eco)feministas. *Caminhos*, Goiânia, ed. especial, v. 17, 2019, pp. 120-137.

ROESE, Anete. *Espaços de Cuidado: Movimentos de Ressurreição: Teoria e Método para o processo de acompanhamento pastoral terapêutico de grupos*. Tese (doutorado), Instituto Ecumênico de Pós-graduação, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2004.

_____. Feminismo e religião: conquistas e desafios do século XXI. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia-MG. v. 29, n. 1, jan.- jun., 2016.

ROTH, Vera Leane; SCHERER, Hertha Costa. *Mulher, deixa a chama acesa e não tema a transformação: Deus te ama 100%*. História dos 20 anos do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana da IECLB. Porto Alegre: Gráfica Odisséia, 2010.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROHDEN, Fabíola. *Feminismo do Sagrado: o dilema igualdade/diferença na perspectiva de teólogas católicas*. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995, 199f.

_____. Feminismo do sagrado: uma reencenação romântica da diferença. *Revista Estudos Feministas*. v. 4. 1996.

RÖLKE, Helmar. *Raízes da Imigração alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo* / Helmar Rölke. – Vitória (ES): *Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, 2016.

RUETHER, Rosemary Radford. *Sexismo e Religião*. Rumo a uma teologia feminista. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993.

SALISBURY, Joyce E. *Pais da Igreja, virgens independentes*. São Paulo: Página Aberta, 1995.

SANTOS, Esequiel Sampaio. *História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins*. Brasília Editora, 1992.

SCAVONE. Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1), pp. 173-186, jan.-abr., 2008.

SCHONARTH, Marcella Cristine. *Comunicação e dança: A construção da identidade étnica alemã através dos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela*. Anais do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Guarapuava, 2008.

SCHÜNNEMANN, Rolf. *Do Gueto à Participação: o Surgimento da Consciência Sócio-Política na IECLB entre 1960 e 1975*. São Leopoldo, Sinodal/IEPG, 1992.

SCHWARZ, Aneli. *Buscando por uma ética feminista de libertação sexual*. Trabalho (Conclusão de Curso). Escola Superior de Teologia. São Leopoldo, RS, 1994.

SCHWARTZMANN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Edusp/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SCHUCHARDT, Ketlin Lais. Katharina von Bora: uma entre tantas mulheres esquecidas na história da reforma protestante. Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*. São Leopoldo: EST, v. 2, pp. 943-951, 2014.

SILVA, Flávia Renata da. A educação alemã na Colônia Riograndense: 1922-1938 (Maracá/Cruzália-SP). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, 2010, 187f.

SILVA, Marilda Checcucci Gonçalves da. Imigração, alimentação e Imigração, alimentação e luteranismo em Blumenau (SC) Luteranismo em Blumenau (SC). *Caderno Espaço Feminino*, v. 20, n. 02, ago-dez, 2008, pp. 75-97.

SIMÉANT, Johanna. Friches, hybrides et contrebandes: sur la circulation et la puissance militantes des discours savants. In: HAMMAN, Philippe; MÉON, Jean- -Matthieu; VERRIER, Benoît (Dir.). *Discours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: L'Harmattan, 2002. pp. 17-53.

SILVA, Josilene da. *Mulheres no Púlpito: as pastoras luteranas e o pastorado* (década de 1970 a 1990). Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2004, 131f.

SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 218-237.

SALLEH, Ariel. Ecosocialismo-Ecofeminismo. *Ecología política*, 2, 1992, pp. 89-92.

SCHERER, Cristina. *Ministras da IECLB se encontram: breve trajetória dos encontros nacionais de ministras Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v. 8, n. 2, pp. 66-80, Jul./Dez. 2022.

SENGER, Daniela. Um tratado analítico sobre sexualidade humana, homossexualidade, família e matrimônio no meio protestante-luterano. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia. (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. – São Leopoldo: EST: CEBl, 2019, pp. 97-109.

SEIBERT, Ute. Espacios abiertos: caminos de la Teología Feminista. *Colección Nuevos Espacios*. Santiago de Chile: Forja, 2010.

SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 37, 20 out. 1982.

SINNER, Rudolf; MAJEWSKI, Rodrigo G. A contribuição da IECLB para a cidadania no Brasil. *Estudos Teológicos*, v. 45, n.1, pp. 32-61, 2005.

STREUFERT, Mary J. Justiça de Gênero Feminista Luterana. *Coisas do Gênero*. São Leopoldo, v.3 n. 2, jul.- dez, 2017, pp. 25-29.

STRÖHER, Marga J. A história de uma história: o protagonismo das mulheres na Teologia Feminista. *História Unisinos*, n. 9, v. 2, pp. 116-123, 2005.

TEPEDINO, Ana Maria. La Mujer y la Teologia en América Latina: Antecedentes históricos. In: TEPEDINO, Ana Maria; AQUINO, Maria Pilar (Orgs.). *Entre la indignación y la esperanza: Teologia Feminista Latinoamericana*. Bogotá, Colombia. Indo-American Press Service, 1998, pp. 13-40.

ULRICH, Claudete Beise. Recuperando espaços de emancipação na história de vida de ex-alunas de escola comunitária luterana. Programa de Pós-graduação em teologia (doutorado). São Leopoldo: Escola Superior de Teologia. 2006.

_____. Pastores luteranos: relações com os feminismos e os movimentos de mulheres no Brasil (1964-1989) *Anais do Congresso Fazendo Gênero 8*. Florianópolis, UFSC, 2008, pp.1-7.

_____. Mulheres e homens luteranos: leituras feministas e identificações com o feminismo em tempos de ditadura militar no Brasil (1964-1989). *História Oral*, v. 12, n. 1-2, 2010, pp. 59-86.

_____. A atuação e a participação das mulheres na reforma protestante do Século XVI. *Estudos de Religião*, v. 30, n. 2, 2016, pp. 71-94.

_____; DALFERTH, Heloisa Gralow. Katharina Von Bora: Uma Mulher Forte, Corajosa e Empoderada do Movimento da Reforma, do Século XVI. *REFLEXUS*, Ano XI, n. 17, pp.38-60, 2017.

_____. Teologia feminista da libertação e Queer: Uma contribuição para as resistências às existências. In: Joana Maria Pedro: Jair Zandoná. (Org.). *FEMINISMOS E DEMOCRACIA*. 1ed. Belo Horizonte: Traço Editora, 2019, v. 1, pp. 107-121.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. *Religião e política: Medos sociais, extremismo religioso e eleições 2014*. Rio de Janeiro: Gráfica Stampapa, 2017.

VUOLA, Elina. *Limits of liberation: praxis as method of Latin American liberation theology and feminist theology*. Helsinki, Finnish Academy of Science and Letters, 1997.

WEBER, Max. [1905]. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. A Psicologia Social das Religiões Mundiais. In: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEINSTEIN, Barbara. Brazilian Regionalism. *Latin American research review*, vol. 17, n. 2, 1982.

_____. *A Cor da Modernidade: A branquitude e a formação da identidade paulista*. São Paulo: EDUSP, 2022.

WEISSHEIMER, Vera. Bruxas nos tempos de Lutero: as mulheres que ajudaram a escrever a história da Reforma Luterana. [Trabalho Semestral-H.E encadernação]. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 1994.

WOODHEAD, Linda. Mulheres e gênero: uma estrutura teórica. *Revista de Estudos da Religião*, n. 1, 2002, pp. 1-11.

_____. As diferenças de gênero na prática e no significado da religião. *Estudos de Sociologia Araraquara* v.18 n. 34 jan.-jun. 2013. pp.77-100.

ANEXOS

Figura 1 – Quadros confeccionados para a comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante Luterana, expostos na IECLB em Marília, São Paulo.



Créditos: Joyce Aparecida Pires, 2018.

Figura 2 - Fachada da Igreja em Marília, São Paulo.



Créditos: Joyce Aparecida Pires, 2019.

Figura 3 – Propaganda de culto.



Créditos: IECLB, 2018.

Figura 4 - Altar preparado para a comemoração e realização do culto do Dia da Igreja em Maringá, Paraná, Brasil.



Créditos: Joyce Aparecida Pires, 2022.

Figura 5 - Bordados realizados pelas mulheres das OASEs do Sínodo Paranapanema.



Créditos: Joyce Aparecida Pires, 2022.

Figura 6 - Pôster da OASE da Colônia Rio Grande do Sul, Assis, São Paulo.



Créditos: Joyce Aparecida Pires, 2022.

Figura 7 - Porta da igreja onde Lutero protestou com as suas 95 Teses, os monumentos de Melanchton e Lutero em Wittenberg, na Alemanha.



Créditos: Joyce Aparecida Pires, 2022.

Figura 8 - Mulheres evangélicas luteranas presentes ao “Encontro Nacional da OASE: celebrai com júbilo”, em comemoração aos 120 anos da organização de mulheres na Igreja.



Créditos: IECLB, 2019.

Figura 9 – Monumento de Catarina de Bora na Faculdades EST, em São Leopoldo, no Brasil.



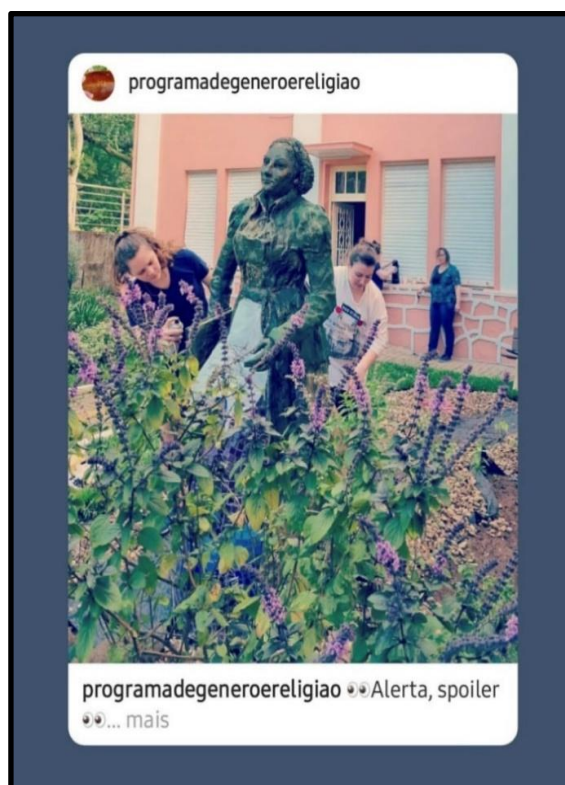
Créditos: Joyce Aparecida Pires, 2021.

Figura 10 – Monumento de Catarina de Bora em Wittenberg, na Alemanha.



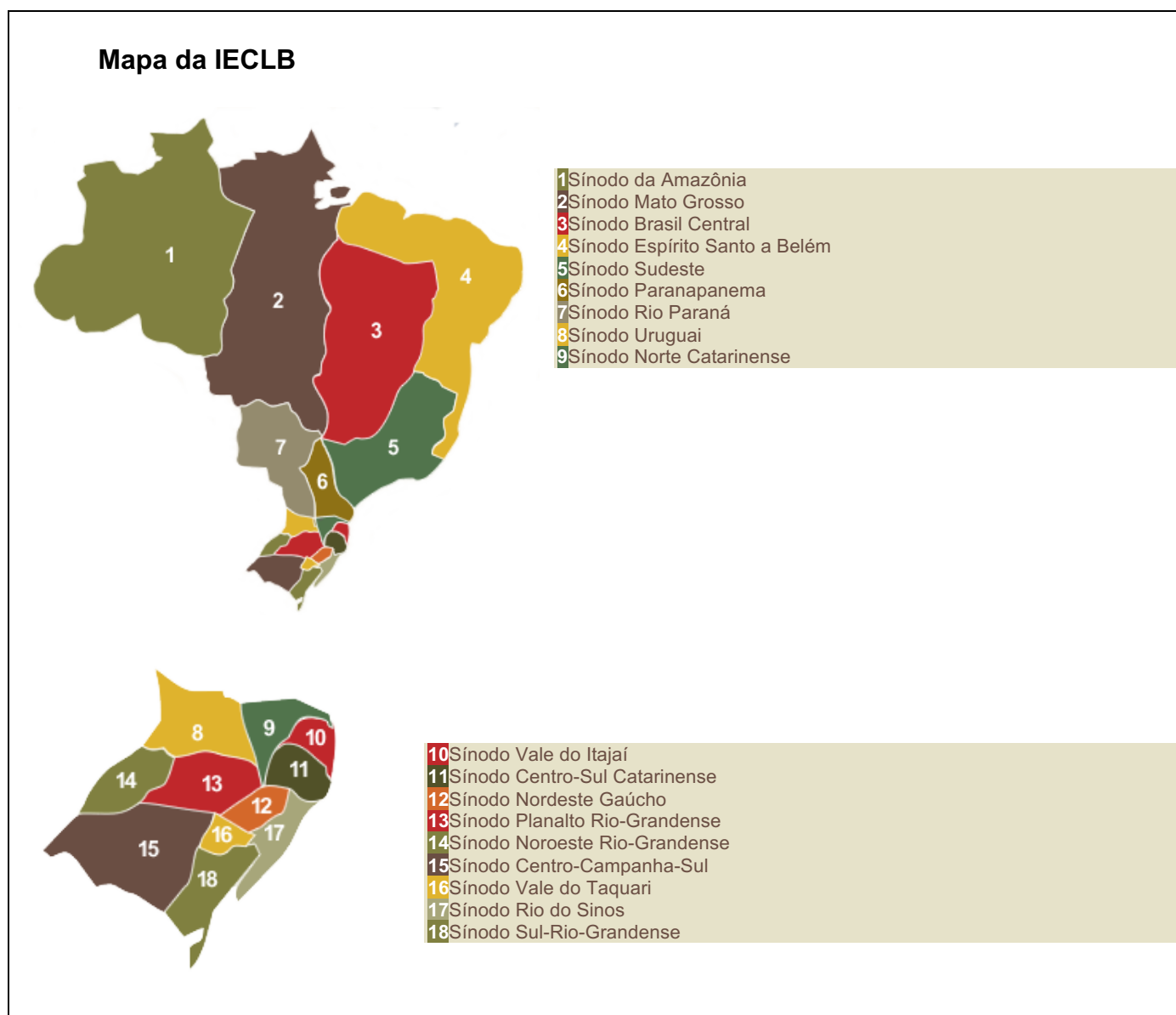
Créditos: Joyce Aparecida Pires, 2022.

Figura 11 - Preparativos para a comemoração do aniversário de cinco anos do monumento de Catarina de Bora no Brasil.



Créditos: Joyce Aparecida Pires, 2022.

Figura 12 – Distribuição dos sínodos da IECLB no território brasileiro.



Fonte: “Portal Luteranos”: Mapa da IECLB (adaptado). Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/busca-avancada>. Acesso em: dez. 2022.

Figura 13 - Fotografia aérea da IECLB e o cemitério da colônia Rio Grandense ao lado da igreja.



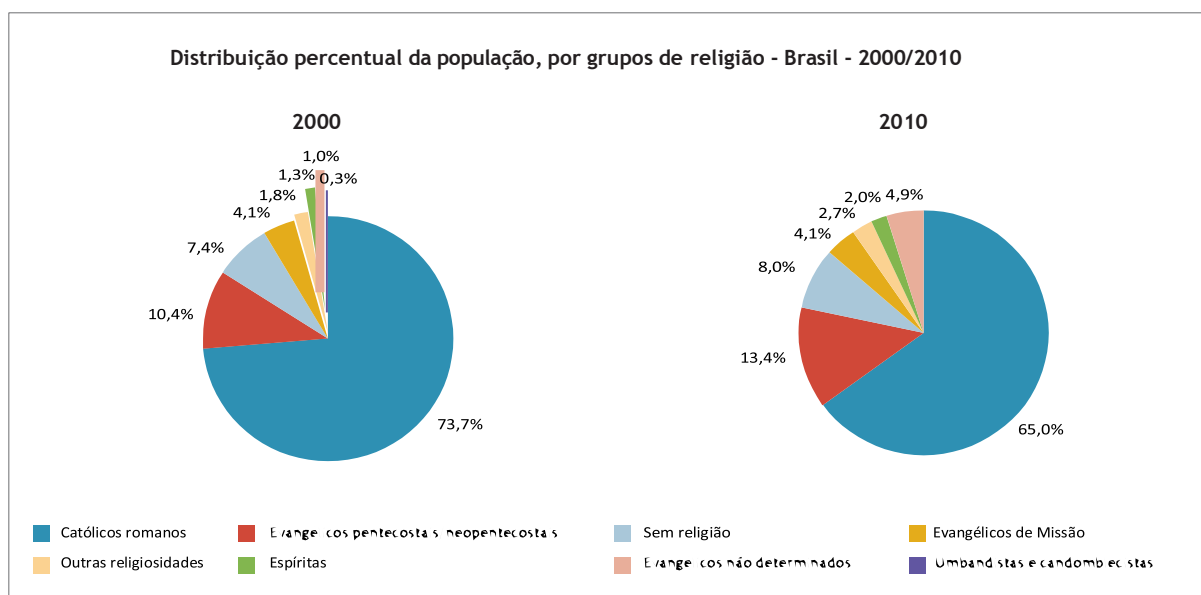
Créditos: Joyce Aparecida Pires, 2022.

Figura 14 - Cartaz que comunica a comemoração dos 100 anos da migração gaúcha na Colônia Riograndense, SP.



Créditos: Joyce Aparecida Pires, 2022.

Figura 15 – Gráfico da distribuição da população brasileira por grupos religiosos.



Fonte: Censo demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: jul. 2021.

Apêndice: roteiro de entrevistas

- Perguntas dirigidas para as teólogas e ministras da pesquisa:

1. Idade
2. Condição civil
3. Grau de instrução
4. O marido é pastor?
5. Ao longo da sua trajetória, por quais igrejas ou religiões você passou?
6. De onde partiu a ideia de estudar teologia?
7. Realizou os estudos na Faculdades EST?
8. Como funciona a sua igreja?
9. Qual o significado do nome da igreja? Por que esse nome?
10. Possui auxiliares? Quantos e qual a função de cada um?
11. Participa do grupo OASE? Qual a importância da OASE?
12. Participa do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana? Qual a importância do FRML?
13. Onde você está situada na hierarquia eclesiástica?
14. Quantos anos atua na igreja?
15. Como você acha que os membros interpretam a sua liderança?
16. Como você analisa a sua liderança? Quais as dificuldades encontradas para liderar a igreja?
17. Quais os principais aspectos culturais históricos que a IECLB emprega na vivência com os fiéis?
18. Quais aspectos da cultura de imigrantes protestantes considera importante para cultivar e produzir nas comunidades do Brasil?
19. Qual mudança quer ver na sua igreja?
20. Qual a principal mudança quer ver na sua sociedade?

- Perguntas dirigidas para as teólogas e ministras da pesquisa no formulário *Google Forms*

1. Nome
2. E-mail

3. Idade
4. Condição civil
5. Local de origem
6. Condições familiares de formação
7. Trajetória de vida durante a infância
8. Trajetória de vida durante a juventude
9. Escolarização
10. Experiências de trabalho até o presente

Perguntas temáticas

11. O que significa religião e Igreja para você?
12. Como você descreve a sua participação na IECLB?
13. Você se considera uma pessoa espiritualizada?
14. O que significa espiritualidade para você?
15. O que significa feminismo para você?
16. Qual a importância da Teologia Feminista para você e/ou para a IECLB?
17. Como deve ser produzido, discutido e difundido o feminismo na vida civil, na sua opinião?
18. Para você, qual é o lugar e a condição do feminismo no Brasil atual?
19. Qual o significado e a importância do movimento ecumênico para você?
20. Você realiza o Culto Campeiro?
21. Indique uma (ou mais) liderança/referência que atua no campo teológico, paroquial ou civil e/ou que possui aproximação com as atividades religiosas evangélicas em geral e/ou de confissão luterana.